

OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R
E
V
I
S
T
A

D
O

C
E
S
O
P

Vol. VII, nº 2

**UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE CAMPINAS
UNICAMP**

Reitor

Hermano Tavares

Coordenador Geral

Fernando Gallembeck

Coordenador dos Centros e Núcleos de Pesquisa

Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano

**CENTRO DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA**

Conselho Orientador

Presidente

Vilmar Evangelista Faria
(IFCH- UNICAMP)

Conselheiros

Antônio Flávio Pierucci
(FFLCH – USP)

Bolívar Lamounier
(IDESP)

Carlos Eduardo Meirelles
Matheus (PUC-SP)

Fernando Antônio Lourenço
(IFCH – UNICAMP)

Hélgio Trindade
(NUPERGS – UFRGS)

Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH-USP, ISER)

Marcus Figueiredo
(IUPERJ)

Mauro Francisco Paulino
(Inst. DATAFOLHA)

Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)

Ney Lima Figueiredo
(CEPAC)

Örjan Olsén
(Indicators)

Rachel Meneguello
(IFCH – UNICAMP)

Regina Moran
(IMECC – UNICAMP)

Equipe Técnica

Coordenação

Rachel Meneguello

Equipe

Simone da Silva Aranha
Mária Teresa Gonzaga Alves
Vítor Luís Cooke Vieira
Rosilene Sydney Gelape

Estagiários

Maria Carolina Segato Komniski
Janaina de Rezende Barreto
Saulo Veiga Oliveira

Secretaria Geral

Maria das Graças Pla Sanches

**OPINIÃO PÚBLICA
VOL. VII, Nº2**

Conselho Editorial:

Amaury de Souza, Antônio Lavareda,
Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio
Wanderley Reis, Frederick Turner,
Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio
Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly
de Camargo, Nelson do Valle e Silva,
Ruy Martins Altenfelder Silva.

Comitê Editorial:

Leandro Piquet Carneiro
Márcia Cavallari Nunes
Marcus Figueiredo
Rachel Meneguello

Editora responsável:

Rachel Meneguello
Editoração Gráfica:
Paula Vanina Cencig

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial.

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Novembro de 2001

Publicação Indexada no
Sociological Abstracts,
IBSS (International Bibliography of
the Social Sciences) e
Data Índice - IUPERJ

**Centro de Estudos de
Opinião Pública**

Universidade Estadual
de Campinas
Cidade Universitária
"Zeferino Vaz"
Caixa Postal: 6110
Campinas – São
Paulo 13081-970

Tel: (55-19) 3788-7093
Tel/Fax: (55-19) 3289-4309
e-mail: cesop@unicamp.br
Home-Page:

<http://www.unicamp.br/cesop/>

Preocupado com a importância da opinião pública no Brasil contemporâneo e com o papel que a Universidade deveria ter nesse campo, o Professor Vilmar Faria foi um dos idealizadores do CESOP em 1991, e desde então colaborou para que nossa função pública pudesse ser realizada com qualidade. A ele dedicamos nosso trabalho.

Vilmar Evangelista Faria

(† novembro de 2001)

OPINIÃO PÚBLICA

Novembro de 2001

Vol. VII, nº2

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>Ordem Temporal e Inferência Causal</i> Warren E. Miller	139
<i>Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia</i> Antônio Albino Canelas Rubim	168
<i>Imprensa, Cobertura Eleitoral e Objetividade: a eleição de 2000 na capital paulista</i> Fernando Antônio Azevedo	182
<i>Troféu "Cara de Pau" da Rádio Eldorado</i> Vera Chaia	202
<i>O quê sabemos sobre democratização depois de 20 anos?</i> Barbara Geddes	221
TENDÊNCIAS <i>Encarte de dados de Opinião Pública - Ano 7, nº 2</i>	254



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. VII, nº 2
p.143-295
Novembro 2001
ISSN 0104-6276



Ordem Temporal e Inferência Causal

Warren E. Miller

Arizona State University

Resumo

Medidas de mudança em pares de variáveis atitudinais podem proporcionar insights importantes sobre a estrutura dos sistemas de crenças políticas dos públicos de massa. Dados de painéis revelam evidências da grande centralidade de alguns elementos de idéias em vez de outros no contexto de constrangimento dinâmico de curto prazo. A especificação dos atributos teoricamente relevantes dos eleitores torna possível testar diferenças estruturais esperadas que conectam predisposições relacionadas a políticas e preferências por políticas; a especificação também torna possível testar proposições que envolvem os efeitos recíprocos de atitudes e preferências emergentes de voto. Algumas das especificações mais úteis revelam até que ponto a heterogeneidade da população produz uma imagem embaçada de relações quando a análise se baseia no eleitorado total, em vez de se limitar a eleitores ou subconjuntos de eleitores especificados por critérios teóricos.

Palavras-chave: sistemas de crenças, variáveis atitudinais, preferências eleitorais, relação causal

Abstract

Measures of change in pairs of attitudinal variables can provide important insights into the structure of the political belief systems of mass publics. Panel data reveal evidence of the greater centrality of some idea elements rather than others in the context of short-term dynamic constraint. Specification of the theoretically relevant voter attributes makes it possible to test for expected structural differences connecting policy related pre-dispositions and policy preferences; specification also makes it possible to test propositions involving the reciprocal effects of attitudes and emerging vote preferences. Some of the more helpful specifications disclose the extent to which population heterogeneity produces a blurred image of relationships when analysis is based on the total electorate rather than limited to voters or subsets of voters specified by theoretical criteria.

Key words: belief systems, attitudinal variables, vote preferences, causal relation

Introdução

O tratamento da causalidade na versão de 1960 de *The American Voter* (Campbell *et al.* 1976) foi, no mínimo, desigual. De um lado, uma preocupação constrangida com o tópico levou a um capítulo no livro e à metáfora do Funil da Causalidade.¹ Ao mesmo tempo, a tese de que cada elemento fenomenológico discernível tinha provavelmente múltiplas causas – e assim, cada causa teria seu próprio conjunto de múltiplas causas – levou os autores a desistir de montar uma estrutura explicativa que desse conta da seqüência infinita de causas e efeitos que produzem uma única decisão de voto.

Na obra seguinte, *The New American Voter*, a causalidade é de novo um tema central. A análise progride com a elaboração de várias interpretações possíveis e alternativas dos “efeitos” das diferentes variáveis sobre a decisão do voto. *The New American Voter* tenta organizar as muitas causas das decisões dos eleitores com um modelo explícito de causas e conseqüências. O modelo é fornecido por uma estrutura de explicações bloco-recursivas², de múltiplos estágios, em que há uma primeira tentativa de se prevenir contra a aceitação de evidências espúrias de ligações causais.

Este ensaio foi desenvolvido a partir dos esforços de criar “provas secundárias” relevantes para pressupostos sobre a ordem temporal das variáveis – causa e efeito – empregadas em *The New American Voter*. O livro baseia-se quase inteiramente em dados de survey longitudinal. Este ensaio baseia-se em dados de pesquisa painel que conectam sucessivos períodos de tempo.

A fase inicial da pesquisa aqui relatada enfocou o papel da identificação partidária como influência – ou causa –, com várias predisposições relacionadas com políticas e preferências em questões políticas como efeitos. Um algoritmo muito simples para tabular distribuições bivariadas de dados de painel produziu regularidades empíricas fascinantes que são uma mistura não óbvia de artefato metodológico e significação substancial. Para demonstrar o significado substancial dos resultados, explorou-se uma série de perspectivas analíticas/teóricas. Os resultados pareceram autenticar a interpretação substantiva que se buscava e também têm implicações para outras questões mais amplas sobre a estrutura das atitudes e opiniões políticas dos eleitores em eleições presidenciais. Embora o ensaio comece e conclua com uma ênfase na seqüência temporal e na ordem causal das classes de conceitos inter-relacionadas – refletida nas operações de pesquisa usando dados longitudinais – chama-se a atenção para outros temas analíticos.

¹ A criação da metáfora precedeu o término do manuscrito do livro. Ela fazia tanta parte da nossa maneira de pensar e falar sobre o estudo da decisão do eleitor que um funil de aço de hospital foi o brinde dos membros do seminário de 1958 sobre comportamento eleitoral patrocinado pelo SSRC. No funil estava escrito: “Um funil não tem células vazias”. O melhor da ocasião foi inadvertidamente captado pela gravação no funil dos doze símbolos do código de uma coluna com as 12 linhas/80 colunas do cartão perfurado da IBM.

² Recurso de análise de adição de variáveis e repetição em múltiplos estágios.

A determinação da causalidade

A causalidade e a análise do comportamento eleitoral

Na literatura sobre comportamento eleitoral, uma versão comum do problema geral de estabelecer uma seqüência causal pergunta se a identificação partidária “causa” a preferência por determinadas políticas e as avaliações de desempenho, ou se estas últimas “causam” a identificação partidária. De modo mais geral, parece que a identificação partidária encontra-se em algum lugar entre ser um elemento exógeno que influencia muitos valores, percepções, crenças e atitudes, sem ser influenciada por nenhum deles, e, do outro lado, ser apenas outra atitude política de curto prazo.

Para a abordagem de Miller/Shanks do estudo do comportamento eleitoral, o problema é mais ubíquo do que um interesse singular pelo status teórico causal da identificação partidária. Seja na forma do modelo bloco-recursivo um tanto incômodo de dez estágios utilizado em nossa análise da eleição de 1988 (Shanks e Miller 1991), ou com a estrutura simplificada de seis estágios adaptada para a análise de 1992 (Miller e Shanks 1996), tentamos alinhar e combinar uma grande quantidade de variáveis discretas que representam muitos conceitos importantes diferentes em um conjunto de equações bloco-recursivas simples. Em alguns casos, a teoria substantiva sugere uma seqüência causal para ordenar os blocos de conceitos – pode-se supor que predisposições políticas relevantes (valores ou crenças valorizadas) podem, a curto prazo, levar a referências sobre questões políticas do momento.³ Em outros casos, a ordem temporal da evolução das variáveis aparentemente resolve todas essas questões (a instrução dos eleitores dificilmente pode ser causada pelas expectativas sobre as futuras condições econômicas). Contudo, outras situações permanecem ambíguas: a identificação partidária é determinada por preferências políticas anteriores, ou os militantes seguem uma linha partidária em questões de diretrizes políticas? Este ensaio descreve um procedimento analítico para extrair dados empíricos que podem constituir “provas secundárias” úteis para resolver questões deste tipo.

A lógica da ordem causal

O ponto de partida dessa discussão, com raízes numa extensa literatura sobre análise causal, está numa monografia pouco citada de James A. Davis (1985). Embora Davis, em última análise, aborde e renove aspectos da obra clássica de Alwin e Hauser (1975) sobre análises de efeitos, bem como de Kendal e Lazarsfeld (1950) e Rosenberg (1968) sobre elaboração multivariada e Sewell Wright (1921) sobre análise de trajetória, o

³ Ver Zaller (1992:22-23) para uma variante da definição de predisposição. Em geral, estamos de acordo com Zaller, mas não classificamos características sociais e econômicas, que são freqüentemente os antecedentes de predisposições atitudinais, como predisposições. Em vez disso, identificamos várias predisposições relacionadas com políticas, tais como atitudes com respeito a igualitarismo, com antecedentes relevantes tais como raça e religião.

ponto a ser destacado é a ênfase de Davis no fato de que todas essas abordagens tratam explicitamente a causalidade como um processo que ocorre ao longo do tempo. De uma forma ou de outra, qualquer explicação causal de alguma ocorrência dependente deve incluir o fato de que a causa de um efeito precedeu o efeito.

Os cientistas sociais tendem a pensar a causalidade em termos de “mudanças em *X* produzem mudanças em *Y*”. Com freqüência, a questão supostamente respondida pela análise de regressão é: quantas unidades de mudança em *Y* estão associadas a, ou são produzidas por cada unidade de mudança em *X*? A própria formulação da questão supõe que a relação de ordem no tempo entre *X* e *Y* já foi estabelecida. Este ensaio preocupa-se com a necessidade anterior de estabelecer a seqüência ordenada no tempo. Começamos por observar que colocar a questão como ela é convencionalmente formulada obscurece a possibilidade de que mudanças em *Y* possam, em algum sentido, ser “causadas” por *X* sem qualquer mudança em *X*. Davis (1985), em sua atualização das discussões clássicas de Lazarsfeld e Rosenberg, faz a afirmação crucial de que pode ocorrer que uma mudança observável *somente* em *Y* seja o elemento inicial definidor que indica a ocorrência de um processo causal. Ele sustenta que dois padrões de mudança numa relação bivariada constituem dois casos especiais do “grande princípio da ordem causal: depois não pode causar antes ... não há maneira de mudar o passado ... as flechas unidirecionais (indicando a direção da causalidade) correm com o tempo”. Davis especifica então os dois casos complementares: “Variável *X* é uma causa da Variável *Y* quando – mudança em *X* (mais cedo ou mais tarde) produz mudança em *Y* –, ou (porque alguns *Xs* não mudam), *Ys* tendem a se alinhar com valores fixos de *X*”. A persuasão exercida por líderes políticos resulta no “alinhamento” dos adeptos com seus respectivos líderes. Esse padrão de mudança pode ser representado por uma questão como a ação afirmativa, quando eleitores fiéis a partidos mudam suas preferências para acompanhar as posições previamente estabelecidas pelos líderes do partido. O ponto básico de que a covariância, significando um processo causal, pode mudar se *ou* a variável “independente” *ou* a “dependente” muda é também defendido poderosamente por Ruy Teixeira (1984).

Qualquer dos dois processos de mudança produzirá a evidência familiar de covariância ligando causa e efeito. Porém, a covariância pode também ser resultado de um terceiro processo em que um terceiro fator, talvez em existência antes de *X* e *Y*, provoca mudanças na relação entre *X* e *Y*. O truque de diagnóstico quando se trabalha com dados longitudinais é, naturalmente, estabelecer qual dos três processos está por trás de qualquer relação observada no ponto singular no tempo. Neste ensaio, estamos buscando maneiras de explorar dados de *painel* para entender melhor as relações entre variáveis que podem ser observadas em dados longitudinais estáticos.

Experimentos, dados longitudinais e painéis

À medida que avançamos, é útil não esquecer a diferença entre a interpretação causal dos resultados de um experimento e a interpretação análoga de uma relação bivariada produzida a partir de um survey longitudinal. No primeiro, a covariância entre X e Y é *gerada* pela produção de diferentes valores em uma variável dependente, Y , variando-se deliberadamente a experiência do sujeito com alguma variável independente, X . Dois conjuntos de mensurações em cada variável, “antes” e “depois” podem ser feitos, ou inferidos, demonstrando que a mudança particular foi feita por um agente determinado. Porém, no caso das distribuições bivariadas extraídas de dados *longitudinais*, observa-se covariância (expressa convencionalmente como uma correlação ou um coeficiente de regressão) somente entre valores presumivelmente dependentes e independentes, expostos após o fato, por uma variedade de “sujeitos”. Há um único ponto no tempo (ou uma série de pontos no tempo para sucessivos cortes longitudinais) para medir ambas as variáveis simultaneamente, sem nenhuma evidência direta de que um conjunto de variações em uma variável precede e, portanto, produziu ou causou o segundo.

Os dados de *painel*, diferentemente, podem ser considerados quase experimentais, apesar da falta de controle sobre a introdução de variáveis experimentais, na medida em que cada variável “dependente” e “independente” pode ser medida para mudança individual entre dois pontos no tempo, “antes” e “depois”. A relação entre elas pode ser medida em ambos os momentos, mas, mais do que isso, pode-se observar se a mudança em uma variável é congruente com a não-mudança de valor de outra.

Com dados de um painel de duas ondas é possível identificar dois dos três processos que resultam numa relação causal entre variáveis independentes e dependentes: (1) é possível observar ambas as variáveis mudarem de uma maneira congruente ou compatível (presumivelmente, o efeito de uma causa comum); ou (2) como observa Davis, a mudança observável em uma variável resulta em ela “alinhar-se com” ou “ficar mais congruente com” a outra. Dados de painel de três ondas são necessários para observar o terceiro caso mais convencional em que uma mudança em X produz subseqüentemente mudanças compatíveis ou congruentes em Y . Em vez de um experimento controlado, o painel de três ondas é necessário porque T_1 e T_2 são necessários para medir e observar as mudanças em Y , enquanto que T_2 e T_3 são necessários para observar mudanças conseqüentes em Y , que podem então ser interpretadas como variações em Y causadas por mudanças em X .

Sem recorrer pelo menos a dados de painel não-experimentais não é possível observar a seqüência temporal que está no âmago da análise causal. O melhor que alguém pode fazer com dados de um único corte no tempo é estabelecer configurações que sejam consistentes com a *suposição* de uma seqüência causal, sem provas de que as mudanças realmente ocorreram na ordem temporal postulada. Provas secundárias da maior estabilidade de uma variável em relação à outra conduzem à suposição de que a mais estável é a causa mais provável se, de fato, as duas estão ligadas causalmente. E

quando uma “teoria forte” sustenta um argumento, isso pode dar credibilidade à suposição de uma seqüência causal unidirecional. Análises longitudinais sucessivas também podem revelar uma sucessão de configurações cambiantes ao longo do tempo que sejam consistentes com a noção de que uma variável se torna de fato mais congruente com outra (Miller e Shanks 1982). Mas somente com dados longitudinais, a suposição de uma seqüência causal não pode ser submetida a um teste independente crucial para tranquilizar os céticos. É por isso que correlações *post hoc* entre duas variáveis não são, por elas mesmas, consideradas provas suficientes de causalidade ou de uma relação causal.

Em meio à sua discussão das regras que governam a lógica da ordem causal, Davis (1985) observa que “as regras não têm nada a ver com a estatística. Embora as publicações de metodologia fervilhem com propostas malucas para determinar a ordem causal usando somente os números de um conjunto de dados, a maioria dos metodólogos concorda que a ordem causal é um problema substantivo ou empírico para ser resolvido com nosso conhecimento sobre como o mundo real funciona, não por rodopios estatísticos”. Compartilho a preocupação de Davis em enfatizar a lógica temporal dos processos causais, mas creio também que algumas estatísticas muito simples baseadas na seqüência temporal podem proporcionar a base para esclarecer o modo como o mundo real funciona. A seqüência temporal de mudanças cambiantes entre variáveis pode ser captada e tornada explícita em dados de painel com a tabulação de valores seqüencialmente cambiantes das variáveis inter-relacionadas. Para produzir essas tabulações, devemos evitar resumir distribuições bivariadas como coeficientes de correlação e reter a apresentação detalhada da distribuição subjacente a esses coeficientes.

Uma representação tabular da ordem causal

Para fazer isso, devemos ir além do uso que Davis fez de dados longitudinais para representar (como fizeram Kendall, Lazarsfeld e Rosenberg em seus trabalhos pioneiros) a lógica da elaboração com tabulações multivariadas de dados de survey. Com dados de painel em que ambas as variáveis foram medidas em não menos de dois pontos no tempo, podemos examinar as distribuições bivariadas de padrões de *estabilidade e mudança* em cada uma das duas variáveis. Podemos identificar casos de um padrão genérico em que uma variável não muda entre T_1 e T_2 , enquanto que uma segunda variável muda, e muda para melhor concordar, conformar-se ou “alinhar-se” com o valor imutável da primeira. Talvez a segunda variável esteja, na verdade, se ajustando a uma terceira variável Z, que tem uma relação estabelecida com X. Todavia, quando existe o padrão de um aumento na congruência de duas variáveis, o tomamos como evidência

consistente com, ou que sustenta plausivelmente, uma interpretação que a primeira variável pode ter de alguma forma *causado* uma mudança na segunda.⁴ Porém, como todas as atribuições de “significado” a uma configuração de dados, a “prova” de uma interação ou relação causal está na combinação entre teoria substantiva e uma interpretação metodológica das manipulações de dados.

Antes de examinar o caso clássico de “mudança em X produz mudança em Y ”, continuemos com o caso menos familiar do painel de duas rodadas e façamos uma ilustração concreta de nossos procedimentos de tabulação.⁵ Chamemos a identificação partidária de A e de B a auto-classificação ideológica, talvez um substituto para preferências gerais em questões políticas. A escolha dessas duas variáveis não é accidental. O estudante profissional das pesquisas de comportamento eleitoral as reconhecerá como as duas atitudes ou predisposições básicas importantes para a interpretação de muitas eleições. Porém, não temos certeza sobre a relação causal entre elas. Após a eleição de 1984, Shanks e Miller deram precedência à ideologia como causa parcial da identificação partidária porque, entre 1980 e 1984, a distribuição marginal da ideologia era aparentemente a mais estável das duas. Em 1988, a ordem foi invertida (Shanks e Miller 1990, 1991) e, em 1992, concluímos que realmente não sabíamos o suficiente para classificar uma como causa e a outra como efeito. É mais do que incidental nossa curiosidade sobre a possibilidade de descobrir um meio de esclarecer a inter-relação entre elas.

Nas ilustrações que seguem, por motivos didáticos e para minimizar a intrusão de erros de mensuração, diferenciamos somente três categorias de cada variável. Para identificação partidária, temos democratas, independentes e republicanos; as designações ideológicas compreendem liberais, moderados e conservadores. Começamos por definir os possíveis padrões de estabilidade e mudança na identificação partidária com a tabela de mudança de voto de nove células gerada entre T_1 e T_2 . Isso é apresentado genericamente na Figura 1, onde $D = +$, $I = 0$ e $R = -$. Em seguida, definimos os possíveis padrões de mudança em uma localização ideológica por uma tabela similar e substantivamente congruente em que $L = +$, $M = 0$ e $C = -$. Estabelecidas essas

⁴ Não é preciso dizer que tudo só faz sentido se há um *continuum* direcional subjacente sobre o qual ambas as variáveis podem compartilhar significado, e se há uma direção clara para um efeito potencial de X em Y (ou vice-versa). Se, em geral, tanto antes como depois da mudança em X , não é provável que os republicanos favoreçam $Y+$ mais do que os democratas e não é provável que os democratas favoreçam $Y-$ mais do que os republicanos, é improvável que as mudanças de $Y+$ para $Y-$ ofereçam uma interpretação causal do partidarismo em nossa esquema limitado de coisas. Os padrões de mudança entre dois pontos no tempo devem ser interpretáveis como proporcionando uma melhor adequação, mais congruência ou mais acordo entre duas variáveis que são reflexos de qualidades ou atributos bem diferentes se queremos que os padrões sejam interpretados como indícios de uma relação causal, e não simplesmente como exemplo de uma tautologia ou de confiabilidade na mensuração operacional de um único conceito. Esse o ponto em que as operações de pesquisa e a teoria substantiva definem as variáveis a ser examinadas e propõem razões para esperar uma outra flecha dominante-causal.

⁵ Embora as referências ortodoxas sustentem que X é a causa e Y a consequência, em nossa tentativa de obter novas provas relativas à direção causal, os padrões de mudança devem ser operacionalmente definidos de forma que a direção imputada de uma flecha causal seja igualmente livre para ir de Y para X ou de X para Y . Para evitar os papéis tradicionais de “ X ” e “ Y ”, usamos A e B em toda a nossa discussão, sem supostos a priori relativos à direção dominante da causalidade.

convenções, as distribuições de estabilidade e mudança para as duas medidas, identificação partidária e preferência ideológica, podem ser representadas como na Figura 1.

FIGURA 1

Transformação de uma tabela de mudança de voto T_1 - T_2 em uma distribuição em nove categorias de uma única variável em dois pontos no tempo.

		T_2		
		+	0	-
T_1	+	4(+,+)	7(+,0)	9(+,-)
	0	2(0,+)	5(0,0)	8(0,-)
	-	1(-,+)	3(-,0)	6(-,-)

Em seguida, admitimos a comparabilidade essencial dos elementos dentro das tríades que designam 1, 2 e 3 como instâncias de mudança numa direção pró-democrata, 4, 5 e 6 como três instâncias de ausência de mudança no partidarismo e 7, 8 e 9 como três instâncias de mudança na direção pró-republicana. Do mesmo modo, aceitamos (1) três padrões de preferência ideológica que retratam mudança numa direção pró-liberal, (2) outros três que não retratam mudança na posição ideológica e (3) três padrões de mudança na direção pró-conservadora. Podemos então gerar as 81 células de uma distribuição bivariada de mudanças nas duas variáveis. Elas estão implícitas na Figura 2. Tendo em vista a comparabilidade pressuposta dos elementos que representam mudança, ou ausência de mudança, em cada variável (partidarismo e ideologia), as 81 células podem ser organizadas e simplificadas, em resumo, sob dez classificações.⁶

⁶ Ao igualar os três casos em cada conjunto de mudanças para cada variável, descartam-se evidentemente informações pertinentes à magnitude das mudanças. Porém, isso parece ser consistente com o recente argumento de Rubinowitz e MacDonald (1989) que favorece a ênfase direcional, em vez de posicional, em modelos de escolha de eleitores baseadas na prioridade relativa percebida das classificações dos candidatos.

FIGURA 2

Esquema analítico ilustrativo para identificar os padrões mais plausíveis de influência causal que envolvem causalidade recíproca por duas variáveis.

Variável A (identificação partidária) T ₁ - T ₂	Variável B (auto-classificação ideológica) T ₁ -T ₂									
	C/L -,+	M/L 0,+	C/M -,0	L +,+	M 0,0	C -,-	L/M +,0	M/C 0,-	L/C +,-	
R/D -,+	Mudança congruente (para +) (7)			B+ domina A (4)	B° domina A (5)	Mudança dissonante (9)				
I/D 0,+										
R/I -,0										
D/D +,+	A+ Domina B (1)			Nenhuma mudança (10)			A° domina B (2)			
I/I 0,0	A° domina B (2)									
R/R -,-	Mudança dissonante (9)						B° domina A (5)			A – domina B (3)
D/I +,0				B – domina A (6)		Mudança congruente (para -) (8)				
I/R 0,-										
D/R +,-										

Por exemplo: os casos designados por (1) na Figura 2 exibem mudanças em preferências ideológicas que resultam numa maior conformidade com preferências (estáveis) democratas. *A* é + (democrata) tanto em T_1 como em T_2 . *B* muda de - para + (C para L), de - para 0 (C para M), ou de 0 para + (M para L). Esses três exemplos de mudança ideológica que criam maior concordância com a identificação partidária encorajam a conclusão de que o partido (estável) é a causa e a posição ideológica mudada é o efeito.

Os casos (2) e (3) também mostram preferências ideológicas mudando para conformar-se à identificação partidária, mas agora para os que se identificam com independentes e republicanos, respectivamente.

As instâncias complementares em que o partido muda para adequar-se melhor à ideologia estável, imutável, são marcados com (4), (5) e (6), correspondendo a um movimento no sentido de preferências ideológicas liberais, moderadas e conservadoras, respectivamente.

Nos casos (7) e (8), não é plausível nenhuma interpretação causal da relação entre partido e ideologia, pois ambos mudam na mesma direção “liberal” ou “conservadora” entre T_1 e T_2 , talvez em reação à mudança em algum terceiro fator ou

conjunto de fatores. Por fim, os casos designados por (9) mostram um aumento de divergência ou discrepância entre preferência partidária e posição ideológica e os (10) não sofreram nenhuma mudança. Ambas as categorias impossibilitam a inter-relação causal de curto prazo.

Nosso esquema de categorização envolve algumas simplificações grosseiras e a tricotomia inicial ignora informações relativas a *magnitudes* da mudança, mas nada disso parece violentar a lógica básica que governa uma interpretação da *direção* da causalidade na relação entre *A* e *B*.⁷ Tanto quanto saibamos, a novidade dessa classificação tabular de dois padrões variáveis de estabilidade e mudanças impede qualquer referência a uma literatura que corrobore sua validade.

A destruição de casos entre as primeiras seis categorias pode simplesmente indicar a proporção de casos que se enquadram em uma ou outra das duas estruturas simples que envolvem causalidade unidirecional. As categorias 1, 2 e 3 na Figura 2 sugerem que a variável imutável *A* (identificação partidária) está associada com, ou “causou” mudanças na variável *B* (auto-classificação ideológica). A amplitude em que as categorias 4-6 ocorrem é a mesma em que a ordem *A* antes de *B* é invertida. A relativa preponderância de 1-3 e 4-6 é, portanto, uma medida da amplitude em que uma ou outra seqüência causal é “dominante” na população no período de tempo examinado. Não há nada na definição operacional dos padrões causais que dê a *A* ou *B* uma vantagem a priori como agente causal dominante. Ambos os padrões são notáveis por seu explícito contraste com a suposição normal de que uma variável causa mudança em outra *somente* quando uma mudança documentada na primeira é seguida por uma devida mudança observável na segunda.

Mudando contextos: o papel dos estímulos exógenos

A suposição de que a mais estável das duas variáveis unidas numa relação causal pode realmente ser a “causa de mudança” independente na variável dependente leva a uma elaboração adicional sobre os modos comuns de pensar sobre a causalidade. A lógica da experimentação, que está por trás de boa parte de nosso pensamento, em geral reconhece explicitamente apenas duas variáveis na produção de um efeito: uma variável *dependente*, que muda quando a variável *independente* é manipulada (introduzida no experimento ou alterada em seu valor). Mas se a suposta variável

⁷ A decomposição de padrões de estabilidade e mudança atitudinal em dez categorias também convida para uma exploração interessante das interpretações causais dadas às mudanças em T_1 e T_2 na correlação entre duas variáveis. A exploração pode ser introduzida comprimindo as dez categorias em 4: (1) mudanças interpretáveis como conseqüência de interação causal (1-6), em que a correlação entre variáveis aumenta fortemente; (2) mudanças em que ambas as variáveis se movem na mesma direção (7 e 8), sem mudança substancial em correlações; (3) mudanças que levam à divergência (9) que produz um forte declínio ou inversão das correlações entre T_1 e T_2 ; e (4) ausência de mudança na correlação (10). Para o intervalo de tempo em análise, somente as mudanças na primeira categoria (1-6) sustentam uma interpretação causal de mudanças em T_1 - T_2 em correlações totais de *A* e *B*, mas cada uma das quatro categorias tem um impacto sobre as relações totais entre as duas variáveis nos dois pontos do tempo.

independente não muda e a variável dependente muda – entrando em maior conformidade ou se alinhando com a variável independente, a existência de um terceiro contribuidor para a relação causal torna-se aparente como uma condição necessariamente lógica para a produção de um “efeito”. Algo deve ter acontecido (análogo ao experimentador criando a mudança em X) para mudar a variável dependente, talvez com a ativação de X ou uma acentuação da relevância da variável causal imutável X para a conseqüente variável dependente mudada Y . Há um sentido claro em que um terceiro elemento deve ser a causa próxima anterior precipitadora. No experimento, ele aparece na forma do processo do experimento. No presente contexto, pode assumir a forma de um aspecto de uma campanha, ou uma mudança na circunstância eleitoral, ou talvez a simples passagem do tempo que pode ocorrer enquanto os cidadãos conciliam conflitos internos ou inconsistências em suas atitudes e percepções. (Esse “terceiro elemento” não deve ser confundido com o “terceiro fator”, que pode ser um antecedente comum responsável pela correlação entre X e Y .)

Infelizmente para nosso modelo analítico – ou para a maioria dos modelos de comportamento eleitoral –, não temos geralmente medida sistemática de qualquer dos elementos (além da passagem do tempo) nesse terceiro conjunto. Nos últimos quarenta anos, o conteúdo dos estudos eleitorais expandiu nossa cobertura de todos os tipos de variáveis “independentes” e “dependentes”, mas raramente saímos da psique do cidadão para medir os instrumentos de mudança concretos, a intervenção dos eventos e circunstâncias do mundo externo ao eleitor. Felizmente, a crescente consciência do problema levou muitos estudiosos a adornar as coletas de dados de surveys com a adição de dados contextuais (Bartels 1988). Contudo, até mesmo o mais elaborado “dado contextual” costuma ser insuficiente para medir sistematicamente a magnitude, a intensidade, a duração ou a relevância das intervenções contextuais.

O fracasso em avaliar as causas externas ou exógenas mediante medidas explícitas impõe uma possível restrição severa a nossas avaliações da importância causal de diferentes blocos de variáveis. No mínimo, fica aberta a possibilidade de que diferenças que parecem distinguir uma eleição de outra em relações que envolvem a escolha de voto podem *não* se dever obviamente a mudanças ou diferenças nos fatores iniciais, intrapsíquicos empregados em nossas análises, variáveis que designamos (e analiticamente ordenamos) como mais ou menos independentes e dependentes. Por exemplo, as preferências dos eleitores por determinadas políticas podem ter sido essencialmente constantes entre eleições, mas produzem diferenças entre eleições devido a diferenças na relevância das preferências por políticas para as diferentes escolhas de voto. As diferenças podem dever-se à ativação das assim chamadas preferências “independentes”, não a mudanças nas preferências. Outro exemplo: a relevância da identificação partidária de alguém para sua preferência ideológica pode depender do grau em que as campanhas dos candidatos promovam ou enfatizem a conexão entre partido e ideologia. Se assim for, independente de qual das duas variáveis

mude, é o comportamento do candidato que causa a mudança de um cenário para outro. Nesse caso, devemos achar algum modo de introduzir variações de comportamento do candidato na análise sistemática se quisermos compreender as ligações entre identificação e ideologia.

Uma vez que as mudanças de que estamos tratando resultam todas em aumento de congruência ou conformidade com um tema comum subjacente, é também bastante possível, como sugerimos, que o terceiro elemento seja simplesmente o *tempo*. O aumento de “acordo”, “congruência” ou “conformidade” implica alguma resolução de conflito ou redução de tensão que pode envolver não mais do que o processo mental de redução da dissonância psicológica. Um desacordo sentido entre o senso de localização ideológica de alguém e uma preferência política *pode ser* resolvido com a mudança de uma ou outra. O processo dessa resolução de conflito pode ser iniciado por um evento externo próximo, mas não necessariamente. Todavia, o reconhecimento de tais padrões básicos de relações envolvidas no deslinde das causas do comportamento eleitoral deve certamente levar a mudanças no desenho de futuros estudos e na atenção aos problemas de mensuração em futuras coletas de dados.

Estudos de caso

Identificação partidária e ideologia em 1990-1991 e 1991-1992

No restante dessa discussão é posto de lado o problema colocado pela falta de informação sobre o elemento crucial que induz ou produz mudanças mensuráveis em um painel de duas ondas. Simplesmente aceitamos o fato da mudança em uma das variáveis sem inquirir sobre a causa *externa* próxima. Concentramo-nos na seqüência temporal de mudanças nas duas variáveis. Primeiro, examinamos diretamente os dados de painéis tratados de forma a deixá-los o mais comparáveis possíveis, empregando medidas operacionalmente idênticas de duas variáveis, no primeiro exemplo, identificação partidária (IP) e auto-classificação ideológica. A primeira apresentação é obtida do recente painel do National Election Studies (NES) americano que faz a ponte entre o ano não-eleitoral de 1990, o ano da Guerra do Golfo (1991) e o ano eleitoral de 1992. Na Tabela 1, a segunda coluna usa 1990 e 1991 como T_1 e T_2 respectivamente; na terceira coluna T_1 é 1991 e T_2 é 1992.

De acordo com nosso esquema de classificar as muitas células em nossa tabela de mudança de voto para duas variáveis em dois pontos do tempo (Figura 2), a categoria modal em ambos os intervalos de tempo era “Nenhuma mudança” em ambas as variáveis. Porém, o impacto de refluxo do ano não-eleitoral de 1990 e a conseqüência energizadora de uma eleição presidencial que se aproxima podem ter-se refletido no pequeno decréscimo no tamanho do grupo “Nenhuma mudança” no segundo intervalo de tempo

(de 53% para 49%). O mesmo efeito disciplinador da aproximação de uma eleição nacional talvez se reflita também na incidência menor de mudança dissonante no mesmo intervalo de tempo (de 25% para 22%). Esses dois fatos produziram mais congruência de partido e ideologia com a aproximação da eleição presidencial.

Há também uma sugestão de um papel visível muito limitado de “terceiros fatores” que pode ser responsável pela mudança congruente em ambas as variáveis, ou que pode ser responsável por influências muito mais importantes que não podem ser deslindadas dentro dos intervalos de tempo captados pelo painel. O número de casos de aparente mudança conjunta na mesma direção não chega a 4% do painel entre 1990 e 1991 e chega apenas a 6% entre 1991 e 1992.

TABELA 1
Padrões plausíveis de influência causal entre identificação partidária e auto-classificação ideológica^a

	1990-1991	1991-1992
	(%)	(%)
Causas plausíveis		
1. IP democrata	4,3	7,7
2. IP independente	4,3	2,7
3. IP republicano	3,7	3,7
Subtotal	12,3	14,1
4. Ideologia liberal	0,7	3,4
5. Ideologia moderada	2,6	2,0
6. Ideologia conservadora	3,0	4,3
Subtotal	6,3	9,7
Outros Padrões		
7. Nenhuma interação causal; ambos foram para a esquerda	1,0	3,2
8. Nenhuma interação causal; ambos foram para a direita	2,6	2,8
9. Nenhuma interação causal; divergência	24,8	21,5
10. Nenhuma interação causal; nenhuma mudança	53,3	48,8
Subtotal	81,7	76,3
Total	100,0	100,0
(N)	(705)	(562)

^a Dados do Painel NES, 1990-1991-1992, postos à disposição pelo Inter-University Consortium for Political and Social Research. Os números que designam as dez categorias correspondem aos atribuídos na Figura 2. Nota: a soma das colunas não dá exatamente 100% devido a erros de arredondamento.

Em conseqüência dos três padrões (nenhuma mudança, mudança dissonante e mudança congruente simultânea) que frustram a interpretação de uma interação causal *entre* partido e ideologia, o resto dos números disponíveis para a interpretação causal de uma tal relação entre as duas variáveis é cerca de 18% do total, no primeiro intervalo, e 24%, no segundo. Ainda que tenhamos certas expectativas bastante específicas sobre qual padrão de direção causal predominará quando somente duas variáveis estão envolvidas (IP para ideologia, ou ideologia para IP), há pouca base a priori para esperar ou supor outra coisa. Em particular, temos pouca base para qualquer predição sobre a incidência relativa dos vários padrões que acabamos de identificar.

Não sabemos se a mudança que se ajusta a padrões plausíveis de causalidade envolvendo essas duas predisposições geralmente estáveis deveria valer para 5%, 10%, 20% ou mais de um painel de um ano, depois ou logo antes de uma eleição. As porcentagens de 18% e 24% para intervalos de um ano são altas, baixas ou médias? Sabemos pouco sobre o *ritmo* provável de mudança que pode ocorrer ou sobre as condições que acelerariam ou amorteceriam a mudança no papel de ambas as variáveis. Como vai diferir o ritmo de mudança para diferentes variáveis? Que conseqüências tem a aproximação de uma eleição presidencial para as relações entre variáveis formadas um, dois ou quatro anos antes? Que intervalo de tempo deve transcorrer sob quais condições para que ocorra uma mudança apreciável? Intervalos de alguns meses, um ano, dois anos ou quatro anos proporcionam cenários comparáveis para que ocorra mudança e ela seja estudada?⁸ Estamos apenas começando a entender as mudanças políticas de longo prazo na política americana e temos uma compreensão comparativamente menor das mudanças de curto prazo.

Não obstante, se nosso raciocínio até aqui está correto, talvez possamos usar nossa nova visão da covariância bivariada ao longo do tempo para descobrir o que pode ter ocorrido. O estabelecimento da possível predominância de um padrão causal sobre outro é apenas um produto – e concebivelmente o menos importante – da linha de indagação que se abre com nossa descrição tabular de estabilidade e mudança entre pares de variáveis.

Identificação partidária e auto-classificação ideológica: causa ou efeito?

Examinando os indícios relevantes para nossa curiosidade inicial sobre a relação entre partido e ideologia, que padrão de suposta influência causal predominou entre 1990 e 1991? No primeiro intervalo de tempo, os dados da Tabela 1 dão suporte ao argumento de que a trajetória causal vai com mais freqüência do partidarismo para a ideologia do que

⁸ A falta de precisão de nossa disciplina para compreender as condições que promovem mudança ou afetam taxas de mudança infesta a interpretação de dados de opinião pública durante uma campanha. Quantas mudanças na posição das corridas de cavalos deveriam ser produzidas por quais eventos? E, por inferência, quanto são os *outliers* conseqüências prováveis do método de coleta de dados? Ver Campbell e Garand (2000).

da ideologia ao partido, por uma substancial razão de 12,3 para 6,3 (66 a 34). Houve quase o dobro de casos em que a identificação partidária não mudou entre 1990 e 1991, enquanto que as mudanças em ideologia produziram uma maior conformidade com o partido assim como houve casos opostos (em que a ideologia estável foi seguida por identificação partidária). No segundo intervalo anterior à eleição de 1992, a direção predominante da influência causal foi do partidarismo como causa para a ideologia como consequência, mas por uma margem um pouco menor de 14,1 para 9,7 (59 a 41). Ao longo do período de dois anos, de 1990 a 1992, a seqüência dominante de mudanças teve a identificação partidária como causa primária e a ideologia como efeito.

Mas há evidentemente muito mais coisas para dizer. Em primeiro lugar, as margens de 2 para 1 ou 3 para 2 significam que houve grandes minorias para as quais a ordem dominante em cada seqüência analítica estava “errada”. Em ambos os intervalos, parece que uma quantidade substancial de indivíduos mudou seu sentimento de fidelidade partidária para ajustar-se a suas posições ideológicas imutáveis. Isso é uma prova clara de que, qualquer que seja a ordem analítica que escolhamos, ela não será apropriada para algumas pessoas, pelo menos durante algum tempo. Isso sublinha o reconhecimento crucial de que qualquer ordenação ótima será, como em praticamente todos os modelos, somente a melhor “média” adequada para uma população heterogênea.

Porém, de qualquer modo, a direção substantiva das mudanças líquidas parece combinar com a história do período. De 1990 a 1991, o movimento geral foi da esquerda para a direita (6% indo para a direita, enquanto 5% foram na direção oposta), em larga medida porque os conservadores ideológicos continuaram a se mudar para o Partido Republicano (Shanks e Miller 1991). Mas entre 1991 e 1992, a direção do movimento mudou. Possivelmente como prelúdio de um surto democrata nas urnas, o movimento em direção à esquerda democrata superou os movimentos em direção à direita republicana por uma margem de 11 a 8 (11,1 a 8,0).

A direção da mudança entre pessoas para as quais ambas as variáveis mudaram em direções congruentes segue o mesmo padrão: para a direita republicana entre 1990 e 1991 e para a esquerda democrata – por uma pequena margem – entre 1991 e 1992. Tudo somado, cerca de um quarto da população do painel (22,2% no primeiro intervalo, 29,8% no segundo), por uma margem de 3 para 2 (60 a 40), mudou *sistematicamente* de identificação partidária ou localização no *continuum* ideológico (ou ambas) no intervalo de dois anos.

Para ampliar nossa investigação sobre relações causais entre pares de variáveis, há uma variedade de pesquisas painéis de duas rodadas que podem ser exploradas com a confiança de que todas as variáveis foram criadas por exatamente as mesmas operações de medida. A mais elaborada, dois painéis de seis meses, vem do painel intra-ano do NES, janeiro-junho-outubro de 1980. O painel do CPS de 1972-1974-1976 oferece duas comparações familiares de dois anos. Tendo em vista o projeto do NES para estudos de anos não eleitorais, há muitos painéis disponíveis da década recente. Porém,

alguns dos dados mais interessantes vêm do estudo mais antigo de Jennings sobre socialização política e mudança de atitude (Jennings e Niemi 1981). O painel de longo prazo do estudo mais antigo de Jennings é mais interessante teoricamente porque os contrastes entre resultados empíricos de análises tanto de um painel de pais quanto de um painel de filhos são muito grandes.

Dada a natureza nova de nosso paradigma tabular, atacamos agora em duas frentes: procuramos indícios de causalidade predominante na relação entre membros de vários pares de variáveis e, ao mesmo tempo, exploramos circunstâncias que podem testar a validade de nossas interpretações. Por exemplo, o painel de longo prazo de uma parte do estudo de Jennings oferece várias configurações que parecem muito interessantes em ambas as frentes.

Diferenças de geração: o painel de Jennings

O intervalo de tempo de particular interesse para nós no painel de Jennings abrange um período de mudanças rápidas na política nacional americana. O primeiro ponto no tempo para nossa análise é 1973, quando uma amostra nacional de alunos de último ano do segundo grau de 1965 foi entrevistada novamente, assim como seus pais. O segundo ponto no tempo que usamos desses dois painéis é 1982, quase uma década depois.⁹ Entre os filhos – cujas idades mudaram de 25-26 para 34-35 entre 1973 e 1982 – houve uma quase paridade entre os dois padrões direcionais de suposta influência envolvendo identificação partidária e ideologia liberal/conservadora entre 1973 (T_1) e 1982 (T_2). Ao longo de nove anos, cerca de 10% da coorte mais jovem demonstrou partidarismo estável, com um aumento na conformidade ideológica ao partido; de modo inverso, a ideologia “prevaleceu” e produziu mudanças conformes na opção partidária entre 9% da coorte. Nesse grupo jovem e relativamente bem instruído, cujos membros não poderiam ter participado mais do que das duas eleições presidenciais de 1968 e 1972 antes de T_1 (1973), a identificação partidária foi pouco mais estável – ou causalmente dominante – do que o fenômeno menos comum da auto-classificação ideológica.

Em contraste, o painel de pais observou – se não tivesse efetivamente votado – pelo menos sete eleições presidenciais, com frequência, desde o período anterior à Segunda Guerra Mundial e o New Deal. A idade dos pais variava entre os quarenta e muitos e os cinqüenta e poucos anos em 1973 (T_1), e de mais de cinqüenta a mais de sessenta em 1982 (T_2). Para esse conjunto relativamente maduro de adultos, a direção causal vai do partido (como causa) à ideologia (como efeito) em três de cada quatro casos (16% a 5%). O período de turbulência política durante os primeiros quinze anos de vida adulta da geração dos filhos produziu respostas deles que eram bem diferentes das respostas dos pais, que tinham vivido os sucessos políticos relativos do New Deal, da

⁹ Infelizmente, o primeiro intervalo do estudo não pode ser usado para nossos propósitos devido à ausência de medidas comparáveis de identificação partidária e ideologia em 1965 e 1973. Ver Jennings e Niemi (1981).

Segunda Guerra e da prosperidade do pós-guerra. O padrão dos pais exibiu a dominância da identificação partidária, formada em larga medida sob o governo de Franklin D. Roosevelt e o New Deal. O contraste com a quase paridade de partido com a ideologia liberal-conservadora entre seus filhos é uma prova direta de que a afiliação partidária pode de fato estabilizar e fortalecer com a idade e, portanto, aumentar sua centralidade no processo que molda outras atitudes e percepções políticas.

Nossa técnica para traçar seqüências temporais de mudança em busca de supostas provas da direção da causalidade pode ter a importante conseqüência de proporcionar testes como o que acabamos de observar para algumas das propriedades teóricas das variáveis sob investigação. Tais testes podem revelar teoricamente variações relevantes na estabilidade e centralidade de qualquer variável dada envolvida em processos causais da formação de atitudes, valores e crenças. Na medida em que os resultados de testes intencionais não forem embaçados por erros de mensuração e mudanças idiossincráticas, parece que seremos também lembrados insistentemente de que a heterogeneidade de qualquer população “natural” pode desafiar a descoberta de qualquer processo causal uniforme e único que seja compartilhado por todos os membros. Ao mesmo tempo em que aprendemos sobre o grau em que uma ordenação de variáveis é manifestamente inapropriada para alguns membros da população em estudo, podemos saber mais sobre ambas as variáveis e as pessoas em exame.

De direta relevância para a análise eleitoral, as coortes de pais e filhos no estudo de Jennings também refletem padrões contrastantes nas relações entre identificação partidária e preferências por políticas específicas. Em 1973 e também em 1982, perguntou-se aos membros de ambos os painéis sobre suas preferências em duas questões políticas muito diferentes. A primeira pergunta era se aprovavam ou desaprovavam que o governo tivesse um papel ativo nos assuntos domésticos, garantindo a disponibilidade de empregos e a manutenção de um “bom padrão de vida”. Entre os pais, a interpretação causal presuntiva das conexões entre essas preferências e a identificação partidária favoreceu o partido como causa por uma proporção de mais de 2 para 1 (16% a 7%). Na coorte dos filhos, o partido foi dominante, mas a razão foi somente de 12 para 10.

Diferenças mais pronunciadas apareceram sobre a questão de se os Estados Unidos deviam ter intervindo no Vietnã. Na geração dos pais, o partido novamente dominou como causa, embora pela proporção menor de 16 para 10. Porém, entre os filhos, a direção causal dominante inverteu-se, das atitudes sobre o Vietnã como “causa” para a mudança de identificação partidária como “efeito” por uma sólida proporção de 13 para 8. Isso é um indício mais do que sugestivo de que enquanto as lealdades partidárias ainda estão se cristalizando em jovens adultos, as preferências políticas que estão no centro do debate contemporâneo podem desempenhar um importante papel na moldagem dessas lealdades. É interessante observar que embora o sentimento anti-Vietnã fosse a causa presumida mais freqüente em ambas as gerações (em vez dos sentimentos pró-intervenção), a proporção anti-Vietnã/pró-Vietnã para os filhos foi somente de 9 para 4,

em comparação com 9 para 1 entre seus pais. A esta altura, não podemos dizer se os sentimentos da geração mais velha estavam simplesmente refletindo velhos “valores democratas liberais” que persistiam enquanto novas lealdades partidárias se criavam entre seus filhos.

Contudo, outras diferenças geracionais que foram posteriormente bem documentadas por muitas outras fontes estavam claras nos dados de 1982 de Jennings. Em sua opção partidária, a principal coorte da geração pós-New Deal – os *baby boomers* do final dos anos 80 e começo dos 90 – veio a ser tão desequilibrada – 72 democratas para 28 republicanos – quanto seus pais da geração New Deal (71 democratas para 29 republicanos). Porém, eles eram muito mais “conservadores” do que os mais velhos. Quanto à preferência ideológica, os filhos se dividiram em 49 conservadores e 51 liberais, enquanto os mais velhos se dividiram em 23 conservadores e 77 liberais. Essa diferença entre gerações corre em paralelo com as diferenças de atitudes em relação à intervenção dos EUA no Vietnã. (Tudo isso, é claro, entre os 75% de famílias cujos filhos não deixaram a escola antes do último ano do segundo grau e numa época em que as mudanças da era Reagan na opção partidária da população não haviam diminuído a vantagem que os democratas levavam desde o New Deal.)

Deve-se observar que esses arautos do futuro eram visíveis somente em um em cinco de cada geração que exibia os padrões de mudança aos quais estamos atribuindo significado causal. Tanto no estudo de Jennings como em vários outros estudos nos quais tocamos brevemente no resto deste artigo, parece que outros 40% a 50% de qualquer população dada de cidadãos em idade de votar não mostram mudanças em qualquer membro de qualquer par de variáveis durante intervalos de um ano ou mais, antes ou depois de uma eleição. O restante, freqüentemente uma parcela apreciável, divide-se então entre um punhado em que ambos os membros de um par variável mudam em uníssono (talvez refletindo um terceiro fator comum) e um conjunto muito maior em que as atitudes refletidas no par de variáveis divergem umas das outras e, portanto, desafiam qualquer interpretação causal fácil. Em resumo, padrões de mudança sistemáticos ou interpretáveis parecem geralmente confinados aos casos identificados por variáveis com valores convergentes.

Uma advertência sobre erro de mensuração

Antes de avançar mais no estudo das relações causais entre os membros de pares variáveis, devemos observar de novo quão pouco sabemos sobre as propriedades estatísticas dos procedimentos analíticos que estamos usando. Em particular, sabemos muito pouco sobre a possível confusão que resulta de erro de mensuração ou de mudança aleatória. Uma vez que supomos geralmente que os erros de mensuração diminuem o aparecimento de confiabilidade de medida (ver Green e Palmquist [1990] para uma aplicação à mensuração de identificação partidária), pode seguir-se que – como

sugerimos antes – um esquema analítico que iguala dominância em relações causais com a maior estabilidade medida de uma variável individual seja vulnerável a acusações de validade limitada devido à intrusão de erro de mensuração. Quanto mais erro, maior a probabilidade da incidência de mudança “conformante”; quanto menos erro, maior a probabilidade do aparecimento de estabilidade dominante. Essa possibilidade não pode ser ignorada, mas há várias abordagens de uma avaliação sistemática da seriedade do problema.

No decorrer da exploração de possíveis interpretações substantivas, aproveitamos a oportunidade para observar a estabilidade ou confiabilidade convencionalmente medida de uma dada variável em relação à confiabilidade medida de outras variáveis com as quais foi unida na busca de relações causais plausíveis. Por exemplo, nas análises do painel do NES de 1990-1991-1992, examinamos cerca de 50 pares de variáveis. Em 18 casos, a mais alta confiabilidade teste-reteste, T_1-T_2 , de uma variável (comparada com a outra) estava de fato associada com um papel causal aparentemente dominante da variável mais estável. Ou para dizer de outro modo, nesses 18 casos, uma autocorrelação intra-item T_1-T_2 mais baixa para uma variável estava associada à interpretação de a variável ser com mais freqüência “causada” pela outra variável mais estável. Porém, em 32 casos, a proporção da causa presumida para o efeito foi contradita pela proporção baixa confiabilidade/alta confiabilidade. Em outras palavras, em 32 de 50 casos não se podia atribuir a maior incidência de direção causal simplesmente a uma maior confiabilidade de mensuração da variável aparentemente dominante porque, na verdade, essa variável não era medida com mais estabilidade ou confiabilidade.

Uma vez que 18 dos 50 pares (18 diferentes dos acima) envolviam identificação partidária, a qual é, por larga margem, a mais confiável de todas as variáveis políticas, é interessante examiná-los separadamente. Em 11 dos 18 casos envolvendo identificação partidária, essa identificação aparece de fato como a mais confiavelmente medida, bem como é a “causa” dominante; nos outros sete pares, o partido também foi medido como a variável mais confiável, mas não devia ser interpretado como a variável causal dominante. Dados os números para todos os 50 pares, nos outros 32 casos restantes que não envolviam identificação partidária, somente sete casos baseavam-se em que a maior confiabilidade univariada estava associada com dominância causal; em 25 casos, a variável que dominava como causa putativa exibia *menos* confiabilidade (uma correlação T_1-T_2 menor) do que o “efeito” presumido.

Outros testes menos diretos parecem diminuir ainda mais a probabilidade de que as interpretações de direção causal dominante sejam, na verdade, a simples consequência de mudança aleatória ou erro de mensuração. Não obstante, há circunstâncias em que uma provável intrusão do problema de mensuração não é facilmente descartada. Um desses conjuntos de circunstâncias compreende a relação entre idade e identificação partidária. Como observamos, a teoria diria que a identificação partidária se torna mais forte e mais influente com a idade. E é certo que nos painéis de

Jennings, no painel intra-ano de 1980 e no painel de longo prazo 1972-1974-1976 a identificação partidária é consistentemente interpretável como “causa” com muito mais frequência entre as pessoas mais velhas do que entre os jovens. Porém, com a mesma consistência, a identificação partidária exibe maior estabilidade (ou confiabilidade medida) entre os mais velhos. Sem maior precisão em nossa avaliação da incidência de erro de mensuração ou da centralidade relacionada com idade da identificação partidária, a conclusão de que essa identificação é com mais frequência um agente causal entre os mais velhos do que entre os jovens permanece pelo menos vulnerável a críticas quando a conclusão se baseia em nossa análise causal de fluxo direcional de duas variáveis.

Participação, educação e o papel causal da predisposição política

Por outro lado, alguns outros resultados das primeiras explorações de nosso algoritmo tabular parecem menos vulneráveis às críticas baseadas na suposição de erro de mensuração. Ao examinar as diferenças em padrões causais para votantes e não-votantes, por exemplo, as autocorrelações para praticamente todas as variáveis relevantes do painel 1990-1991-1992 são essencialmente as *mesmas* para ambos. Contudo, no painel do começo dos anos 90, nos painéis de 1980 e também nos de 1972-1974-1976, há diferenças persistentes entre votantes e não-votantes que sustentam diferentes interpretações causais dentro de cada um dos dois grupos de cidadãos. Ao fazer o teste para relações causais envolvendo identificação partidária, o partido aparece quase invariavelmente como “causa”, com as preferências políticas aparecendo como “efeitos” *entre os votantes*. Em contraste, nos não-votantes entre 1972 e 1974, as atitudes em relação a direitos civis, o papel das mulheres na sociedade e os direitos dos acusados dominam a identificação partidária nas análises de mudança direcionais de duas variáveis, e por margens de 6 a 5, 10 a 7 e 8 a 7 respectivamente. Como mostra a Tabela 2, entre os *votantes* com menos do que escolaridade superior, as proporções que favorecem o partido como causa eram fortemente acentuadas. Por margens de 13 a 3, 13 a 6 e 15 a 4, a identificação partidária anterior influenciava as preferências nessas questões políticas mais do que o inverso.

TABELA 2
Dominância causal dentro de pares de variáveis, identificação partidária e preferências políticas, 1972-1974 e 1974-1976, por participação do eleitor e instrução^a

"Outras" variáveis	Não-votantes		Votantes com menos do que instrução superior ^a		Votantes com pelo menos alguma instrução superior	
	IP dominante	Outra dominante	IP dominante	Outra dominante	IP dominante	Outra dominante
Ideologia						
1972-1974	3	2	11	3	8	7
1974-1976	4	2	11	2	7	5
Auxílio às minorias						
1972-1974	8	8	15	5	9	6
1974-1976	4	4	18	4	10	6
Direitos dos acusados						
1972-1974	5	6	13	3	8	2
1974-1976	7	7	14	4	13	5
Papel das mulheres						
1972-1974	7	10	13	6	9	8
1974-1976	7	4	11	6	8	5
Emprego & padrões de vida						
1972-1974	10	3	11	5	9	5
1974-1976	9	5	15	4	13	6
Perdão presidencial						
1974-1976	5	14	8	10	7	10

^a Os números são proporções de toda a população do painel que refletem relações causais plausíveis. O número de casos varia; o máximo é 1270

De modo mais geral, em ambos os intervalos de 1972-1974 e 1974-1976, instâncias em que as variáveis eram relativamente iguais na freqüência com que apareciam como “causa plausível”, ou instâncias em que o partido era dominado pela variável relacionada com a questão política foram encontradas *somente* entre os não-votantes. O contraste foi proporcionado pelos votantes com menos do que escolaridade superior; entre eles, o partido sempre dominava como “causa provável”, e por proporções de quase três para um, em média. Entre os votantes com alguma educação superior, os efeitos eram mais equilibrados – o partido também era dominante, mas por margens menores. O papel dominante da identificação partidária como “a causa” era mais evidente na disputa com o conceito mais ou menos abstrato de preferências ideológicas liberais ou conservadoras.

Ao menos uma exceção notável a esse padrão ocorreu no interlúdio 1974-1976 nas atitudes com respeito ao perdão dado pelo presidente Ford ao ex-presidente Nixon. Entre os votantes, assim como entre os não-votantes, o controvertido perdão produziu o padrão dominante de mudanças. O partido influenciou a aprovação relativa da generosidade do sr. Ford com muito menos freqüência do que a identificação partidária mudou devido a atitude em relação ao perdão.

Quando a ideologia (auto-classificação numa escala liberal-conservadora) substitui a identificação partidária nos pares de variáveis específicos das políticas nos painéis de 1972-1974 ou 1974-1976 (ver Tabela 3), os votantes com mais escolaridade oferecem de modo bastante uniforme provas de instâncias em que as predisposições ideológicas moldam as preferências em questões políticas com mais freqüência do que são moldadas por elas.

As posições anteriores com respeito às questões parecem dominar uniformemente a ideologia entre os não-votantes; o mesmo vale para os votantes com menos escolaridade, por uma margem um pouco menor. Em todas as cinco questões políticas disponíveis para exame, a ordenação de nossos três grupos de cidadãos estava clara: preferências em questões específicas moldadas por preferência ideológica eram relativamente menos numerosas somente entre os votantes com escolaridade superior. No outro extremo estavam os não-votantes, entre os quais a ideologia raramente dominava no contexto com preferências em questões específicas.

TABELA 3
Dominância causal dentro de pares de variáveis, ideologia e preferências políticas, 1972-1974 e 1974-1976, por participação do eleitor e instrução^a

"Outras" variáveis	Não-votantes		Votantes com menos do que instrução superior ^a		Votantes com pelo menos alguma instrução superior	
	IP dominante	Outra dominante	IP dominante	Outra dominante	IP dominante	Outra dominante
Auxílio às minorias						
1972-1974	3	7	5	9	9	6
1974-1976	4	7	4	8	8	7
Direitos civis						
1972-1974	2	4	4	9	9	4
1974-1976	2	6	4	6	8	7
Direitos dos acusados						
1972-1974	3	6	4	6	8	7
1974-1976	0	4	4	7	10	6
Papel das mulheres						
1972-1974	2	11	6	9	8	8
1974-1976	1	6	3	5	6	6
Emprego & padrões de vida						
1972-1974	4	7	4	6	9	7
1974-1976	4	6	5	8	12	9

^a Os números são proporções de toda a população do painel que refletem relações causais plausíveis. N é aproximadamente 1270

Os dois painéis da década de 1970 dão sustentação à série de generalizações de interesse direto para nossa investigação. (1) Na análise das preferências dos *votantes*, é dominante a ordem que tem a identificação partidária precedendo a auto-classificação ideológica que, por sua vez, precede as preferências em questões políticas específicas. (2) Esse caso ocorre com mais frequência entre os votantes menos instruídos do que entre aqueles que têm alguma escolaridade superior. (3) Mesmo nos contextos em que essa generalização é mais claramente verdadeira, uma quantidade substancial de votantes reflete seqüências temporais de mudança em que o partido parece ser moldado para se conformar a predisposições ideológicas estáveis ou preferências por políticas específicas. (4) Entre os não-votantes, essas preferências parecem moldar as preferências ideológicas com mais frequência do que o inverso. (5) Entre os não-votantes,

o partido era raramente dominante como causa de mudanças de atitude relacionadas com questões políticas específicas.

Idade, educação e comparecimento eleitoral foram tratados aqui como variáveis “condicionais”, introduzidas para testar a ordenação de identificação partidária, predisposições ideológicas e preferências em questões políticas específicas. Não surpreende que isso tenha exposto também relações pertinentes a preocupações mais amplas com a natureza e a mensuração da opinião pública. O uso “efetivo” de predisposições ideológicas abstratas está apropriadamente associado ao envolvimento político (votar) e à instrução; o partidarismo parece ter seu maior impacto nos votantes menos instruídos; e a periferia política reage mais às questões individuais e dramáticas – Watergate e o perdão presidencial, a mudança do papel das mulheres na sociedade, ajuda às minorias e crime. E sem esquecer a clássica designação de Converse de “não-attitudes”, a presença ubíqua de mudança dissonante ou discordante em preferências em questões políticas é notável, particularmente entre os membros mais periféricos do eleitorado, os não-votantes. Para nossos propósitos aqui, esses ecos das contribuições mais convencionais à literatura sobre a formação e organização das atitudes políticas acrescentam credibilidade à significância de nosso algoritmo tabular (ver Converse 1962; Zaller 1992).

Mudança induzida por campanha em 1980

No decorrer da campanha de 1980, o enorme número de pessoas que exibiam possíveis padrões causais na mudança de relações entre partido e ideologia era aproximadamente proporcional ao número em outros períodos mais longos captados por painéis de longo prazo. Entre janeiro e junho de 1980, 11% dos membros do painel de 1980 mudaram suas auto-classificações ideológicas, alinhando-os com suas identificações partidárias imutáveis; somente 6% refletiram mudanças em partido que estavam em maior conformidade com sua localização ideológica. Entre junho e outubro daquele ano eleitoral, a proporção foi ainda maior, com 12% favorecendo a identificação partidária como a causa provável e somente 4% revelando posições ideológicas estáveis acompanhadas por mudanças congruentes de partido. Essa mudança refletia possivelmente o equilíbrio cambiante de influências de longo prazo/curto prazo produzido pela aproximação da eleição presidencial de 1980.

É interessante observar que a natureza singular do ano da ascensão de Reagan é sugerida pelo fato de que, particularmente na primeira metade do ano, a lealdade ao partido Democrata superou os republicanos no papel causal, enquanto que as predisposições conservadoras superaram claramente as liberais entre aqueles para os quais a ideologia era a causa presumível dominante (de mudanças em identificação partidária favorecendo os republicanos). De qualquer modo, se esse par de intervalos de tempo é de alguma forma típico dos anos de eleição presidencial, a seqüência partido-ideologia predomina antes da campanha e domina amplamente à medida que a eleição se

aproxima.

Isso era válido tanto para cidadãos mais velhos, onde aumentava a dominância da identificação partidária sobre as atitudes em relação aos serviços e aos gastos governamentais, como para os de menos de 45 anos. Porém, uma diferença notável de idade existia nas direções partidárias das influências dominantes. No grupo mais velho, dois terços daqueles cujas identificações partidárias aparentemente moldavam suas preferências em questões políticas eram democratas – somente um terço era republicano. Em consequência, entre eles, as preferências em políticas deslocaram-se para o lado liberal. No grupo mais jovem, a divisão partidária era de somente 49 democratas para 51 republicanos. E entre as gerações mais jovens, onde as preferências em questões políticas eram muito menos moldadas por simpatias democratas do que entre os mais velhos, essas preferências mudaram mais para o lado conservador. Ao mesmo tempo, porém, entre os jovens, somente 30% dos que mudaram de *identificação partidária* (para combinar melhor com as preferências em políticas) estavam reagindo a preferências conservadoras, enquanto que no grupo mais velho, 45% do grupo relativamente menor que estava mudando de partido o faziam pelo mesmo motivo. Como uma análise anterior da eleição de 1980 podia apenas sugerir, esta análise documenta o fato de que os eleitores mais jovens (que mudaram de preferências políticas) eram com mais frequência republicanos e (entre os que mudaram de partido), mais liberais do que os mais velhos – o que contribuía para uma interessante tensão entre futuras lealdades e preferências, pelo menos entre aqueles jovens eleitores que mudaram suas preferências e lealdades durante o ano eleitoral de 1980 (Miller e Shanks 1982).

Outras implicações derivadas da representação tabular da influência causal

Trabalhando ainda com o painel de 1980, há dados adicionais de que as configurações de mudança que estamos observando são reais e significativas, não aleatórias e efêmeras. Em concordância com as expectativas teóricas, não surpreende descobrir que os que se identificam com partidos “fortes” refletem uma unanimidade virtual na ausência de mudança “ideologicamente causada” e na dominância de suas lealdades partidárias. Eles também refletem a instância mais baixa de mudança em ambas as variáveis e o número menor de casos de mudança “não interpretável”. Por outro lado, os independentes, ou eleitores sem preferência partidária, exibem a menor estabilidade, a maior propensão a mudanças aparentemente aleatórias e uma incidência visivelmente maior de mudança atribuível à ideologia.

Numa dimensão bem diferente, os padrões de mudança atitudinal parecem estar relacionados com o envolvimento do cidadão em política. Aqueles que dizem acompanhar quase sempre os assuntos públicos são os menos inclinados a mudar as preferências políticas; os que raramente fazem isso, são mais voláteis e apresentam com mais frequência mudanças que não se rendem a uma interpretação fácil, enquanto que os bons cidadãos costumam mudar de um modo interpretável. Ao mesmo tempo, o interesse

dos cidadãos na campanha em curso apresenta uma variante interessante sobre o tema. Menos mudança em atitudes políticas está associada a menos atenção à campanha, mas é a categoria média – aqueles que se interessam “um pouco” pela campanha – a mais volátil e a mais provável de mudar de maneira inesperada. Isso lembra a relação curvilínea freqüentemente observada entre envolvimento político e suscetibilidade à mudança. Aqueles que não se engajam nem periféricamente à campanha em curso são menos abertos à mudança; os que dão mais atenção são muito mais abertos, mas sua mudança – no curto prazo – é amiúde errática; os que se envolvem mais profundamente não mudam muito ou com freqüência (supostamente ancorados pelo peso de seu conhecimento de política), mas quando mudam, a mudança parece interpretável.

Devido ao rico banco de dados proporcionado pelo atual desenho de estudo do NES, as investigações detalhadas da política nos anos 80 prometem mais insights sobre as influências causais que modelam a opinião pública. Em 1994, foram acrescentadas medidas de predisposições relativas ao igualitarismo e a tolerância moral à identificação partidária e à auto-classificação ideológica como medidas baseadas em painel de predisposições relacionadas com políticas relevantes para as preferências em políticas dos eleitores. Usando dados do painel 1992-1994 em nossos algoritmos tabulares, o partido geralmente domina a ideologia, que domina a tolerância moral que, por sua vez, domina o igualitarismo. Algo da disposição peculiar da época pode ser captado pelo grau em que as preferências em questões como ação afirmativa, pena de morte, auxílio a cidadãos negros e limites de mandato pareciam influenciar todas as quatro predisposições, supostamente mais genéricas. A dominância delas sobre o igualitarismo era particularmente notável. Ao mesmo tempo, ou pelo menos no mesmo período, as atitudes em relação ao seguro saúde e aos serviços e gastos domésticos do governo estavam mudando para concordar melhor com as mesmas predisposições, e sobretudo com a identificação partidária.

Conclusão

Estes vários exemplos ilustram algumas das possíveis conseqüências de estabelecer as credenciais de nosso paradigma tabular para avaliar a direção causal das relações entre duas variáveis inter-relacionadas. O procedimento pode aparentemente iluminar muitos aspectos das origens e conseqüências dos antecedentes da decisão de voto, bem como sugerir uma dominante ordenação entre subconjuntos de variáveis unidas em uma única equação explicativa. Porém, tendo em vista a natureza pragmática, presa aos dados, deste experimento em particular na explicação causal, é difícil ver todas as implicações, ou falta delas, do que descobrimos. Muito do que observamos foi interessante e provocador, mas foi selecionado para apresentação com talvez pouca apreciação de todas as proposições metodológicas que poderiam ser invocadas.

Ao mesmo tempo, está claro que concentramos nossa atenção com mais agudeza na seqüência temporal da mudança do que é possível com usos mais ortodoxos de estatística correlacional ou de regressão. Voltando por um momento à nossa descrição dos padrões de estabilidade e mudança produzidos por nossas manifestações tabulares, algo em torno de um quarto de cada painel esteve envolvido em todos os padrões de mudança que julgamos interpretáveis em termos de mudança direcional causada. Os restantes três quartos foram divididos em (2) casos que não exibiam nenhuma mudança em ambas as variáveis e (3) casos de divergência em direções “opostas”. A segunda categoria reflete aparentemente relações estáticas estabelecidas em algum momento anterior; a terceira desafia qualquer interpretação causal direcional da interação entre as duas variáveis. Não obstante, as três categorias desempenham um papel em estimativas agregadas da relação total (correlação) entre A e B tanto em T_1 como em T_2 e, portanto, em mudanças em coeficientes que resumem as relações entre T_1 e T_2 . O isolamento daqueles casos para os quais uma seqüência temporal observada de mudanças em variáveis individuais parece “fazer sentido” ofereceria um acesso mais direto à análise das relações tal como elas mudam ao longo do tempo.

Os dados de painel que examinamos em nossa busca da ordem temporal que deve sustentar inferências causais válidas baseadas em dados longitudinais deram quase invariavelmente suporte à expectativa de que a identificação partidária anterior leva a mudanças na ideologia liberal/conservadora dos eleitores, com mais freqüência do que a ideologia estável leva a mudanças congruentes na identificação partidária. O partido tem sido mais dominante entre votantes moderadamente instruídos; a ideologia aparece com mais freqüência no papel de motor principal entre os votantes com instrução superior.

Entre os não-votantes, nem a identificação partidária nem a ideologia aparecem com a mesma freqüência como causa do aumento de congruência nas preferências em questões políticas, sendo que a ideologia é menos freqüentemente dominante como causa de mudança.

A identificação partidária aparece dominante com mais freqüência como causa de mudança de atitude entre eleitores mais velhos. Nas comparações do painel de Jennings entre pais e filhos, ideologia e questões políticas eram designadas “causadoras” com mais freqüência entre jovens adultos (a coorte dos filhos) do que entre cidadãos da geração dos pais.

As diferenças associadas à idade, escolaridade e participação política dos eleitores estão todas convenientemente associadas com expectativas teóricas estabelecidas relativas aos papéis causais da identificação partidária, ideologia como predisposição relacionada a políticas e preferências quanto a políticas específicas. Entre nossas descobertas, talvez tenha importância igual a documentação do grau em que as influências causais são contrariadas por fluxo causal aparente na direção oposta. Podemos nos sentir satisfeitos com o fato de que a seqüência IP→ID→Questões é dominante entre os votantes, mas também é verdade que a inversão dessa ordem causal pode caracterizar uma minoria muito visível, se não uma maioria ocasional, dentro da população heterogênea dos eleitores da nação. Por fim, a evidência de ordem e coerência na organização de opiniões de massa não nega a presença contínua de muitas, muitas não-attitudes e preferências conflitantes, entre os eleitores mais escolarizados e aqueles cidadãos mais periféricos à política e às eleições nacionais.

BIBLIOGRAFIA

- ALWIN, D. P. & HAUSER, R. M. (1975) The Decomposition of Effects in Path Analysis. *American Sociological Review*, 40:37-47.
- BARTELS, Larry. (1988) *Presidential Primaries and the Dynamics of Public Choice*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- BLALOCK, Hurbert M., Jr. (1961) *Causal Inferences in Nonexperimental Research*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- _____. (1971) *Causal Models in the Social Sciences*. Nova York: Aldine/Atherton.
- BRADY, Henry & JOHNSTON, Richard. (1987) What's the Primary Message: Horse Race or Issue Journalism. In: *Media and Momentum*, eds. Gary R. Orren e Nelson W. Polsby. Chatham, NJ, pp. 127-186.
- BRODY, Richard A. & PAGE, Benjamin I. (1972) The Assessment of Policy Voting. *American Political Science Review*, 66:450-458.
- _____. et al. (1969) Vietnam, the Urban Crisis and the 1968 Election. Trabalho apresentado na Reunião Anual da American Sociological Association, San Francisco.
- CAMPBELL, A., CONVERSE, Philip E., MILLER, Warren E. & STOKES, Donald E. (1976) *The American Voter*. Chicago: University of Chicago Press.
- CAMPBELL, James & GARAND, James. (2000) *Before the Vote: Forecasting the 1996 American National Elections*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- CONVERSE, Philip E. (1962) Information Flow and Stability of Partisan Attitudes. *Public Opinion Quarterly*, 26:578-599.

- _____. (1964) The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: *Ideology and Discontent*, ed. David Apter. Nova York: Free Press.
- DAVIS, James A. (1985) *The Logic of Causal Order*. Beverly Hills, CA: Sage.
- FIORINA, Morris P. (1981) *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven, CT: Yale University Press.
- GEER, John. (1988) What Do Open-Ended Questions Measure? *Public Opinion Quarterly*, 52:365–370.
- GREEN, Donald P. & PALMQUIST, Bradley. (1990) Of Artifacts and Partisan Instability. *American Journal of Political Science*, 34:872–902.
- JACKSON, John E. (1975) Issues, Parties and Presidential Votes. *American Journal of Political Science*, 19:167–185.
- JENNINGS, M. Kent & MARKUS, Gregory B. (1984) Partisan Orientations over the Long Haul: Results from the Three-Wave Political Socialization Panel Study. *American Political Science Review*, 78:1000–1018.
- _____. & NIEMI, Richard G. (1981) *Generations and Politics: A Panel Study of Young Adults and Their Parents*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- KENDALL, Patricia L. & LAZARSELD, Paul F. (1950) Problems of Survey Analysis. In: *Continuities in Social Research: Studies in the Scope and Method of "The American Soldier,"* eds. R. K. Merton e P. P. Lazarsfeld. Glencoe, IL: Free Press, pp. 148–154.
- MILLER, Warren E. & SHANKS, J. Merrill. (1982) Policy Directions and Presidential Leadership: Alternative Interpretations of the 1980 Presidential Election. *British Journal of Political Science*, 12:299–356.
- _____. (1996) *The New American Voter*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- RABINOWITZ, George & MacDONALD, Elaine Stuart. (1989) A Directional Theory of Issue Voting. *American Political Science Review*, 83:93–121.
- ROSENBERG, Morris. (1968) *The Logic of Survey Analysis*. Nova York: Basic Books.
- SHANKS, J. Merrill & MILLER, Warren E. (1990) Policy Direction and Performance Evaluation: Complementary Explanation of the Reagan Elections. *British Journal of Political Science*, 20:143–235.
- _____. (1991) Partisanship, Policy and Performance: The Reagan Legacy in the 1988 Election. *British Journal of Political Science*, 21:129–197.
- TEIXEIRA, Ruy. (1984) *Why Americans Don't Vote*. Westwood: Greenwood Press.
- WRIGHT, Sewall. (1921) Correlation and Causation. *Journal of Agricultural Research*, 20:557–585.
- ZALLER, John. (1992) *The Nature and Origins of Mass Opinions*. Nova York: Cambridge University Press.

Tradução do original em inglês de Pedro Maia Soares

Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia

Antonio Albino Canelas Rubim

Faculdade de Comunicação
Universidade Federal da Bahia

Resumo

No mundo contemporâneo, o surgimento e desenvolvimento da comunicação midiática, e a conformação de uma sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia recolocam em intensa evidência a temática do relacionamento entre política e comunicação. A interação entre mídia e eleições é tomada aqui como emblemática das transformações.

Palavras-chave: mídia, eleições, comunicação, política

Abstract

In the contemporary world, the emergence and the development of a mediatic communication, and the conformation of a sociability structured by the media put in evidence the relationship between politics and communication. The interaction between media and elections is analyzed in this article as the emblematic example of these transformations.

Key words: media, elections, communication, politics

O tema da relação entre eleições e mídia aparece hoje, sem dúvida, como um dos mais significativos para a compreensão das novas configurações assumidas pela política na contemporaneidade, concebida como Idade Mídia. A comunicação sempre esteve associada aos embates eleitorais. Desde que a política se constituiu como um modo específico de resolver a questão do poder político – conforme a perspicaz formulação de Castoriadis – na Grécia antiga por volta do século V antes de Cristo essa interação acontece. Com a expansão e consolidação das eleições como procedimento e rito imprescindível à política na modernidade esse imbricamento se tornou ainda mais relevante. No mundo contemporâneo, o surgimento e desenvolvimento de uma nova modalidade de comunicação, aqui nomeada de midiática, e a conformação de uma sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia recolocam em intensa evidência a temática do relacionamento entre política e comunicação, e, em especial, da interação entre mídia e eleições, pois eles resignificam em profundidade os termos envolvidos na relação, alterando de modo significativo as configurações dos processos eleitorais como se pretende demonstrar.

Cabe, antes disso, para a elucidação da temática, uma análise pormenorizada da singularidade política do momento eleitoral, de sua intrínseca conexão com a comunicação e uma interpretação atenta da também singular circunstância sócio-comunicacional que formata a atualidade. Tais procedimentos devem possibilitar uma compreensão fina das mutações em curso nas configurações das eleições e das novas conexões existentes entre comunicação e política, que conformam estes campos.

O estudo centrado nas interfaces entre os campos da comunicação e da política constitui-se um registro de horizonte compreensivo mais afinado para elucidar as mutações em curso na comunicação e na política, que as investigações antes predominantes da comunicação política, nas quais se realça o aspecto instrumental da comunicação e seu acionamento pela política, ou das políticas de comunicação, em voga nos anos 70 e 80, quando a ênfase recaía nos movimentos de reorganização societária das comunicações. Não que estas áreas percam importância acadêmica e interesse social, apenas se ressalta aqui um aspecto crucial, que tem sido menosprezado: a necessária compreensão mais abrangente das essenciais conexões contemporâneas entre os campos da comunicação e da política para desvelar as mutações em andamento nestes campos, as quais decorrem de uma interpenetração cada vez mais íntima entre eles.

Do sentido das eleições

Parece razoável começar a reflexão por este dispositivo hoje quase natural(izado) da política: as eleições. Em uma primeira aproximação, pode-se supor as eleições como um momento e um procedimento – ritualizado, periódico e legitimado – de escolha e investidura de dirigentes (representativos) para exercício de poder(es) na sociedade. Assim as eleições se aproximam e se diferenciam de outros procedimentos de escolha e investidura como a herança, a nomeação, a cooptação, etc.

As eleições escolhem quem deve governar, quem vai ocupar lugares determinados de exercício de poder em instituições do Estado – sejam elas do executivo, do legislativo ou, em algumas países, do judiciário – ou da sociedade civil ou, em circunstâncias infinitamente menos comuns, devido ao seu caráter não democratizado, do mercado. Assim as eleições escolhem aqueles que estarão em lugares de comando. Isto é, em lugares e situações, em que se dispõe de modo privilegiado de parcela de poder para governar, inclusive porque têm a sua disposição variados tipos de recursos que permitem viabilizar o governo na sociedade.

Mas essa escolha dos ocupantes dos lugares de poder não assegura a eles permanentemente o poder de governar. Primeiro porque a escolha quase sempre está associada a um mandato com tempo determinado. Segundo porque apenas coloca os escolhidos em lugar especial e privilegiado para poder começar a governar, mas não pode garantir que o poder de governar se mantenha durante o mandato. O ato de governar implica necessariamente em uma disputa cotidiana acerca do poder de governar. A governabilidade, entendida como conjunto de condições políticas para governar, deve ser pensada como perpassada por um constante embate entre os ocupantes do governo e as oposições, sejam elas e elas partidos, políticos profissionais e/ou cidadãos. A dialética governo e oposição emerge assim como imprescindível para a realização de uma dinâmica democrática.

Esta distinção adquire sentido e importância, pois as eleições funcionam como procedimento social e fundamental de distribuição do poder de governar, periódico e de caráter momentâneo, pois, a rigor, esta distribuição transcende a excepcionalidade do episódio eleitoral, acontecendo ordinariamente através da persistente disputa do poder de governar, das condições de governabilidade. Assim a escolha e investidura, via eleições, propicia a ocupação dos lugares nos quais se concentra poder e define o programa vencedor, mas não pode assegurar, nem dar garantias plenas da realização deste projeto. Em situações democráticas, a governabilidade resulta desta permanente disputa do poder de governar.

Este momento e procedimento periódico de distribuição social de poder acontece porque em um regime democrático cada cidadão, pelo menos formalmente, detém uma parcela de poder, que se encontra formalmente pulverizado na sociedade. Através do instrumento do voto, o cidadão delega parte deste poder ao seu representante político,

que, reunindo um conjunto necessário de votos, ganha representatividade para ser guindado a um lugar de governo (executivo, legislativo e, por vezes, judiciário) na sociedade. A idéia de representação – com todas as virtudes e defeitos que contém – aparece aqui como em essencial para a política moderna e contemporânea.

As eleições, em plenitude, emergem como invenção moderna. Elas têm como exigências fundantes uma política que tem um princípio de legitimação secular pela via desse mecanismo de representação. O governo e os governantes tornam-se legítimos quando escolhidos através deste rito público. Tal condição de legitimidade, sempre necessária, entretanto não se apresenta como suficiente, pois as eleições devem assegurar garantias satisfatórias de competitividade aos concorrentes (partidos e candidatos). Além disto, a legitimidade de governo e governantes extrapola o instante eleitoral e decorre da efetiva transformação deles em representantes dos cidadãos, quando realizam (bem) os interesses públicos.

As lutas sociais, especialmente as do século XIX e XX, conquistaram uma extensão da noção de cidadania, adstrita no início do período liberal clássico aos proprietários. Com isto, o sufrágio, antes censitário e elitista, tornou-se universal, primeiro para os homens e depois também para as mulheres na maioria dos países. Desta maneira, as lutas sociais dos trabalhadores e das mulheres fizeram das eleições um componente fundamental da política moderna, em sua fase tardia, e da contemporânea, em especial. Assim em situações democráticas as eleições competitivas aparecem como momentos e procedimentos essenciais de delegação, (re)distribuição e alternância do poder político na sociedade.

Caso as condições de disputa sejam (muito) desiguais o caráter competitivo das eleições fica vitalmente comprometido. Daí advém uma série de problemas. Um deles parece ser a concentração de poder que a desigualdade gera, fazendo com que a política (quase) se restrinja a alguns setores da sociedade, detentores privilegiados de outras modalidades de poder, em especial do poder econômico. Outro problema parece advir da diferenciada disponibilidade de dedicação à atividade política. Esta distorção faz que a política pareça ser um atributo de apenas uma parcela da sociedade, os políticos profissionalizados. Pierre Bourdieu, em sua análise do campo político, fala mesmo de um “monopólio dos profissionais”. Sem menosprezar as possibilidades sociais de distorção ou esquecer o caráter também problemático da idéia de representação e dos procedimentos eleitorais, assediados na atualidade por diversas crises¹, pode-se afirmar as eleições como momento singular da política, em diversos sentidos.

As eleições – ao possibilitar e solicitar, através do acionamento do poder singular do cidadão, o envolvimento e decisão de todos, ainda que isto ocorra em termos episódicos e de maneiras muitas vezes pouco consistentes – obrigam a uma ampliação, mesmo momentânea, dos partícipes da política e permitem uma oxigenação do universo

¹ Por exemplo, TOURAINE (1996) especialmente nas páginas 76-92.

político. Neste momento, ao menos, todos podem e devem fazer política, inclusive por solicitação expressa, legítima e legal da sociedade.

Mais que isto, se requer de todos uma avaliação – aceita as premissas do funcionamento eleitoral – do campo político e seus participantes mais cotidianos, em especial, os partidos e os profissionais da política. Tal julgamento viabiliza, em seqüência, justamente uma nova delegação de poderes. Em síntese, como observa Irllys Barreira em seu livro *Chuva de papéis*, possibilita uma renovação do pacto essencial de representação existente entre cidadãos e suas representações políticas (partidos e políticos profissionalizados). Representação e eleições viabilizam-se, assim, mutuamente.

Esta exigência de ampliação da participação na política, sem o que o processo eleitoral pode se tornar ilegítimo, e a disputa pública de poder levam normalmente a um certa aceleração do ritmo da política, característico das eleições. Tal temporalidade acelerada da política – também existente em circunstâncias de conflitos e rupturas sociais pronunciados e excepcionais – tem uma relação direta com a situação de disputa e a possibilidade de alternância dos ocupantes dos lugares de poder. Não por acaso, a aceleração do ritmo das eleições, por exemplo, guarda uma estrita sintonia com o grau de competitividade existente entre as forças que concorrem e a efetiva possibilidade de mudança dos governantes. Quanto mais competitiva, quanto mais o poder político está verdadeiramente em jogo, mas probabilidade uma eleição tem de despertar interesse da população e acelerar o ritmo político.

A mobilização das forças sociais e da cidadania, em geral, dependem deste grau de competitividade eleitoral, mas também decorrem deste caráter de tempo delimitado e específico para disputa de poder e da percepção social das eleições como instante no qual a interferência dos cidadãos se apresenta como mais viável. Neste momento parece mais possível fazer valer a cidadania e seu poder, ainda que, muitas vezes, tal percepção não se alicerce em uma dinâmica consciente ou até efetiva.

Outra característica deste momento singular: a visibilidade social da política. Como as eleições, em situação democrática, acontecem periodicamente, este momento torna-se esperado socialmente, agendado antes de tudo por mecanismos do próprio campo político. Mais que isto, elas adquirem um caráter eminentemente público e publicizado, porque pretendem a participação de um contingente significativo da população e porque apresentam-se percebidas com atenção e interesse, pois nesse momento talvez mais que nunca se acredita em alguma possibilidade de participar e intervir no governo da sociedade. Periodicidade, ritmo acelerado, caráter público, esforço de publicização, atenção e interesse garantem, deste modo, um agendamento temático manifesto e uma visibilidade especial no momento eleitoral para a política na sociedade.

Não parece estranho, nem casual que o episódio eleitoral seja muitas vezes traduzido como festa e/ou solenidade, como cerimônia que, tendo um grau de excepcionalidade, requer ser vivida de maneira diferente da vida ordinária. Este caráter

festivo ou solene apenas torna manifesto a singularidade das eleições como momento especial da política.

A realização de eleições implica no acionamento de inúmeros componentes da política formatados na modernidade, tais como candidaturas, programas e partidos. Estes últimos, por exemplo, foram criados como instrumentos apenas eleitorais, sem vida e estrutura permanentes². Além disto, a eleição exige atos de campanha: comícios, inicialmente em ambientes fechados e depois abertos; passeatas; caravanas e embate corpo à corpo. André Jardin, por exemplo, descreve a pré-campanha realizada de porta à porta por Tocqueville com base em um lista de 627 eleitores, para se eleger deputado na circunscrição de Valognes, através do voto censitário, ainda vigente em 1839. A campanha, além disto, exige materiais políticos específicos: documentos, panfletos, cartazes, símbolos e jingles. Em sua versão moderna, ela acontece em espaços fechados ou, com a universalização do número de eleitores, abertos. As ruas e praças tornam-se os espaços (geográficos) por excelência da disputa eleitoral, auxiliados de modo incipiente pela nascente imprensa, com sua limitada repercussão, pelo menos, até meados do século XIX.

Independente da amplitude da presença da imprensa, as eleições já na época moderna podem ser caracterizadas como um “foro comunicativo”, no dizer de Alejandro Muñoz Alonso (1989, p.129-150), pois, como momento singular da política, elas exigem de todos os seus atores – desde os conservadores aos revolucionários – um admirável investimento em comunicação, através do acionamento de uma plêiade de estratégias, dispositivos e instrumentos. Afinal, trata-se de comunicar idéias e propostas, convencer, sensibilizar, emocionar. Enfim de mobilizar mentes e corações em uma disputa do poder político na sociedade. E tal embate acontece acordado em normas e, dado fundamental, realizado em ambiente público, buscando reconectar o sistema político e a população, oxigenando-o através da avaliação, da decisão e inclusive da participação dos cidadãos.

Deste modo, toda e qualquer eleição, desde o instante em que os direitos de cidadania foram conquistados no mundo moderno, assume esse caráter de disputa comunicacional, mesmo quando inexitem mídias, em perspectiva relevante. A intensa requisição da comunicação em uma situação vital da política, como acontece com as eleições, propicia assim uma conjuntura especialmente privilegiada para o estudo da comunicação e de suas relações com a política.

Uma nova circunstância societária e comunicacional

Um dos desafios mais essenciais para pensar a comunicação na atualidade, sem dúvida, diz respeito à rigorosa compreensão do lugar ocupado pela comunicação, especialmente em sua versão midiática, no mundo contemporâneo. O imprescindível tema

² Os partidos no sua atual concepção de organização política com vida e estrutura permanentes somente nascem com os partidos operários social-democratas. Ver CERRONI (1982).

da incidência da comunicação na sociabilidade e das modalidades de sua conexão com a contemporaneidade tem mobilizado um plural e dissonante núcleo de pensadores da atualidade. Apesar da diversidade de concepções teóricas e ideológicas, um dado comum aparece como fundamental para a investigação e para um novo enquadramento dos estudos: a compreensão da contemporaneidade como uma sociedade transbordante de comunicação e de informação.

Torna-se necessário, ainda que de modo bastante sucinto, nomear a nova circunstância societária e explicitar seus requisitos. Tenho sugerido entender o contemporâneo como Idade Mídia³. Isto é, como uma sociabilidade estruturada e ambientada pela comunicação, especialmente em sua versão midiaticizada.

A comunicação adquire um status estruturante na contemporaneidade porque torna-se dispositivo essencial para a realização do capital, para o conhecimento da atualidade e para costurar em rede o mundo contemporâneo, constituindo assim uma singular sociabilidade, composta de espaços geográfico e eletrônico, convivência e televidência, globalidade e localidade, enfim de realidade contígua e telerrealidade.

A onipresença tentacular da comunicação e sua manifesta exposição através da permanente fabricação e mediação de sentidos pela mídia constitui a singular ambiência da contemporaneidade. Imprescindível então, construir parâmetros que busquem elucidar a comunicação como ambiente, como tessitura onipresente que acolhe e envolve o ser e o estar no mundo na atualidade, como uma quase e segunda “natureza” justaposta que trança a sociabilidade contemporânea.

Para definir a sociedade como estruturada e ambientada pela comunicação, podem ser enumerados, sem um ordenamento hierárquico, alguns requisitos, que, em situações dadas, devem servir como indicadores acerca da pertinência e da sintonia dessa nomeação a uma determinada sociedade. Tais variáveis devem ser consideradas, constatadas e mesmo mensuradas para tornar possível a caracterização de uma sociabilidade como Idade Mídia.

Os requisitos propostos podem ser sinteticamente enumerados nos seguintes tópicos: 1. Expansão quantitativa da comunicação, principalmente em sua modalidade midiaticizada, na sociedade estudada, facilmente constatada através de dados sobre números dos meios disponíveis, tais como: quantidade das tiragens e audiências, dimensão de redes em operação etc.; 2. Diversidade das novas modalidades de mídias presentes no espectro societário, observada através da complexidade da “ecologia da comunicação”, das modalidades diferenciadas de mídias existentes e da história recente de sua proliferação e diversificação; 3. Papel desempenhado pela comunicação midiaticizada como modo (crescente e até majoritário) de experimentar e conhecer a vida, a realidade e o mundo, retido através de dispositivos e procedimentos, qualitativos e quantitativos, a exemplo do número de horas que os meios ocupam no cotidiano das

³ Para uma elaboração mais detalhada ver RUBIM (2000).

peçoas; 4. Supremacia da cultura midiaticizada sobre os outros circuitos culturais existentes, a exemplo do escolar-universitário e do popular. Nesse caso deve ser analisada a presença e a abrangência das culturas midiáticas como circuito cultural, que organiza e difunde socialmente comportamentos, percepções, sentimentos, ideários e valores; 5. Ressonâncias sociais da comunicação midiaticizada sobre a produção da significação (intelectiva) e da sensibilidade (afetiva), sociais e individuais; 6. Dominância da mídia como esfera de publicização (hegemônica) na sociabilidade estudada, dentre os diferenciados “espaços públicos” socialmente existentes, articulados e concorrentes. Tal prevalência pode ser constatada através de estudos acerca das modalidades de publicização e suas eficácias; 7. Mutações espaciais e temporais provocadas pelas redes midiáticas, na perspectiva de forjar um vida planetária e em tempo real e 8. Crescimento vertiginoso dos setores voltados para a produção, circulação, difusão e consumo de bens simbólicos, além da ampliação (percentual) dos trabalhadores da informação e da produção simbólica no conjunto da população economicamente ativa.

Enfim, todas essas variáveis – e certamente outras possíveis de elaborar –, operando em uma dinâmica certamente desigual e combinada, devem tornar precisa a delimitação rigorosa das fronteiras de uma nova circunstância societária, a sociedade estruturada e ambientada pela mídia. Mais que isto, o elenco de todas essas facetas, transtornadas pela mídia, deve confirmar e permitir a mensuração e a gradação deste ambiente transbordante de comunicação, que tece e envolve o estar no mundo no espaço/tempo presente, além de apontar as possibilidades de aprofundamento em radicalidade dessa teia midiática no futuro próximo.

A incidência da comunicação não apenas estrutura e ambienta a nossa singular contemporaneidade. Ela afeta em profundidade a configuração da sociabilidade atual, pois ela se vê composta e perpassada por “marcas” possibilitadas pela mídia, tais como o espaço eletrônico, a televivência e globalização. O espaço eletrônico, engendrado pela revolução das comunicações em rede, emerge como registro quase desmaterializado, como espaço sem território, mas que permite virtualizações e atualizações contínuas. A televivência, viabilizada pela mídia, pode ser definida como uma vivência à distância, descolada do lugar e desprendida da presença; como capacidade de vivenciar um ausente, tornado (simbolicamente) presente, em tempo real, através de signos. A globalização, ensejada pelas redes de comunicação e informação, caracteriza-se pela cotidiana disponibilização de um fluxo de signos e sentidos provenientes de uma extração global e não apenas de um local contíguo, como anteriormente.

A mídia, ao consumir um espaço eletrônico em rede, povoado de televivências em abrangência globalizante, em verdade, constrói uma outra e nova dimensão constitutiva da sociabilidade contemporânea, a qual se sugere denominar de telerrealidade, expressão empregada por Muniz Sodré (1984, p.32-41) no seu livro *A Máquina do Narciso*. Tele, para recordar sua inerente noção de distância e apontar a possibilidade do distante ser apreendido, transportado e transformado (simbolicamente)

em acontecimento próximo, em algo que ganha um sentido instantâneo e passa a compor o cotidiano como componente inerente à vivência contemporânea. Realidade, para lembrar que esta dimensão de sociabilidade, configurada simbolicamente por imagens, palavras, sons, deve ter sempre afirmado seu estatuto de realidade.

O conceito de telerrealidade deve servir, por conseguinte, para nomear uma nova e contemporânea dimensão de sociabilidade que se distingue da realidade, tradicionalmente concebida como territorialidade (geográfica), localidade, proximidade, materialidade, presença e convivência. Telerrealidade aparece como nova formatação da realidade, possibilitada agora por espaços e tempos integrados em rede eletrônica e associada às noções de desterritorialização, globalidade, distância, espaço planetário, desmaterialização, não presencialidade, (tele)vivência e tempo real.

Mas a sintonia com uma resignificação radical da comunicação e de sua conexão com a contemporaneidade não pode, de modo algum, deixar de tornar problemática esta relação e, pior, fazer retornar uma atribuição desmedida de poderes à comunicação midiática. Não se pactua com esta apressada e equivocada solução. Antes disto, pretende-se mapear as novas circunstâncias nas quais a composição entre comunicação e sociedade se realiza na atualidade. Ou seja, descritas as novas condições, caberá, com o campo de forças então conformado, analisar como se comportam as duas esferas sociais e como se efetua seu enlace, sem qualquer tentação de definir uma dominância, um conflito ou uma complementariedade, a priori.

Da afirmação dessa nova circunstância sócio-comunicacional, decerto não podem derivar, sem mais, posturas preconcebidas e fixadas acerca da predominância do poder da comunicação sobre outros campos sociais. A dinâmica dos deslocamentos de poder entre os campos da comunicação e as outras esferas sociais, antes de ser resolvida previamente, constitui-se em objeto privilegiado de investigação. Mais que isso, como premissa deste estudo descarta-se uma dominância unilateral e persistente de qualquer uma dessas esferas. Afirma-se, pelo contrário, a disputa e alternância de predomínios da política ou da comunicação em situações dadas, em campos de força determinados.

Esta nova circunstância, ao reorganizar a sociabilidade, configura um novo ambiente, no qual agora acontecem as eleições. Natural imaginar que nelas devem acontecer transmutações, muitas já historicamente produzidas, muitas ainda em andamento e muitas por serem inauguradas. Tais alterações, certamente profundas, buscam sintonizá-las, não sem tensões, com esta nova circunstância societária, com as complexas convergências que se manifestam; com os múltiplos espaços que se abrem, metaforicamente nomeados aqui de rua e tela; com a diversidade de possibilidades de vivências que afloram; com as contradições e impasses surgidas com a glocalidade, conjunção tensa e atual entre globalidade e localidade; enfim com os singulares e problemáticos contornos adquiridos pela sociedade contemporânea.

Eleições e (Idade) Mídia

Obrigatório colocar a reflexão acerca das relações entre eleições e comunicação nesta nova constelação analítica, que tem como horizonte a idéia de que se vive hoje uma atualidade, na qual a sociabilidade encontra-se estruturada e ambientada pela mídia. Expressões como “campanhas modernizadas”, esboçadas por Paolo Mancini e David Swanson⁴, devem ganhar sentido mais profundo apenas se referidas a esta nova circunstância societária e comunicacional.

A questão de quais as novas configurações das eleições na Idade Mídia se instala no cerne desta reflexão. Ainda que as respostas à crucial questão não estejam plenamente formuladas, posto que este processo encontra-se em desenvolvimento, pode-se propor algumas possibilidades e hipóteses, acompanhando formulações de autores que, diversas vezes, percebem tais mutações, mesmo que de maneira fragmentária, porque, muitas vezes, não conseguem inserir essas novas configurações na constelação sócio-comunicacional que lhes dá um sentido mais profundo e rigoroso.

Alejandro Alonso, por exemplo, estudando campanhas eleitorais e mídia, chega à seguinte constatação: *Pode se dizer que se durante o século passado e o primeiro terço do XX os comícios eram a essência de qualquer campanha eleitoral, agora esse papel central é desempenhado pelos meios e, especialmente, pela televisão.* (Alonso, 1989, p.136)

O autor chega inclusive a escrever que, dentre os recursos de uma campanha eleitoral na atualidade, as mídias, transformadas em grande foro, apresentam-se como o mais importante. Independente de um concordância plena com essas formulações, o autor indica um deslocamento fundamental no espaço privilegiado e no eixo central das campanhas políticas: do comício na rua para o programa na tela. Não que os comícios deixem de existir ou de ter papel eleitoral significativo, mas o cerne da campanha passa a ser o espaço eletrônico, especialmente o televisivo, devido à sua abrangência e seu potencial impacto.

Este deslocamento não pode, no entanto, ser apreendido nem como submissão plena da política à lógica midiática, nem como desvirtuação da política. Antes deve ser pensado como adequação da política à nova situação de uma sociabilidade, estruturada e ambientada pela mídia. A adequação certamente não se faz sem novidades, sem novas conformações da relação entre comunicação e política, sem novas dificuldades e possibilidades para a democracia e inclusive sem novos enigmas a serem estudados, diagnosticados e resolvidos. Afirma-se assim esse caráter problemático, porque carregado de tendências em disputa, de tensões, de possibilidades em aberto, da nova situação, mas nunca uma resolução já dada, algo determinado a priori.

A novidade não está restrita ao emblemático deslocamento acontecido no cerne da campanha da rua para a tela, mas igualmente revela-se em uma formidável mutação

⁴ A noção de “campanhas modernizadas” está esboçada em MANCINI & SWANSON, 1996. p. 1-26.

que ocorre na formatação adquirida pelo tema das eleições na tela. Em uma circunstância societária anterior, as eleições se apresentam na embrionária mídia então existente, especialmente jornais e depois rádio, quase completamente sob o formato de cobertura de acontecimentos ocorridos em espaços geográficos e convivenciais, tais como comícios, panfletagens, visitas, passeatas, conversas, atos, etc. Hoje a visibilidade do momento eleitoral na tela não se restringe, mas transcende de maneira exponencial o formato jornalístico da cobertura e divulgação dos atos eleitorais.

A rigor, a dimensão de visibilidade eleitoral privilegiada na tela configura-se em novos formatos: os programas eleitorais, em suas diferenciadas modalidades de acordo com as tradições e legislações eleitorais dos vários países, e os debates eleitorais, especialmente. Tais formatos – oriundos de uma intervenção da política (programas eleitorais veiculados na mídia) e de uma iniciativa da mídia (debates eleitorais) – já não ganham sentido por sua dependência e por uma remissão aos acontecimentos originados no universo geográfico-convivencial, mas tornam-se relevantes pela produção de novos acontecimentos políticos, provenientes e localizados na própria tela. Através desta “autonomização” na produção de acontecimentos e de sua dinâmica, o espaço eletrônico se transforma ele mesmo em um lugar essencial de disputa política-eleitoral.

Nessa perspectiva, a tela não somente se apresenta como espaço mais significativo, que faz surgir novos formatos de atuação política, mas possibilita a produção de novos acontecimentos políticos, com grande potencial de impacto, que se autonomizam frente a realidade contígua e se inscrevem na telerrealidade. Tais atos políticos passam a ser essenciais para a campanha, pois fazem agregar a ela um novo patamar de disputa, no qual ocorre a competição eleitoral. A capacidade de produzir eficazmente “fatos” políticos em uma campanha, sejam eles instalados em espaços geográficos ou principalmente eletrônicos, aparece com diferencial importante do embate político.

A tela – objeto-síntese destes espaços eletrônicos conectados em redes – emerge assim como novo e privilegiado espaço de disputa a ser ocupado pela política. Ela, antes habitante habitual dos espaços geográficos, se vê desafiada a operar de maneira crescente em registro eletrônico. Cabe lembrar que a telerrealidade, na perspectiva aqui anunciada, deve ser considerada como tendo estatuto de realidade, como dimensão indissociável da sociabilidade contemporânea, não comportando, em nenhuma hipótese, sua depreciação, por assimilação à irrealidade, a uma realidade de segundo grau ou a qualquer outra modalidade hierarquicamente inferiorizada de realidade, sem mais.

Em resumo, o desafio colocado à política e especificamente às campanhas eleitorais pode ser formulado como necessidade de novas configurações que, adequadas, invadam estes novos e privilegiados espaços sociais, realizados a um modo televivencial, e que interajam com as modalidades anteriores de realização das eleições, pertinentes à disputa convivencial.

No momento eleitoral, como foi visto, surgem historicamente novos formatos na tela para o exercício da política. Os horários e debates eleitorais, assumindo formas variadas, agregam-se aos noticiários e outras faixas – por vezes insuspeitas como programas de humor, telenovelas, shows de variedades etc – da programação, todas elas passíveis de serem perpassadas pela política. Tais espaços eletrônicos, em decorrência de sua singularidade e novidade, têm suas exigências e requisitos. A política deve obrigatoriamente compreendê-los para poder se locomover nestes espaços de maneira simultaneamente adaptada às “linguagens” da tela e adequada à sua lógica imanente. A diferença entre lógicas, provenientes de campos sociais distintos, pode se manifestar neste instante em todo esplendor como complementariedade ou tensão. A mídia, ao exigir respeito às suas “linguagens”, indispensáveis a uma tradução e trânsito necessários ao seu espaço, pode subrepticamente exportar sua lógica específica, repleta de interesses próprios, buscando impor seu poder ao campo político. Este, na contramão, ao assimilar a “linguagem” da mídia, qualificando sua ocupação do ambiente eletrônico e preservando sua lógica imanente, pode instrumentalizar o campo das mídias, buscando submetê-lo a seu poder de decisão.

A profissionalização das campanhas eleitorais responde a esta nova circunstância e aos requisitos da tela, ainda que suas “linguagens” não estejam confeccionadas em plenitude, como se observa, de forma escancarada, com relação à Internet. Dentre as preocupações centrais da pesquisa em andamento – “Novas configurações da política na Idade Mídia” – encontra-se a investigação de como a política tem se realizado nas novas mídias, entre elas, a Internet. Nesta perspectiva, análises empíricas da convergência política e Internet têm sido desenvolvidas, estudando-se os sites partidários brasileiros, em momentos políticos não-eleitorais e eleitorais, quando se pesquisam também os sites de candidaturas. A investigação destas novas mídias aparece com fundamental, pois nelas ainda não se formatou e convencionou um “padrão gramatical” próprio, adequado ao suporte sócio-tecnológico já existente, ele mesmo em dinâmica mutação.

A profissionalização da campanha decorre das exigências do novo espaço a ser ocupado, da especificidade de suas “linguagens”, mas também de novos componentes, que surgem e somente adquirem sentido nas sociedades ambientadas pela mídia, tais como as sondagens de opinião, em suas mais variadas modalidades. Estes novos componentes, que se somam aos recursos tradicionais da política, forjada na modernidade, também exigem profissionais especializados.

Fernando Azevedo, em texto acerca da modernização das campanhas eleitorais no Brasil, propôs quatro indicadores deste processo: a profissionalização da campanha; o uso das sondagens de opinião; a utilização da mídia, em especial da televisiva e a personalização da campanha eleitoral. Todos eles, inclusive este último tópico, realçam novas formatações de realização da política, mais especificamente em seu momento eleitoral em uma situação em que a mídia e as novas circunstâncias societárias e comunicacionais já estão instaladas de modo substantivo. A personalização das

campanhas, malgrado os componentes políticos inerentes a tal movimento no Brasil (tradição de uma política pessoalizada, presidencialismo, força dos cargos executivos etc.), encontra no formato imagético da tela um atributo e um reforço fundamentais para o incremento da personalização, pois a imagem, ao invés de tender ao abstrato, vive da capacidade expressiva de captar a singularidade e não a generalidade.

Mas as novas configurações e formatos da campanha eleitoral não se restringem à tela. A rua – compreendida como síntese dos espaços geográficos tão característicos da política na modernidade – e a convivência encontram-se na atualidade assaltadas e irremediavelmente contaminadas pela política midiática, transportada pela tela. Marshall McLuhan, a este respeito, pontificou: *Surgiu uma nova forma de vida política em que a sala de estar se converte em colégio eleitoral*. (McLuhan, apud, Alonso, 1989, p.129)

Nesta perspectiva, os espaços geográficos compartilhados publicamente e até aqueles privados – como na citação acima – sofrem o impacto de sua fricção com os espaços eletrônicos. A tela conecta e incorpora, em determinado sentido, a rua, (re)significando-a, ao apanhá-la em sua rede, como acontecimento para ausentes, como (tele)realidade. Mesmo os atos de rua não capturados se (re)semantizam, pois a onipresença da teia midiática, ao envolver tudo e todos, induz a que os atos busquem produzir sentido não apenas para seu entorno físico-social, mas também para um virtual (sempre possível e muitas vezes desejado) compartilhamento à distância, espacial e temporal. Comícios, passeatas, carreatas, outros atos político-eleitorais e até mesmo o simples corpo-à-corpo cada vez mais pretendem e absorvem um “efeito de mídia”. Tal “efeito”, quando construído de modo intencional e não inconsciente, pode acionar diferenciados dispositivos de produção: espetacularização, critérios de noticiabilidade, contradições e contrastes inscritos na realidade, além de outros procedimentos possíveis.

A probabilíssima reconfiguração dos atos retidos na metáfora rua e dos atos convivenciais nas eleições contemporâneas pode obedecer a pretensões muito diferentes. Pode significar um amesquinamento ou uma dinamização destes atos e dos dispositivos de produção de sentido, inscritos na tela. Pode ainda pretender um ruptura ou uma sintonia fina entre tela e rua. Um análise de campanhas eleitorais parece indicar que uma estratégia de imbricamento forte entre tela e rua, pode dinamizá-las mutuamente e em seqüência potencializar e politizar com mais vigor a campanha eleitoral.

Os estudos da interação entre eleições e mídia, perpassado por todas estas convergências e tensões características da contemporaneidade, pelas dimensões de tela e rua e seu entrelaçamento, têm uma ampliada possibilidade de enquadramentos e de objetos específicos. Um tentativa de delinear esse campo, certamente incompleto, deve elencar os estudos voltados: 1. aos discursos político-eleitorais elaborados; 2. às estratégias político-eleitorais desenvolvidas; 3. aos formatos político-eleitorais acionados; 4. aos cenários político-eleitorais configurados, aqui incluídas as agendas e tematizações; os atores e suas imagens; as atmosferas e climas sociais e 5. às dinâmicas de conflito e integração existentes nas eleições entre os campos da política e das mídias.

Por tudo que foi dito neste e nos tópicos anteriores pode-se concluir que as eleições, enquanto momento singular da política, assim como a política em geral, sofrem transmutações significativas quando inscritas na nova sociabilidade. No caso das eleições tomadas aqui como emblemáticas dessas transformações, pode-se constatar: 1. o deslocamento do espaço privilegiado da rua para a tela, especialmente em eleições majoritárias; 2. o advento de novos formatos políticos seja na tela, seja na rua e por fim 3. a aparição, como possibilidade produtiva, de novos acontecimentos políticos, ensejados na tela e em uma perspectiva específica autonomizados frente à campanha de rua, cuja produção torna-se crucial para a campanha eleitoral. Enfim: novas configurações das eleições sintonizadas com as novas configurações assumidas pela política em uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação e pela mídia.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Alejandro Muñoz. (1989) Campañas electorales y medios de comunicación. In: _____. *Política y nueva comunicación. El impacto de los medios en la vida política*. Madrid, Fundesco, 1989.
- AZEVEDO, Fernando. (1998) *Espaço público, mídia e modernização das campanhas eleitorais no Brasil*. Texto apresentado na VII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPOS. São Paulo/PUC, 01 a 05 de junho de 1998, 10p.
- BARREIRA, Irllys. (1998) *Chuva de papéis*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- BOURDIEU, Pierre. (s.d.) A representação política. Elementos para uma teoria do campo da política. In: _____. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, p. 163-207.
- CERRONI, Umberto. (1982) *Teoria do partido político*. São Paulo, Ciências Humanas.
- JARDIN, André. (1984) *Alexis de Tocqueville*. Paris, Hachette.
- MANCINI, Paolo & SWANSON, David. (1996) Politics, media and modern democracy: introduction. In: SWANSON, David (org.) *Politics, media and modern democracy: an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences*. Wesport/London, Praeger, p.1-26.
- NOHLEN, Dieter. (1995) *Elecciones y sistemas electorales*. Caracas, Nueva Sociedad.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. (1999) *Mídia e política no Brasil*. João Pessoa, Editora UFPb.
- _____. (2000) *A contemporaneidade como Idade Mídia*. Trabalho aceito para ser apresentado no V Congresso da ALAIC. Santiago do Chile, abril de 2000.
- SODRÉ, Muniz. (1984) *A máquina do narciso*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- TOURAINÉ, Alain. (1996) *O que é democracia?* Petrópolis, Vozes.

Imprensa, Cobertura Eleitoral e Objetividade

A eleição de 2000 na capital paulista

Fernando Antônio Azevedo

Depto. de Ciências Sociais
Universidade Federal de São Carlos

Resumo

O texto discute a objetividade jornalística nas coberturas eleitorais da imprensa paulista, tendo como ponto de partida o reconhecimento prévio de que numa "democracia de público" o poder de agenda da mídia demanda a exigência normativa de uma imprensa independente capaz de informar com a maior objetividade o leitor. O artigo tem como referência empírica a cobertura eleitoral do pleito municipal de 2000 na Capital paulista realizada por três dos grandes jornais locais.

Palavras-chave: cobertura jornalística, objetividade, eleições municipais, São Paulo

Abstract

The text discusses objectivity in the 2000 election press coverage in São Paulo, Brazil. The idea that underlines the paper is that, in reference to Bernard Manin's 'democracy of the public', the strength of the media agenda requires objectivity from an independent press to inform people. The empirical data come from the election press coverage of the three major local newspapers.

Key words: newspaper coverage, objectivity, local elections, São Paulo.

Introdução

Como se dá a cobertura eleitoral na imprensa brasileira? Uma revisão da literatura dedicada ao tema mostra que a pergunta tem sido respondida, com uma ou outra exceção, de forma crítica. A visão mais comum é a de que tanto a mídia impressa (jornais e revistas) quanto a mídia eletrônica (rádio e TV) são geralmente parciais em suas coberturas e quase sempre favorecem candidatos ligados aos interesses de grupos políticos ou econômicos dominantes.

As evidências de parcialidade e partidarismo da imprensa seriam múltiplas e presentes em nossa história política recente pelo menos desde a campanha eleitoral de 1982, no Rio de Janeiro, que se encerrou com a vitória de Leonel Brizola para o governo estadual apesar da tentativa de fraude na apuração dos votos, episódio em que a TV Globo foi acusada de envolvimento direto. A tendenciosidade da mídia também estaria evidente em vários outros momentos eleitorais, como a célebre edição do debate final entre Lula e Collor realizada pela TV Globo, na eleição de 1989, bem como no apoio praticamente unânime dos principais meios de comunicação de massa ao Plano Real, em 1994, beneficiando indiretamente a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Em 1998, num contexto de crise econômico-financeira, a maior parte da mídia teria favorecido, mais uma vez, e em detrimento do candidato petista, a eleição de FHC. Fora do período eleitoral o exemplo mais citado do comprometimento dos meios de comunicação com as forças conservadoras seria o silêncio da televisão, especialmente a TV Globo, frente ao movimento das "Diretas Já", só rompido quando a mobilização popular tomou as ruas das principais capitais do País.

Apesar das inegáveis evidências de parcialidade da mídia em vários episódios do passado recente (como os que foram citados agora) é algo temerário fazer generalizações sobre a partidarização dos meios de comunicação. Em primeiro lugar porque num país como o nosso, com enormes diferenças regionais em relação à estruturação do mercado de informação e a competitividade dos subsistemas partidários, não se pode falar da imprensa como se ela fosse uma entidade homogênea. Pelo contrário, há graus variados de constrangimentos externos, seja comerciais ou políticos, que delimitam a autonomia e a independência da imprensa em relação aos interesses de grupos econômicos e políticos. Em segundo lugar porque uma revisão das pesquisas e estudos (Rubim & Azevedo, 1998) sobre o assunto mostra que a alegação sobre a parcialidade da mídia quase sempre é feita de modo impressionista. Além do mais, a relação entre influência da mídia e resultado político, apesar da sua óbvia complexidade metodológica (Howlett, 2000, pp.171-190), é quase sempre analisada como se fosse uma relação direta e linear. Sabemos, porém, que a influência dos meios de comunicação de massa nas atitudes políticas e no comportamento eleitoral é difusa e de difícil verificação empírica, principalmente em proposições do tipo "se x, então y" na qual a variável independente é a mídia e a variável dependente o resultado eleitoral (Cf. Iyengar e Simon, 2000). Além do

mais, desde os trabalhos seminais de Lazarsfeld, Berelson e Goudet (1968), a idéia da relação causal e direta entre mensagem e atitude política (contemplada, por exemplo, pela chamada “bullet theory”, baseada no mecanismo estímulo-resposta da psicologia behaviorista) foi abandonada em favor de hipóteses mais complexas como a teoria do “two-step” ou “multi-step flow”.

Contudo, e apesar da dificuldade em se estabelecer uma relação causal entre influência da mídia e comportamento eleitoral a literatura teórica relevante sobre o tema não nega o poder de agenda dos meios de comunicação de massa e seus efeitos a longo prazo no campo político (veja-se, entre outros, Habermas, 1984; Dahl, 1971; Bourdieu, 1997; Sartori, 1998; Schudson, 1995), embora haja grande divergência sobre a natureza (positiva ou negativa) e o limite e alcance desses efeitos (Miguel, 2000). Ao selecionar acontecimentos, personagens, avaliar e criticar idéias e comportamentos ou simplesmente transmitir notícias, a mídia termina configurando temas e hierarquizando questões ao mesmo tempo em que produz enquadramentos favoráveis ou desfavoráveis. Esta capacidade de selecionar e enquadrar os acontecimentos e oferecer uma interpretação sobre eles expressa um poder de agenda capaz de potencialmente transformar a mídia, em determinados momentos, num influente e, às vezes, até mesmo no principal ator político como mostram os episódios que resultaram no impeachment do Presidente Nixon nos USA e de Fernando Collor de Mello no Brasil. Nesse sentido, como lembra Luhmann (1997), a opinião pública se apresenta basicamente como uma estrutura temática configurada pela mídia. Segundo o sociólogo alemão, ao escolher um número limitado de assuntos e acontecimentos a mídia operacionaliza uma redução temática cuja função sociológica fundamental é a simplificação da complexidade social dos temas que são introduzidos, de forma contingente, na opinião pública. Esse processo, que ele define formalmente através do conceito de *tematização*, reduziria o universo temático da opinião pública essencialmente ao que a mídia publica ou veicula. Obviamente o universo temático é gerado primariamente pelas representações simbólicas elaboradas e postas em circulação pelos atores hegemônicos nas esferas que Luhmann denomina de subsistema político (governo, partidos, políticos), econômico (empresas privadas e estatais) e social (sindicatos e movimentos sociais). Não obstante, como demonstrou a campanha das “Diretas Já”, em 1984, certos temas e atores políticos não-hegemônicos (o MST seria um exemplo) às vezes acumulam força social suficiente para romper o eventual silêncio dos meios de comunicação de massa e penetrar no coração da opinião pública.

A noção de *agenda-setting*, formulada a partir dos trabalhos publicados nos anos 70 por McCombs e Shaw (1972 e 1993), revigorou com novos argumentos a idéia do efeito de agendamento da mídia ao mesmo tempo em que procurou estabelecer modelos de pesquisa capazes de gerar dados e evidências desse efeito pelo confronto entre a agenda da mídia e a agenda do público. Basicamente, a idéia-força desse grupo de pesquisadores é que (1) a mídia ao cobrir determinados assuntos e ignorar outros e ao usar determinados enquadramentos constrói uma representação da realidade; (2) a mídia

não influencia necessariamente o comportamento do indivíduo sobre um assunto ou questão, mas delimita o conjunto de temas sobre os quais o indivíduo deve pensar e ter uma opinião; (3) a mídia, ao hierarquizar os temas, estabelece prioridades temáticas tanto para os jornalistas quanto para o consumidor de informações e o eleitor. Deste modo, a hipótese da agenda-setting não só revitalizou a crença original sobre a influência da mídia, estabelecida pioneiramente por Lippmann (1997), em 1922, como repercutiu notavelmente no campo de estudos sobre as campanhas políticas à medida que um dos corolários de seus pressupostos é a de que tanto os partidos quanto os candidatos procuram compatibilizar a agenda da campanha com a agenda da mídia e a do público.

Em resumo, há um consenso razoavelmente estabelecido entre diferentes autores e tradições teóricas sobre a influência da mídia (positiva/negativa, variando em grau e intensidade dependendo da perspectiva analítica) na configuração (tematização, agenda, etc.) do campo político (esfera pública, opinião pública, etc.) e, por extensão, dos embates eleitorais. O reconhecimento do poder de agenda da mídia certamente autoriza e legitima a exigência normativa de uma imprensa independente (definida restritivamente, para os propósitos desse artigo, como uma imprensa desvinculada dos interesses partidários e eleitorais, mas certamente também dos grupos de interesses econômicos) capaz de potencialmente informar com a maior objetividade possível o leitor. Este é o ponto central que esse texto pretende se ocupar tendo como referência empírica o pleito municipal de 2000 em São Paulo: a cobertura eleitoral da grande imprensa paulista está mais próxima ou mais distante do princípio normativo de uma imprensa apartidária e independente? Uma resposta à questão, no atual estágio da literatura brasileira sobre o tema, demanda a produção de evidências empíricas que possam ser sustentadas teoricamente e que contribua para a montagem de um quadro regional comparativo do comportamento da mídia diante do processo eleitoral.

A democracia do público

Num artigo sobre a evolução da democracia representativa Manin (1995, p.26) caracteriza as sociedades de massa como *democracias do público* (no sentido de audiência) nas quais :

...os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias... (e)... a televisão realça e confere uma intensidade especial à personalidade dos candidatos.

Numa democracia do público, segundo o autor citado, a identidade social e a identificação partidária perdem importância relativa na determinação do voto e “o eleitorado se apresenta, antes de tudo, como um público que reage aos termos propostos no palco da política” (p. 28), ou seja, “...votando de acordo com os problemas e as questões postas em jogo em cada eleição” (p. 32). Neste contexto os meios de comunicação de massa ganham não só uma posição estratégica na produção da visibilidade do campo político como também dividem com o parlamento e os partidos a posição de principal fórum do debate público. Essa transformação, essencial para a formação de uma democracia do público, demandou historicamente a superação da *imprensa de opinião*, fortemente partidarizada, e um progressivo processo de distanciamento e neutralidade dos jornais modernos em relação aos partidos políticos. Apoiado na experiência europeia e francesa Manin lembra que, hoje, os partidos políticos por razões econômicas e tecnológicas não são mais proprietários de jornais de grande circulação e que o rádio e a televisão não têm filiação ou orientação partidária. Como resultado do distanciamento da mídia em relação às clivagens partidárias:

...as pessoas receberiam as mesmas informações sobre um dado assunto, a despeito de suas preferências políticas. Isso não significa que os assuntos ou os fatos – diferentemente dos julgamentos – sejam percebidos de maneira ‘objetiva’, sem distorções, mas simplesmente que eles são percebidos de maneira relativamente uniforme através de um amplo espectro das preferências políticas. (idem, ibidem, p.30)

Para apoiar sua argumentação o autor faz referências a duas situações históricas em que a opinião pública desempenhou um papel fundamental, uma na França do final do século XIX e outra nos anos setenta do último século: os casos Dreyfus e Watergate. Citando um estudo clássico de Lang & Lang (1983, p.31), ele lembra que no caso Dreyfus a percepção dos fatos era fortemente partidarizada devido à existência de uma imprensa de opinião controlada por correntes políticas antagônicas enquanto que, no escândalo Watergate, os americanos, independentemente de suas preferências partidárias, tinham basicamente a mesma compreensão dos fatos por conta da inexistência de uma imprensa partidária.

Democracia de público no Brasil: partidos e imprensa

A literatura sobre partidos reconhece a debilidade do sistema partidário brasileiro e a grande autonomia dos políticos em relação às agremiações partidárias enquanto que, por sua vez, a literatura produzida na área de comunicação chama a atenção para a crescente importância da mídia no nosso processo eleitoral. Para alguns autores a debilidade é explicada historicamente pela descontinuidade do nosso sistema partidário provocada pelas inúmeras rupturas institucionais como a Revolução de 30, o Estado-Novo, o AI-5 e a redemocratização. Como decorrência, em cinquenta anos tivemos três sistemas partidários distintos, dois períodos multipartidários e um bipartidarismo compulsório (Schmitt, 2000). Estas circunstâncias adversas teriam impedido não só a formação de uma cultura política partidária (Souza, 1976) como um processo de socialização política baseada em lealdades partidárias que pudessem ser transmitidas de geração a geração. Por outro lado, como chama a atenção Mainwaring (1991), a natureza do nosso sistema eleitoral (representação proporcional de lista aberta, mecanismo do candidato nato, etc.) combinada com uma legislação partidária permissiva (que permite uma fácil migração partidária) produz fortes incentivos à autonomia dos políticos frente aos partidos e reforça o comportamento individualista dos candidatos. Estas características associadas às novas configurações assumidas pelas campanhas eleitorais após a redemocratização (centrada basicamente na mídia eletrônica) estimulariam a comunicação direta do candidato com o eleitor. Nesse processo deve ser lembrado o papel peculiar e paradoxal exercido pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE): ao mesmo tempo em que democratiza a campanha eleitoral à medida que possibilita o acesso gratuito de todos os partidos e candidatos à TV e ao rádio, o HGPE, pelas suas características audiovisuais (ver Albuquerque, 1999a), favorece uma crescente personalização da competição eleitoral em detrimento da imagem partidária e do debate programático ou ideológico. Em resumo, a combinação entre a debilidade histórica dos partidos brasileiros, a existência de uma legislação eleitoral e partidária que incentiva a ação individual dos candidatos e a centralidade dos meios de comunicação de massa no processo eleitoral, especialmente a TV, caracterizariam a nossa atual prática democrática como uma *democracia do público*.

Por conta das vicissitudes históricas do nosso sistema partidário a grande imprensa brasileira se desenvolveu, ao contrário da França ou dos Estados Unidos, formalmente separada dos partidos políticos. É claro que essa desvinculação formal não impediu a articulação de nossos principais jornais com os interesses das frações oligárquicas no poder ou na oposição nem a proliferação de uma “imprensa de opinião” bastante ativa que sobreviveu até, pelo menos, os anos cinquenta, sessenta do último século. Até o fim do período populista (1964) era comum que veículos importantes defendessem explicitamente interesses eleitorais e posições de correntes políticas e ideológicas, a exemplo dos jornais *Ultima Hora* (ligado a Getúlio Vargas e depois a João

Goulart), *Tribuna da Imprensa* (Carlos Lacerda) e *O Globo* e *O Estado de São Paulo* (ambos conservadores e na oposição ao governo Goulart). Fora do eixo Rio-São Paulo esta imprensa comprometida com os interesses econômicos ou políticos de frações da elite dominante se tornou dominante: em praticamente todos estados da Federação os principais grupos políticos locais controlavam (e, de acordo com dados publicados recentemente, ainda controlam) direta ou indiretamente os grandes jornais regionais e as emissoras de rádio e TV.

Entretanto, após o interregno autoritário (1964-1985) e em função das profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas na tecnologia e no mercado de informação, parte da grande imprensa brasileira ressurgiu profissionalizada e redefinida em sua relação com a sociedade política como chama a atenção Albuquerque (1999b, p.2):

*De um modo geral, os órgãos da grande imprensa brasileira são hoje muito mais independentes de partidos ou facções políticas do que no passado, comprometidos que estão com a lógica empresarial capitalista (...) Além do mais, a multiplicação de fóruns de debate profissional – como por exemplo a revista *Imprensa* e organizações voltadas para o ‘media criticism’ como o *Observatório da Imprensa* e o *Instituto Gutemberg* – sugere ter havido nos últimos anos um significativo avanço na constituição de uma identidade profissional jornalística baseada numa ética do serviço público.*

Segundo o autor citado este novo jornalismo teria como modelo ético e profissional o ‘jornalismo independente’ norte-americano e seus valores básicos como objetividade, neutralidade, imparcialidade, compromisso com os fatos e o leitor-cidadão e foco no serviço público.

Duas premissas sobre o jornalismo apartidário

Não há dúvida de que o jornalismo moderno brasileiro nada tem em comum com o velho jornalismo partidário do período populista. Todavia, o paradigma do jornalismo independente não é uma realidade disseminada em todos os quadrantes e veículos do País e é mais do que razoável supor que pelo menos duas premissas sejam condições necessárias para que ele se estabeleça :

1) Um mercado de informação competitivo

Vários autores, entre os quais Hoffman (1985), enfatizam a importância da competição comercial entre os veículos como um dos fatores exógenos mais decisivos para a adoção da prática de um jornalismo independente. O argumento-chave é que a disputa pelas verbas publicitárias num ambiente empresarialmente competitivo produz como efeito direto uma concorrência acirrada pela audiência (que é o parâmetro pelo qual o mercado publicitário se guia para alocar suas verbas) e, portanto, indiretamente a busca de um produto competitivo (a notícia) capaz de ampliar a audiência. Por sua vez, a

definição desse produto estaria associada a noções ligadas a fatores endógenos como a formação e a identidade profissional (Tuchman, 1978 e 1993), envolvendo conceitos como independência, credibilidade, objetividade, profissionalização, prestação de serviços e compromisso com o leitor, etc. Deste modo, a adoção da lógica empresarial - ao contrário da argumentação clássica de Habermas sobre a degradação dos periódicos na sociedade burguesa e parodiando a expressão de Mandeville (*vícios privados, virtudes públicas*) - estimularia a desvinculação e a neutralização dos jornais em relação aos interesses políticos e partidários.

Considerando-se relevante e legítimo o argumento da competição comercial como um dos indutores da independência jornalística, e tomando-se o caso de São Paulo, os dados que se seguem sugerem que o mercado de informação paulista não só é bastante competitivo do ponto de vista empresarial como os principais jornais editados naquele estado são percebidos como órgãos com credibilidade jornalística. A Tabela 1 mostra que entre os dez principais jornais incluídos no ranking dos principais veículos por faturamento bruto no Brasil encontram-se nada menos do que seis empresas paulistas contra três cariocas e uma mineira, indicando, deste modo, um alto nível de competitividade entre os principais jornais de São Paulo.

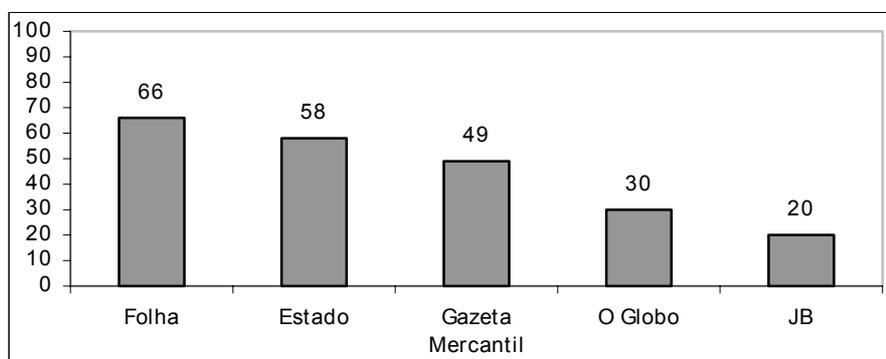
TABELA 1
Ranking dos principais jornais do Brasil por faturamento bruto (Janeiro a junho de 2000)

JORNAL	
1	O ESTADO DE SÃO PAULO (SP)
2	FOLHA DE SÃO PAULO (SP)
3	O GLOBO (RJ)
4	DIÁRIO POPULAR (SP)
5	O DIA (RJ)
6	JORNAL DA TARDE (SP)
7	DIÁRIO DO GRANDE ABC (SP)
8	GAZETA MERCANTIL (SP)
9	JORNAL DO BRASIL (RJ)
10	ESTADO DE MINAS (MG)

Fonte: IBOPE – MONITOR

Por sua vez o Gráfico 1 mostra a percepção da credibilidade, um dos principais valores perseguidos pelo jornalismo que reivindica uma posição independente e um dos mais importantes indicadores na avaliação da qualidade jornalística. Numa pesquisa realizada pela Consultoria Jaime Troiano, em setembro de 2001, junto a uma amostra de cinco mil anunciantes, publicitários e fornecedores do mercado nacional de informação, as três primeiras posições no item “credibilidade” (cada entrevistado pôde dar mais de uma resposta) foram ocupadas por veículos paulistas.

GRÁFICO 1
Credibilidade (%) dos jornais brasileiros (Set/2001)



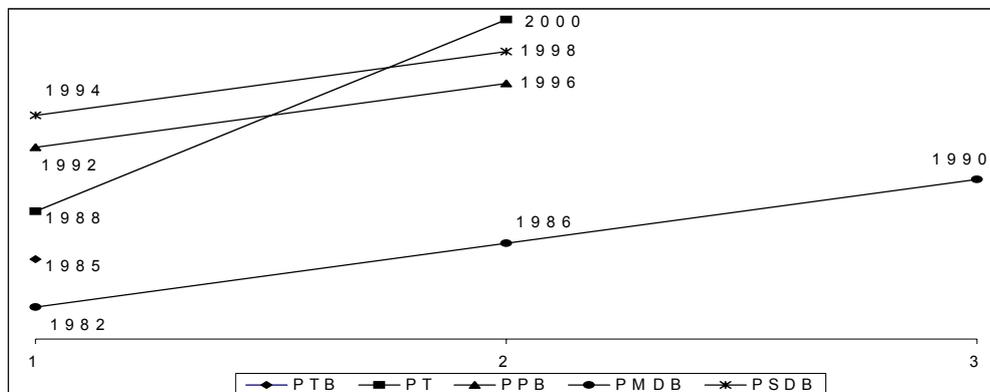
2) Um subsistema partidário do tipo poliárquico (poliarquia eleitoral)

O termo poliarquia eleitoral é usado com o sentido dado por Sartori (1987, pp.212-213) a partir do conceito original de poliarquia elaborado por Dahl (1971). Como se sabe, Dahl utiliza a noção de *democracia* para denotar um “sistema ideal” (conceito normativo) e emprega a noção de *poliarquia* para caracterizar uma situação real (conceito instrumental), possibilitando, desta forma, a elaboração de modelos comparativos entre sistemas competitivos e não-competitivos e o grau de democracia entre os sistemas competitivos. Para ele, um sistema político se transforma efetivamente em poliárquico quando, além dos pré-requisitos democráticos mínimos (liberdades básicas, rotatividade no poder, respeito à minoria e à oposição, etc.) ele é também *competitivo* (do ponto de vista eleitoral) e *participativo* (do ponto de vista da representação), ensejando, desta forma, o controle recíproco dos atores políticos. Sartori, ao usar a expressão poliarquia eleitoral, sublinha e enfatiza a idéia de competição e competitividade entre diversos grupos políticos no processo eleitoral. O ponto crucial na noção de poliarquia eleitoral é exatamente o controle recíproco dos atores políticos (obviamente só possível num sistema ou subsistema formado por vários grupos competitivos), situação que dificulta ou impede o uso exclusivo da mídia por um dos competidores, reduzindo ou anulando, em consequência, os constrangimentos externos nesse sentido.

O Gráfico 2 mostra a competitividade do subsistema partidário paulista: ao longo de dezoito anos e dez episódios eleitorais cinco partidos, quatro dos quais ainda hoje atores relevantes no jogo eleitoral regional (PMDB, PSDB, PPB e PT), chegaram ao governo municipal da Capital ou ao governo estadual. Ainda que os dados revelem uma polarização segundo a natureza do pleito (PT e PPB no plano municipal e PMDB e PSDB na esfera estadual) é evidente que a dinâmica eleitoral paulista se enquadra na noção de uma poliarquia eleitoral.

GRÁFICO 2

Partidos e vitórias eleitorais - Governo do Estado e Prefeitura da Capital (1982-2000)



Em resumo, e concluindo a argumentação desenvolvida até o momento, este trabalho tem como ponto de partida a noção de democracia de público (que implica na existência de um jornalismo objetivo e apartidário) e apoia-se nas premissas enunciadas nos parágrafos anteriores para analisar a cobertura eleitoral dos jornais paulista sobre o pleito municipal de 2000 na Capital. Espera-se, de acordo com as premissas estabelecidas, que a cobertura dos principais jornais paulistas seja apartidária e objetiva em relação às candidaturas em disputa.

Informações metodológicas

Além de competitiva empresarialmente a grande imprensa paulista é uma das mais segmentadas do país. Os tradicionais diários *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* disputam acirradamente o público leitor da classe A e B. Entre os jornais com acento popular (classes C e D) a disputa pela audiência era travada, durante a campanha eleitoral de 2000, entre o *Diário Popular* (hoje sob o controle das Organizações Globo e relançado com o título de *Diário de São Paulo*) e o então recém-lançado *Agora*, editado pelo grupo Folha. Entre os jornais especializados em economia e finanças a tradicional *Gazeta Mercantil* e o recente *Valor Econômico* (publicado em parceria pelo grupo Folha e Organizações Globo) disputam a liderança da audiência. Há, ainda, um grande número de

publicações com periodicidade variável (semanal, quinzenal, mensal) que circula na Grande São Paulo ou restrito a determinados bairros ou distritos da Capital.

Para rastrear a cobertura eleitoral de 2000 e confrontar o modelo normativo de um jornalismo objetivo e apartidário com a prática jornalística efetivamente desenvolvida foram escolhidos três diários da grande imprensa paulista: a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* (público-alvo A e B) e o jornal *Agora* (público-alvo C e D). O período de observação cobriu todas as edições diárias dos referidos jornais durante a campanha do 1º turno eleitoral (01 de julho a 01 de outubro) e do 2º turno eleitoral (02 a 29 de outubro). O material analisado (textos, fotos e charges), incluiu todas as matérias do primeiro caderno dos referidos veículos, bem como o caderno Cidades (*Estadão*) e Cotidiano e Eleições (*Folha de S. Paulo*). Obviamente a inclusão dos cadernos locais foi determinada pela natureza municipal da competição eleitoral. Duas dimensões básicas foram contempladas: a visibilidade dos candidatos (considerando apenas os mais relevantes do ponto de vista político e eleitoral) e a valoração das matérias em relação às candidaturas.¹

A dimensão valorativa definiu a natureza da cobertura eleitoral, se objetiva e apartidária ou não. Para trabalhar a dimensão valorativa se convencionou aplicar um sinal de valência (positivo, neutro ou negativo) em cada matéria (texto) ou imagem (foto/charge) levando-se em conta o saldo das informações, se benéfica, prejudicial ou neutra à candidatura de cada postulante. Adotou-se, com algumas modificações, os critérios utilizados pela *Folha de São Paulo* para definir a valência das matérias em relação aos candidatos: **+** (**Positivo**) matéria sobre ou com o candidato reproduzindo programa de governo; promessas; autodeclaração ou declarações do autor da matéria ou de terceiros (pessoas ou entidades) favoráveis (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) ao candidato; reprodução de ataques do candidato a concorrentes; **-** (**Negativo**): matéria reproduzindo ressalvas, críticas ou ataques (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) do autor da matéria, de candidatos concorrentes ou de terceiros a algum candidato; ***** (**Neutro**): agenda do candidato, resultados de pesquisas, citação sem avaliação moral, política ou pessoal do candidato.

Finalmente, para a interpretação final dos dados da dimensão valorativa foi estabelecido que se o percentual de matérias neutras fosse igual ou maior do que 50% a cobertura seria considerada objetiva e apartidária.

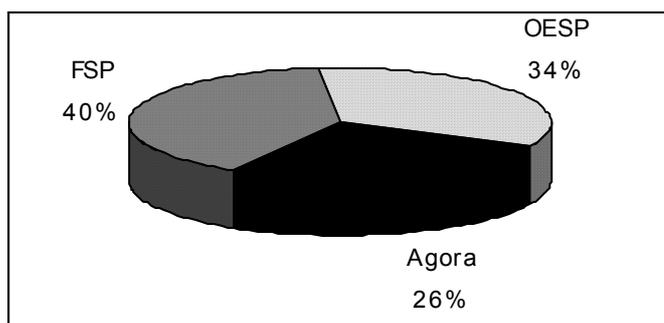
¹ O modelo de coleta de dados adotado com algumas modificações pela pesquisa foi originalmente proposto por Marcus Figueiredo, pesquisador e Coordenador do DOXA – Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (IUPERJ).

Os números da pesquisa

1º Turno

Como se pode ver no Gráfico 3 a *Folha de S. Paulo*, como era de se esperar pela prioridade que normalmente concede à cobertura política (expressa pela edição de diária de um caderno especial sobre as eleições), foi o veículo que mais espaço concedeu à competição eleitoral, sendo seguido pelo seu concorrente direto, *O Estado de S. Paulo*, que tradicionalmente dedica mais espaço ao noticiário econômico e internacional. Por sua vez o jornal *Agora*, cuja linha popular enfatiza o noticiário policial e as notícias do mundo do entretenimento, foi quem menos abriu espaço para a corrida eleitoral.

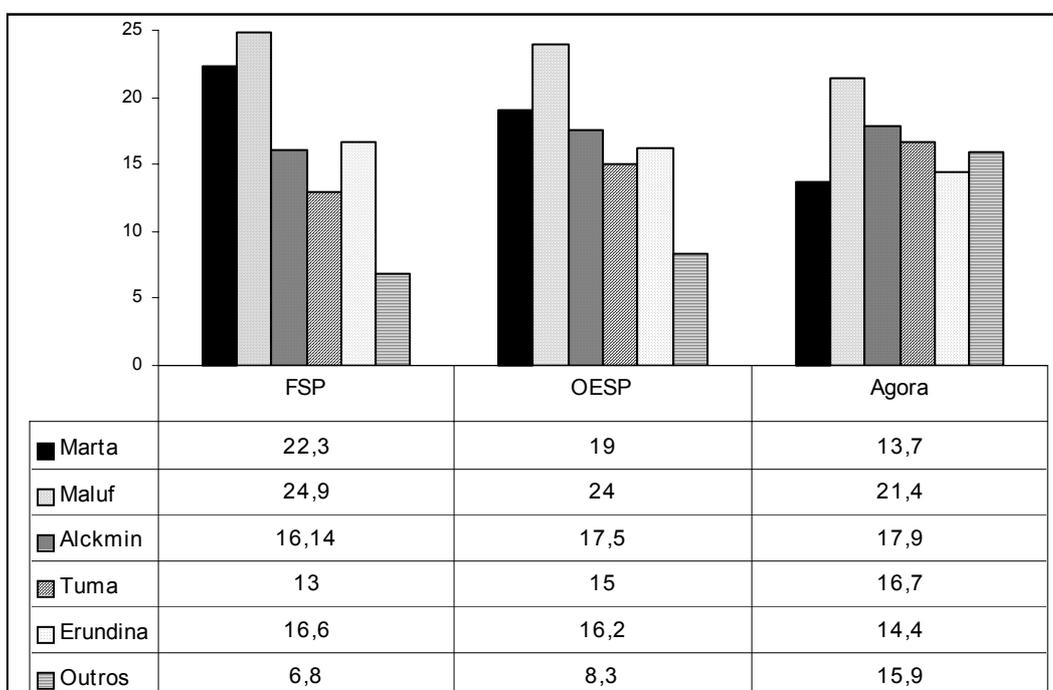
GRÁFICO 3
Espaço (%) dedicado à campanha municipal de São Paulo - 1º turno



Durante a campanha do primeiro turno eleitoral a atenção dispensada (Gráfico 4) pelos três jornais aos candidatos foi correspondente, com ligeiras variações, às posições ocupadas pelos competidores nas pesquisas de intenção de voto. Esta constatação confirma a percepção que se tem desde pleitos anteriores (Azevedo, 2000) de que a cobertura eleitoral da mídia vem sendo cada vez mais pautada pelas pesquisas de intenção de voto, implicando não só no crescente enquadramento da disputa política pela perspectiva de um *horse race* (Cf. Karbel, 1994), como também numa “espiral do silêncio” (Noelle-Neumann, 1995) que limita as opções do eleitor aos mais votados nas sondagens. Como todos se recordam, Marta liderou todas as pesquisas de opinião de ponta a ponta e

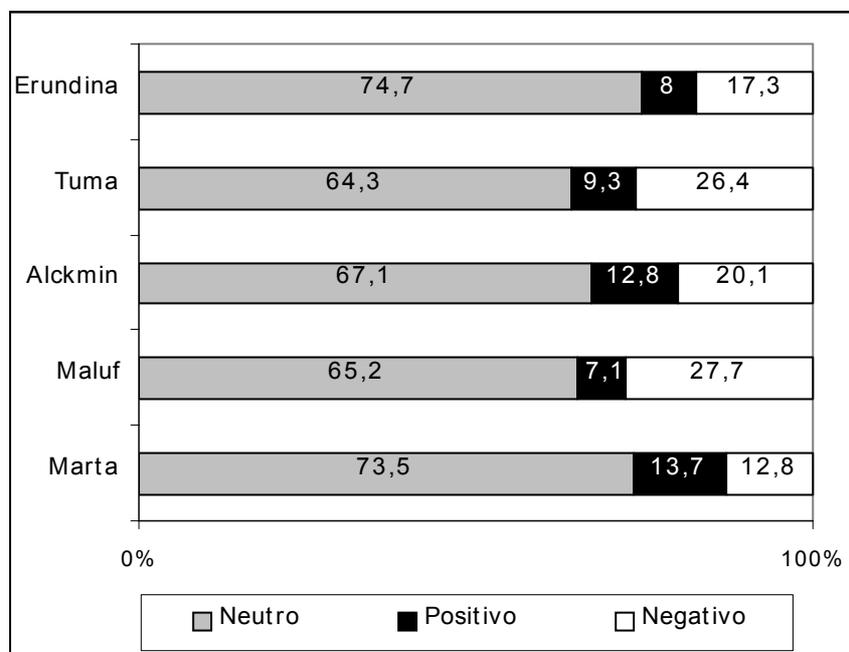
sua presença no segundo turno era uma certeza entre todos os analistas políticos. Maluf e Alckmin disputaram acirradamente o segundo lugar e a presença no segundo turno, sendo ambos assediados apenas por Tuma (quase no final da campanha) e por Erundina (no início do processo eleitoral, quando a ex-prefeita chegou a ocupar o segundo lugar nas intenções de voto). Entre todos os candidatos o mais citado foi Paulo Maluf, em parte por conta de seu passado político e personalidade polêmica; de outro lado pela sua vinculação política com o então prefeito Celso Pitta, alvo de recorrentes denúncias de corrupção no período pré-eleitoral. Contudo, como se verá mais adiante, ele também foi o candidato que recebeu mais referências negativas nos jornais pesquisados.

GRÁFICO 4
Número de citações (texto e imagens) - 1º turno



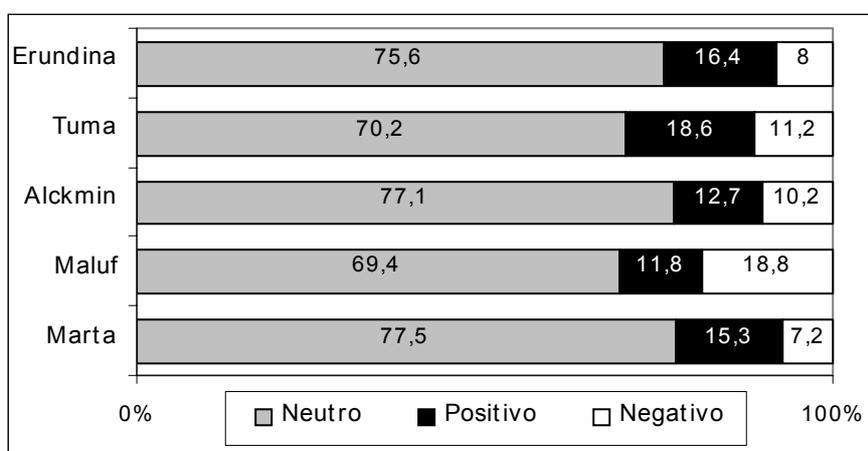
Os três gráficos seguintes mostram a valência das matérias em relação às principais candidaturas, ou seja, o enquadramento que cada um dos postulantes recebeu dos jornais pesquisados.

GRÁFICO 5
Valência (%) FSP - 1º turno



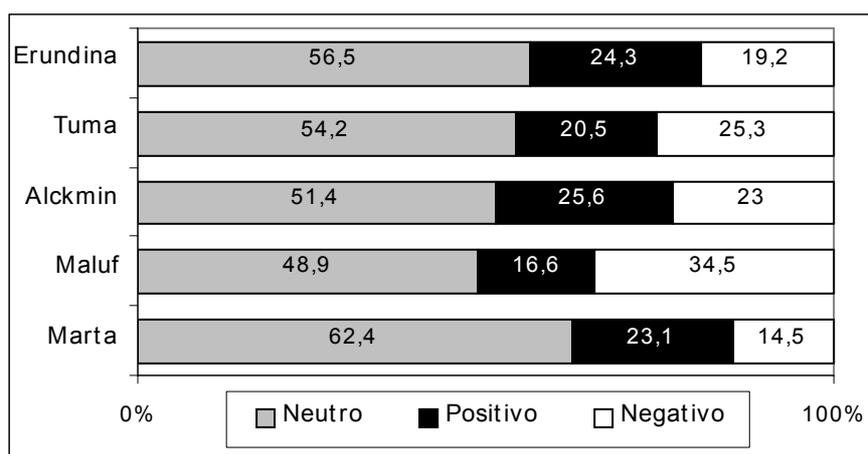
Na *Folha de São Paulo* as matérias neutras superam com folga a soma das matérias positivas e negativas em relação às candidaturas de todos os competidores. Em outras palavras, a cobertura do 1º turno se manteve dentro do padrão de objetividade definida pela pesquisa. Como se pode observar no Gráfico 5 as candidaturas de Erundina e Marta obtiveram os maiores percentuais de matérias neutras. Confrontando as matérias positivas e negativas, Marta e Alckmin foram os candidatos que receberam mais menções positivas enquanto que Maluf e Tuma ganharam mais referências negativas. O alto percentual de Maluf, como já foi explicado, deveu-se ao seu passado político e suas vinculações com o então prefeito Pitta; quanto ao Tuma, no momento em que apresentava um crescimento nas intenções de voto, ele passou a sofrer ataques que terminaram sendo reproduzidos na mídia. Finalmente, embora Erundina tenha recebido o maior número de matérias neutras, foi Marta quem mais se beneficiou da cobertura do jornal à medida que recebeu mais matérias positivas e menor percentual de matérias negativas.

GRÁFICO 6
Valência (%) OESP - 1º turno



Em *O Estado de S. Paulo* a cobertura também foi objetiva, de acordo com os critérios estabelecidos pela pesquisa, mas o jornal apresentou, em confronto com seu concorrente direto, um percentual mais expressivo de matérias neutras em relação a todas candidaturas. Também comparativamente o *Estadão* foi o jornal menos crítico. Mas, como na *Folha de São Paulo*, Maluf e Tuma (sendo seguido de perto por Alckmin) receberam o maior percentual de matérias críticas, embora, e ao contrário da *Folha*, a distância entre o percentual de Maluf e Tuma tenha sido significativa. Esse dado é importante quando observamos as matérias positivas, pois foi Tuma, seguido de Marta, quem recebeu mais matérias favoráveis.

GRÁFICO 7
Valência (%) Agora - 1º turno



O jornal *Agora*, provavelmente pelo seu acento popular (marcado por uma linha editorial mais agressiva e uma sintaxe baseada no uso intensivo de adjetivos), desviou-se do padrão observado nos jornais voltados para o público A e B. Como se pode observar no Gráfico 7, o referido diário foi quem publicou menos matérias neutras, tendo sido, também, o único veículo cuja cobertura ficou aquém dos 50% de matérias neutras (em relação à candidatura de Maluf) estipulados pela pesquisa para definir a objetividade. Mais uma vez Maluf e Tuma foram os candidatos que receberam mais críticas, enquanto que Alckmin e Erundina (seguido de perto por Marta) obtiveram as matérias mais favoráveis às suas candidaturas. Comparativamente, o jornal foi o mais crítico de todos, mas, em compensação, foi quem mais produziu matérias positivas. Sem dúvida, essa particularidade deve ser mais uma vez atribuída à sua natureza editorial.

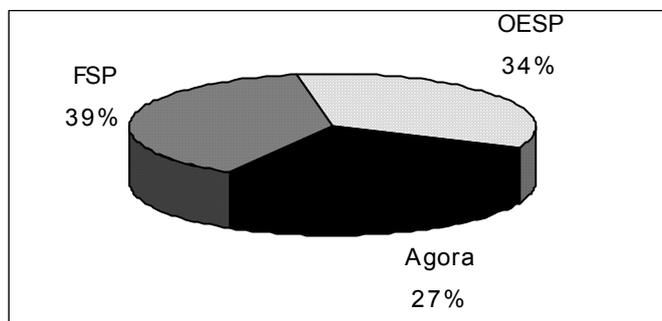
Em resumo, o conjunto dos dados mostra que a cobertura eleitoral do primeiro turno pelos jornais pesquisados (com exceção do *Agora* em relação à candidatura Maluf) se deu dentro do padrão de objetividade definido pelos critérios estabelecidos pela pesquisa.

2º Turno

O espaço dedicado à campanha do 2º turno foi praticamente o mesmo alocado por todos os veículos durante o 1º turno, com a *Folha de São Paulo*, mais uma vez por conta do seu caderno eleitoral, dando um pouco mais de atenção ao pleito do que seu concorrente direto e o seu irmão menor.

GRÁFICO 8

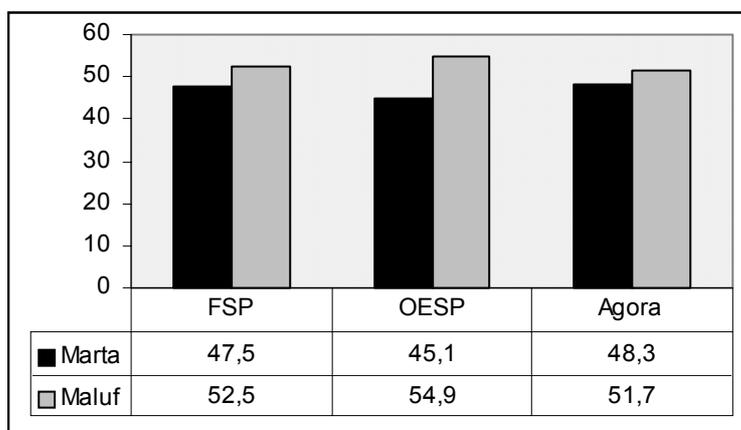
Espaço (%) dedicado à campanha municipal de São Paulo - 2º turno



Os dois candidatos que disputaram o turno final tiveram, com ligeiras variações, a mesma visibilidade nos três veículos. Mais uma vez Paulo Maluf foi o mais citado, mas, como ocorreu no turno anterior, a razão disto se deveu em boa parte às matérias negativas ao contrário da candidata do PT, como veremos mais adiante. De qualquer maneira a diferença de visibilidade entre Maluf e Marta nos três jornais é mínima, como se pode observar no gráfico seguinte.

GRÁFICO 9

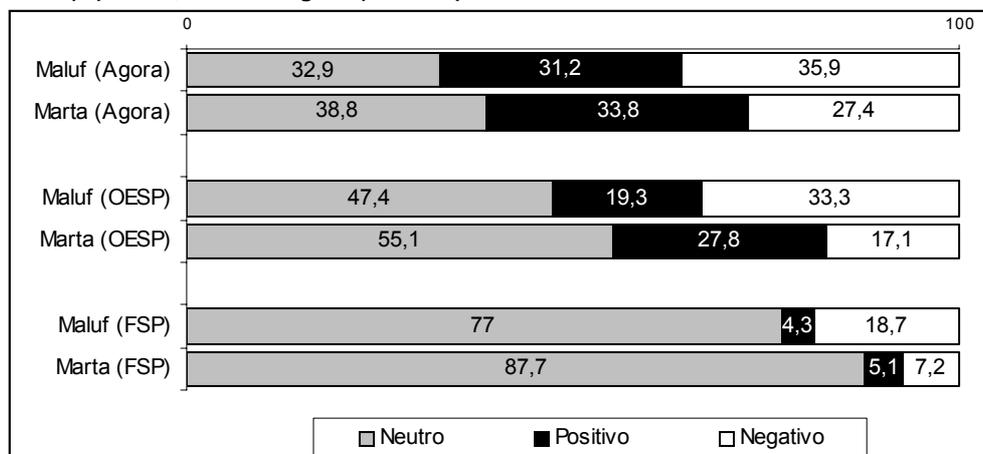
Número de citações (texto e imagem) - 2º turno



No que diz respeito à valência os dados da cobertura do 2º turno não reafirmaram a objetividade encontrada durante o primeiro escrutínio. Dos três jornais pesquisados apenas a *Folha de S. Paulo* se manteve dentro do padrão de objetividade definido pela pesquisa. Apesar disto, uma análise mais detalhada mostra que a *Folha* concedeu mais matérias neutras a Marta (87,7 X 77) e quase 2,5 vezes mais matérias negativas a Maluf (18,7% a 7,2%). O *Estado de S. Paulo* publicou mais matérias neutras (55,1%) em relação à candidatura de Marta, porém, em relação ao candidato pepebista, predominaram a soma das citações negativas e positivas sobre as neutras. Comparando-se as matérias negativas do *Estadão* em relação aos dois candidatos (33,3% para Maluf e 17,1% para Marta) percebe-se que Maluf ganhou em relação à candidata petista o dobro de matérias negativas. A postura crítica do *Estado de S. Paulo* em relação ao candidato não chega a ser uma surpresa para quem acompanhou de perto a campanha eleitoral: a rádio *Eldorado* (vinculado ao grupo editorial do *Estadão*) veiculou intensamente antes e durante a campanha mensagens conclamando abertamente os eleitores a não sufragar Paulo Maluf. Quanto ao jornal *Agora*, coerente com sua linguagem mais direta, foi o único que publicou mais matérias negativas e positivas do que neutras para os dois candidatos. No caso de Maluf, as matérias negativas suplantam as neutras e positivas; enquanto que no caso da Marta ocorre o inverso: as matérias neutras suplantam as positivas e estas as negativas, produzindo, assim, um saldo positivo para a candidata petista.

Em síntese, dos três jornais apenas um (*Folha de S. Paulo*) se manteve dentro do padrão de objetividade definido pela pesquisa e em todos eles a candidata petista recebeu mais matérias positivas e neutras e menos matérias negativas do que seu concorrente.

GRÁFICO 10
Valência (%) - FSP, OESP e Agora (2º turno)



Resumo e conclusão

Sinteticamente o que se pode concluir dos números apresentados pela pesquisa? Em primeiro lugar, considerando-se apenas a cobertura eleitoral do 1º turno, os dados mostram que os três dos maiores e mais representativos jornais paulistas comportaram-se de acordo com o padrão de objetividade definido operacionalmente pela pesquisa. Em segundo lugar, agora se levando em conta apenas os números sobre a cobertura do 2º turno, no momento em que a disputa foi polarizada entre Maluf e Marta a objetividade foi mantida apenas por um dos jornais. Contudo, se deve levar em conta a excepcionalidade do segundo escrutínio, pois a presença de Maluf como um dos finalistas - candidato cuja biografia é marcada por acusações recorrentes quanto à sua conduta política e lisura administrativa – acabou transformando o confronto numa competição maniqueísta de natureza moral e ética. Esta característica quase plebiscitária colocou em segundo plano as diferenças programáticas e ideológicas entre os dois candidatos, prejudicando, assim, a avaliação do comportamento da mídia diante do confronto partidário.

De qualquer maneira os dados aqui apresentados, especialmente os referentes ao 1º turno, não corroboram a visão bastante difundida de que a imprensa, seja pela sua natureza comercial, seja pelas ligações políticas de seus proprietários, está sempre condenada a defender os interesses dos grupos dominantes. Pelo menos no contexto paulista e no âmbito de uma disputa municipal, os números sugerem que poderemos estar diante de um saudável processo de distanciamento e neutralidade da imprensa em

relação aos candidatos e partidos políticos. Mas é absolutamente razoável argumentar que o padrão de objetividade da imprensa nas coberturas eleitorais só pode ser testado plenamente em competições não-municipais, como as eleições para o governo do Estado e a presidência da República, em que os constrangimentos externos à rotina produtiva dos jornais certamente assumem graus e formas diferentes das pressões locais e as agendas se tornam muito mais complexas do ponto de vista político, ideológico e econômico. É o que faremos em 2002.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Afonso de. (1999a) "*Aqui você vê a verdade na TV*": a propaganda política na televisão. Niterói, Publicações do MCII/Universidade Federal Fluminense.
- _____. (1999b) Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil, comunicação apresentada no GT Mídia, Eleição e Opinião Pública, XXIII Encontro Anual da ANPOCS.
- AZEVEDO, Fernando. (2000) Imprensa, campanha presidencial e agenda da mídia. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.), *Mídia e Eleições 98*, Salvador, Edições FACOM, pp. 31-56.
- BOURDIEU, Pierre. (1997) *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- DAHL, Robert. (1971) *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven, Yale University Press.
- HABERMAS, Jürgen. (1984) *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- HOFFMAN, B. (1985) On the Development of Materialist Theory of Mass Communication in West Germany, *Media Culture and Society*, vol. 15, n° 1.
- HOWLETT, Michael. (2000) A Dialética da Opinião Pública: Efeitos Recíprocos da Política Pública e da Opinião Pública em Sociedades Democráticas Contemporâneas, *Opinião Pública*, vol. VI, n°2, Campinas.
- IYENGAR, Shanto & SIMON, Adam F. (2000) New perspectives and evidence on political communication and campaign effects *Annu. Rev. Psychol.* 51, pp. 149-169.
- KERBEL, M. R. (1994) *Edited for Television/CNN, ABC, and the 1992 Presidential Campaign*, Colorado & Oxford, Westview Press.
- LANG, G. E. & LANG, K. (1983) *The battle for public opinion: the president, the press and the polls during Watergater*. New York, Columbia University Press.
- LAZARFELD, BERELSON & GOUDET. (1968) *The People's Choice – How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*, New York and London, Columbia University Press.
- LIPPMANN, Walter. (1997) *Public Opinion*, New York, Free Press Paperbacks (1ª edição: 1922).
- LUHMANN, Niklas. (1997) *A nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre, Editora da Universidade/Goethe-Institut.
- MAINWARING, Scott. (1991) Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais. O Brasil numa Perspectiva Comparativa, *Novos Estudos CEBRAP*, n° 29, março, pp. 34-58.
- MANIN, Bernard. (1995) As Metamorfoses do Governo Representativ, *RBCS*, n° 29.

- MCCOMBS, M. & SHAW, D. (1993) The evolution of agenda-setting research: twenty-five years in the marketplace of ideas. *Journal of Communication*, vol. 43, nº 3, pp. 58-67
- _____. (1972) The Agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, vol. 36, nº2, pp.176-87
- MIGUEL, Luiz Felipe. (2000) Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº 49, pp. 51-78.
- NEUMANN-NOELLE, Elizabeth. (1995) *La Espiral del Silencio – Opinión Pública: Nuestra Piel Social*, Barcelona, Paidós.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas & AZEVEDO, Fernando. (1998) Mídia e Política no Brasil: Textos e Agenda de Pesquisa, *Lua Nova- Revista de Cultura e Política*, nº 43, pp.189-216.
- SARTORI, Giovanni. (1998) *Homo Videns: la sociedade teledirigida*. Buenos Aires, Taurus.
- _____. (1987) *A Teoria da Democracia Revisitada*. (vol. I). São Paulo, Editora Ática.
- SCHMITT, Rógério. (2000) *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- SCHUDSON, Michael. (1995) *The power of news*. Cambridge (mass.), Havard University Press.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. (1976) *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Editora Alfa-Omega.
- TUCHMAN, Guy. (1993) A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Veja, pp.61-73.
- _____. (1978) *Making News: a study in the construction of reality*. New York, The Free Press.

O Troféu “*Cara de Pau*” da Rádio Eldorado*

Vera Chaia

Depto. de Política

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo

Este artigo analisa os meios de comunicação de massa enquanto lócus privilegiados de representação dos atores políticos e da política de modo geral. Ele analisa a atuação da Rádio Eldorado AM, empresa do grupo O Estado de S. Paulo, que criou no ano de 1999 o prêmio denominado "Troféu Cara de Pau", concurso que teve como propósito eleger as autoridades políticas que mais se destacaram negativamente. O ponto central foi compreender o papel deste meio de comunicação como propulsor de representações negativas da política.

Palavras-chave: Meios de comunicação, rádio, personalidades políticas, política brasileira

Abstract

This article studies the mass media as a privileged locus for representation of political actors and the political system. It analyses the role of the Eldorado Radio, which created in 1999 the "Cara de Pau Prize", a competition that had as purpose the election of the most negative political personalities. This study intended to understand the dynamics of this Radio as a stimulus for the creation of negative political representations.

Key-words: Mass media, radio, political personalities, Brazilian politics

* Este artigo é parte da pesquisa “*Escândalos Políticos e Mídia: alguns casos na vida política brasileira*”, financiada pelo CNPq – 1999 –2001.

Este trabalho analisa os meios de comunicação de massa como um locus privilegiado de representação dos atores políticos e da política de modo geral. O vínculo entre mídia e política é imediato uma vez que estes meios e principalmente a imprensa escrita, exercem um papel fundamental nas sociedades democráticas, e que, além de se constituírem em agentes/atores, são tanto formadores, quanto veículos de expressão da opinião dos vários públicos.

Dado que se pode falar numa relação de complementaridade entre a esfera da política e um sistema de mídia, também se pode perceber aí a existência de tensões, à medida que os meios de comunicação podem desqualificar, dificultar ou controlar o trabalho dos parlamentares; enquanto que estes podem reclamar ou denunciar que a imprensa não abre espaços de debate ou de informação para suas propostas parlamentares.

Na seqüência, outros aspectos ganham interesse, tal como a questão da imagem negativa dos políticos tanto gerada pela mídia, quanto decorrente da existência de uma classe política pouco apegada ao trabalho, preocupada mais com seus ganhos pessoais do que propriamente com o bem-estar da população. Uma outra questão refere-se à liberdade de imprensa e à necessidade de uma ética jornalística ou de uma preocupação voltada à responsabilidade pública.

Na verdade, para que a política se realize nas sociedades contemporâneas, é necessário que esta se torne pública, o que ocorre quando os acontecimentos políticos passam pelo impacto da mídia. Dessa forma, a política deve se adequar às regras da mídia e, com isso, transforma-se, de certa maneira, em prisioneira dos meios de comunicação.

Quando se discute sobre o papel da mídia, deve-se compreender que o uso dos meios de comunicação pelas lideranças políticas sempre esteve presente na história política contemporânea. No caso brasileiro, a primeira característica dos meios de comunicação refere-se ao fato de que estes continuamente serviram como moeda de troca, isto é, utilizados politicamente, uma vez que a concessão de estações de rádio e televisão é prerrogativa do Estado.

Particularmente nos meios de comunicação, observa-se a tendência autoritária de monopolizar por parte do Estado, representado pelo Poder Executivo Federal, através de dispositivos contidos nas legislações – como no caso das concessões de rádio e televisão que nascem com prerrogativas circunscritas a esse poder. (Segurado, 1996, p.12) ¹

¹ O Projeto de Radiodifusão, elaborado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), prevê mudanças no Código Brasileiro de Telecomunicações e, está sendo discutido com vários setores da sociedade brasileira e prevê a abertura desta área para o capital estrangeiro.

Além disso, a mídia brasileira sempre esteve nas mãos de famílias: os Mesquita (Grupo Estado), os Frias (Grupo Folha), os Saad (Rede Bandeirantes) e os Marinho (Rede Globo). Há também a presença das Igrejas evangélicas que disputam e controlam os meios de comunicação, como Edir Macedo – bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da rede Record e de concessões de centenas de rádios e afiliadas de televisão espalhadas pelo Brasil.

Segundo dados de Barbeiro e Lima (2000), no Brasil existem aproximadamente 4.000 rádios. A importância e a atenção que se deve dar a este meio de comunicação é grande se levarmos em conta características sociais e culturais como o analfabetismo e questões financeiras que dificultam a compra de aparelhos de televisão.

1. O rádio

A característica que diferencia o rádio dos outros meios de comunicação é o aspecto de que as mensagens são transmitidas apenas oralmente, através do som, e o receptor pode executar outras atividades, concomitantemente à sua escuta. O rádio pode, portanto, estar presente em muitos lugares, possibilitando várias ações simultâneas e conquistando espaços que a televisão e o jornal impresso não podem preencher.

Outra característica é a velocidade. Segundo Carlos Nascimento² este meio está sempre à frente dos outros veículos, através de aspectos como seu dinamismo e sua flexibilidade, que possibilitam intervenções, complementando notícias através de novos dados e reportagens mais detalhados, durante a programação.

Segundo Barbeiro e Lima, no livro *Manual de Radiojornalismo*, a imparcialidade é utópica, uma vez que o jornalista tem seus próprios valores. Assim, não é possível separar informação de opinião e o caminho, portanto, é a isenção, que permite que todos os lados sejam ouvidos: A isenção “*é a busca constante do que se entende ser a verdade*” (Barbeiro e Lima, p.12). O rádio, como qualquer outro veículo de prestação de serviços deve buscar uma informação qualificada, apartidária e fiel, a partir de um jornalismo pluralista e democrático.

Para os jornalistas, além da isenção há uma ética a ser respeitada, no sentido de permitir que a injustiça e a desigualdade sejam combatidas: “*A aplicação dos princípios éticos valoriza e reforça a pluralidade e a diversidade, porque plural e diversa é a condição humana*” (Barbeiro e Lima, op. cit., p. 16).

A ética é uma construção social, e, portanto, independe do livre arbítrio de cada jornalista. É por isso que existe, em cada país, um Código de Ética para os jornalistas, especificando seus deveres e poderes, como por exemplo: combater a corrupção, respeitar o direito à privacidade do cidadão, evitar favorecimentos pessoais e ouvir todos os lados envolvidos em um fato. Este Código de Ética prevê penalidades quando seus artigos forem descumpridos.

² In: *Rádio: 24 Horas de Jornalismo* – PARADA, M. – p.11.

Um possível fator de perda da credibilidade do rádio é a relação que este meio estabeleceu com a política nas últimas décadas. Essa relação vem da participação de comunicadores em eleições e de políticos que adquiriram emissoras, privilegiando seus interesses.

Como exemplo desta vinculação entre mídia e políticos, pode-se citar a pesquisa de Maurício Ferreira da Silva (2000), que analisou quatro comunicadores sociais de rádio que se elegeram para a Assembléia Legislativa de São Paulo (1986-1990). Os deputados estaduais foram eleitos por sua participação em programas de rádio: Afanázio Jazadji, Erci Ayala, Fernando Silveira e Oswaldo Bettio. Segundo o autor,

...essas figuras públicas tornam-se a todo instante o alvo certo para alguns partidos políticos e entidades que encontram neles uma vantagem sobre os demais candidatos: são nomes conhecidos porque o rádio favorece a formação do capital eleitoral e, portanto, tem maior facilidade de serem trabalhados. Por 'ancorarem' programas com determinada audiência, eles se credenciam a participar das eleições sem muitas vezes terem vínculos político-ideológico. (Silva, 2000,p.11-12)

Márcia Vidal Nunes (2000) em seu trabalho "*Rádio e Política: do microfone ao palanque – os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996)*" procura demonstrar a utilização política do rádio na "*participação de radialistas na política, mais precisamente à emergência de líderes políticos através do rádio AM com a participação popular*" (Nunes, 2000,p.15). A autora estuda o "*fenômeno da delegação do poder*" aos radialistas que sensibilizam ouvintes com programas populares que atendem às suas solicitações.

A utilização política do rádio deve ser creditada a um período mais distante de nossa história: O rádio

...como instrumento de propaganda política, esteve diretamente ligada ao contexto que antecede a Segunda Guerra Mundial, e intensificar-se-á no âmbito do próprio conflito. Embora existissem algumas especulações em torno das potencialidades do meio, os nazistas foram os primeiros a perceber e posteriormente a desenvolver o uso do rádio como meio de propaganda nacional e internacional. (Perosa, 1995: 25)

O rádio no Brasil surgiu nos anos 20 e "*ainda não estava implantado enquanto sistema radiofônico de abrangência nacional, mas apenas se estruturando, devido à incipiente tecnologia então existente*" (Segurado, 1996: 13). Desde sua instalação o rádio foi utilizado pelos governantes para divulgar suas idéias e promover a integração do território brasileiro. O presidente Getúlio Vargas (1930-45 e 1950-54), ciente do potencial deste meio de comunicação, criou o programa "*Voz do Brasil*" (1935), que tinha como objetivo promover a integração nacional, criar uma identidade política e divulgar suas idéias políticas. Seguindo a mesma trajetória, Adhemar de Barros, quando interventor do Estado de São Paulo, durante o Estado Novo (1937-45), criou um programa (1938), com

alcance estadual, e que tinha o nome sugestivo de “*Palestras ao Pé do Fogo*” - referência aos moradores do interior do Estado e que ouviam rádio perto de seus fogões à lenha (Sampaio, 1987). O presidente José Sarney (1985-89) readaptou este título e implantou um programa denominado “*Conversas ao Pé do Rádio*”. Os governadores Orestes Quércia e Antonio Fleury Filho também lançaram programas de rádio para o Estado de São Paulo.

A ‘*Hora do Brasil*’ (Perosa, 1995) foi criada pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em 22 de julho de 1935 e tinha como objetivo divulgar os programas governamentais e as palavras de Getúlio Vargas. A transmissão do programa passou a ser obrigatória em 1937 e era veiculado das 18:45 às 19:30. Em 06 de setembro de 1946 o presidente Eurico Gaspar Dutra preocupado com a não aceitação do programa, altera o nome para ‘*Voz do Brasil*’.

A resistência à obrigatoriedade da transmissão da ‘*Voz do Brasil*’ sempre foi grande, principalmente pelos proprietários das emissoras de rádio, que exigiam a sua extinção. Mesmo durante o regime militar a ABERT (Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão) pressionava o governo para que não fossem obrigados a transmitir este programa.

2. A Rádio Eldorado

No caso específico deste trabalho, destaco a atuação da Rádio Eldorado AM, que transmite para São Paulo pelos 700 KHz AM desde janeiro de 1958 e é ligado ao Grupo Estado, terceiro maior grupo de comunicação do Brasil. Somente no final da década de 80 é que surgiu a Eldorado FM que se especializou em ser uma emissora musical.

A Rádio Eldorado sempre se posicionou a respeito de certos assuntos polêmicos e que não concordavam. A campanha contra a ‘*Voz do Brasil*’ foi a mais importante. Para mostrar a discordância com o programa a rádio colocava a gravação de um locutor que mostrava claramente que estava transmitindo o programa à sua revelia. A Eldorado entrou com processo na Justiça, contra esta obrigação e conseguiu ser liberada da transmissão. No site da rádio www.radioeldorado.com.br existe um link que reproduz todas as etapas de sua luta. Ela lidera a ‘*Campanha Liberdade na Voz do Brasil*’ e neste link a rádio afirma que a *Voz do Brasil* “*era filha da ditadura de Getúlio Vargas*”³ e, portanto “*fruto de um regime de exceção*”. Também reafirma que “*os ouvintes de rádio do Brasil ficarão livres desta excrescência para sempre. Terá acabado o pior, o mais mal feito programa de rádio do mundo*”. A Eldorado “*foi a primeira emissora a questionar a lei que obriga emissoras a divulgar o programa e ganhou direito na Justiça de não transmitir a Voz do Brasil*” (OESP, 27/06/01).

Além de continuar essa campanha, a Rádio Eldorado empenha outras campanhas: “*Exija a cassação de Jader Barbalho*”. Conforme editoriais lidos durante a

³ Durante o governo Getúlio Vargas (1937-45) o jornal O Estado de S. Paulo sofreu intervenção federal.

programação normal, e segundo o site da rádio o ouvinte deveria encaminhar para a Comissão de Ética do Senado e-mails exigindo a cassação deste político. O senador Jader Barbalho, pressionado por sua bancada do PMDB e pela conclusão relatório da Comissão de Ética que sugeria a cassação de seu mandato, resolveu se antecipar e renunciou no dia 04/10/01.

Também realizou uma enquete: *"Você concorda com a barganha feita pela prefeita Marta Suplicy que ameniza a lei do silêncio para os templos religiosos?"* – resposta sim () ou não (). Depois desta pressão da mídia e especificamente da Rádio Eldorado a prefeita Marta Suplicy vetou o projeto anteriormente negociado com a bancada evangélica da Câmara Municipal de São Paulo.

3. O Troféu "Cara de Pau"

A Rádio Eldorado criou no começo do ano de 1999 um prêmio denominado *"Troféu Cara de Pau"*, que constituía num concurso para eleger o *"Cara de Pau do Ano"*, o *"Oscar da Baixaria"*. Os escolhidos foram autoridades públicas que ocupam cargos políticos. O objetivo era o de *'premiar'* as autoridades políticas que mais se destacaram negativamente. Mais uma vez o grupo Mesquita se antecipa e lança concursos exóticos e críticos ao nosso sistema político e aos políticos de modo geral. Ao som de uma marchinha circense, a Rádio Eldorado, em inserções diárias divulgou o por quê do concurso e suas normas:

A Eldorado está lançando mais um prêmio. Desta vez para "homenagear" as maiores baixarias de nossas autoridades. Todo mês a Eldorado vai selecionar os maiores casos denunciados pela imprensa naquele período. Os ouvintes votam e escolhem aquele que conseguiu superar os outros em termos de escândalos ou propostas... No fim do ano teremos doze semifinalistas, então em dezembro, numa ampla votação através da Eldorado, da Internet e de anúncios na imprensa, você ouvinte se vingará escolhendo pelo voto aquele que merece o título de "Cara de Pau do Ano". E abrimos desde já a votação. Para janeiro e fevereiro nossa sugestão é, anota aí.- Itamar Franco, campeão mundial da obtusidade por motivos óbvios; FHC porque disse que o governo dele seria o governo da previsibilidade, para provar nos brindou com três presidentes do Banco Central em menos de um mês; Nicéa Pitta que propôs, no início, um projeto para arborizar a várzea do Tietê, e no fim premiou um projeto que pretende criar enseadas nas margens daquele esgoto e também, pasmem, marinas garagens de barcos; nossa outra sugestão é - os vereadores de São Paulo, eles concorrem coletivamente na categoria 'preguiça endêmica'; e finalmente nosso aberrante sistema político que entre outras sandices contempla a figura da impunidade total dos parlamentares, o que permite que pessoas como o senhor Talvane Albuquerque, principal suspeito de ser o mandante do

assassinato da deputada Ceci Cunha, ou o carrasco Adriano acusado de 30 crimes de morte em Hilbrando Nogueira sejam diplomados deputados federais. Faça sua escolha o primeiro prêmio Cara de Pau está lançado. O fax da Eldorado para seu voto é 254-6888. Os resultados serão divulgados ao final de cada mês. (Rádio Eldorado, SP, 12/02/99)

A Rádio Eldorado escolheu os políticos a serem criticados e selecionou alguns exemplos de escândalos. É por essa razão que acompanhamos a campanha desta rádio, tendo como objetivo analisar o comportamento deste meio como propulsor de representações negativas de políticos e do sistema político de modo geral.

João Lara Mesquita⁴, diretor da Rádio Eldorado explica a criação deste prêmio:

Para compreender bem a criação do troféu Cara-de-Pau pela Rádio Eldorado, eu quero falar dois minutinhos sobre a rádio para que você possa entender o antecedente dela. A Eldorado é uma empresa do grupo do jornal O Estado de S. Paulo com 120 anos de vida, uma vida bastante atuante, sempre brigando com o governo, independentemente do ponto de vista que ele achava no momento do país, etc. Bom, é preciso compreender que é uma rádio que venha desse grupo tenha esse tipo de comportamento vamos dizer, inusitado que a Eldorado tem; as rádios no Brasil e de uma forma geral eram amorfas, não emitiam opinião, eram rádios que prestavam serviços ou informações, noticiários, mas evitavam de modo geral rádio é difícil de tomar partido com a União, e a Eldorado ao contrário justamente por fazer parte do grupo Estado, ao contrário pensa que o veículo deveria tomar partido de tudo, deveria ser engajado em todas as questões, afinal os nossos ouvintes são engajados. Por outro lado a Eldorado fala com um público mais elitizado de São Paulo; a gente diz aqui que são os formadores de opinião, grande parte da maioria, a vasta maioria do nosso público é formador de opinião. (entrevista em 19/08/99)

Todos os editoriais para serem lidos durante a programação da Rádio Eldorado AM e FM, foram escritos por seu diretor e revistos por um chefe de redação. Para João Lara Mesquita,

O editorial é um tipo de coisa que não funciona muito bem em rádio, da parte pelo menos da parcela de ouvintes de rádio que vão escutar o rádio para se divertir, o rádio tem aquele caráter lúdico e de repente você é agredido pela sua estação, chamando a atenção de um problema, seja um problema de corrupção, seja um problema econômico, enfim é uma coisa que agride um pouco e apesar de tudo esses editoriais fizeram um enorme sucesso, projetaram a nossa rádio, ajudaram a polícia, hoje eu tenho a nítida sensação nisso, ajudaram inclusive a polícia, ajudaram a fazer com que a imprensa inteira ficasse alerta, eu não tenho dúvida da influência que a Eldorado teve nesse processo todo. (entrevista em 19/08/99).

⁴ O diretor da Rádio Eldorado colocou à disposição todos os editoriais e alguns e-mails enviados por ouvintes.

O papel político auto-atribuído à Rádio Eldorado e a concepção de que eles estão exercendo uma missão de erradicar da vida política do país políticos "execráveis", se faz presente em todos os editoriais da emissora. A editoria do Troféu Cara de Pau, da Rádio Eldorado, teve a sensibilidade de destacar políticos que estavam sendo questionados publicamente. Mas não só, pois também levantaram bandeiras políticas contra a corrupção, a favor da cidadania e de uma política exercida por autoridades responsáveis e voltadas à defesa do bem público.

Para sistematizar o material coletado na rádio, envolvendo editoriais e e-mails dos ouvintes, optamos por realizar a leitura de todos os editoriais, separando-os por categorias. Para compreender melhor o 'espírito' dos editoriais reproduzimos os mais significativos mantendo a pontuação e a grafia original.

a) Políticas públicas e privatização

A Rádio Eldorado assumiu publicamente uma agenda política de cobrança das autoridades do governo federal e suas políticas de privatização e falta de controle e fiscalização. A ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e a Telefônica (empresa de telefonia da Espanha) foram duramente criticadas através das seguintes editoriais:

Mudo, surdo e desligado. As concessionárias gastaram rios de dinheiro na guerra de números, mas a população pagou pelo caos. Ninguém se preocupou em checar, se o novo sistema de discagem dos telefonemas interurbanos estava pronto para funcionar. Nem a ANATEL, criada pelo governo exatamente para zelar pelos interesses dos usuários. Por isso, o Presidente da AGÊNCIA, RENATO GUERREIRO, é indicado ao Troféu Cara de Pau de julho, na categoria MUDO, SURDO E DESLIGADO.

Outro candidato ao prêmio, como afirmamos acima, foi Manuel Garcia y Garcia, presidente da Telefônica e, segundo a rádio Eldorado, *o pagador de promessas; porque dirige uma empresa que presta serviços cada vez piores, trata mal os clientes e insiste em transformar o impossível em possível.* O editorial começa assim:

Existe em São Paulo, uma empresa que está tendo o mérito de transformar o impossível, no possível. Esta empresa, prestadora de serviços, tem uma capacidade inesgotável de se superar. A cada dia que passa, presta serviços piores, trata seus clientes como gado, cobra mais do que deve, e em seguida dá bananas – nos referimos à fruta com este nome, mas àquele gesto chulo que se faz com ambos os braços, quando alguém quer desafiar outra pessoa. Então, voltando à empresa prestadora de serviços, a empresa é tão cara de pau, mas tão cara de pau, que quando o paulistano reclama com razão, ela dá uma banana na cara do consumidor... E assim com já derrubamos um presidente ladrão, vamos também derrubar esta arrogância que desembarcou em São Paulo, depois da privatização dos serviços telefônicos .

b) Deputados Federais e Senadores da República

Outro aspecto trabalhado pelos editoriais dizia respeito aos senadores e deputados federais. Os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL), Michel Temer (PMDB), Jader Barbalho (PMDB) e Luis Estevão (PMDB) foram os políticos escolhidos para serem criticados, sendo que o interessante é que ACM e Estevão estavam fora do Senado Federal, à época e Jader Barbalho estava sendo acusado de improbidade administrativa. O único constante do cenário político era Michel Temer. Quais os aspectos abordados nos editoriais?

O ex-senador Antônio Carlos Magalhães mereceu alguns editoriais:

O Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES garantiu a indicação do Troféu Cara de Pau de agosto, na categoria O ROBIN HOOD DO AGRESTE. Ele foi o autor da genial proposta de criação do IMPOSTO CONTRA A POBREZA. ??? Se o tributo representa o fim da miséria, porque só agora o senador teve a idéia, depois de 45 anos de vida pública ?????? O Brasil já é campeão mundial de impostos e da sonegação deles..

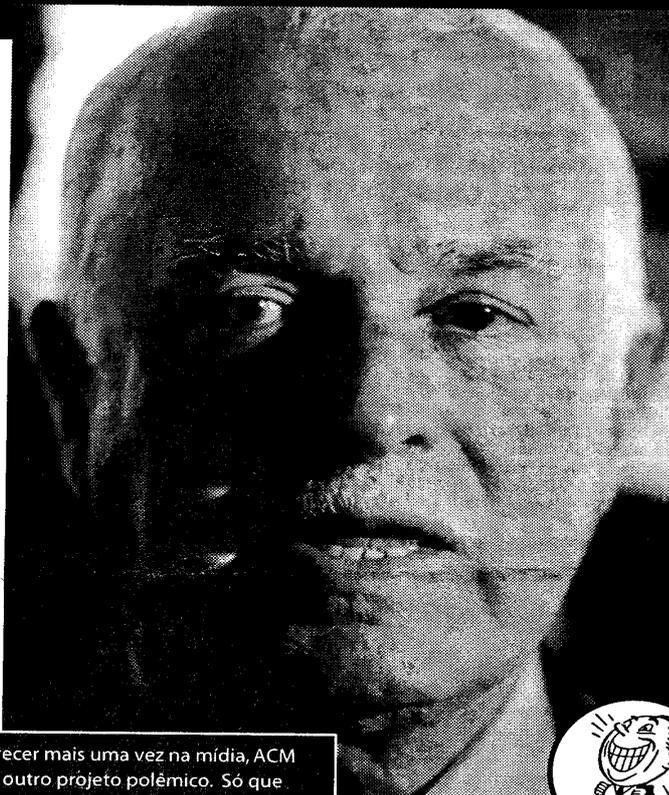
???? Em vez de mais um, porque não a reforma tributária, a fiscal, ou a conclusão da reforma da previdência ?????? Pela escandalosa demagogia, está lançada a indicação do senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES ao Oscar da Baixaria de agosto, na categoria O ROBIN HOOD DO AGRESTE.

Também foi muito criticado por entrar em conflito com o deputado Michel Temer:

Os presidentes da Câmara e do Senado estão vivendo em que país ???? Diante da crise que arrasta o Brasil para o caos administrativo, Antônio Carlos Magalhães e Michel Temer vivem trocando farpas, em detrimento de lutar pela aprovação das reformas que repousam no Congresso Nacional. Ao receberem um puxão de orelhas do Presidente Fernando Henrique, atribuindo-lhes a responsabilidade pela marcha-lenta do Legislativo, os dois dão uma de surdos. Por isso, ACM e MICHEL TEMER são indicados ao Troféu Cara de Pau de setembro, na categoriaDEVAGAR...E.....SEMPRE. Insensíveis à situação de urgência em que o Brasil está mergulhado, os presidentes da Câmara e do Senado disputam o seu voto ao Oscar da Baixaria deste mês.

O jornal O Estado de S. Paulo divulgava o Troféu Cara de Pau e fazia, inclusive, propaganda do prêmio. A propaganda abaixo reproduz uma foto do senador Antônio Carlos Magalhães e esclarece porque este político foi contemplado com o troféu:

Quem é "vivo" sempre aparece.



Para aparecer mais uma vez na mídia, ACM inventou outro projeto polêmico. Só que agora ele passou dos limites. O projeto contra a miséria, é demagogia pura. Por essa e por outras, o Cara-de-Pau voltou seus holofotes para ACM, eleito como o candidato do mês de agosto na categoria Robin Hood do Agreste. Agora ele já está no rol das celebridades que concorrerão no final do ano ao Oscar da Baixaria. Os concorrentes são fortes: Itamar Franco, os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, o trio: Brasil Vita/ Vicente Viscome / Wadih Mutran, Paulo Maluf, a dupla: Paulo Maluf / Celso Pitta, Wadih Mutran e José Izar. Em breve, você irá conhecer os candidatos deste mês. Exerça sua liberdade de escolha e seu poder de decisão. Vote.



**Troféu
Cara-de-Pau 1999**

Revelando o talento das autoridades brasileiras

Não fuja do seu dever cívico. Vote através do fax (11) 3274-6701 e 3274-6888, ou pela internet: www.radioeldorado.com.br

**RÁDIO
ELDORADO**

O Inimigo N°1 da Voz do Brasil. Rádio Eldorado. 1ª a Lutar pelo Direito das Rádios e dos Ouvintes.

6/91

Os senadores que votaram a favor da anistia de multas eleitorais foram duramente criticados pela rádio, recebendo um editorial contundente:

A comissão organizadora do Troféu Cara de Pau tem o prazer de lançar a indicação dos senadores que aprovaram a auto-anistia das multas aplicadas pela Justiça eleitoral. De um total de 81 senadores, setenta deles tiveram a Cara de Pau de aprovarem o perdão. Por isso, os 70 senadores esperam seu voto, este mês, na categoria NEFANDA CORJA QUE SE DIZ NOSSA REPRESENTANTE. Durante a votação, um deles, especialmente, protagonizou uma cena inusitada. Para quem costuma aparecer na mídia, atuando em CPIs como fiel escudeiro da ética, ROBERTO REQUIÃO atingiu o requinte do cinismo. Ele disse estar convencido de que é um absurdo a lei que anistia as próprias multas, mas, REQUIÃO disse, também, que mesmo sabendo desta imoralidade, votaria a favor, em legítima defesa. Está lançada a indicação dos 70 senadores ao Oscar da Baixaria de Dezembro, na categoria NEFANDA CORJA QUE SE DIZ NOSSA REPRESENTANTE.

O senador Luiz Estevão também foi duramente criticado:

Ele está com o mandato por um triz. Ainda este ano, o Conselho de Ética do Senado deve julgar o pedido de cassação do parlamentar. Estamos falando do senador Luíz Estevão, empresário influente, eleito pelo Distrito Federal. O senador-empresário ou empresário-senador - não se sabe - foi flagrado, envolvido com o amigo paulistano FÁBIO MONTEIRO DE BARROS FILHO, no desvio de 35 milhões de reais, destinados às obras do TRT de São Paulo. Estevão não consegue explicar como o dinheiro foi parar nas contas das empresas dele. A CPI do Judiciário levantou pelo menos 12 atos em que o Senador teria quebrado o decoro parlamentar. É acusado de enriquecimento ilícito, falsidade ideológica e de causar danos ao erário público. Está lançada a indicação do senador-empresário ou empresário-senador, Luíz Estevão, ao Troféu Cara de Pau de dezembro, na categoria OK, VOCÊS VENCERAM.

O juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, foi indicado ao prêmio CZAR DA INDESCÊNCIA.

Ele não sabe onde foi parar a maior parte dos 260 milhões, liberados para a construção do novo Fórum Trabalhista de São Paulo, nem a origem dos milhares de dólares que sustentam seu elevadíssimo padrão de vida. Usando a estratégia do silêncio e do cinismo, Nicolau dos Santos Neto ficou devendo uma satisfação sobre sua fortuna pessoal à CPI do Judiciário...

Deputados federais também não ficaram de fora da indicação:

A Comissão Organizadora do Troféu Cara De Pau lança a indicação do mais ilustre dirigente do Futebol brasileiro ao Óscar da Baixaria. Ele mesmo: Eurico Miranda. Vice – Presidente do Vasco e Deputado Federal eleito pelo Rio de

Janeiro, ele diz a quem quiser ouvir que, na Câmara, representa os interesses do Vasco Da Gama, fazendo pouco da lei eleitoral do país e da própria atividade política. Conhecido pela truculenta maneira de comandar o clube carioca e o clube dos 13, Eurico Miranda manda e desmanda no futebol brasileiro, e passa como um trator por cima daqueles que tentam questionar as decisões dele. O cartola "cruzmalino" é o rei do conhecido "tapetão". Por essas e muitas outras, está lançada a indicação de Eurico Miranda ao Oscar da Baixaria de dezembro, na categoria O DITADOR DO TAPETÃO.

c) Vereadores paulistanos

A Rádio Eldorado, assumindo tal postura, colocou-se como fiscal das atividades políticas e abertamente posicionou-se contrariamente aos políticos brasileiros de modo geral; em seus editoriais não eram lembrados os bons políticos em nenhum dos níveis de governo. A campanha mais importante exercida pela rádio foi a de combater os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. Em dezembro de 1998 um caso chamou a atenção de toda a mídia: uma empresária, Soraia Patrícia da Silva, preparava a reforma de um imóvel na região dos jardins, bairro nobre da cidade de São Paulo, para instalar uma academia de ginástica. Fiscais vistoriaram a obra e a ameaçaram embarga-la, caso ela não pagasse R\$ 30.000,00 para que eles não denunciassem supostas irregularidades. Soraia entrou em contato com o Ministério Público, que preparou uma tocaia, prendendo o chefe dos fiscais da regional de Pinheiros, Marco Antônio Zeppini, em flagrante quando esta lhe pagava a propina.

O escândalo da Máfia dos Fiscais foi amplamente divulgado e criticado pela Eldorado. Na programação normal a rádio enxertou um editorial crítico aos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo que votaram contra a instalação de uma CPI, proposta por José Eduardo Cardozo vereador pelo PT, que teria como objetivo averiguar as denúncias contra fiscais das administrações regionais e contra alguns vereadores que estariam envolvidos com a corrupção.

E atenção a mais alguns nomes de vereadores que votaram na Câmara contra a instalação da CPI que apuraria a Máfia da Propina nas administrações regionais: Natalício Bezerra, do PPB; Paulo Frange, também do PPB, o partido do prefeito Celso Pitta; Milton Leite, do PMDB e José Amorim do PTB. Um detalhe importante é que o vereador Hanna Garib não esteve presente, ele foi eleito deputado estadual, mas o suplente dele Aurelino de Andrade do PPB também votou contra a instalação da CPI'.

Vários vereadores receberam indicação para o prêmio. Destacamos alguns deles: José Izar, vereador pelo PFL foi um dos mais indicados pela Rádio Eldorado:

Para responder as acusações reunidas em cinco mil páginas, na comissão que examina o processo de cassação, o vereador JOSÉ IZAR não usou mais do que

três folhas de papel. Por isso, ele é indicado ao Troféu Cara de Pau de julho, na categoria QUEM CALA, CONSENTE. Acusado de comandar o esquema de arrecadação de propina na Regional da Lapa e usar a máquina administrativa para eleger o irmão-candidato a deputado, JOSÉ IZAR é mais um que almeja seu voto. Está lançada a indicação de JOSÉ IZAR ao Oscar da Baixaria de julho, na categoria QUEM CALA, CONSENTE.

O dono da Lapa entrou em desespero, diante do risco de ser cassado, negou as evidências e ameaçou 35 vereadores. Se fosse afastado da Câmara Municipal, levaria muita gente com ele. Estamos falando do vereador JOSÉ IZAR que, da tribuna do Legislativo, disse ter muitos colegas nas mãos. Garantiu o mandato, intimidando a omissa bancada governista, e ganhou o direito de disputar o Cara de Pau de setembro, na categoria MÃO GRANDE, MAS SEM CARÁTER. JOSÉ IZAR fez por merecer esta indicação ao Óscar da Baixaria.

O vereador Paulo Faria Lima, do PMDB, também mereceu algumas indicações:

A Câmara Municipal de São Paulo contribui com mais um indicado ao Troféu Cara de Pau de julho. Trata-se do Vereador PAULO FARIA LIMA, credenciado ao Oscar da Baixaria, na categoria TOMA LÁ, DÁ CÁ. Ele foi um dos principais articuladores da manobra que alterou o Regimento Interno, transformando a Câmara numa Casa de Câmbio, onde cargos e órgãos da Administração Pública são trocados pela aprovação de leis do interesse da Prefeitura. O Vereador PAULO FARIA LIMA espera seu voto para o Cara de Pau de julho, na categoria TOMA LÁ, DÁ CÁ.

Pela terceira vez no ano, o vereador Paulo Roberto Faria Lima é indicado ao troféu Cara de Pau. Agora, o cacique de Pinheiros é acusado, junto com outros funcionários da regional, de extorquir proprietários de estacionamentos. As denúncias apontam Faria Lima como suposto chefe de um esquema que recebia propinas de 120 estacionamentos irregulares na região. Só prá lembrar, Paulo Roberto Faria Lima é mesmo vereador que já foi acusado de extorquir 120 mil reais, por mês, dos comerciantes do bairro de Pinheiros para financiar a campanha política do pai. Por mais essa, está lançada a indicação de Paulo Roberto Faria Lima ao Oscar da baixaria de dezembro, na categoria "120 MIL SEGUNDA CHANCE".

Archibaldo Zancra (PPB) foi indicado porque:

Alheio às denúncias de irregularidades nas Administrações Regionais, o vereador ARCHIBALDO ZANCRA vai consolidando a condição de dono de uma das mais importantes áreas da capital. Por isso, ele é candidato ao Troféu Cara de Pau de julho, na categoria SENHOR FEUDAL DE VILA PRUDENTE. A atuação do vereador continua privilegiando os amigos, sócios e parentes, que facilitam construções clandestinas e negociam áreas públicas. Apesar de fazer o

que quer na Administração Regional e sair impune, ZANCRA fica cada vez mais influente na Prefeitura, indicando afilhados para cargos públicos. Vale lembrar que ARCHIBALDO ZANCRA foi relator do processo de impeachment de CELSO PITTA e deu parecer contrário à cassação do prefeito. ARCHIBALDO ZANCRA é indicado ao Troféu Cara de Pau de julho, na categoria SENHOR FEUDAL DE VILA PRUDENTE.

Ao ser questionado sobre sua fortuna pessoal, Vicente Viscome (PPB) afirmou que ele havia enriquecido porque comeu tomate e pão:

Esse cara de pau afirma categoricamente que comendo pão com tomate foi capaz de levantar onze e meio milhões de reais. Portanto empresário, não seja tolo. Daqui para frente, pão com tomate. Ironizando o editorial afirma que: O Presidente Bill Clinton, inspirado na pantomima do vereador cara de pau, acaba de informar que vai bombardear o Chade, um dos países mais pobres do mundo, com pão e tomates.

d) Processos contra a Rádio Eldorado

As ações da Rádio Eldorado incomodaram vários políticos. Paulo Maluf entrou com uma ação judicial, alegando danos morais porém não obteve sucesso. Tarso Genro, também entrou com ação judicial contra a Rádio Eldorado. No editorial este político era avaliado do seguinte modo:

Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre, advogado e membro da executiva nacional do PT. Ele concorre ao Cara de Pau, na categoria 'Mentecapto do Século'. Discípulo de Itamar, Tarso Genro insiste na diminuição do segundo mandato de FHC, que seria um golpe puro e simples. Mentecapto do Século também porque Tarso não se manca: já basta o Itamar.

O político ganhou a causa e a Rádio Eldorado foi condenada a pagar uma indenização de 200 salários mínimos. O jornal O Estado de S. Paulo⁵ criticou a decisão da juíza paulista e abriu uma campanha pela liberdade de expressão.

e) Celso Pitta e Paulo Maluf

O ex-prefeito Maluf e o então prefeito Pitta foram indicados para o prêmio em diferentes categorias:

O insuperável PAULO MALUF não tem limite, ao contrário da paciência do paulistano. Depois de fazer do sucessor CELSO PITTA, um dos piores administradores da cidade, ele apronta mais uma em São Paulo: Maluf defendeu a candidatura de HEBE CAMARGO à Prefeitura. Até a apresentadora achou

⁵ O Estado de S. Paulo, 21/06/2001.

uma GRACINHA, mas recusou o convite, dando prova de sensatez. Sobrou a percepção de que, para notórios Caras de Pau como Maluf, vale qualquer artifício para chegar ao poder. Sejam estes artifícios bons ou ruins, éticos ou não, sensatos ou insensatos. Por mais esta, o primeiro Troféu Cara de Pau – o Óscar da Baixaria – indica Paulo Maluf na categoria LUGAR DE PALHAÇADA É NO CIRCO.

... e atendendo a inúmeros pedidos, submetemos o nome de Celso Pitta, prefeito desta maltratada cidade. Ele concorre ao cara de Pau, na categoria “Perdido no Espaço”. Porque não foi capaz de perceber o grito oprimido da população, insistindo em qualificar a CPI como “desnecessária”. Só mudou, depois que hordas de assassinos passaram a fuzilar fiscais delatores, transformando São Paulo na Chicago dos anos trinta. E mesmo assim, só o fez, depois de maciça pressão da mídia e da população. Por tudo isto, e mais os maus tratos infligidos à cidade, Celso Pitta concorre ao Cara de Pau na categoria “Perdido no espaço”. Vote. Faça sua parte e decore bem estes nomes. Na próxima eleição, você dá o troco.

f) E-mails dos ouvintes

A cada editorial lido durante a programação da Eldorado FM, ouvia-se: “Exerça a cidadania”. A cobrança da rádio era constante, os ouvintes eram diariamente envolvidos com estes editoriais e isto gerou dois tipos de reação: ouvintes que assumiram a campanha da Eldorado e participavam ativamente do site, dando sugestões de políticos que deveriam ser indicados para o prêmio, e ouvintes que se posicionaram contra este tipo de campanha feita na rádio.

Alguns e-mails reproduzem esta sensação:

Com pesar quero falar sobre esses editoriais que a rádio fica insistentemente transmitindo a toda hora, a todo minuto, a todo segundo. Gente, é muito chato. Desculpe falar assim. Sempre fui ouvinte, e pretendo continuar ouvinte da rádio de vocês. Não deixem virar essa chatice que está virando. Tá certo que a população tem que saber o que está rolando de absurdo na política por aí. Mas esses editoriais são demais de chatos, chatos e chatos. Desculpe mais uma vez por escrever assim. Mas acho que tenho esse direito como ouvinte.

E-mails também circulavam para solicitar que votássemos em algum candidato ao Troféu Cara de Pau. Refiro-me a um e-mail especial enviado por um professor universitário que conclamava aos seus colegas que “votassem no Maluf”:

Caro Amigo: Pela primeira vez em minha vida, vejo-me obrigado a pedir seu voto para Paulo Maluf. Depois de ter feito filhos por aí (refiro-me ao Celso Pitta), sai dizendo que “o filho não é meu!”. Ademais, ao dizer que não tem nada a ver com nada, consagra-se como um dos maiores caras-de-pau de todos os

tempos, além de outros rótulos que ostenta. Por isso, merece seu voto na campanha da Rádio Eldorado. Para votar visite o site abaixo:

<http://www.radioeldorado.com.br>".

Outro ouvinte, atendendo aos apelos da rádio, fez uma indicação para o prêmio

O Funcionário Fantasma, pois ao aceitar o cargo este infame está estimulando a existência desse tipo de empreguismo. Claro que quem indica tem culpa, porém quem aceita tem até mais culpa. Não entendo porque no Brasil quem é flagrado como funcionário fantasma não é obrigado a devolver o NOSSO dinheiro (com correção e juros), se isso acontecesse, não existiria essa 'categoria trabalhista'!

Um ouvinte assíduo da Rádio Eldorado não gostou dos editoriais porque considerou-os extremamente generalistas:

Sou um profissional liberal, 43 anos, universitário, típico do ouvinte da rádio, que gosto muito por sinal. Porém vejo que estão cometendo um erro na indicação dos candidatos que pode esvaziar essa bela iniciativa. O TROFÉU deve ser dirigido a UMA PESSOA, E NÃO A UMA ENTIDADE COMO O TRIBUNAL DE CONTAS OU A CÂMARA MUNICIPAL. Assim não atingimos os culpados, pois ninguém vai vestir a carapuça, há um sentimento de corporativismo e eles são fortes. Devemos expor uma pessoa, por exemplo o presidente do tribunal de Contas, ou o responsável pela legitimação da roubalheira. NOMES DE PESSOAS EXPÔ-LAS AO PÚBLICO, RIDICULARIZÁ-LAS. Assim até seus comparsas o evitarão. A Rádio Eldorado deve pesquisar e facilitar a identificação dos canalhas. Assim o troféu ganha mais força e será TEMIDA. Agradecimentos sinceros pela iniciativa! Um cidadão comum....

A equipe que auxiliava o diretor João Lara Mesquita sugeriu que o prêmio tivesse o seguinte slogan: "*Troféu Cara de Pau – revelando a verdadeira face dos maus políticos brasileiros*". Tal mudança viria a ajudar a distinguir os maus dos bons políticos, além de eliminar a conotação jocosa que a iniciativa tem sugerido.

g) Resultado final do Troféu "Cara de Pau"

A votação final ocorreu no mês de dezembro de 1999 e o prêmio foi extinto, pelo menos temporariamente, por opção da direção da rádio e como atendimento à demanda de seus ouvintes que reclamavam do caráter do troféu, negativo à política. A preocupação mercadológica foi importante para que o prêmio fosse suspenso.

No site da rádio foi divulgado o resultado final, com fotos e áudio para que seus visitantes tivessem oportunidade de acompanhar a fala dos locutores e o conteúdo de suas críticas.

"Era uma exigência da sociedade, manifestada pelos nossos ouvintes, indignados com os escândalos envolvendo nossas autoridades. A Eldorado FM

instituiu o Troféu Cara de Pau, em reconhecimento aos políticos que agridem a opinião pública e o interesse da coletividade. Durante todo o ano passado, os ouvintes escolheram os indicados de cada mês. E, em Janeiro, foi eleito o grande vencedor do Oscar da Baixaria de 1999. A seguir, o resultado final da votação. Você exerceu a cidadania. Jamais esqueça esses nomes. Estamos começando mais um ano eleitoral.

Troféu Cara de Pau - Resultado Final da Votação

1º lugar - Paulo Maluf - Capo de Tutti Capi (Abril) - 1216 votos
2º lugar - Fernando Collor - Pelo Amor de Deus..... (Setembro) - 733 votos
3º lugar - Paulo Maluf e Celso Pitta - Pai Desalmado, Filho Bastardo (Maio) 577 votos
4º lugar - Vereadores de São Paulo - Preguiça Endêmica (Fevereiro) - 395 votos
5º lugar - Antônio Carlos Magalhães - Robin Hood do agreste (Agosto) - 334 votos
6º lugar - Brasil Vita, Wadih Mutran e Vicente Viscome (Março) - 265 votos
7º lugar - Celso Pitta - Felizmente o desgoverno está no fim (Outubro) - 242 votos
8º lugar - Itamar Franco - Obtuso do Milênio (Janeiro) - 220 votos
9º lugar - José Izar - Quem cala, consente (Julho) - 185 votos
10º lugar - Paulo Maluf - Lugar de palhaçada... (Novembro) - 133 votos
11º lugar - Luiz Estevão - OK, vocês venceram (Dezembro) - 97 votos
12º lugar - Wadih Mutran - Sou o capo do bloco dos sem vergonha (Junho) - 85 votos
Resultado da votação pela Internet - Nulos: 26 votos Total de votos: 4508

Acompanhando a votação dos 12 escolhidos pelos ouvintes, a Rádio Eldorado transcreveu algumas falas introduzidas por ocasião da divulgação das críticas a estas autoridades, sempre recheadas de humor sarcástico e de uma ironia sem precedentes.

Embora o número de ouvintes que participaram da 'premiação' não tenha sido grande em termos numéricos, é importante destacar que a Eldorado é uma rádio ouvida por formadores de opinião, segmento fundamental na disseminação das representações sobre a política construídas nestes editoriais.

Uma das técnicas utilizadas pela propaganda política para que as mensagens sejam sedimentadas nos sujeitos é a repetição. No caso da Eldorado os editoriais, as marchinhas, as músicas foram exaustivamente repetidas, gerando dois tipos de reações: negativa por parte de alguns ouvintes que não concordaram com o conteúdo destes editoriais; positiva, pois ouvintes se sentiram sensibilizados pela mensagem e participaram enviando sugestões e participando da votação. Ninguém ficou indiferente.

h) Considerações finais sobre o Prêmio da Rádio Eldorado

Na avaliação de João Lara Mesquita, a Eldorado cumpriu o seu papel:

Se Deus quiser essa turma não vai ser eleita e pela contribuição da Eldorado se espera não vão mais ser vistos. Daqui até o último dia da festa da eleição nós vamos estar falando todo o santo dia o nome de cada um desses vereadores,

que é para o cidadão Paulistano não esquecer jamais, se Deus quiser a gente vai conseguir pelo menos botar um sopro de moralidade na Câmara Municipal de São Paulo; esse é o intuito da Eldorado que não é diferente do intuito de 100% da população de São Paulo. (entrevista em 19/08/99)

A campanha empreendida pela Rádio Eldorado e pela mídia de modo geral surtiu efeito, pois alguns vereadores da Câmara Municipal de São Paulo que haviam sido denunciados pela CPI da Máfia dos Fiscais foram cassados (Vicente Viscome e Maeli Vergniano), um deputado estadual também foi cassado (Hannah Garib), além de ter havido uma grande renovação para o Legislativo municipal nas eleições do ano 2000.

Os vereadores Brasil Vita, Faria Lima, Miguel Colassuono e Maria Helena não foram reeleitos. José Izar e Armando Mellão (presidente da Câmara Municipal) se retiraram da vida política paulistana.

O ex-prefeito Celso Pitta não está exercendo nenhum cargo político.

O ex-prefeito Paulo Maluf, contrariando todas as expectativas conseguiu recuperar e ampliou seu eleitorado nas últimas eleições municipais de 2000 e diz que será candidato ao governo do Estado de São Paulo em 2002.

Em 2000 foi criada uma CPI para investigar o Futebol brasileiro, a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e o deputado federal Eurico Miranda teve sua vida econômica trazida ao público, enquanto dirigente do Vasco da Gama, clube de futebol do Rio de Janeiro.

No caso do Senado Federal três senadores criticados pelos editoriais estão afastados, pelo menos temporariamente, daquela casa legislativa: Luiz Estevão foi cassado, Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho renunciaram para não serem cassados.

Além de alguns fiscais envolvidos com a Máfia dos Fiscais, continuam presos o vereador Vicente Viscome e o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, mais conhecido como Lalau.

Todas as autoridades políticas criticadas em editoriais pela Eldorado sofreram punições, sejam policiais, sejam eleitorais ao não terem sido sufragadas. O posicionamento político e a defesa de um moralismo político e da ética se fizeram mais presentes neste período. Portanto neutralidade e isenção são palavras estranhas à Rádio Eldorado.

BIBLIOGRAFIA

- BARBEIRO, Heródoto e LIMA (2001)- *Manual de Radiojornalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- CARDOZO, José Eduardo. (2000) *A máfia das propinas – Investigando a corrupção em São Paulo*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- CHAIA, Vera. (2000) Escândalos Políticos: parte do jogo? In: CHAIA, V. & CHAIA, M. (org.) *Mídia e Política*. São Paulo, EDUC/Neamp.
- CHAIA, Vera & TEIXEIRA, Marco Antonio. (2000) Máfia dos Fiscais e as estrelas da cidadania. In: CHAIA, V. & CHAIA, M. (org.) *Mídia e Política*. São Paulo, EDUC/Neamp.
- CHAIA, Vera. (2000) CPI da Máfia dos Fiscais: a morte anunciada. In: CHAIA, V. & CHAIA, M. (org.) *Mídia e Política*. São Paulo, EDUC/Neamp.
- CHAIA, Vera. (2000) Cassações bastam? In: CHAIA, V. & CHAIA, M. (org.) *Mídia e Política*. São Paulo, EDUC/Neamp.
- GOIS, Chico de. (2000) *Segredos da máfia - Os bastidores do escândalo que abalou São Paulo*. São Paulo, Publisher Brasil.
- NUNES, Márcia Vidal. (2000) *Rádio e Política: do microfone ao palanque – os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996)*. São Paulo, Editora Annablume.
- PARADA, Marcelo. (2000) *Rádio: 24 horas de jornalismo*. São Paulo, Editora Panda Ltda.
- PEROSA, Lillian Maria F. de Lima. (1995) *A Hora do Clique – análise do programa de rádio “Voz do Brasil” da Velha à Nova República*. São Paulo, Editora Annablume.
- RUBIM, Antonio Albino C. (1994) Mídia e Política: Transmissão de Poder. In: Heloiza (org.) *Mídia, Eleições e Democracia*. São Paulo, Scritta.
- SAMPAIO, Regina. (1982) *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global Editora.
- SEGURADO, Rosemary. (1996) *Rádios Livres: descentralizando o poder*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP.
- SILVA, Maurício F. (2000) “*Quem me eleger foi o rádio*”- *Como o rádio elege o seu representante*. São Paulo, Editora Olho d’água.
- THOMPSON, John B. (1998) A Mídia e a Modernidade. *Uma teoria social da mídia*. Petrópolis, Editora Vozes, cap.4.
- THOMPSON, John B. (2000) *Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age*. EUA/GB, Blackwell Publishers.
- THOMPSON, John B. (1995) Ideologia e Cultura Moderna. *Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Editora Vozes, cap. V.

O quê Sabemos Sobre Democratização Depois de Vinte Anos?

Barbara Geddes

University of California, Los Angeles

Resumo

Este ensaio sintetiza os resultados do grande número de estudos publicados nos últimos vinte anos sobre a democratização ocorrida no final do século XX. Dados significativos dão sustentação à tese de que a democracia é mais provável em países mais desenvolvidos e que transições de regime de todos os tipos são mais prováveis durante períodos de declínio econômico. Porém, muito poucos dos outros argumentos apresentados na literatura sobre transição parecem ter validade geral. Este estudo propõe um modelo teórico, baseado nas características de diferentes tipos de regimes autoritários, para explicar muitas das diferenças entre as experiências de democratização em diferentes regiões. Os dados tirados de um conjunto de bases que inclui 163 regimes autoritários oferecem sustentação preliminar ao modelo proposto.

Palavras-chave: democratização, transição, regime autoritário, militares

Abstract

This essay synthesizes the results of the large number of studies of late 20th-century democratization published during the last 20 years. Strong evidence supports the claims that democracy is more likely in more developed countries and that regime transitions of all kinds are more likely during economic downturns. Very few of the other arguments advanced in the transitions literature, however, appear to be generally true. This study proposes a theoretical model, rooted in characteristics of different types of authoritarian regimes, to explain many of the differences in democratization experience across cases in different regions. Evidence drawn from a data set that includes 163 authoritarian regimes offers preliminary support for the model proposed.

Key-words: democratization, transition, authoritarian regime, military

Introdução

Ao final do século XX, autoridades eleitas governavam mais países do que em qualquer outro momento da história da humanidade. As transições para a democracia ocorreram com surpreendente frequência nos últimos vinte anos do século e muito foi escrito sobre o tema por observadores entusiasmados e fascinados. Este ensaio resume o que aprendemos sobre essas transições e propõe uma teoria que dá sentido a uma série de dados aparentemente contrastantes.

Desde 1974, ano identificado por Huntington (1991) como o do início da “terceira onda” de democratização, 85 regimes autoritários chegaram ao fim. Essas transições resultaram em trinta democracias sobreviventes e bastante estáveis (sem incluir democracias em alguns dos novos estados que surgiram em consequência da mudança de regime); nove democracias duraram apenas um curto período de tempo antes de serem derrubadas; oito casos em que houve eleições e mudança de liderança, mas em que a democracia parece muito instável ou grupos importantes foram excluídos da competição; quatro caíram no militarismo; e 34 novos regimes autoritários.¹

Quatro mudanças de regime levaram diretamente à divisão de Estados e três à reunião de nações anteriormente divididas. Dos 21 novos Estados criados na esteira da mudança de regime, cinco parecem ser democracias plenas e oito realizaram eleições competitivas, mas permanecem não-democráticos em muitos aspectos importantes. Em oito, não se realizaram eleições ou a competição foi seriamente restringida. Seis foram devastados pela guerra civil ou empobrecidos por guerras contra países vizinhos.

Permaneceram autoritários 32 países que já tinham regimes autoritários em 1974 ou sucumbiram a eles desde então, embora a maioria tenha dado alguns passos na direção da liberalização política. Em outros sete países, partidos ou governantes que estavam há muito tempo no poder, e que haviam reforçado seu domínio graças à fraude, aos limites à competição e à repressão seletiva, realizaram eleições competitivas consideradas livres e legítimas pelos observadores, mas não foram derrotados nas urnas. Esses regimes são difíceis de classificar, porque os governantes têm tantas vantagens em

¹ Os números utilizados aqui e em outros lugares foram tirados de um conjunto de dados coletados pela autora e que compreendem todos os regimes autoritários (exceto monarquias) com duração de três anos ou mais que existiam em 1946 ou chegaram ao poder depois de 1946, em países que obtiveram a independência antes de 1990 e têm um milhão ou mais de habitantes. Os regimes são definidos como conjuntos de regras e procedimentos formais ou informais para selecionar líderes e políticas nacionais. De acordo com essa definição, períodos de instabilidade e intervenções militares “moderadoras” temporárias (Stepan 1971) são considerados interregnos, não regimes. O limite de três anos é simplesmente um meio de excluir tais períodos do conjunto de dados. Esse ponto de clivagem foi escolhido, após considerável investigação empírica de interlúdios autoritários muito curtos, como sendo aquele que introduzia menos erros de classificação nos dados. Conteí um regime autoritário como defunto se o ditador e seus partidários foram derrubados ou se uma transição negociada resultou em eleições razoavelmente legítimas e competitivas e numa mudança no partido ou indivíduo que ocupava o poder executivo. Os casos em que se realizaram eleições consideradas livres e legítimas por observadores externos, mas não levaram a uma mudança nos detentores do poder são tratados aqui como de resultado incerto porque, até que saiam do poder de fato, não sabemos se partidos que estão há muito tempo no poder, como o PRI no México ou o Partido Revolucionário da Tanzânia (CCM), irão realmente abrir mão do poder.

relação ao controle dos recursos estatais e da mídia que a suspensão das restrições à competição pode não criar oportunidades iguais a todos os concorrentes. Embora vários pareçam ter tomado o caminho irreversível da democracia, é impossível saber se esses partidos e líderes no poder há tanto tempo deixarão realmente o governo se forem derrotados em eleições. Será preciso ver para crer.

Um quarto de século se passou desde o começo da terceira onda e talvez a coruja de Minerva esteja acordando e preparando suas asas para voar. Com todos esses anos para estudar e todos esses casos para examinar, o que aprendemos sobre as transições de regimes e a democratização no final do século XX?

Os estudiosos saudaram o número crescente de democratizações com deleite, atenção intensa e perplexidade teórica. É como se devesse haver uma explicação parcimoniosa e convincente das transições, mas as explicações propostas até agora foram confusamente complicadas, descuidadas quanto aos detalhes metodológicos básicos, geralmente mais úteis como descrição do que como explicação e surpreendentemente inconsistentes umas em relação às outras. O problema básico com que se defronta o analista é que o processo de democratização varia enormemente de caso para caso e de região para região. As generalizações propostas fracassaram em conciliar todas as variações do mundo real, ou em explicá-las.

Este ensaio começa por revisar vários dos argumentos mais conhecidos sobre as causas da democratização e examina brevemente os dados que os sustentam e que os contestam. Em seguida, sugere que diferentes tipos de autoritarismo entram em colapso de modos caracteristicamente diferentes e esboça as bases teóricas para essa diferença. Muitas das conclusões contraditórias tiradas pelos analistas que enfocam principalmente uma região ou outra fazem sentido se levarmos em conta a predominância de diferentes formas de autoritarismo em diferentes partes do mundo e as diferenças sistemáticas nas maneiras como essas diferentes formas se desintegram. Um estudo de 163 regimes autoritários em 94 países oferece provas de que existem realmente diferenças entre os padrões de colapso formulados hipoteticamente.

As pesquisas anteriores

Um dos poucos fatos incontestáveis a emergir dos estudos de transição de regime é que a democracia é mais provável em países desenvolvidos. A relação positiva entre governo democrático e desenvolvimento econômico foi estabelecida empiricamente por Jackman (1973) e Bollen (1979), e foi confirmada mais recentemente por Burkhart e Lewis-Beck (1994). Vários estudos recentes aumentaram nossa compreensão do processo que resulta nessa relação. Utilizando sofisticados modelos estatísticos para captar a interação complicada entre tipo de regime e crescimento econômico, Londregan e Poole (1990, 1996) demonstraram que o mais importante preditor das transições para o autoritarismo, seja da democracia ou de outra forma de autoritarismo, é a pobreza. Trabalhando na mesma linha, Przeworski e Limongi (1997) mostram que, uma vez ocorrida a democratização, por qualquer motivo, ela sobrevive em países acima de um certo nível de desenvolvimento econômico. Entre os países abaixo deste limiar, a probabilidade de reversão ao autoritarismo aumenta enquanto que o nível de desenvolvimento econômico cai.

Przeworski e Limongi interpretam seus resultados como um desafio à teoria da modernização, embora isto me pareça uma confirmação revisionista – na verdade, a mais forte confirmação empírica já feita. Observando que as transições para a democracia podem ocorrer por muitos motivos, eles sustentam que a relação observada entre democracia e desenvolvimento é causada não tanto pela maior probabilidade de que países mais desenvolvidos irão democratizar-se, mas pela improbabilidade de intervenções autoritárias nesses países. Esse argumento contesta todas as obras anteriores sobre democratização. De Lipset (1959) e outros teóricos ligados à articulação inicial da teoria da modernização a Moore (1966) e seus seguidores e àqueles que defenderam um foco sobre as escolhas contingentes, *fortuna* e *virtu* no estudo das transições (com destaque para O'Donnell *et al.* 1986), todos os analistas concentraram a atenção nas transições *para* a democracia. As conclusões de Przeworski e Limongi, no entanto, não desmentem os argumentos básicos dessas escolas de pensamento, exceto se acontecer que a modernização, a composição de classes da sociedade ou as escolhas contingentes não tenham influência sobre a probabilidade de transições para o autoritarismo, o que parece improvável.

Do grande número de estudos baseados em grande número de casos que cobrem diferentes períodos de tempo, os melhores dos quais usam modelos estatísticos muito sofisticados, podemos concluir que existe uma relação positiva entre desenvolvimento econômico e a probabilidade de governo democrático. Uma maneira útil de pensar sobre esta relação aparece na Figura 1.

FIGURA 1
Teoria da modernização.



A relação entre desenvolvimento econômico (eixo horizontal) e probabilidade de democracia (eixo vertical) é não-linear, assumindo a forma padrão de “S” que esperamos quando a variável dependente é uma probabilidade que vai de zero a um.

Esta imagem gráfica da teoria da modernização ajuda a interpretar tanto as observações normais como aquelas que podem ser desconcertantes. Em primeiro lugar, notamos que entre os países que estão acima de um certo patamar de desenvolvimento, a probabilidade de democracia está próxima de 100%, consistente tanto com a observação empírica como com os resultados de Przeworski e Limongi (1997). Da mesma forma, abaixo de certo limiar, a probabilidade de autoritarismo está perto de 100%. Poucos países permanecem atualmente abaixo deste limiar, mas podemos interpretar isso como consistente com a predominância histórica avassaladora do autoritarismo desde a invenção do Estado. A área do meio do gráfico é mais interessante sob muitos pontos de vista. Aqui, a probabilidade de democracia fica perto de 50% e não devemos nos surpreender com o fato de que países com níveis médios de desenvolvimento tendem a alternar entre diferentes tipos de regime. Este é o grupo em que as transições tanto para a democracia como para o autoritarismo deveriam ser mais comuns. É também o grupo de países em que as escolhas humanas e os eventos fortuitos positivos – *virtu* e *fortuna* – poderiam com mais facilidade afetar os resultados, uma vez que as causas estruturais subjacentes estão razoavelmente equilibradas.

É evidente que nem todos os países têm a forma de governo que este gráfico nos levaria a esperar. No momento em que este artigo foi escrito (verão de 1998), Mongólia, Benin e Madagascar possuíam o que parecia ser um governo democrático viável e Cingapura continuava autoritária. Mas não esperamos que qualquer teoria das ciências sociais explique tudo ou preveja com perfeição e, com certeza, a “teoria da modernização” não o faz, quaisquer que sejam os reais processos subjacentes que ela expresse.

Em suma, após os vinte anos de observação e análise da terceira onda de interesse acadêmico pela democratização, podemos ter razoável certeza de que existe uma relação positiva entre desenvolvimento e democracia, embora não saibamos porquê.

Um segundo fato também está razoavelmente bem estabelecido. Quase todos os especialistas em transição acreditam que o mau desempenho econômico aumenta a probabilidade do colapso do autoritarismo, assim como aumenta a solução de continuidade da democracia e a derrota dos candidatos a reeleição em democracias estáveis (e.g. Diamond e Linz, 1989; Bermeo, 1990). A maioria dos estudos quantitativos sustenta essa visão. Przeworski e Limongi (1997) encontram a esperada relação entre baixo crescimento econômico e transição. Haggard e Kaufman (1995) enfatizam os efeitos das crises econômicas na mudança de regime.

Passo agora à consideração de alguns dos argumentos mais controversos propostos pelos estudiosos. A literatura existente sobre transição abrange hoje centenas, se não milhares de estudos de caso de transições, dezenas de comparações entre um pequeno número de casos e pelo menos meia dúzia de tentativas importantes de realizar uma síntese geral com base teórica. Muitos dos melhores estudiosos de política comparativa trabalharam sobre o tema, mas praticamente todas as generalizações que surgiram dessa literatura foram contestadas. Os cientistas sociais deveriam jogar a toalha, ou há alguma maneira de integrar as conclusões dos diferentes especialistas que trabalharam em diferentes partes do mundo em diferentes períodos de tempo?

Até recentemente, uma das generalizações mais aceitas era que *não existe transição cujo início não seja consequência, direta ou indireta, de divisões importantes no interior do próprio regime autoritário* (O'Donnell & Schmitter, 1986, p.19). Estudos de caso bem documentados de várias transições latino-americanas corroboravam a idéia de que os primeiros passos na direção do que acabaria na democratização poderiam ser encontrados nas divisões internas dos governos militares. O caso da Grécia também se enquadrava nesse modelo. Estudos análogos das raízes da transição na Espanha e em Portugal mostraram a existência de brechas semelhantes no interior dos velhos regimes e não foram consideradas como contestação ao argumento, embora chamassem a atenção dos analistas para algumas anomalias.

A democratização que ocorreu na esteira do colapso da União Soviética, no entanto, não podia ser remontada a divisões dentro do velho regime, o mesmo valendo para as transições na África. Bratton e van de Walle concluem, de um estudo de 42 países africanos, que *as transições na África parecem ocorrer mais comumente a partir de*

baixo... Os governantes são impulsionados por cálculos de sobrevivência política: eles resistem à abertura política por quanto tempo for possível. (Bratton & van de Walle, 1997, p.83).

Em conformidade com o argumento sobre a democratização iniciada pela elite, a maioria dos observadores das transições na América Latina atribui pouca importância à mobilização popular como causa da democratização. Essas mobilizações ocorrem em muitos países, mas, em geral, em momento relativamente tardio do processo, quando a democratização já estava em andamento e os riscos da oposição haviam diminuído. O protesto popular pode ter levado a democratização mais longe e com mais rapidez do que as elites do regime pretendiam inicialmente (Collier & Mahoney, 1997; Bermeo, 1997; R. Collier, manuscrito não publicado), mas na maioria dos casos latino-americanos, ele não causou o começo da liberalização. Em contraste, o protesto popular foi a principal razão para as elites do velho regime concordarem em iniciar a negociação em vários dos casos do leste europeu e da África (Bratton & van de Walle, 1992, 1997).

Outra afirmação freqüente é que os pactos entre elites facilitam a transição bem sucedida para a democracia (Burton *et al.*, 1992; Karl, 1990). Pactos, tal como o termo é usado na literatura sobre transição, são acordos entre elites em conflito que estabelecem fórmulas de compartilhamento ou alternância no governo, distribuição dos despojos do governo e restrição das escolhas políticas em áreas de alta importância para os grupos envolvidos, ao mesmo tempo em que excluem outros grupos desse arranjo. Os argumentos sobre a utilidade dos pactos surgiram de estudos sobre casos de democratização na América Latina e na Europa, mas Bratton e van de Walle (1997) não encontraram dados de pactos nos casos africanos.

Contudo, outro argumento comum é que os regimes “mais fortes” têm condições de negociar transições mais favoráveis para eles do que aqueles que são forçados a sair devido a crises. Agüero (1992, 1995), por exemplo, sustenta que os governos militares mais eficazes, como os do Chile e do Brasil, conseguem garantir para seus representantes um papel no processo político e se protegem contra processos por crimes cometidos no cargo, enquanto que os militares que perderam guerras ou saem do governo em desgraça, como aconteceu na Argentina e na Grécia, têm pouca alavancagem. Haggard e Kaufman (1995, 1997) concordam com Agüero sobre o poder de barganha dos militares, mas discordam sobre quais os regimes mais fortes. Além disso, sustentam que os regimes que saem durante crises econômicas têm menos capacidade de obter a concordância da oposição para instituições que conduzam para a moderação que preferem na política. É verdade que os atores com maior poder de barganha podem obter mais nas negociações e, portanto, este argumento é altamente plausível, embora não surpreenda. Mas foi contestado, não pela evidência de um grande número de casos, mas pela passagem do tempo. Líderes fortes que deixam o poder podem certamente obter mais durante as negociações, mas o que conseguem pode durar pouco tempo depois da transição.

Síntese teórica

Um dos motivos porque as transições se revelaram tão infensas à teoria é que os diferentes tipos de autoritarismo se diferenciam entre si tanto quanto diferem da democracia. Eles apelam a diferentes grupos para ocupar os cargos do governo e diferentes segmentos da sociedade para obter apoio. Têm procedimentos diversos para tomar decisões e diferentes maneiras de tratar a escolha de líderes e a sucessão, além de modos diversos de responder à sociedade e aos oponentes. Uma vez que os comparatistas não estudaram sistematicamente essas diferenças, a teorização que existe sobre regimes autoritários é feita em um nível muito abstrato e poucos autores levaram em conta como as características das ditaduras afetam as transições. Porém, essas diferenças fazem os regimes autoritários se romperem de diferentes maneiras e afetam os resultados da transição. Neste artigo, proponho fundamentos teóricos para explicar essas diferenças entre tipos de autoritarismo.

Como quase todos os observadores de governos autoritários notaram, a política nesses regimes, como em todos os outros, envolve facciosismo, competição e luta. Porém, a competição entre facções rivais assume formas diferentes em diferentes tipos de regimes autoritários e tem conseqüências diferentes.

Para facilitar a análise dessas diferenças, classifico os regimes autoritários em personalista, militar e de partido único, ou em amálgamas desses tipos puros. Nos regimes militares, um grupo de oficiais decide quem mandará e exerce certa influência nas diretrizes políticas. Em regimes de partido único, o acesso aos cargos e o controle sobre as diretrizes políticas são dominados por um partido, embora outros partidos possam existir legalmente e concorrer em eleições. Os regimes personalistas diferem dos anteriores pelo fato de que o acesso aos cargos e seus frutos depende muito mais do arbítrio de um líder individual. Esse líder pode ser um oficial e pode ter criado um partido para sustentá-lo, mas militares e partido não exercem o poder decisório independentemente dos caprichos do governante (ver Bratton & van de Walle, 1997, p.61-96; Linz & Chebabi, 1998, p.4-45; Snyder, 1998).²

Os regimes militares, como se mostra adiante, carregam consigo as sementes de sua própria desintegração. As transições do governo militar começam usualmente com divisões dentro da elite militar governante, como observa grande parte da literatura sobre as transições na América Latina. Em contraste, as facções rivais dentro dos regimes de partido único e personalistas têm incentivos mais fortes para cooperarem umas com as

² Muitos regimes autoritários passam por mudanças ao longo do tempo que afetam sua classificação. É comum que oficiais que tomam o poder em golpes militares, por exemplo, tentem concentrar poder em suas próprias mãos, realizar eleições para legitimar seu domínio pessoal e criar partidos para organizar seus adeptos. Dessas maneiras, eles conseguem às vezes mudar as características básicas do regime. Quando essas mudanças ocorreram ao longo do tempo, usei o último período, na maioria dos casos, estável, como base para a classificação.

outras. Os regimes de partido único são bastante flexíveis e tendem a ser derrubados por fatores exógenos, em vez de por divisões internas (cf. Haggard & Kaufman, 1995; Huntington, 1991). Os regimes personalistas também são relativamente imunes a divisões internas, exceto quando condições econômicas calamitosas destroem as bases materiais da lealdade ao regime. Porém, eles são especialmente vulneráveis à morte do líder e à derrubada violenta (Huntington, 1991). A menor probabilidade de que divisões internas levem ao colapso do regime em formas não-militares de autoritarismo explica porque os observadores das transições na África e na Europa oriental geralmente encontram os começos da mudança fora do regime, em vez de em seu interior. Adiante, desenvolvo esses argumentos.

Para explicar porque os regimes militares são mais suscetíveis à desintegração interna, trato aqui das rivalidades e relações no interior da entidade governante de um regime autoritário: o corpo de oficiais, o partido único, a “panelinha” em torno do ditador, ou alguma combinação de dois ou mais desses três. É óbvio que os eventos dentro da entidade governante contam apenas uma parte da história da mudança de regime. A oposição de fora do grupo dominante e choques exógenos (e.g. o colapso soviético, crises econômicas internacionais, reformas induzidas pelo FMI) afetam, às vezes de forma decisiva, a sobrevivência do regime. Porém, meu objetivo, ao concentrar-me na dinâmica política dentro dos diferentes tipos de regimes autoritários, é mostrar exatamente como os choques exógenos e a mobilização popular afetam os diferentes tipos de regimes e, portanto, a probabilidade de transição. A construção de uma base teórica para compreender os diferentes tipos de regimes autoritários torna possível ir adiante das listas de causas que às vezes têm importância (encontradas em muitos estudos de transições) e caminhar no sentido de afirmações sistemáticas sobre quando determinadas causas terão provavelmente importância.

A maioria dos regimes autoritários se estabelece por meio de intervenção militar ou eliminação da competição por um partido que chegou ao poder através de eleições. O que chamo de regime personalista se desenvolve geralmente depois da tomada do poder, em consequência de uma luta entre líderes rivais. Na maioria dos regimes militares e alguns de partido único, as lutas entre facções, uma apoiando o líder e outras comandadas por rivais em potencial, se tornam visíveis aos observadores nos primeiros meses após a tomada do poder. Chamo o regime de personalista quando um indivíduo ganha essa luta, conseguindo manter o apoio da organização que o levou ao poder, mas limitando a influência de seus adeptos sobre as diretrizes políticas e as decisões pessoais. Ganhar a luta inicial não é garantia de uma segurança de longo prazo, mas os líderes individuais atingem, às vezes, uma posição da qual, com monitoramento contínuo e respostas rápidas, espertas e inescrupulosas à oposição incipiente, conseguem evitar durante algum tempo o surgimento de contestações sérias.

Os golpistas, em especial aqueles que já têm experiência no poder, podem freqüentemente prever a possibilidade da personalização do regime e tentam, de várias

maneiras, evitá-la. Os arranjos institucionais destinados a garantir a partilha do poder e as consultas entre oficiais de alto escalão podem ser muito detalhados. Demorou meses para que as várias facções das Forças Armadas argentinas costurassem acordos entre elas antes do golpe de 1976 e as instituições governantes complexas que resultaram disso praticamente imobilizaram a tomada de decisões em várias ocasiões (Fontana, 1987). Como outra forma de reduzir a probabilidade de que um oficial consolide o poder pessoal à custa de seus colegas, os golpistas escolhem geralmente um oficial conhecido pela correção, adesão às regras, equidade, falta de ambição pessoal e carisma baixo para liderar a junta ou o conselho de comando militar. No Chile, por exemplo, o general Augusto Pinochet foi escolhido para liderar o que deveria ser um colegiado porque era o mais antigo dos membros da junta e seus colegas acharam que ele era uma escolha segura justamente devido ao seu profissionalismo, respeito às regras e porte inexpressivo e sem carisma. Essa avaliação de caráter revelou-se errada, como muitas outras antes e depois. Mas o poder nem sempre corrompe: o general Humberto Castelo Branco, escolhido para liderar o primeiro governo militar brasileiro por muitas das mesmas razões, correspondeu às expectativas e resistiu à tentação de consolidar o poder pessoal. Os grupos que tomam o poder de maneira extra-constitucional tentam freqüentemente evitar a personalização do regime, mas os acordos anteriores ao golpe nem sempre são mantidos.

Questões de classificação

Embora a maioria dos regimes autoritários seja fácil de classificar, alguns não o são. Os critérios de classificação utilizados aqui enfatizam o controle sobre o acesso ao poder e influência, em vez de características institucionais formais. Um regime militar, em contraste com uma ditadura personalista liderada por um oficial militar, é aquele em que um grupo de oficiais determina quem comandará o país e tem alguma influência em suas diretrizes políticas. Em um regime militar institucionalizado (muitos não o são), os oficiais mais antigos entraram em acordo sobre alguma fórmula de compartilhamento ou rotatividade do poder e as consultas são, de alguma forma, rotinizadas. A hierarquia militar é respeitada, talvez depois de um expurgo inicial de partidários do governo anterior. Entre os exemplos de regimes militares, temos o Brasil (1964-1985), em que oficiais mais graduados, em consulta com um pequeno número de civis, escolheram os presidentes sucessivos dentro das regras especificadas pelas instituições do regime autoritário; a Argentina (1976-1983), em que oficiais graduados jamais perderam completamente o poder de escolher o presidente, apesar das intensas lutas entre facções e as tentativas do primeiro presidente militar de renegar os acordos pré-golpe entre os conspiradores que previam a rotatividade do cargo; e El Salvador (1948-1984), em que a manipulação das eleições pelos militares assegurava que o oficial escolhido pela caserna como seu candidato sempre ganhasse a eleição.

Em contraste com esses casos, muitos regimes chefiados por oficiais militares não são, na realidade, controlados por um grupo de oficiais mais graduados. É comum que a intervenção militar conduza a um curto período de regime militar, seguido pela consolidação no poder de um único oficial e pela marginalização política de grande parte do restante da corporação. Essas são ditaduras pessoais, embora o líder use uniforme. Regimes como os de Rafael Trujillo na República Dominicana (1930-1961), Idi Amin em Uganda (1971-1979) e Jean-Bédél Bokassa na República Central Africana (1966-1979) são casos extremos da transformação da intervenção militar numa tirania pessoal. Outros, como Pinochet no Chile e Suharto na Indonésia, são mais difíceis de classificar porque a instituição militar manteve alguma autonomia e influência. Classifico-os aqui em categorias intermediárias (sobre o Chile, ver Remmer, 1989 e Arriagada, 1988; sobre a Indonésia, ver Jenkins, 1984 e Liddle, 1989).

Uma vez que muitos ditadores criam partidos para apoiá-los, a distinção entre regimes de partido único nominais e “reais” envolve a mesma avaliação cautelosa da distinção entre regimes militares e personalistas liderados por oficiais. No tipo ideal de regime de partido único, uma organização partidária exerce algum poder sobre o líder pelo menos parte do tempo, controla a carreira dos funcionários, organiza a distribuição dos benefícios aos partidários e mobiliza os cidadãos para votar e mostrar apoio aos líderes do partido de outras maneiras. A realização de eleições regulares em que há alguma competição, seja da oposição ou dentro do partido dominante, é uma forte indicação de que o partido conseguiu um nível de organização e influência suficiente para ser levado a sério como um ator político. Entre os exemplos de regimes de partido único, temos o do Partido Revolucionário Institucional (PRI) do México, o Partido Revolucionário da Tanzânia (CCM) e os partidos leninistas de vários países do leste europeu. Regimes como o de Juan Perón na Argentina, em que o líder mantém quase um monopólio sobre as diretrizes políticas e as decisões pessoais, apesar de ter fundado um partido de apoio, são personalistas.

Os critérios dos especialistas da área para distinguir regimes autoritários de partido dominante das democracias variam por região. Os latino-americanistas consideram o México autoritário, pelo menos até 1996, mas a maioria dos especialistas em África consideram democráticos Botswana, Senegal e até o Zimbábue. Para comparar regiões, o mesmo conjunto de critérios deve ser aplicado em todos os lugares. Neste estudo, os regimes são considerados autoritários e rotulados de partido único se outros partidos foram banidos ou submetidos a sérios constrangimentos ou desvantagens institucionais, ou se o partido dominante jamais perdeu o controle do executivo desde que chegou ao poder e usualmente ganha mais de dois terços das cadeiras do legislativo. Uma vez classificado como de partido único, não considero o regime plenamente democratizado até que tenha ocorrido uma troca no poder executivo. Onde parece que as conclusões podem ser afetadas pelo excessivo rigor desses critérios, mostro também

resultados que utilizam uma regra menos rígida.³

Fundamentos teóricos

As teorias comuns da política nos regimes democráticos começam com dois pressupostos simplificadores: a) os políticos querem chegar ao poder e lá permanecer; b) a melhor estratégia para fazer isso é dar aos eleitores o que eles querem. Ambos os pressupostos precisam ser modificados no contexto do autoritarismo. Embora até mesmo os regimes mais coercivos não possam sobreviver sem algum apoio, na ausência de modos rotineiros de retirar os líderes autoritários do poder, as questões de quem são exatamente seus eleitores, quão satisfeitos eles devem ficar e quais os fatores, além da satisfação com o desempenho do regime, que afetam seu nível de aquiescência exigem uma investigação empírica e não podem ser respondidas em abstrato. Ademais, antes que questões sobre a identidade dos eleitores e como mantê-los aquiescentes possam ser relevantes, precisamos perguntar se é plausível supor que os líderes autoritários potenciais sempre querem chegar ao poder e, uma vez conseguido isso, sempre tentam se agarrar nele. Se não o fizerem, precisamos de uma nova teoria para dar conta de seu comportamento. Um dos argumentos centrais deste ensaio é que os oficiais militares, em contraste com os líderes de regimes de partido único e personalistas, freqüentemente não querem o poder.

Os interesses dos oficiais militares

As pesquisas sobre as atitudes e preferências dos oficiais militares em muitas sociedades mostram que em diferentes países, eles vêm de diferentes *backgrounds* econômicos, étnicos e educacionais, têm ideologias diferentes e simpatizam com diferentes interesses sociais. Não é possível fazer uma generalização sobre os interesses ou políticas que eles provavelmente apoiam. Há, no entanto, um consenso na literatura, quanto ao fato de que a maioria dos soldados profissionais valoriza mais a sobrevivência e a eficácia dos próprios militares do que qualquer outra coisa (Janowitz, 1960, 1977; Finer, 1975; Bienen, 1978; DeCalo, 1976; Kennedy, 1974; Van Doorn, 1968, 1969).

Esse interesse corporativo implica uma preocupação com a manutenção da hierarquia, disciplina e coesão das forças armadas, autonomia em relação à intervenção civil e orçamentos suficientes para atrair recrutas de alta qualidade e comprar armas de última geração. Os oficiais também valorizam muito a integridade territorial da nação e a ordem interna, mas sentem-se incapazes de perseguir esses objetivos com eficácia se as forças armadas não se mantiverem unidas e adequadamente supridas (Stepan, 1971;

³ Essa classificação de tipos de regime é semelhante à de Huntington (1991), e meus julgamentos de “codificação” estão muito próximos dos dele. Minha regra para determinar se um sistema político atravessou o limiar para a democracia é essencialmente a mesma de Przeworski e Limongi (1997). A maior diferença entre meu esquema de classificação e o de Linz e Stepan (1996) é que eu junto na categoria personalista o que eles chamam de regimes “sultanísticos e civilianados”. A decisão sobre qual esquema de classificação é mais útil depende do objetivo a que se destina.

Nordlinger, 1977; Oliveira, 1978; Barros, 1978). Em países em que entrar para as forças armadas tornou-se o caminho comum para o enriquecimento pessoal (por exemplo, Bolívia, durante algum tempo, Panamá, Nicarágua sob o regime de Somoza, Guatemala, Gana antes de 1981, Nigéria, Tailândia, Congo), pode-se supor que os motivos aquisitivos estão entre as preferências da maioria dos oficiais – no topo, para alguns, em segundo ou terceiro lugar para a maioria, ou ainda porque a existência de oportunidades lucrativas para oficiais pode depender da sobrevivência das forças armadas enquanto organização efetiva.

Tais preferências implicam que os oficiais concordam em entrar em conspirações golpistas somente se acreditam que o governo civil impede a realização de seus principais objetivos e que muitos, na verdade, só participarão se acreditarem que a instituição militar não corre risco. Essas preferências são, portanto, consistentes com as observações de Stepan (1971) e Nordlinger (1977) sobre a importância das ameaças às forças armadas enquanto instituição nas decisões dos oficiais de participar de conspirações golpistas.

Somente uma pequena proporção entrou originalmente nas forças armadas na esperança de chegar a cargos no governo. Muitos pretorianos assumem as rédeas do governo com pouco entusiasmo. A maioria deles teria provavelmente preferido permanecer nos quartéis se seus objetivos, em particular a defesa ou melhoria dos interesses corporativos das forças armadas, pudessem ser realizados desse modo. (Nordlinger, 1977, p.142)

O pior resultado possível para os militares enquanto instituição é uma guerra civil, em que uma parte das forças armadas luta contra a outra. Em consequência, a preocupação mais importante para muitos oficiais ao decidir se participam de um golpe é sua avaliação de quantos outros oficiais irão aderir.

O que Nordlinger, Stepan e outros descrevem assemelha-se a um jogo clássico de Batalha dos Sexos. O *insight* por trás desse jogo vem do seguinte cenário: um membro de um casal prefere ir ao cinema e o outro, à ópera, mas ambos preferem fazer algo juntos em vez de separados. Ir juntos a um dos eventos é um equilíbrio potencial, mas não existe estratégia dominante, pois o melhor resultado para ambos os jogadores sempre depende do que o outro faz.

A lógica da decisão sobre tomar o poder ou voltar para os quartéis é a mesma. Alguns oficiais são tentados a intervir, outros têm valores legalistas que impedem a intervenção, exceto nas mais extremas circunstâncias, e a maioria se situa entre essas duas posições – mas quase todos se preocupam com a sobrevivência e a eficácia das forças militares e, portanto, querem que os militares entrem ou saiam do poder como um todo coeso. A Figura 2 representa este conjunto de preferências como um jogo.

FIGURA 2
Jogo entre facções militares

		Facção Minoritária	
		Intervenção	Quartel
Facção Majoritária	Intervenção	4, 5	0, -10
	Quartel	3, -20	5, 4

Os dois números em cada célula representam os respectivos ganhos das duas facções. *Célula superior da esquerda*: ganhos de uma intervenção exitosa por militares unidos. *Célula inferior da direita*: ganhos de permanecer ou retornar aos quartéis. *Célula inferior da esquerda*: ganhos de uma tentativa fracassada de golpe por uma facção minoritária. *Célula superior da direita*: ganhos de um golpe exitoso levado a cabo apesar da oposição minoritária.

Neste jogo, a maioria prefere permanecer nos quartéis. Uma minoria preferiria intervir, mas ficaria em situação muito pior se tentasse intervir sem apoio da maioria do que se ficasse insatisfeita nos quartéis. Os participantes de um golpe fracassado defrontam-se com a possibilidade de rebaixamento, expulsão, corte marcial e execução por traição; assim, seu ganho é mostrado por um número negativo. É provável que a facção majoritária que se opôs ao golpe também fique em situação pior, pois as forças armadas estarão enfraquecidas e o governo reagirá provavelmente com maior vigilância, reorganização e interferência nas promoções e designações para tentar garantir maior lealdade, resultando numa diminuição da autonomia militar. O resultado final possível é um golpe bem sucedido, levado a cabo apesar da oposição minoritária. Nessa hipótese, a minoria que permanece fiel ao governo civil irá provavelmente enfrentar os mesmos custos dos conspiradores fracassados: rebaixamento, expulsão, prisão, morte. Os vencedores conseguem o poder, mas uma instituição militar enfraquecida reduz suas chances de conservá-lo. Tornam-se mais prováveis futuras conspirações apoiadas pelos rebaixados ou expulsos após o golpe. Depois que facções das forças armadas pegam em armas umas contra as outras, demora anos ou décadas para que a unidade e a confiança sejam restauradas.

Trata-se de um jogo de coordenação: depois que os militares estão no poder (*célula superior da esquerda*) ou fora do poder (*célula inferior da direita*), nenhuma das facções pode melhorar sua posição unilateralmente. Cada facção deve obter a cooperação da outra para fazer valer sua opção preferida. Quando os militares estão fora do poder, mesmo se a maioria chega a acreditar que deve intervir, eles não podem mudar o equilíbrio sem a cooperação da minoria.

Quando os intervencionistas têm amplo apoio e um sistema político aberto torna a conspiração relativamente segura e fácil, os golpes são geralmente precedidos por amplas consultas entre oficiais, protelações até que haja um consenso quase total dentro da oficialidade, além de negociações complexas sobre a partilha do poder e a rotatividade no comando. Essas consultas e negociações destinam-se a garantir a cooperação de

todas as principais facções na intervenção. Esses esforços complicados para obter a coordenação foram descritos, por exemplo, na preparação do golpe de 1964 no Brasil (Stepan, 1971), no período anterior ao golpe de 1976 na Argentina (Fontana, 1987) e no Chile de 1973 (Valenzuela, 1978).

Quando os intervencionistas têm somente o apoio da minoria e a conspiração é mais difícil, há uma outra estratégia disponível, embora mais arriscada. Os golpistas podem manter o complô em segredo, conhecido apenas de uns poucos oficiais em postos-chaves, e esperar que o resto virá atrás depois que algumas instituições centrais sejam tomadas (geralmente, bastam o palácio presidencial, algumas guarnições importantes da capital, estações de rádio e tv, centrais telefônicas e telegráficas e aeroportos). Essa é a estratégia que Nordlinger (1977) identifica como a mais comum. Ela tem sucesso muitas vezes porque a maior parte da oficialidade se preocupa mais com a unidade das forças armadas do que com o controle ou não do governo por militares. É uma característica de jogos como Batalha dos Sexos que o ator que dá o primeiro lance consegue sempre o que quer. Mas no mundo real, a estratégia do primeiro lance às vezes fracassa, em geral porque quem o dá não consegue persuadir o resto de que a maioria dos oficiais vai apoiar o golpe.

A tentativa de golpe na Espanha, em 1981, é um exemplo de estratégia fracassada de primeiro lance. O apoio passivo à intervenção era amplo dentro das forças armadas espanholas, principalmente devido à ameaça à integridade nacional que representava a disposição do governo Suárez de negociar com os nacionalistas catalães e bascos. O pequeno grupo de conspiradores ativos acreditava que, uma vez tomado o controle das Cortes e de instalações chaves em Madri, o rei Juan Carlos e o resto da oficialidade aceitariam o *fait accompli*. Os dados disponíveis sugerem que a maioria dos oficiais teria aderido se o rei não tivesse imediatamente telefonado para os capitães-generais e outros oficiais de alto escalão para informá-los de que resistiria ao golpe (Colomer, 1995). Para alguns oficiais, a lealdade ao rei era mais forte do que outros valores e levou-os a se opor à intervenção. Para outros, a oposição inequívoca do rei indicava qual posição o resto da oficialidade iria tomar e essa informação levou-os a resistir à intervenção, a fim de ficar do mesmo lado. O golpe poderia ter sucesso, se o acesso do rei aos telefones e à televisão tivesse sido bloqueado. Segundo Colomer (1995, p.121), um dos ex-conspiradores teria dito: “Da próxima vez, cortem o telefone do rei!”.

Para alguns líderes militares, o jogo muda depois de uma tomada do poder bem sucedida, mas a maioria dos oficiais sempre vê sua situação como parecida com uma Batalha dos Sexos, mesmo os mais politizados e faccionários. A sucessão de golpes por diferentes facções, como na Síria antes de 1970 ou no Benin (Daomé) antes de 1972, não seria possível se a maioria do exército não acompanhasse o primeiro lance, fosse na tomada do poder ou em sua devolução.

Os interesses dos quadros partidários em regimes de partido único

As preferências dos quadros partidários são muito mais simples do que as dos oficiais. Tal como políticos democráticos, eles simplesmente querem manter-se no poder. Alguns valorizam a ocupação do cargo porque desejam controlar as políticas, alguns por puro prazer da influência e do poder e outros pelos ganhos materiais ilícitos que vêm com o poder em alguns países. O jogo entre líderes e quadros partidários, às vezes chamado De “caça ao veado” é mostrado na Figura 3. (O *insight* por trás desse jogo é que numa caça ao veado primitiva, é necessária a cooperação de todos para cercar e matar a presa. Se alguém se afasta, deixando um buraco no círculo, todos, inclusive o que se afastou, ficam em situação pior.)

O ganho da minoria na oposição é menor do que quando o partido está no poder porque a oposição tem menos oportunidades de exercer influência ou encher os bolsos. Se a facção minoritária é excluída dos cargos, mas o partido continua no poder, a minoria continua a receber alguns benefícios, uma vez que suas preferências políticas são mantidas e as conexões partidárias trarão provavelmente várias oportunidades.

FIGURA 3
Jogo de “caça ao veado” entre facções em regimes de partido único

		Maioria (Facção do Líder)	
		No poder	Fora do poder
Facção Rival	No poder	8, 10	5, 1
	Fora do poder	3, 9	0, 0

O melhor resultado para todos é que ambas as facções detenham poder (*célula superior da esquerda*). O pior resultado ocorre quando ambas estão fora do poder (*célula inferior da direita*). *Célula superior da direita*: os ganhos da minoria se ocuparem cargos na oposição (isto é, depois que o partido dominante deixa de governar), e da maioria fora do poder. *Célula inferior da esquerda*: A facção minoritária é excluída, mas o partido continua no poder.

Em regimes de partido único, as facções se formam em torno de diferenças nas diretrizes políticas e na competição por posições de liderança, mas todos ganham se todas as facções permanecerem unidas no poder. Este é o motivo porque a cooptação, em vez da exclusão, é a regra em regimes estabelecidos de partido único. Nenhuma facção ganharia mais governando sozinha e nenhuma delas sairia voluntariamente do poder, exceto se eventos exógenos mudarem os custos e benefícios da cooperação de uma com a outra (e portanto, o próprio jogo) – possibilidade à qual voltarei adiante.

Os interesses de membros de “panelinhas”

A participação em panelinhas personalistas tende a ser mais fluida e difícil de identificar do que em partidos ou na corporação. Durante e depois da tomada do poder, as panelinhas personalistas formam-se freqüentemente a partir da rede de amigos, parentes e aliados que cercam todo líder político. Em regimes personalistas, um indivíduo domina

os militares e o aparelho de estado. Tal como nos regimes de partido único, as facções se formam em torno de rivais em potencial do líder, mas durante tempos normais, elas têm fortes motivos para continuar a apoiar o regime e o líder.

Os indivíduos que estão dentro de uma coalizão dominante patrimonial dificilmente promovem reformas. Recrutados e sustentados com incentivos materiais, sem uma base política independente e totalmente comprometidos com a corrupção do regime, eles dependem da sobrevivência do titular. Esses indivíduos costumam ascender pela cadeia do serviço político e, afora os maiores líderes, que podem ter investido na posse de capital privado, derivam sua subsistência principalmente dos cargos partidários ou governamentais. Uma vez que enfrentam a perspectiva de perder todos os meios visíveis de sustentação numa transição política, não tem outra opção senão se agarrar ao regime, afundar ou nadar com ele (Bratton & van de Walle, 1997, p.86).

Em termos de teoria dos jogos, essa descrição significa que os ganhos para os membros de panelinhas personalistas diferem de duas maneiras daqueles do jogo entre facções em regimes de partido único. Primeiro, o ganho para membros de uma facção minoritária excluída do poder é provavelmente muito menor, em parte porque não é provável que essa facção receba benefícios das escolhas políticas do líder. As facções excluídas da panelinha por um líder personalista freqüentemente enfrentam pobreza, exílio, prisão ou o risco de assassinato. Em segundo lugar, a facção majoritária pode aumentar os próprios benefícios com a exclusão da minoria. Quando os principais benefícios da participação no governo vêm do acesso a rendas e oportunidades de lucro ilícito, os benefícios para membros individuais do grupo governante podem ser maiores se não forem compartilhados demais. Também pode ser mais fácil manter os danos à economia dentro de limites aceitáveis e aumentar assim a probabilidade de sobrevivência do regime, se o grupo predador é relativamente pequeno. Apesar dessas diferenças, no entanto, a lógica básica do jogo é semelhante à dos regimes de partido único. Nenhuma das facções deixaria voluntariamente o poder.

O efeito dos interesses dos quadros no colapso do regime

Os interesses descritos acima determinam se as divisões e rivalidades que existem dentro de todos os tipos de governo levam ao colapso do regime. Uma vez que consideram que seus interesses seguem uma lógica similar à do jogo da Batalha dos Sexos, os oficiais militares concordam com a intervenção contínua independente de se o domínio militar se torne institucionalizado, o líder concentre poderes em suas mãos ou um rival derrube o líder original. Mas a oficialidade não aceitará a desintegração das forças armadas em facções abertamente concorrentes. Se a divisão da elite ameaça a unidade e a eficácia militar, a maioria dos oficiais optará pelo retorno aos quartéis.

Os regimes militares contêm assim as sementes de sua própria destruição. Quando as rivalidades da elite ou as diferenças políticas se tornam intensas e as divisões

em facções se tornam ameaçadoras, a volta aos quartéis torna-se uma opção atraente para a maioria dos oficiais. Para eles, há vida depois da democracia, pois todos os oficiais do regime, com exceção dos mais graduados, podem geralmente voltar para os quartéis com suas posições e carreiras impolutas e seus salários e orçamentos freqüentemente aumentados pelos nervosos governos de transição (Nordlinger, 1977; Huntington, 1991).

Os líderes de regimes de partido único também enfrentam a competição de rivais, mas na maioria dos casos, tal como nos regimes personalistas, os benefícios da cooperação são suficientemente grandes para garantir o apoio contínuo de todas as facções. Ocorrem lutas pela liderança e crises sucessórias, mas com exceção de algumas situações extraordinárias, os quadros comuns sempre querem permanecer no poder. Durante as lutas pela liderança, a maioria dos quadros simplesmente fica quieta e espera para ver quem vai ganhar. Assim, em contraste com os regimes militares, as lutas pela liderança dentro dos regimes de partido único não costumam resultar em transições.

Essa diferença explica porque a literatura inicial sobre transições, que se baseava principalmente nos processos ocorridos nos regimes militares da América Latina, enfatizava as divisões dentro do regime como causas da iniciação da democratização. Em outras partes do mundo, onde o governo dos militares enquanto instituição é menos comum, era possível identificar facções e divisões no interior dos regimes autoritários, mas elas não pareciam resultar em transição. Em vez disso, os observadores enfatizaram a importância das crises econômicas (Haggard & Kaufman, 1995), das pressões externas (Huntington, 1991) e dos protestos populares (Bratton & van de Walle, 1992, 1997; Casper & Taylor, 1996) na derrubada de ditaduras de longa duração.

Os regimes militares têm mais fontes endógenas de instabilidade do que os personalistas ou de partido único e, por isso, são mais frágeis. Os que existiram entre 1946 e 1998 duraram, em média, cerca de nove anos.⁴ Os regimes personalistas sobreviveram cerca de quinze anos em média e os de partido único (excluindo-se aqueles mantidos por ocupação estrangeira ou ameaça militar) perduraram, em média, quase 23 anos. Ainda mais impressionantes são as diferenças de idade dos regimes de diferentes tipos que sobreviviam em 1998. A média de idade dos regimes militares era de sete anos, dos regimes personalistas, quase 19 anos, e dos de partido único, 35 anos.⁵ A Tabela 1 mostra a duração média e a taxa de sobrevivência de todos os tipos de regimes, inclusive os híbridos.

⁴ O conjunto de dados exclui regimes formados a partir de 1995 (obedecendo a regra dos três anos de poder) e todos os regimes em Estados que se formaram desde 1990. A vasta maioria dos interlúdios autoritários temporários excluída pela regra dos três anos é militar. Se fossem incluídos, a duração média dos regimes militares seria muito menor. Nordlinger, que não os excluiu de seus cálculos, concluiu que os regimes militares duram cinco anos, em média (1977:139).

⁵ Os números foram calculados com o uso de critérios estritos para a democratização. A Tabela 1 também mostra a duração do regime quando se usam critérios menos rígidos.

TABELA 1
Durabilidade dos diferentes tipos de regimes autoritários^a

Tipo de regime	Duração média de governo (anos) ^b	Idade média dos regimes sobreviventes ^c	Porcentagem de regimes sobreviventes em 1998
Militar	8,8 (31) ^d	7,3 (4)	11,4%
Militar/pessoal	10,3 (3)	12,3 (3)	19,8%
Pessoal ^e	15,1 (43)	18,8 (8)	15,7%
Partido único/pessoal	15,0 (8)	39,0 (3)	27,0%
Partido único (critério mais rígido) ^f	22,7 (17)	35,1 (17)	50,0%
Partido único (critério menos rígido)	25,7 (22)	33,5 (11)	33,3%
Partido único/militar	23,8 (4)	(0)	0,0%
Partido único/militar/pessoal	31,0 (2)	37,3 (3)	60,0%

^a Estão excluídos os regimes impostos e mantidos por ocupação estrangeira ou ameaça militar.

^b Inclui todos os regimes que acabaram até 1998.

^c Inclui regimes em existência em 1946, ou que se iniciaram desde então e que ainda sobreviviam em 1998.

^d O número de regimes em que se baseiam as médias aparece entre parênteses.

^e Um caso classificado aqui como sobrevivente é ambíguo: o governo de Rawlings em Gana. O país realizou eleições consideradas livres e legítimas pelos observadores internacionais em 1996 (e eleições boicotadas pela oposição em 1992) e os eleitores reelegeram Rawlings. Parece razoável classificar Gana como tendo feito uma transição para a democracia naquela ocasião. O único motivo para não fazer isso é que alguns observadores expressaram dúvidas sobre se Rawlings teria deixado o poder se tivesse sido derrotado e sobre a igualdade do campo de disputa. Se Gana fosse classificada como tendo feito a transição, isso aumentaria a idade média dos regimes sobreviventes em um décimo de ano.

^f Seis países dessa categoria realizaram eleições consideradas livres e legítimas por observadores internacionais, mas apesar disso, confirmaram o poder do partido dominante. Os resultados, se países são classificados como tendo se democratizado são mostrados imediatamente abaixo.

As taxas de sobrevivência para os diferentes tipos de regime também diferem muito. Somente cerca de 11% dos regimes militares que existiram desde 1946 ainda sobreviviam em 1998. A proporção de regimes personalistas não é muito maior (15%). Ao contrário, 50% dos regimes de partido único continuavam a existir. A proporção de cada tipo de regime que acabou durante cada período de cinco anos após 1945 aparece na Tabela 2. Esta apresentação cronológica revela os efeitos de choques exógenos, tais como a crise econômica dos anos 80, que afetam todos os regimes. Em média, a proporção de regimes militares que caíram durante qualquer período de cinco anos entre 1945 e 1994 foi cerca de 50% maior do que a proporção de regimes personalistas e cerca de quatro vezes a proporção dos regimes de partido único.

TABELA 2
Taxa de queda dos regimes autoritários

Data	Partido único	Personalista	Militar
1945-1949	0,14 ^a (7) ^b	0,11 (9)	0,25 (4)
1950-1954	0,0 (8)	0,0 (12)	0,33 (3)
1955-1959	0,0 (11)	0,27 (15)	0,40 (5)
1960-1964	0,05 (21)	0,19 (16)	0,13 (8)
1965-1969	0,04 (24)	0,21 (24)	0,31 (13)
1970-1974	0,13 (24)	0,13 (24)	0,20 (15)
1975-1979	0,04 (27)	0,35 (26)	0,40 (15)
1980-1984	0,12 (26)	0,14 (22)	0,55 (11)
1985-1990	0,04 (23)	0,18 (22)	0,50 (8)
1990-1994	0,26 (23)	0,42 (19)	0,43 (7)
Taxa de mortalidade média por período de 5 anos	0,08	0,20	0,35

^a Proporção do número total de cada tipo de regime em existência, ou que entrou em vigência durante o período, que terminou durante cada período de cinco anos.

^b Número de regimes em cada categoria durante cada período de cinco anos.

Os regimes personalistas são menos vulneráveis às divisões internas do que os regimes militares, mas três características os tornam menos resistentes do que os regimes de partido único. Em primeiro lugar, eles raramente sobrevivem muito tempo após a morte do líder, talvez porque, em seus esforços para se defender de rivais em potencial, ele elimine com tanta frequência os seguidores que demonstram altos níveis de capacidade e ambição. Dos 51 regimes personalistas incluídos em meu conjunto de dados, somente quatro sobreviveram por mais tempo após a morte ou derrubada do ditador: o de Salazar, em Portugal, o de Somoza, na Nicarágua, o de Tubman, na Libéria, e o de Duvalier, no Haiti. Essas exceções ressaltam a importância da eliminação de rivais em potencial para explicar porque os regimes personalistas não costumam sobreviver à morte de seus fundadores. Salazar ficou incapacitado dois anos antes de sua morte e escolheu pessoalmente Marcelo Caetano para sucedê-lo, dando-lhe assim proteção pessoal no estágio inicial de sua administração. Caetano, que durou seis anos, foi descrito como *um seguidor, não um líder. Sua cautela, seu legalismo e sua indecisão foram fatais para o regime que chefiava. Ele ficara tempo demais sob a sombra de um mentor que recompensava a diligência, mas desconfiava da iniciativa* (Maxwell, 1986, p.112). Somoza e Duvalier passaram o cetro para seus filhos e Tubman, ao seu genro, talvez os únicos sucessores em potencial que podem ser tolerados pela maioria dos ditadores personalistas.

Os regimes personalistas surgem quando as forças armadas e os partidos não são suficientemente desenvolvidos ou autônomos para evitar que o líder assuma o controle pessoal das decisões e da seleção do pessoal. O medo de possíveis rivais leva esses governantes a enfraquecer essas e outras instituições que possam servir de bases de poder para contestações (Linz & Chehabi, 1998; Snyder, 1998). Os governantes personalistas costumam confiar em redes pessoais e, com frequência, bastante instáveis, às vezes baseadas em parentesco, etnicidade ou região, no interior das quais favores particulares são trocados por lealdade. Suas equipes de governo costumam sofrer rotatividade freqüente para evitar que alguém crie uma base autônoma de apoio e os partidários antigos que se tornam rivais ou dissidentes são excluídos, com rapidez e sem cerimônia, dos cargos, da influência e, às vezes, da vida (Bratton & van de Walle, 1994, 1997). No início do século XXI, Saddam Hussein oferece um exemplo vívido de um ditador personalista em ação. *Oficiais antigos foram trocados, demitidos, executados ou estão tão identificados com o ditador que não têm futuro fora de sua órbita (Economist, 1995, p.46).*

A segunda característica que afeta a longevidade dos regimes personalistas é a relativa estreiteza de suas bases de sustentação. Eles distribuem benefícios e cargos para uma proporção menor de cidadãos do que os regimes de partido único e o grupo de beneficiados, com maior probabilidade, é dominado por um único grupo familiar, clânico, étnico e regional. Uma vez que as recompensas pela lealdade e as penalidades pela defecção fracassada são muito altas, as divisões internas são improváveis. Mas os grupos excluídos da participação e dos benefícios podem tentar desafiar o regime, ainda que as penalidades pelas tentativas fracassadas sejam também graves.

Tendo em vista que sustentam a lealdade de seus adeptos com o oferecimento de recompensas materiais, os regimes personalistas são vulneráveis a catástrofes econômicas, um fato relevante na atual economia internacional. O mau desempenho econômico não os desestabiliza, uma vez que o desempenho não precisa ser bom para recompensar os que se beneficiam de políticas ineficientes. Porém, desastres de tal magnitude que impedem o pagamento dos funcionários públicos e dos soldados são uma outra questão. As reformas econômicas que reduzem a intervenção do Estado também podem solapar o apoio ao regime, embora as pessoas sejam suficientemente inventivas para descobrir maneiras de se beneficiar com as reformas.

Os regimes de partido único também têm algumas fontes endógenas de instabilidade e, além disso, podem superar a morte dos fundadores e líderes. Mediante seu controle sobre a alocação de oportunidades educacionais, empregos e posições no governo, os partidos únicos podem obter a lealdade (ou pelo menos a concordância) de muitos dos indivíduos mais capazes, ambiciosos e socialmente ascendentes, em especial aqueles de origem camponesa ou marginal urbana cuja mobilidade social poderia, de outro modo, ser bastante limitada. Os partidos únicos abrem-se com maior probabilidade a todos os cidadãos leais do que os regimes personalistas e tendem a não limitar sua clientela a grupos clânicos, regionais ou étnicos. Na ausência de choques exógenos, é

improvável que se desestabilizem por rivalidades internas ou oposição externa, como demonstra sua notavelmente baixa mortalidade média por períodos de cinco anos antes de 1990 (ver Tabela 2). Dos regimes de partido único que existiam em 1946 ou se formaram depois daquela data, 50% ainda existiam em 1998.

Os regimes de partido único sobrevivem, em parte, porque suas estruturas institucionais tornam relativamente fácil permitir uma maior participação e influência popular nas políticas sem que o partido abandone seu papel dominante no sistema político. A maioria dos governos de partido único tem partidos de oposição legalizados e aumenta o espaço para a contestação política. Em seis deles (Botswana, México, Taiwan, Tanzânia, Angola e Moçambique), observadores externos certificaram a realização de eleições livres e legítimas, mas somente em dois deles o partido parecia, em 1998, correr o perigo de perder sua posição hegemônica.

Quando se defrontam com problemas inesperados, os regimes militares tendem a se dividir, os regimes personalistas reúnem suas forças e se encastelam e os partidos únicos tentam cooptar seus críticos. Em consequência, é muito mais provável que a derrubada violenta ocorra em regimes personalistas do que nos militares ou de partido único. O modo de acabar um regime personalista é um golpe, e a insurgência, o assassinato, o levante popular ou a invasão são causas importantes do colapso em mais da metade deles (ver Skockpol & Goodwin, 1994). Esse tipo de fim é relativamente incomum para os regimes militares ou de partido único. Os golpes são bastante comuns em governo militares, mas eles geralmente não acabam com o regime: são principalmente uma maneira de mudar a liderança ao mesmo tempo em que o regime se mantém.

As crises econômicas ameaçam a sobrevivência de todas as formas de governo, tanto autoritárias quanto democráticas. Os governos militares são mais vulneráveis a elas porque o mau desempenho econômico provavelmente precipitará ou piorará as divisões entre a oficialidade. Em média, os governos militares podem sobreviver somente a quantidades moderadas de más notícias econômicas, enquanto que os governos de partido único são notavelmente resistentes diante de um desempenho econômico desastroso. Nos regimes militares que caíram entre 1946 e 1993, a renda per capita cresceu, em média, 0,4% no ano anterior à queda.⁶ Esse baixo crescimento per capita nunca é uma boa notícia, mas também não significa uma crise econômica. A renda per capita declinou em média 0,5% no ano anterior às transições dos regimes personalistas, sugerindo que estes são de alguma forma mais resistentes ao declínio econômico do que os militares. Em contraste gritante, nos regimes de partido único que acabaram antes de

⁶ As transições mais recentes tiveram de ser excluídas desses cálculos devido a limitações de dados. O ano anterior a uma transição parece ser o melhor indicador de desempenho econômico relevante. As taxas de crescimento em anos de transição às vezes declinam fortemente em consequência do caos e da violência associados à própria transição e, às vezes, aumentam muito em resposta à euforia do público e ao otimismo renovado; ambas as possibilidades fazem delas indicadores ruins do desempenho econômico do antigo regime. Przeworski e Limongi (1997) testaram vários indicadores de longo prazo e retardados do desempenho econômico sobre a possibilidade de transição e descobriram que somente o ano anterior causava efeitos.

1993, a renda per capita caiu cerca de 4% em média durante o ano anterior à transição.⁷

Tendo em vista que há uma maior probabilidade de decidirem deixar o governo antes que as condições do país cheguem a uma crise, é também mais provável que os governos militares negociem uma transição organizada. O padrão de transição dos governos militares é a negociação, às vezes precedida por um golpe incruento contra a facção militar no poder deflagrado por oficiais decididos a voltar aos quartéis (Huntington, 1991). As democracias são criadas pela negociação. É muito raro que elas surjam de uma insurreição popular, rebelião ou guerra civil.

Das transições do domínio militar desde 1945, 31% resultaram em democracias estáveis, de vida longa, e outras 43% em democracias instáveis, de curta duração ou exclusivas. Em contraste, somente 16% das quedas de regimes personalistas levaram a democracias estáveis e 49% resultaram em novos autoritarismos. O nível médio mais alto de desenvolvimento econômico em países com regimes militares responde por parte dessa diferença, mas o efeito do tipo de autoritarismo no desenlace do regime, embora reduzido, permanece estatisticamente significativo quando o nível de desenvolvimento econômico é mantido sob controle.

Uma vez que a negociação desempenha com mais probabilidade um papel importante nas transições dos governos militares do que nas transições mais rápidas e caóticas dos regimes personalistas, poderia pensar-se que os pactos seriam mais prováveis durante a transição dos regimes militares. Porém, os pactos explícitos do tipo enfatizado nos estudos sobre as transições na Venezuela, na Colômbia e na Espanha (Karl, 1986, 1990) são extremamente raros numa perspectiva comparada e muitas democratizações bem sucedidas aconteceram sem eles. Os esforços para fazer pactos geralmente fracassam e os que conseguem sucesso podem ser um reflexo de condições sociais e políticas subjacentes propícias à democracia estável, em vez de uma causa independente da estabilidade posterior.⁸ O pacto exitoso parece exigir a existência prévia de partidos bem organizados, com capacidade de assumir e manter compromissos, cujos membros abranjam a maior parte das elites políticas em potencial. A capacidade de manter compromissos implica um grau razoável de controle partidário sobre as facções rivais dentro de cada partido. Esse tipo de desenvolvimento partidário é incomum em países com pouca experiência democrática.

Embora os pactos explícitos para compartilhar o poder, excluir outros do governo e limitar o espaço das políticas sejam incomuns durante as transições de todos os tipos de regimes autoritários, as negociações e as barganhas desempenharam um papel na maioria das transições dos governos militares. Alguns governos de saída conseguiram

⁷ Como em outras partes deste ensaio, estão excluídos dos cálculos os regimes mantidos no poder por ameaça militar estrangeira direta.

⁸ O estudo dos efeitos de pactos tem sido afetado por um viés de seleção. A maioria dos observadores percebe apenas os pactos que duraram por um tempo razoável. Aqueles que fracassaram, como o de Honduras, baseado explicitamente na Frente Nacional Colombiana e que se esperava que garantisse o sucesso da transição para a democracia em 1971, quase nunca são estudados. O experimento democrático hondurenho foi derrubado em 1972.

negociar anistias para eles mesmos, limitações sobre a competição política futura e mudanças nas instituições políticas democráticas destinadas a prejudicar partidos de esquerda ou extremistas. Essas garantias pareciam muito importantes na época e podem ter apressado a transição. Porém, da perspectiva de 1998, elas parecem menos importantes. Nenhum governo democrático processou mais do que um punhado de pessoas por crimes cometidos durante os regimes autoritários, tenha havido ou não anistia, e a maioria não processou ninguém. A Coréia do Sul, um dos países em que os militares eram considerados dos mais bem sucedidos, puniu com mais severidade os ex-governantes militares do que a maioria dos países em que os ditadores eram considerados fracós.

Da mesma forma, os esforços para manipular o futuro espectro político revelaram-se menos eficazes (exceto no Chile) e menos importantes do que o esperado. Os eleitores, na vasta maioria das novas democracias, optaram por líderes de centro e partidos de centro-direita se saíram melhor do que o esperado (Bermeo, 1990). Onde as democracias sobreviveram, os arranjos iniciais de exclusão acabaram caducando. Durante a terceira onda, as ameaças à propriedade privada não vieram da esquerda, mas da política econômica ineficaz, do rompimento da ordem pública e da guerra civil.

As transições tardias se defrontaram com desafios diferentes daqueles enfrentados pelas primeiras. Enquanto os regimes militares, nem todos conservadores, predominaram nas primeiras quedas, as posteriores envolveram mais regimes de inclinação esquerdista. Além disso, o colapso da União Soviética simplesmente mudou as percepções: na medida em que a atração por opções socialistas declinava, o mesmo acontecia com a ameaça esquerdista e a suposta necessidade de arranjos institucionais para limitar a influência da esquerda.

O problema básico com que se defrontam as ditaduras que saem é que os acordos que fazem durante a transição não são, em geral, implementáveis depois que a transição se completa. Grande parte de seu poder de barganha desaparece no minuto em que deixam o poder. Os militares podem fazer cumprir os acordos sobre anistia e outros, mas somente se conseguem fazer, com credibilidade, ameaças de reagir com violência se o novo governo quebrar a promessa. A capacidade de fazer tais ameaças não depende do fato de a anistia ter sido assinada na época da transição, mas das condições dos militares no momento em que a ameaça se torna necessária (Hunter, 1997). Os partidos dominantes e as panelinhas do poder têm ainda menos capacidade de fazer valer acordos depois que saem do poder. Seu único recurso de fato é o apoio popular.

O sucesso dos esforços dos ditadores de saída para manter diretrizes políticas ou limitar a participação política no futuro também dependem do que acontece depois da transição (Pion-Berlin, 1992; Zagorski, 1994; Millett, 1995; Hunter, 1995; Ruhle, 1996; Pion-Berlin & Arceneaux, 1998). Vários ditadores impuseram mudanças nas instituições políticas tradicionais destinadas a criar desvantagens de longo prazo aos seus oponentes. A maioria desses esforços foi de visão acanhada e grosseira, levando ao tipo de voto

estratégico descrito de forma tão elegante na análise feita por O'Donnell (1973) da política argentina na década de 1960, ou a outras conseqüências imprevistas. Ademais, as instituições podem ser mudadas e depois que os autoritários deixam o poder, os políticos democráticos têm fortes incentivos para mudar qualquer coisa que ponha em desvantagem grandes grupos de cidadãos. Os regimes autoritários conseguiram perpetuar diretrizes políticas somente onde uma quantidade substancial de cidadãos se beneficia com elas. Até mesmo no Chile, as várias inovações institucionais de Pinochet dependem para sua sobrevivência de cerca de um terço dos eleitores que continuam a votar nos partidos conservadores.

Os efeitos dos choques exógenos

Os governos autoritários precisam de algum apoio e muita aquiescência para permanecer no poder. Uma ditadura muito coesa e disposta a usar a força pode sobreviver apesar da ampla oposição por um período limitado, mas não indefinidamente, e não se seus quadros a abandonarem. O governo autoritário, tal como outros, precisa ser capaz de distribuir benefícios a partidários ativos e parceiros de coalizão para conseguir um desempenho econômico passável, a fim de sustentar a aquiescência da massa e manter capacidade de coerção adequada para atravessar os tempos inevitáveis em que não consegue cumprir o prometido. Os choques exógenos que solapam os regimes autoritários são aqueles que impedem o desempenho econômico passável, a distribuição de benefícios para partidários e aliados e destrói a capacidade de coerção.

Como mostra a Tabela 2, a taxa de colapso dos regimes autoritários aumenta no contexto de choques externos, tanto geopolíticos como econômicos. A partir da segunda crise do petróleo, no final dos anos 70, à que se acrescentou a crise da dívida, as mudanças na economia internacional tornaram cada vez mais difícil o desempenho econômico aceitável dos governos. Essa crise mundial atingiu com mais força os países da África e da América Latina, mas também reduziu o consumo na Europa comunista e em outros lugares. Dos catorze regimes militares no poder logo antes da segunda crise do petróleo, todos caíram até 1998, uma década depois. Não estou sugerindo que a crise econômica causou essas quedas, mas que ela piorou as divisões já existentes dentro das forças armadas, aumentou muito os protestos populares contra os regimes militares e lançou dúvidas sobre a competência desses governos, até mesmo aos olhos dos oficiais. Diante da oposição popular e do crescimento do facciosismo interno, uma volta aos quartéis tornou-se cada vez mais atraente para oficiais de muitos países.

Todos os tipos de regimes autoritários foram afetados pela crise econômica, com as populações mergulhadas na miséria culpando seus governantes e assumindo gradualmente o risco de exigir mudanças. Com o aprofundamento da crise, as reformas econômicas exigidas pelo FMI forçaram os governos a reduzir os benefícios aos seus adeptos tradicionais. No final dos anos 80, os partidários do regime perdiam seus

empregos públicos e enfrentavam cortes de salários em muitos países em desenvolvimento, a liberalização do comércio solapava o apoio dos trabalhadores e do capital no setor de substituição de importações de muitas economias (geralmente alimentado por subsídios governamentais) e várias reformas econômicas cortavam as oportunidades de lucro dos *rent seekers* em todo o mundo. A reforma econômica reduziu os benefícios dos adeptos do regime ao mesmo tempo em que a própria crise diminuía a aquiescência dos cidadãos comuns.

Os regimes personalistas começaram a cair numa taxa crescente no começo dos anos 90. Enquanto as economias funcionaram de modo a permitir que os líderes personalistas proporcionassem acesso a oportunidades e recursos, os adeptos permaneceram fiéis ao regime. Mas durante a década de 1990, *a crise econômica enfraqueceu as bases materiais do poder patrimonialista: com recursos cada vez mais escassos para distribuir, as elites políticas se defrontaram com o crescente problema de como manter o controle das redes clientelistas* (Bratton & van de Walle, 1997, p.100). A pressão de agentes de doação e empréstimos forçou os governantes a reduzir exatamente o tipo de gasto estatal mais útil politicamente e mudar as políticas intervencionistas que haviam tradicionalmente oferecido as rendas necessárias. Sem esses atrativos materiais, os aliados e partidários abandonaram seus líderes. O grande aumento da taxa de mortalidade dos regimes personalistas africanos no começo dos anos 90 sugere que essas quedas não foram causadas pelo mau desempenho econômico *per se* (que começara na maioria dos países dez anos antes), mas pela combinação de pressões externas e reformas que cortaram benefícios aos quadros do regime.⁹ Embora poucos países africanos tenham feito transições completas para a democracia, muitos regimes autoritários caíram. É possível dizer que poucos regimes personalistas da África perdurarão no começo do século XXI, mas o que virá depois deles é difícil de prever.

Em média, os regimes de partido único foram notavelmente resistentes mesmo diante das longas e graves crises econômicas. Uns poucos (Malásia, Cingapura e Taiwan) continuaram a prosperar até recentemente, mas são exceções. O colapso do império soviético destruiu a capacidade de coerção na Europa oriental e levou a um crescimento rápido das dificuldades econômicas em todo o bloco comercial soviético. Estima-se que em Cuba a renda caiu em 50% em consequência da retirada dos subsídios da URSS (Pastor, 1994). Com o final da intervenção soviética, os regimes do leste europeu caíram como frutas podres no final do verão. Porém, muitos regimes de partido único fora da esfera de influência soviética, tanto comunistas como não-comunistas, mostraram maior resistência diante de crises econômicas muito piores do que a da Europa oriental – uma indicação de que esse tipo de regime tem grande capacidade de resistência quando não depende de uma potência externa para coerção. Oitenta e cinco por cento dos regimes

⁹ Pode parecer que os resultados estatísticos de Bratton e van de Walle (1997) contestam esta conclusão, mas eles buscam explicar a democratização (definida como a ocorrência de uma eleição fundadora), não um colapso autoritário.

autônomos de partido único que estavam no poder no começo da segunda crise do petróleo ainda existiam uma década depois, e 59% ainda sobreviviam em 1998. Os jogos analisados acima ajudam a explicar porque os regimes de partido único são mais resistentes do que os militares e, portanto, porque até mesmo graves choques exógenos podem não derrubá-los.

Conclusão

Este ensaio começou por esboçar vários argumentos bastante aceitos sobre a transição de regime. Depois examinou os indícios que sustentam e contestam cada argumento. Alguns foram confirmados, outros não.

Fortes evidências sustentam o argumento de que o desenvolvimento econômico aumenta a probabilidade da democracia política. Os dados disponíveis também dão sustentação à afirmação de que os regimes autoritários caem com maior probabilidade durante crises econômicas, embora algumas formas de autoritarismo sejam mais suscetíveis ao mau tempo econômico do que outras.

Porém, em um conjunto de 163 transições de regime, encontrei pouca confirmação de que os pactos aumentam a probabilidade da democracia. Eles podem ter tido esse efeito em uns poucos casos, mas não podemos descartar a hipótese de que a probabilidade de pactos e democracia estável cresce com a existência de partidos bem estabelecidos e coerentes, capazes de assumir compromissos confiáveis de obediência aos pactos.

Embora não tenha ainda decorrido tempo suficiente para se ter certeza, também encontrei poucos dados para apoio da idéia de que anistias e outros contratos implícitos entre os governantes autoritários que saem e os líderes da oposição têm efeitos substanciais de longo prazo. Todos os autoritários que deixam o governo enfrentam sérios problemas para implementar os contratos no futuro.

A principal contribuição original deste estudo é propor uma inovação teórica que engloba vários argumentos aparentemente contraditórios. Comecei essa seção utilizando a teoria dos jogos e fazendo uma simples comparação dos incentivos para os oficiais em regimes militares com os incentivos para os quadros em regimes personalistas e de partido único. Se os incentivos mostrados nos jogos são, em média, exatos, então podemos compreender porque o processo de transição dos regimes militares difere daquele dos regimes de partido único e personalista. Uma vez que a maioria dos oficiais valoriza a unidade e a capacidade da instituição militar mais do que a ocupação dos cargos de mando, os regimes militares agarram-se menos ao poder do que outras formas de autoritarismo e, na verdade, iniciam as transições.

Essa percepção conduz a explicações para muitas das diferenças entre as transições mais antigas, geralmente de governos militares, e as mais novas, principalmente de regimes personalistas. A maioria das transições militares começa, como

observam O'Donnell e Schmitter (1986), com desacordos e divisões internas. Mas a maioria dos regimes personalistas agarra-se ao poder por tanto tempo quanto possível. Em conseqüência, é mais provável que sejam derrubados por levantes populares e rebeliões. A probabilidade de ocorrerem protestos populares em algum momento da transição é igual para todos os tipos de regime, mas eles são freqüentemente o primeiro indicador da transição iminente do regime personalista, enquanto que as transições do poder militar costumam já estar em andamento antes do crescimento dos protestos.

A maioria dos regimes militares termina em negociação, o que responde pela ênfase que a literatura mais antiga sobre transições põe em barganhas e nas vantagens da moderação. Mas a maioria dos regimes personalistas acaba em golpe, muitos deles acompanhados de violência generalizada. Se a oposição a muitos regimes personalistas permaneceu moderada, ela talvez sobreviva até que o ditador, ou mesmo seus netos, morram de velhice. Os líderes de regimes personalistas também negociam quando sofrem pressões de agentes de empréstimos ou se defrontam com amplos protestos públicos, mas a proporção dos que repudiam os acordos que eles fazem é muito alta.

A transição nos regimes de partido único, embora tema de vários estudos de caso, não desempenhou um papel importante na literatura comparativa sobre transições porque poucas ocorreram, além daquelas que resultaram diretamente do colapso da União Soviética. Os regimes de partido único sob pressão de doadores e da oposição popular inclinam-se mais para a negociação do que os regimes personalistas. Tal como os oficiais, os quadros do partido podem esperar que sua vida continue a mesma depois da liberalização ou mesmo da mudança de regime. Se não conseguem evitar essa mudança, ficam em melhor situação numa democracia do que em alguma outra forma de autoritarismo. Partidos anteriormente hegemônicos não perderam importância na vida política sempre que os países se democratizaram plenamente, mas foram proscritos e reprimidos em várias nações que não se democratizaram. Em conseqüência, eles têm bons motivos para negociar a saída, em vez de se arriscarem a uma expulsão mais violenta. Fora da área afetada pelo colapso soviético, os regimes de partido único tentaram negociar mudanças institucionais que permitem alguma participação à oposição e satisfazem a agentes de doação e empréstimos internacionais, ao mesmo tempo em que não abrem mão do controle do governo e dos recursos a ele ligados. É muito cedo para saber se a maioria dessas liberalizações irá avançar no sentido da transição plena, ou se estabilizar como sistemas de partido único dominante "livres e legítimos", como esperam os líderes desses regimes.

Desde o grande surto de 1989 a 1992, o ritmo das transições diminuiu. Os observadores podem recuperar o fôlego e fazer um inventário do que aprenderam. A democratização atraiu a atenção dos estudiosos nos últimos vinte anos, mas resistiu a entregar seus segredos teóricos. Apesar da alta qualidade de muitas das obras aqui citadas, nossa compreensão teórica permanece estreita. Mas conseguimos reunir uma quantidade impressionante de "dados", principalmente na forma de estudos de caso.

Talvez tenha chegado o momento de começar a encontrar os padrões que eram menos óbvios anteriormente. Tratei de um padrão até aqui obscuro que parece dar sentido a várias observações aparentemente contraditórias de diferentes regiões. Outros padrões esperam para serem descobertos.

Agradecimentos

Meu trabalho neste projeto beneficiou-se de conversas com muitos colegas ao longo dos anos. Sou especialmente grata a David Laitlin, Alan Ware, David Collier e John Zaller por seus *insights* e atenção ao detalhe. Meus agradecimentos também a Scott Waugh da UCLA, que proporcionou os fundos de pesquisa que tornaram possível a coleta de dados para este projeto, e a meus assistentes de pesquisa: Allyson Benton, Johanna Birnir, Kimberly Niles, Cathy Sweet e John Quinn.

BIBLIOGRAFIA

- AGÜERO, F. (1992) The military and the limits to democratization in South America. In: *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*, ed. MAINWARING, S., O'DONNELL G. & VALENZUELA, J.S., p.153-98. Notre Dame, University of Notre Dame Press.
- _____. (1995) *Soldiers, Civilians, and Democracy: Post-Franco Spain in Comparative Perspective*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- ARRIAGADA, G. (1988) *Pinochet: The Politics of Power*. Trad. MORRIS, N. Boston, Unwin Hyman.
- BARROS, A.S.C. (1978) *The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building*. Tese de PhD. University of Chicago.
- BERMEO, N. (1990) Rethinking regime change. *Comparative Politics*, 22:359-77.
- _____. (1997) Myths of moderation: confrontation and conflict during democratic transitions. *Comparative Politics*, 29:305-22.
- BIENEN, H. (1978) *Armies and Parties in Africa*. New York, Africana.
- BOLLEN, K. (1979) Political democracy and the timing of development. *American Sociological Review*, 44:572-87.
- BRATTON, M. & VAN DE WALLE, N. (1992) Popular protest and political reform in Africa. *Comparative Politics*, 24:419-42.
- _____. (1994) Patrimonial regimes and political transitions in Africa. *World Politics*, 46:453-89.
- _____. (1997) *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BURKHART, R. & LEWIS-BECK, M. (1994) Comparative democracy: the economic development thesis. *American Political Science Review*, 88:903-10.

- BURTON, M. GUNTHER, R. & HIGLEY, J. (1992) Introduction: elite transformation and democratic regimes. In: GUNTHER, R. & HIGLEY, J. (ed.) *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, p.1-37.
- CASPER, G. & TAYLOR, M. (1996) *Negotiating Democracy*. Pittsburgh, Pittsburgh University Press.
- COLLIER, R. & MAHONEY, J. (1997) Adding collective actors to collective outcomes: labor and recent democratization in South America and Southern Europe. *Comparative Politics*, 29:285-303.
- COLOMER, J. (1995) *Game Theory and the Transition to Democracy: The Spanish Model*. Aldershot, Edward Elgar.
- DECALO, S. (1976) *Coups and Army Rule in Africa: Studies in Military Style*. New Haven, Yale University Press.
- DIAMOND, L. & LINZ, J.J. (1989) Introduction: politics, society and democracy in Latin America. In: DIAMOND, L., LINZ, J.J. & LIPSET, S.M. (ed.) *Democracy in Developing Countries: Latin America*. Boulder, Lynne Rienner.
- Economist*. (1995) Saddam sacks a henchman. 22 de Julho, p.46.
- FINER, S. (1975) *The Man on Horseback: The Role of the Military in Politics*. Harmondsworth, Penguin, 2ª. ed.
- FONTANA, A. (1987) *Political decision-making by a military corporation: Argentina, 1976-1983*. Tese de PhD. University of Texas.
- HAGGARD, S. & KAUFMAN, R.R. (1995) *The Political Economy of Democratic Transitions*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1997) The political economy of democratic transitions. *Comparative Politics*, 29:263-83.
- HUNTER, W. (1995) Politicians against soldiers: contesting the military in postauthoritarian Brazil. *Comparative Politics*, 27:425-45.
- _____. (1997) *Eroding Military Influence in Brazil: Politicians Against Soldiers*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- HUNTINGTON, S.P. (1991) *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, University of Oklahoma Press.
- JACKMAN, R.W. (1973) On the relations of economic development to democratic performance. *American Journal of Political Science*, 17:611-21.
- JANOWITZ, M. (1960) *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait*. Glencoe, Free.
- _____. (1977) *Military Institutions and Coercion in the Developing Nations*. Chicago, University of Chicago Press.
- JENKINS, D. (1984) *Suharto and His Generals: Indonesian Military Politics, 1975-1983*. Ithaca, Cornell University Press.
- KARL, T.L. (1986) Petroleum and political pacts: the transition to democracy in Venezuela. Ver O'Donnel *et al.* 1986, 3:196-219.
- _____. (1990) Dilemmas of democratization in Latin America. *Comparative Politics*, 23:1-21.
- KENNEDY, G. (1974) *The Military in the Third World*. Nova York, Charles Scribner's Sons.

- LIDDLE, W.R. (1989) *The relative autonomy of the third world politician: Soeharto and Indonesian economic development in comparative perspective*. Apresentado no Reunião Anual da American Political Science Association, Atlanta.
- LINZ, J.J. & CHEHABI, H.E. (eds.) (1998) *Sultanistic Regimes*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- _____ & STEPAN, A. (1996) *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- LIPSET, S. M. (1959) Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *American Political Science Review*, 53: 69-105.
- LONDREGAN, J. B. & POOLE, K. (1990) Poverty, the coup trap, and the seizure of executive power. *World Politics*, 42:151-83.
- _____. (1996) Does high income promote democracy? *World Politics*, 49:1-30.
- MAXWALL, K. (1986) Regime overthrow and the prospects for democratic transition in Portugal. Ver O'Donnell *et al* 1986, 2:109-37.
- MILLETT, R. L. (1995) An end to militarism? Democracy and the armed forces in Central America. *Current History*, 94:71-75.
- MOORE, B. (1966) *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston, Beacon.
- NORDLINGER, E. (1977) *Soldiers in Politics: Military Coups and Governments*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- O'DONNELL, G. (1973) *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism*. Berkeley, University of California Institute for International Studies.
- _____ & SCHMITTER, P. (1986) *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- _____, SCHMITTER, P. & WHITEHEAD, L. (eds.) (1986) *Transitions from Authoritarian Rule*. 4 vols. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- OLIVEIRA, E. R. de. (1978) *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, Vozes.
- PASTOR, M. (1994) Waiting for change: adjustment and reform in Cuba. *World Development*, 23: 705-21.
- PION-BERLIN, D. (1992) Military autonomy and emerging democracies in South America. *Comparative Politics*, 25:83-102.
- _____ & ARCENEUX, C. (1998) Tipping the civil-military balance: institutions and human rights policy in democratic Argentina and Chile. *Comparative Political Studies*, 31: 633-61.
- PRZERWORSKI, A. & LIMONGI, F. (1997) Modernization: theories and facts. *World Politics*, 49:155-83.
- REMMER, K. (1989) *Military Rule in Latin America*. Nova York, Unwin Hymen.
- RUHLE, J. M. (1996) Redefining civil-military relations in Honduras. *Journal Interamerican of Studies and World Affairs*, 38:33-66.

- SKOCPOL, T. & GOODWIN, J. (1994) Explaining revolutions in the contemporary Third World. In: SKOCPOL, T. *Social Revolutions in the Modern World*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 259-78.
- SNYDER, R. (1998) Paths out of sultanistic regimes: combining structural and voluntarist perspectives. Ver Linz & Chehabi 1998, p. 49-81.
- STEPAN, A. (1971) *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*. Princeton, Princeton University Press.
- VALENZUELA, A. (1978) *The Breakdown of Democratic Regimes: Chile*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- VAN DOORN, J. (ed.) (1968) *Armed Forces and Society: Sociological Essays*. Haia, Mouton.
- _____. (1969) *Military Profession and Military Regimes: Commitments and Conflicts*. Haia, Mouton.
- ZAGORSKI, P. (1994) Civil-military relations and Argentine democracy: The armed forces under the Menem government. *Armed Forces and Society*, 20:423-37.

**Traduzido e publicado com autorização da *Annual Review of Political Science*, vol.2, 1999,
by Annual Reviews, www.AnnualReviews.org**

Tradução do original em inglês de Pedro Maia Soares

TENDÊNCIAS

Ano 7, nº2

ENCARTE DA REVISTA DO CESOP



OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VII, nº2, 2001, Encarte Tendências, pp. 254-288

Os brasileiros se interessam por política? Qual a importância do voto nas eleições municipais? Quais os principais meios de informação sobre política no país? Qual a posição ideológica dos partidos? E dos eleitores? Estas são algumas questões presentes na pesquisa IBOPE realizada alguns meses antes das eleições municipais do último ano, destacada na primeira parte deste *Tendências*.

Os resultados revelam que a mobilização política pelas eleições municipais de 2000 era bem alta, apesar da média geral dos brasileiros não se interessarem muito por política. Este contraste se explica, em grande parte, por diferenças de opinião entre eleitores residentes nos grandes centros urbanos (capitais e regiões metropolitanas) e os eleitores das pequenas cidades do interior, sobretudo das regiões Norte/Centro-oeste e Nordeste. São estes últimos os que mais valorizam o voto nas eleições locais, enquanto que os eleitores dos grandes centros são os mais desinteressados. Além disso, os resultados da pesquisa compõem um rico quadro das opiniões dos eleitores sobre os acontecimentos de uma campanha eleitoral, como os programas eleitorais e as promessas de campanhas, bem como sobre os partidos políticos e suas posições ideológicas. Pode-se dizer que os eleitores se mostram muito críticos e desinteressados pelas campanhas e não percebem muitas diferenças entre os partidos políticos.

A segunda seção de *Tendências* destaca um tema crítico do presente momento: o terrorismo no mundo e nos Estados Unidos. Em relação à opinião dos brasileiros, com base em pesquisa IBOPE realizada alguns dias após os atentados terroristas de setembro, os resultados revelam o grande poder da mídia, pois quase 100% dos entrevistados tomaram conhecimentos dos fatos. De uma forma geral, os brasileiros se preocupam bastante com os desdobramentos dos atentados e preferem que o Brasil não se envolva, caso ocorra uma guerra de proporções mundiais.

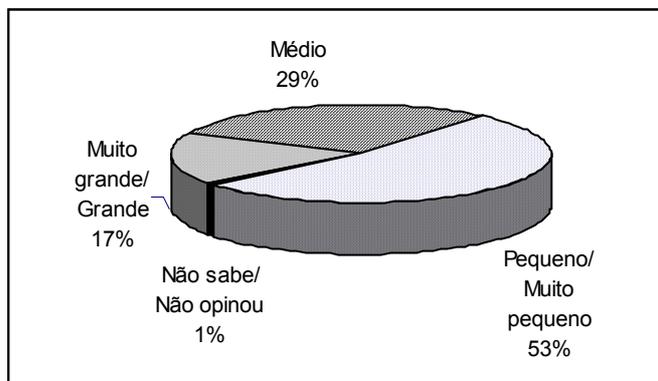
As opiniões dos norte-americanos sobre o mesmo tema estão também apresentadas na última parte de *Tendências*. Inspirada pelos atentados terroristas aos EUA no dia 11 de setembro deste ano, apresenta os dados do arquivo de pesquisas de opinião pública do *Roper Center* que mostram 25 anos de preocupação dos norte-americanos com o terrorismo e as suas conseqüências, bem como uma certa descrença quanto à solução do problema a curto prazo.

Eleições e Participação

Mobilização política

Em 2000, ano de eleições municipais, uma pesquisa do IBOPE mostrou que a maioria dos brasileiros declaravam ter interesse “pequeno ou muito pequeno por política” e que “não iriam votar se o voto não fosse obrigatório”. No entanto, mais de 80% pretendiam votar em alguém ou algum partido para prefeito e vereador.

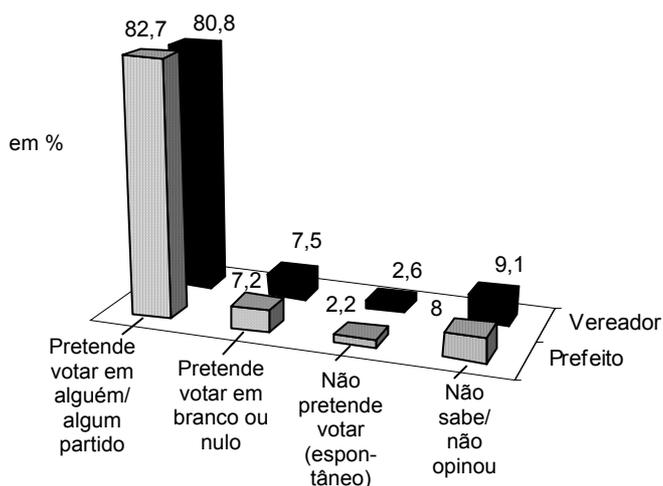
Interesse por política em geral



Se o voto não fosse obrigatório



Intenção de votar para prefeito e vereador em 2000



Fonte: IBOPE

Perguntas:

“Qual o seu grau de interesse pelos assuntos relacionados à política em geral, o(a) Sr.(a) diria que tem um interesse:....”;

“Caso o voto não fosse obrigatório, o(a) Sr.(a) iria ou não iria votar na eleição deste ano, para prefeito?”;

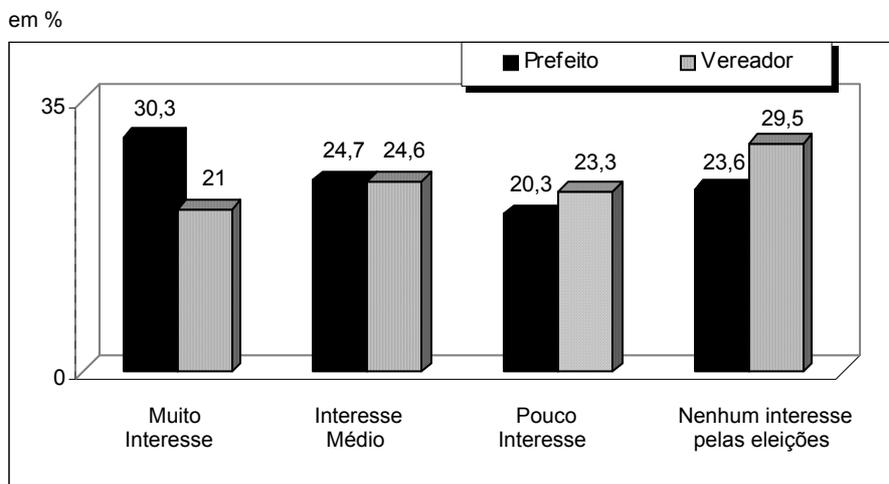
“Nas eleições para prefeito deste ano, o(a) Sr.(a) pretende votar em algum candidato, ou pretende votar em branco ou nulo?”;

“Nas eleições para vereador deste ano o(a) Sr.(a) pretende votar em algum candidato, pretende votar em algum partido, ou pretende votar em branco ou nulo?”

Eleições municipais para prefeito e vereadores - 2000

Interesse pelas eleições para prefeito e vereadores

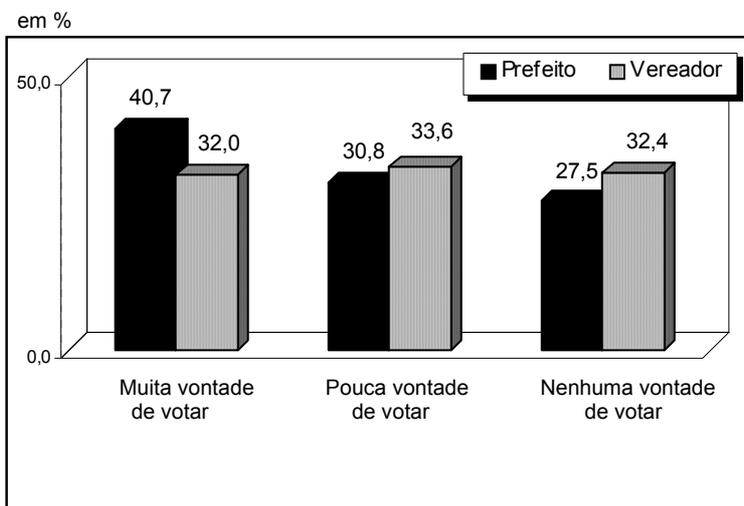
Os dados desta pesquisa mostram que os eleitores se interessavam mais pelo voto para o cargo executivo do que pelos representantes do legislativo.



Fonte: IBOPE

Pergunta: "Este ano, teremos em outubro eleições para prefeito e vereador. Gostaria de saber qual o seu interesse pelas eleições para prefeito. O(a) Sr.(a) diria que tem...; E pelas eleições para vereador?"

Vontade de votar para prefeito e para vereador



Fonte: IBOPE

Pergunta: "Gostaria de saber se o(a) Sr.(a) está com muita vontade, pouca vontade ou nenhuma vontade de votar para prefeito este ano? E para vereadores,...."

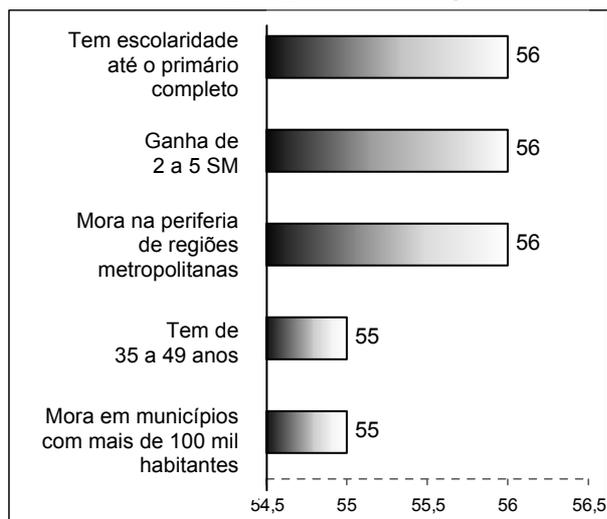
Obs.: nos gráficos, a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou"

Interesse político, segundo alguns grupos

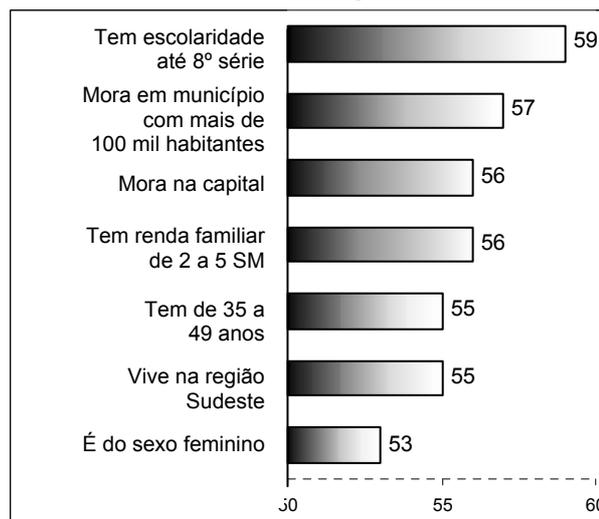
Os eleitores pouco interessados em política e que não votariam caso fossem desobrigados são principalmente os eleitores “urbanos”: residem nas regiões metropolitanas, nas capitais ou grandes municípios, têm renda e escolaridade “média-baixa” e idade entre 35 a 49 anos.

Os eleitores com mais vontade de votar para prefeito residem, sobretudo, no interior, em pequenas cidades e nas regiões Norte/Centro-oeste.

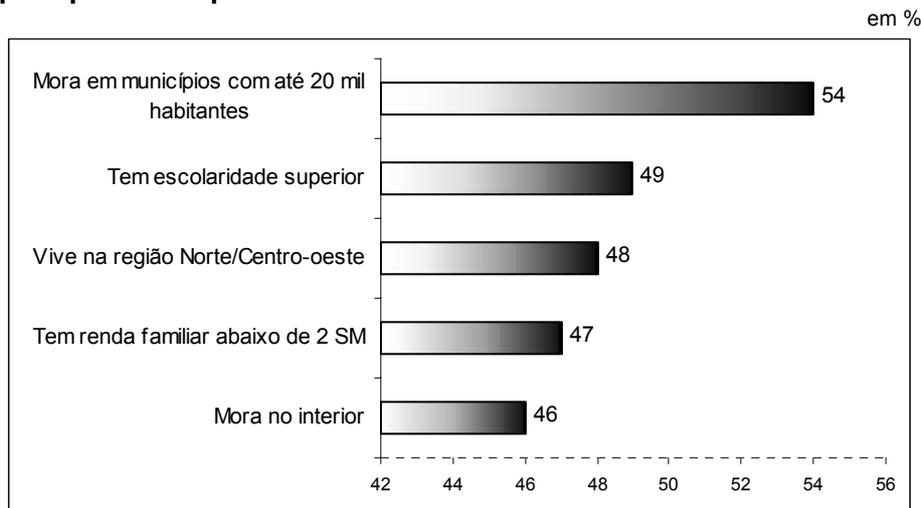
Os maiores percentuais de “muito pequeno/pequeno” interesse por política em geral:



Os maiores percentuais de “não iria votar caso o voto não fosse obrigatório”:



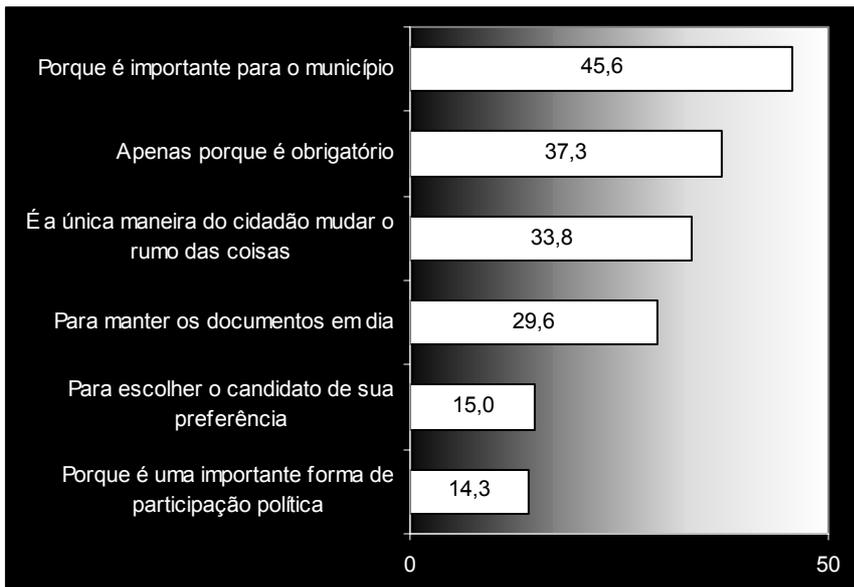
Os maiores percentuais de “muita vontade de votar para prefeito e para vereador”:



Fonte: IBOPE
Perguntas:
 “Qual o seu grau de interesse pelos assuntos relacionados à política em geral, o(a) Sr.(a) diria que tem um interesse:....”;
 “Caso o voto não fosse obrigatório, o(a) Sr.(a) iria ou não iria votar na eleição deste ano, para prefeito?;
 Gostaria de saber se o(a) Sr.(a) está com muita vontade, pouca vontade ou nenhuma vontade de votar para prefeito este ano?”

Principais razões do voto para prefeito:

% - respostas múltiplas

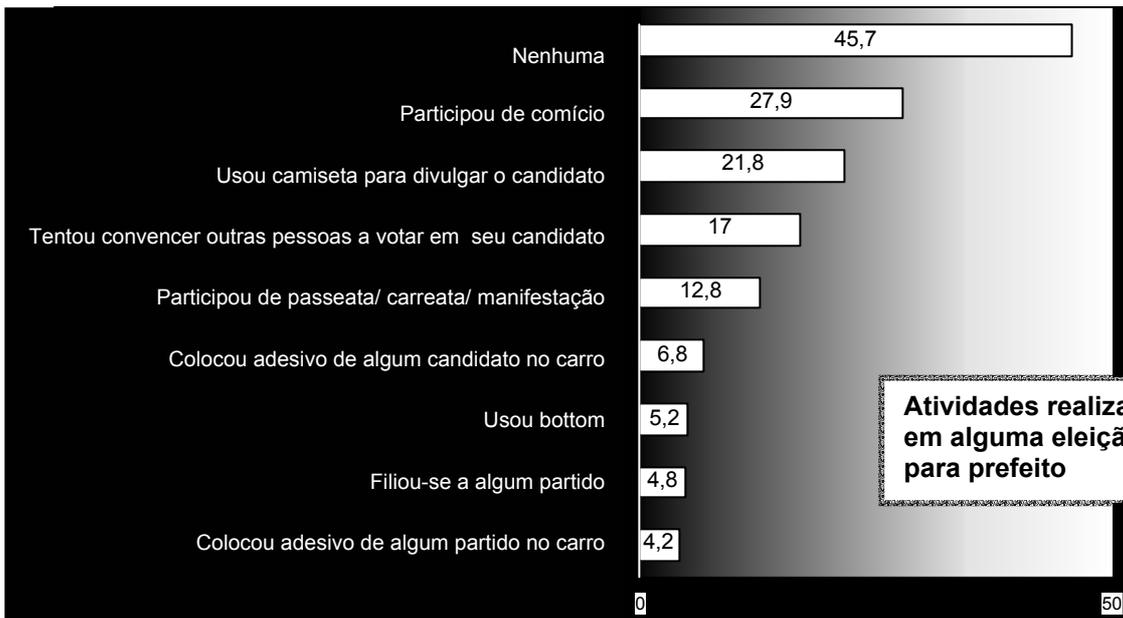


Os eleitores votam por razões políticas, ideológicas, pessoais, pragmáticas, mas a maioria não toma nenhuma atitude especial nas eleições para prefeito, e não se importa se ouve outros falando mal do candidato em quem pretende votar.

Fonte: IBOPE

Pergunta: "Para o(a) Sr.(a) pessoalmente, quais destas são as duas principais razões para votar para prefeito: (DUAS OPÇÕES)."

em %



Atividades realizadas em alguma eleição para prefeito

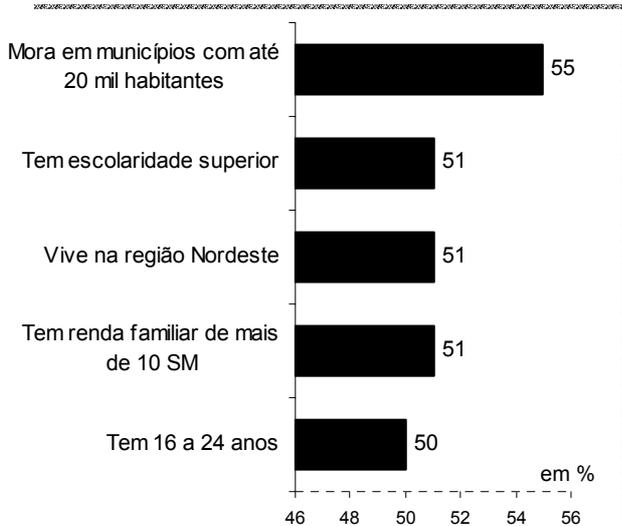
(Categorias com mais de 4%)

Fonte: IBOPE

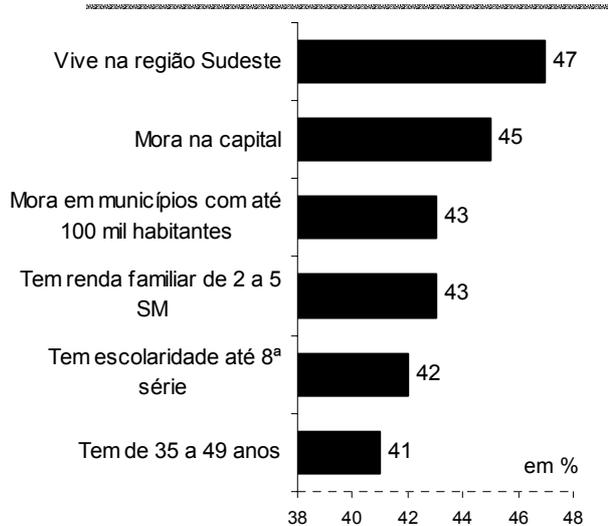
Pergunta: "Qual ou quais destas atitudes o(a) Sr.(a) já tomou em alguma eleição para prefeito: (VÁRIAS OPÇÕES)."

Obs.: nos gráficos, os percentuais são referentes a respostas múltiplas. A soma ultrapassa a 100%.

A maioria de quem vota porque “é importante para o município”:



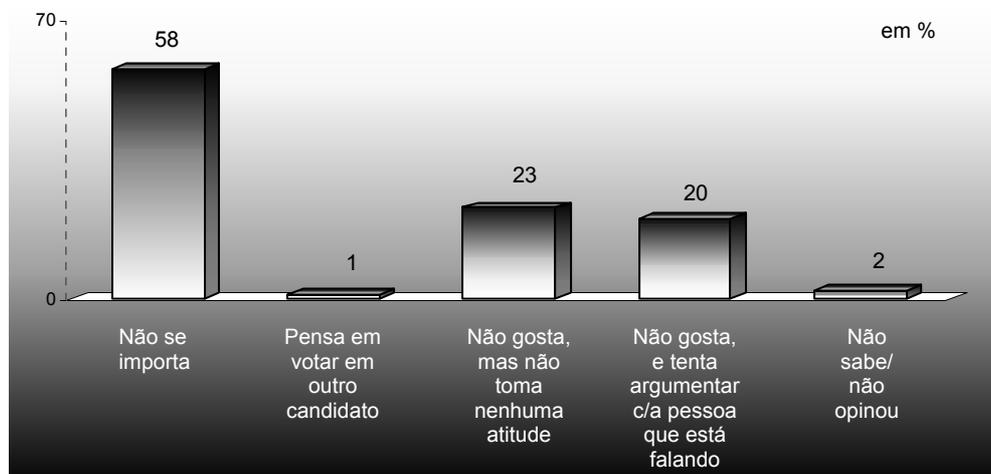
A maioria de quem vota “apenas porque é obrigatório”:



Fonte: IBOPE

Pergunta: “Para o(a) Sr.(a) pessoalmente, quais destas são as duas principais razões para votar para prefeito?”
 Obs.: percentuais considerando apenas a primeira resposta

Reações do eleitor que ouve alguém falando mal de um candidato que pretende votar:



Fonte: IBOPE

Pergunta: “Quando o(a) Sr.(a) ouve alguém falando mal de um candidato em quem pretende votar para prefeito, qual destas é sua atitude mais provável: “
 Obs.: resposta múltipla

Imagens sobre o prefeito, os vereadores e o governador

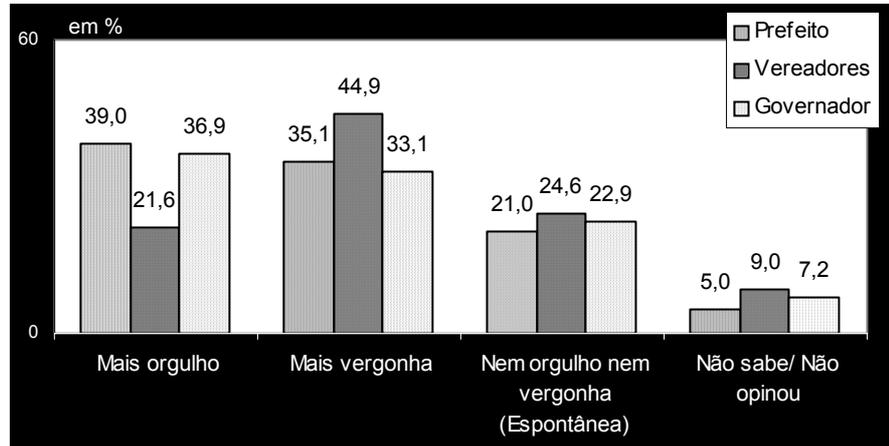
Os eleitores sentem muito mais orgulho do atual prefeito do seu município do que do governador do estado e principalmente dos vereadores. A imagem dos vereadores é muito desgastada: a maioria os considera muito “diferentes” e “menos honestos” que a maior parte da população.

Orgulho x vergonha do prefeito municipal, dos vereadores e do governador

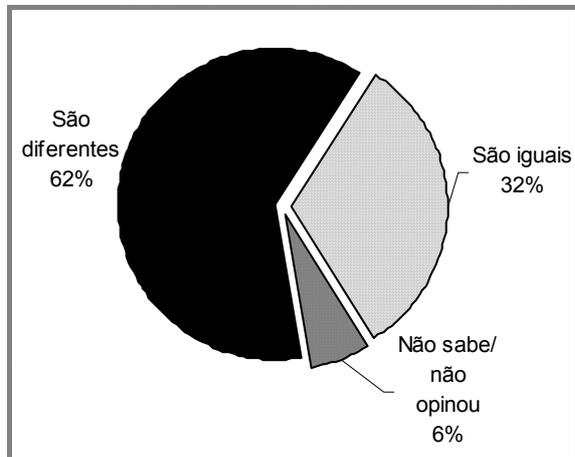
Fonte: IBOPE

Pergunta: “O(a) sr(a) diria que sente mais orgulho ou mais vergonha do atual prefeito de seu município? E dos vereadores deste município? E do governador do estado?”

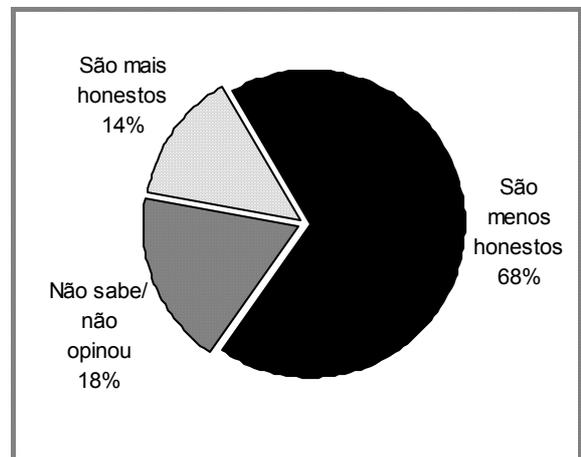
Obs: a diferença para 100% corresponde às respostas “Não sabe/Não opinou”



Vereadores: iguais ou diferentes da população?



Vereadores: mais ou menos honestos que a maioria da população?



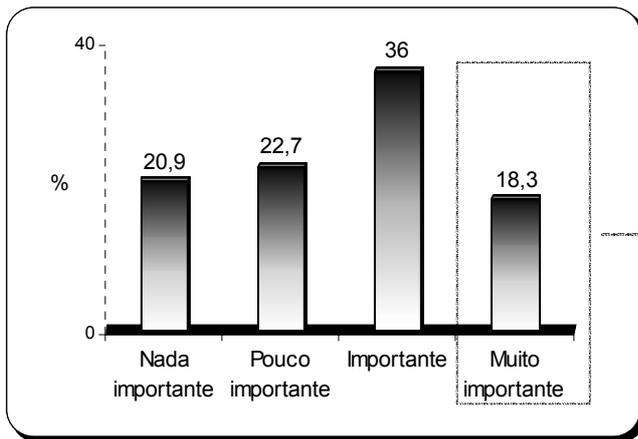
Fonte: IBOPE

Perguntas: “Na sua percepção, os vereadores são um reflexo da população, ou seja, eles são iguais à maioria da população, ou acha que os vereadores são diferentes da maioria da população?; “E na sua opinião, os vereadores deste município são mais honestos que a maioria da população, ou acha que eles são menos honestos que a maioria da população?”

O resultado das eleições municipais e a vida pessoal dos eleitores

Apesar das opiniões negativas sobre os vereadores, a maioria dos entrevistados considera o trabalho deles importante para o dia-a-dia. Já o resultado das eleições para prefeito, na opinião da maioria, afeta pouco a vida pessoal.

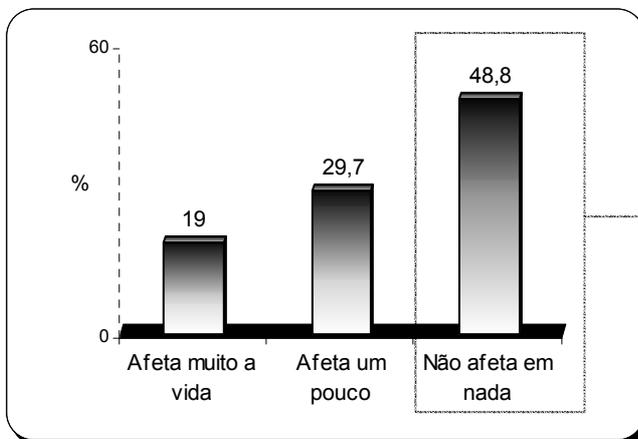
Importância do trabalho dos vereadores:



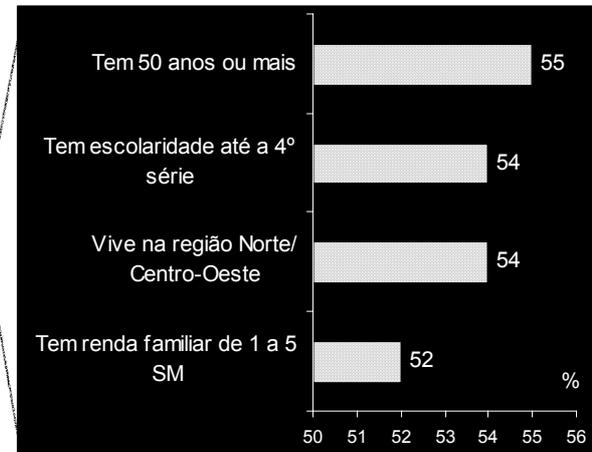
O trabalho dos vereadores é “muito importante/importante” principalmente para quem:



O resultado de uma eleição para prefeito:



O resultado de uma eleição para prefeito “não afeta em nada a vida” principalmente para quem:



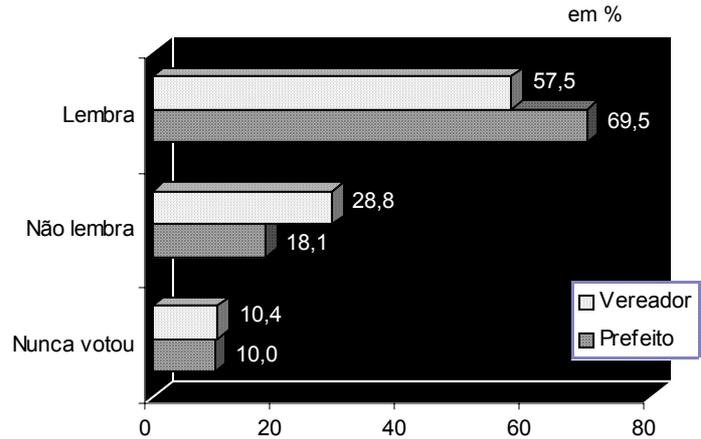
Fonte: IBOPE

Perguntas: “Para o(a) Sr.(a) pessoalmente, qual a importância do trabalho dos vereadores em sua vida, ou seu dia-a-dia, o(a) Sr(a) diria que é..”; “Na sua percepção, pensando ainda na sua vida pessoal, o(a) Sr.(a) diria que o resultado de uma eleição para prefeito, ou seja, o tipo de candidato que é eleito...”

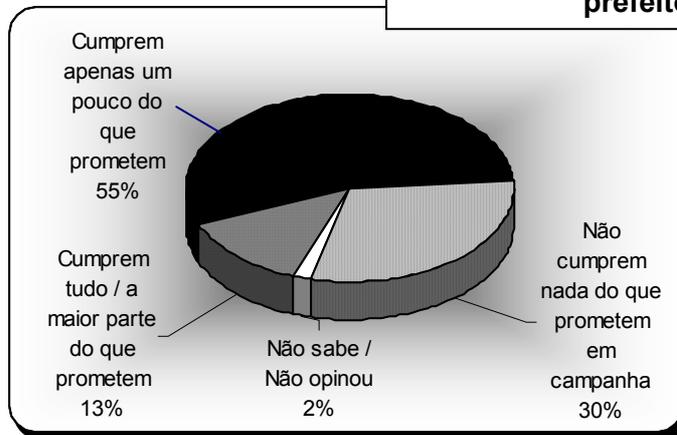
Obs: a diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe/ não opinou”

Lembrança do voto para prefeito nas eleições anteriores

A maioria dos entrevistados se lembra do voto dado nas eleições municipais de 1996, mas eles não se lembram de "nada" ou "quase nada" que os candidatos a prefeito prometeram durante as campanhas eleitorais e avaliam que os prefeitos eleitos cumprem apenas uma parte do que prometem.



Cumprimento de promessas pelos prefeitos eleitos



Fonte: IBOPE

Perguntas:

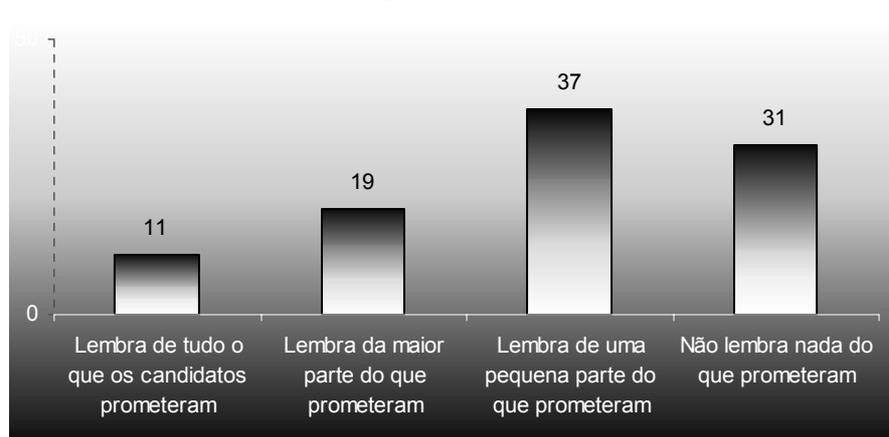
"O(a) Sr.(a) se lembra em quem votou para prefeito na última eleição?";

"E o(a) Sr.(a) se lembra em quem votou para vereador na última eleição?";

"Em geral, durante as campanhas eleitorais os candidatos a prefeito apresentam o que pretendem fazer caso sejam eleitos. Na sua opinião, quando eleitos, os prefeitos, de uma maneira geral: ..."; "E o(a) Sr.(a) pessoalmente:..."

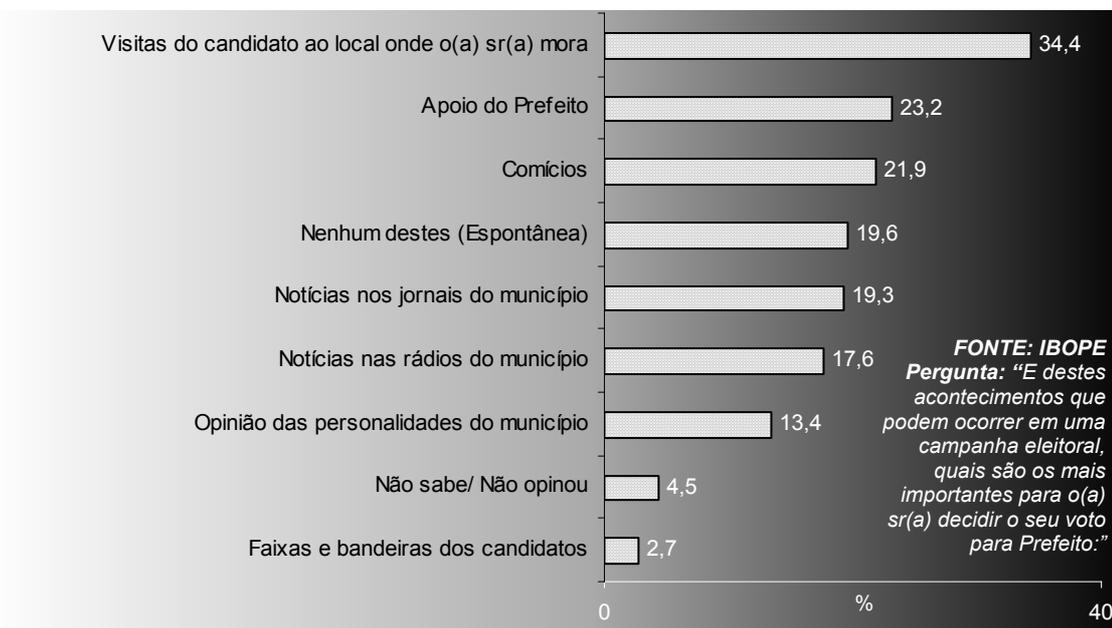
Obs: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/Não opinou"

Lembranças das promessas de campanha

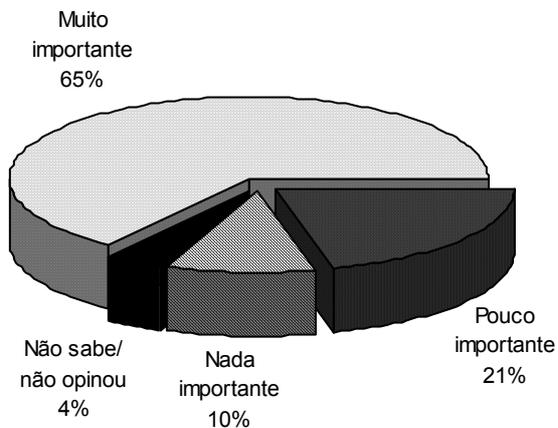


Os acontecimentos durante a campanha eleitoral

O que é mais importante



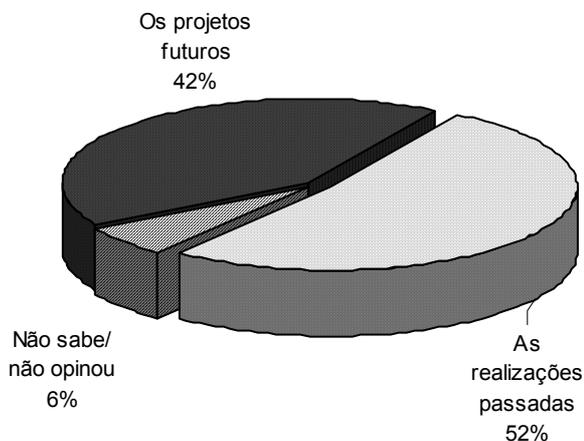
Importância de uma aliança entre o prefeito e o governador



Fonte: IBOPE

Pergunta: "Para o(a) Sr.(a), o quanto é importante que o prefeito do município seja aliado do governador do estado, o(a) Sr.(a) diria que isto é..."

Motivos para votar em um candidato a prefeito com experiência administrativa



Fonte: IBOPE

Pergunta: "Pensando nos candidatos que já tiveram alguma experiência administrativa, ou seja, que já foram prefeitos anteriormente, o que o(a) Sr.(a) leva mais em conta quando decide votar em algum ex-prefeito..."

Características que os eleitores levam em conta na escolha de um candidato a prefeito

As mais importantes:



As menos importantes:

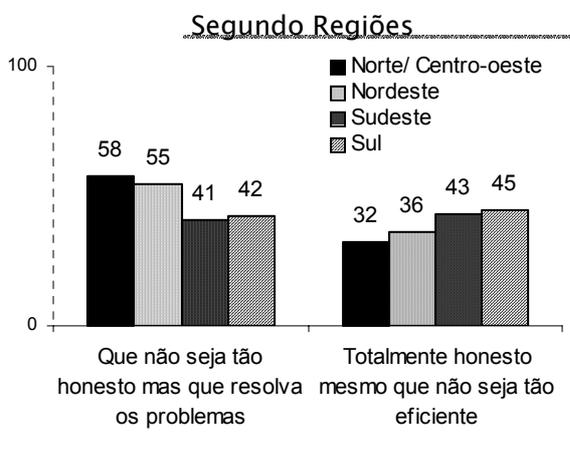
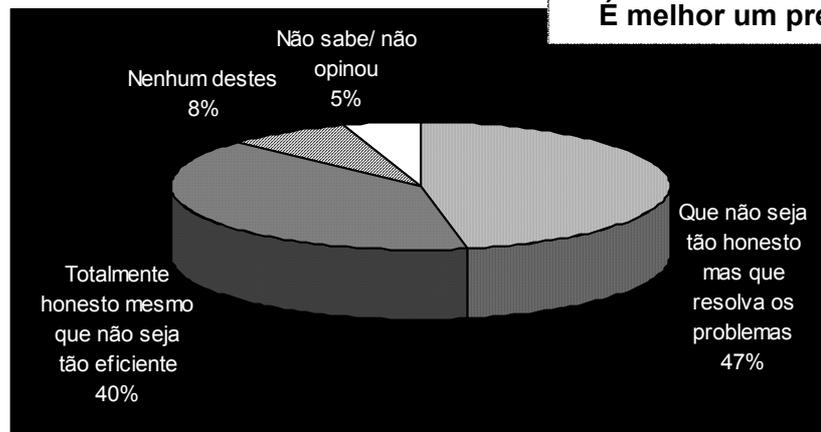
Fonte: IBOPE

Perguntas: "Aqui estão listadas algumas características que as pessoas costumam levar em conta na hora de votar para prefeito. Gostaria que me dissesse dentre estas quais são as três mais importantes para o (a) Sr.(a) escolher seu candidato.;" "E, dentre estas quais são as três menos importantes?"

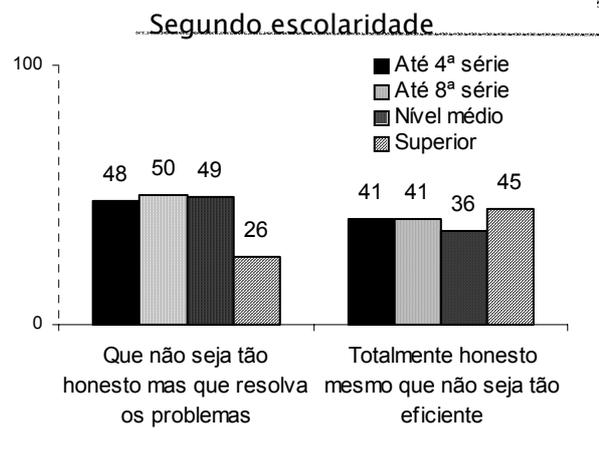
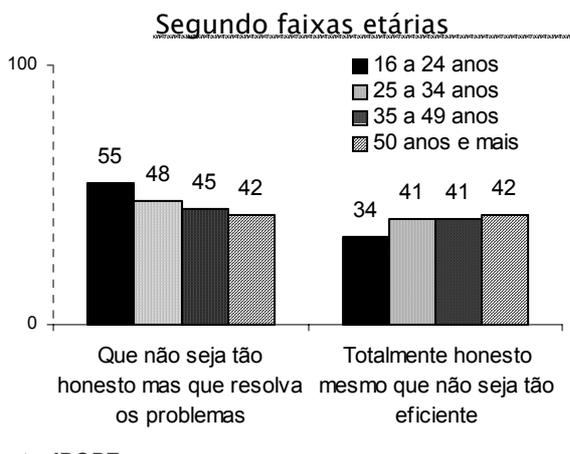
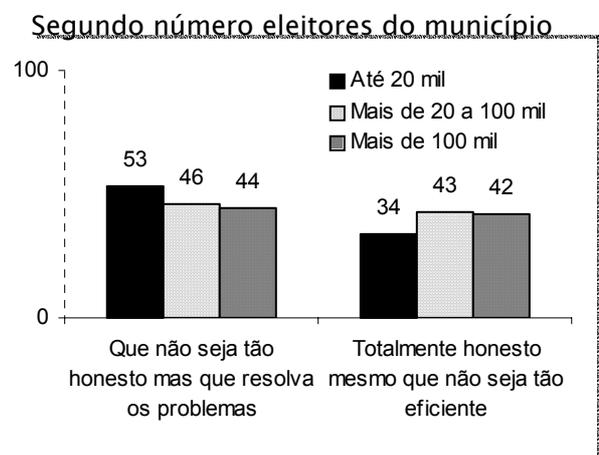
Obs.: respostas múltiplas – nos gráficos apenas os percentuais a partir de 5%.

Honestidade dos prefeitos X solução dos problemas

Apesar da “honestidade” despontar como a característica mais importante de um candidato a prefeito, a maioria dos eleitores considera que a resolução dos problemas é mais importante que a total honestidade.



em %

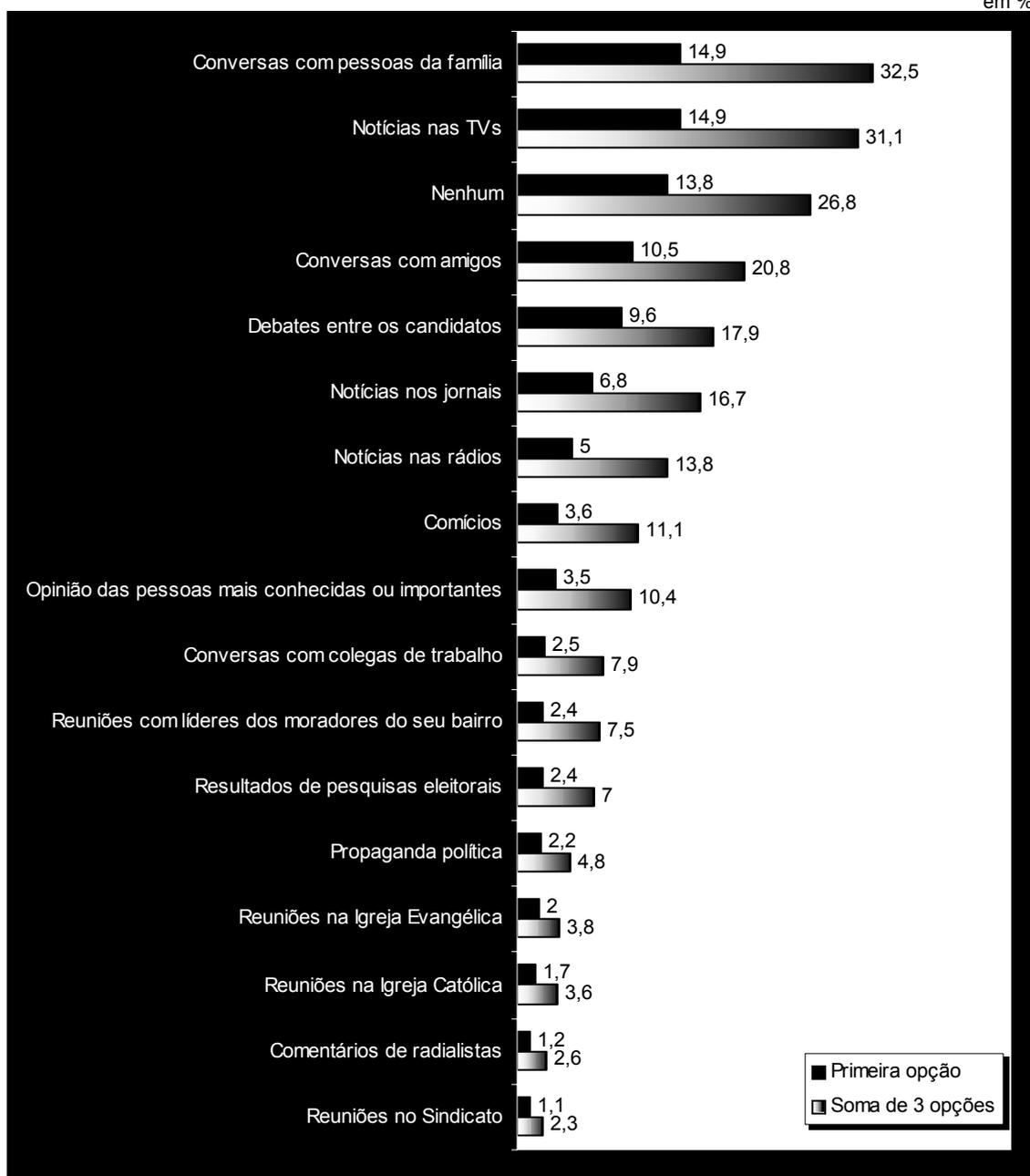


Fonte: IBOPE

Pergunta: “O(a) Sr.(a) acha mais importante um prefeito que não seja totalmente honesto mas resolva os problemas do município, ou o(a) Sr.(a) prefere um prefeito totalmente honesto mesmo que não seja tão eficiente?”

Principais meios de informação sobre política

A família e a TV são as principais fontes de informação sobre política. Considerando a soma de três opções (1º, 2º e 3º lugares), estes meios são bem mais importantes do que outros recursos tradicionais como debates, notícias na imprensa, comícios, resultados de pesquisas e reuniões.

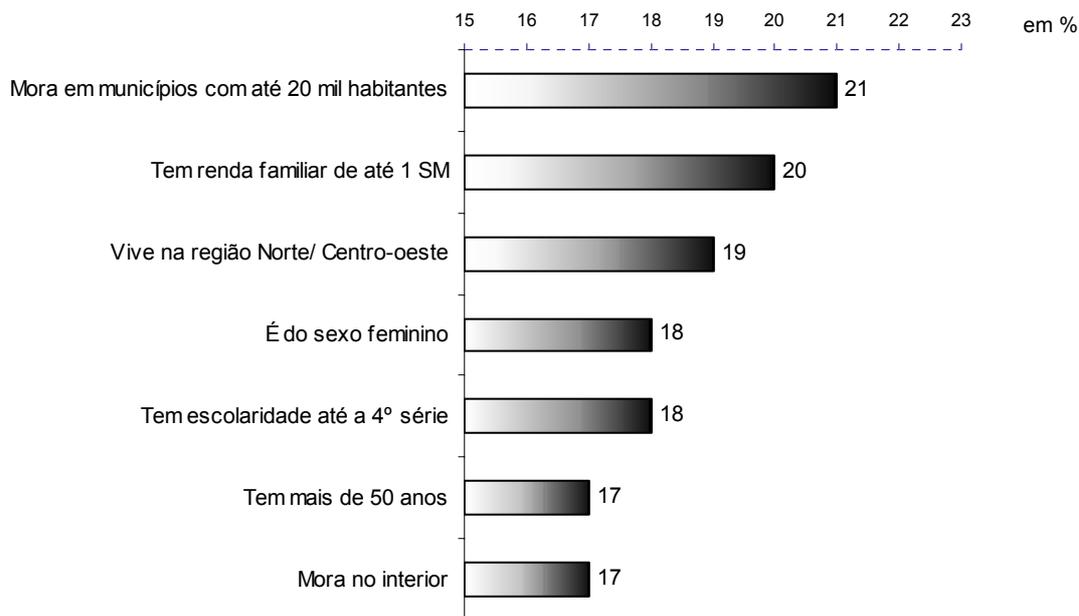


Fonte: IBOPE

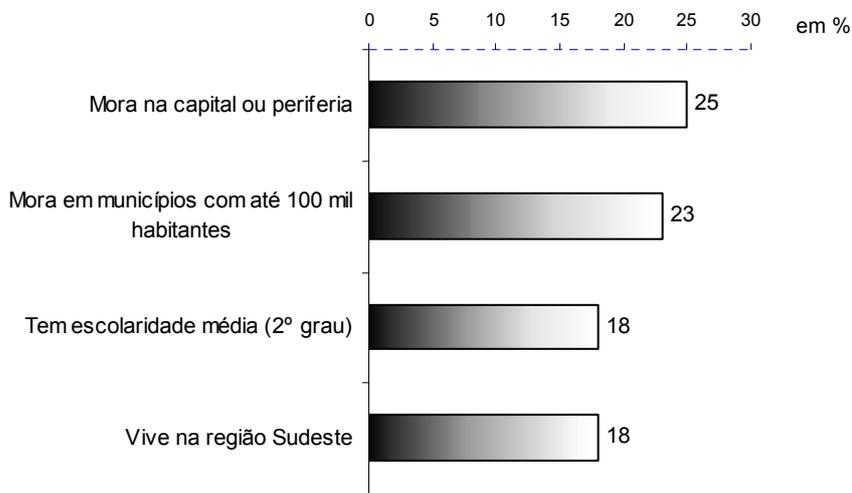
Pergunta: "Qual destes é o meio de informação que o(a) Sr.(a) leva mais em consideração na hora de decidir o seu voto? E em segundo? E em terceiro?"

Obs.: os percentuais da segunda seqüência são referentes à soma das três respostas. A soma ultrapassa a 100%.

Quem usa as “conversas com pessoas da família” como principal meio de informação:



E quem usa as “notícias nas TVs” como principal meio de informação:



Fonte: IBOPE

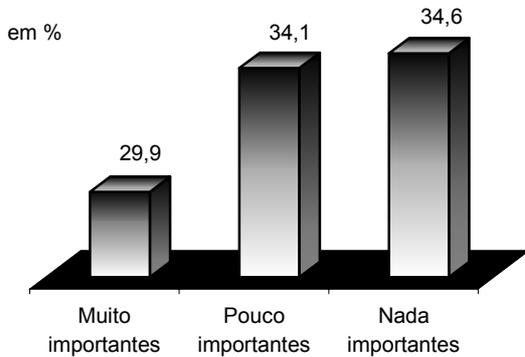
Pergunta: “Qual destes é o meio de informação que o(a) Sr.(a) leva mais em consideração na hora de decidir o seu voto?”

Obs.: apenas a primeira resposta

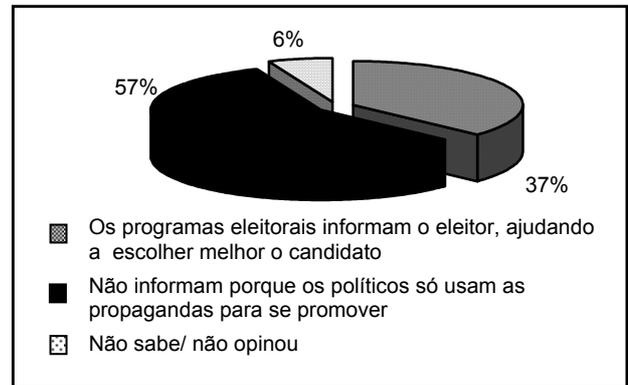
Os Programas Eleitorais Gratuitos

A maioria dos eleitores consideram os programas eleitorais gratuitos inúteis e sem influência no próprio voto. Porém, os entrevistados acham que eles têm muita influência na decisão do voto da população.

Grau de importância dos programas eleitorais

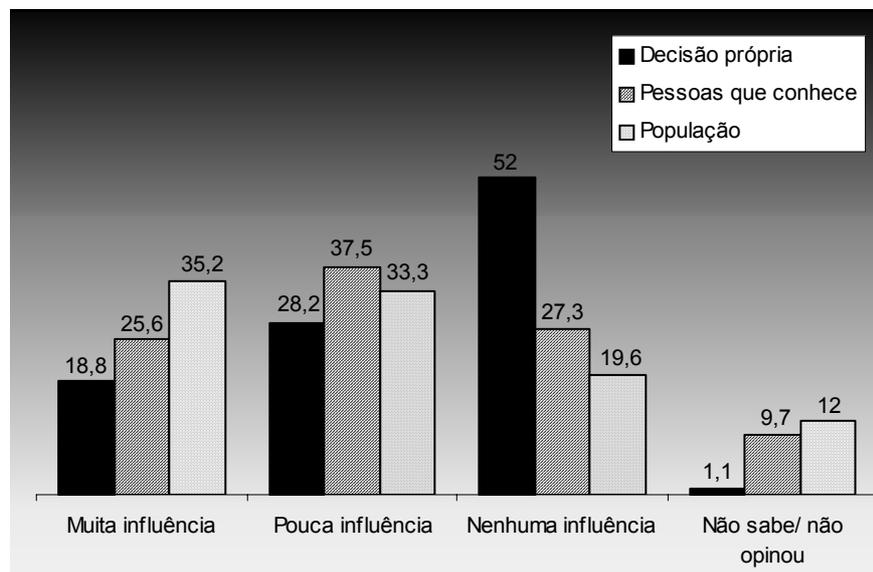


Opiniões sobre as informações transmitidas pelos programas eleitorais



Influência dos programas eleitorais na decisão do voto:

em %



Fonte: IBOPE

Perguntas:

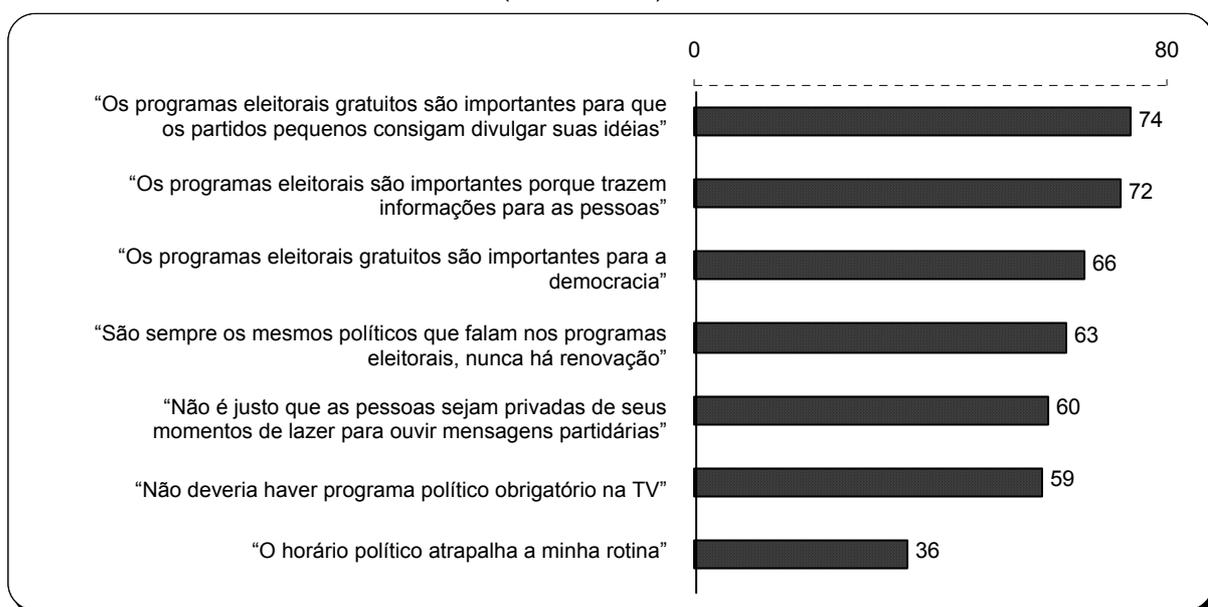
"De uma maneira geral, na sua opinião, os Programas Eleitorais Gratuitos, são muito, pouco ou nada importantes para que a população possa escolher em quem votar?";

"[...] Qual destas opiniões mais se aproximam da sua maneira de pensar?";

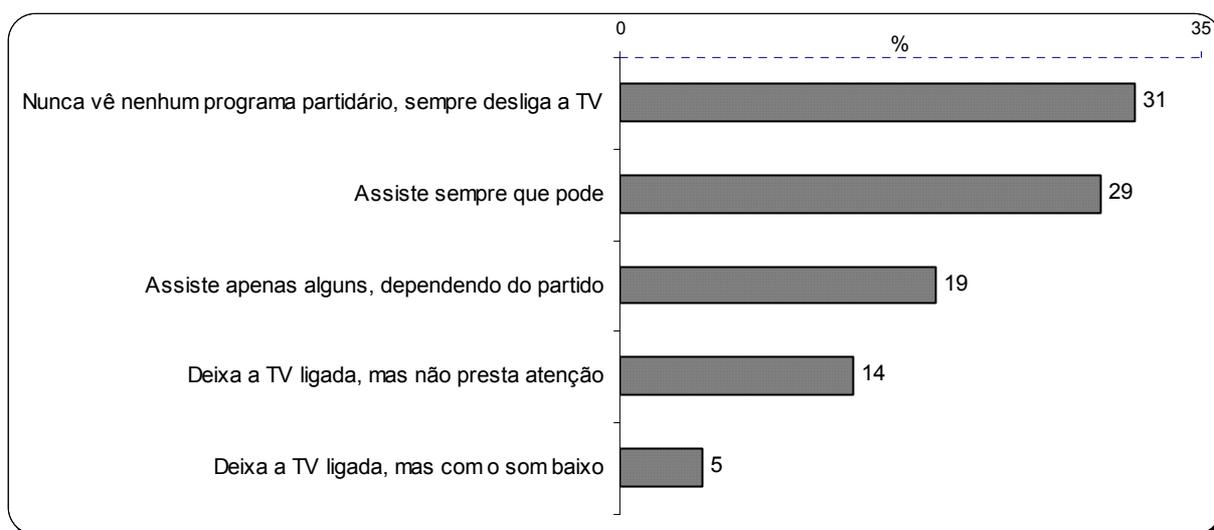
"Para o(a) Sr.(a) pessoalmente, os Programas Eleitorais, têm muita, pouca ou nenhuma influência na sua decisão de voto? E na das pessoas que o(a) Sr.(a) conhece? E na população como um todo?"

Algumas opiniões sobre os programas eleitorais

(% concorda)



O comportamento dos eleitores diante dos programas eleitorais



Fonte: IBOPE

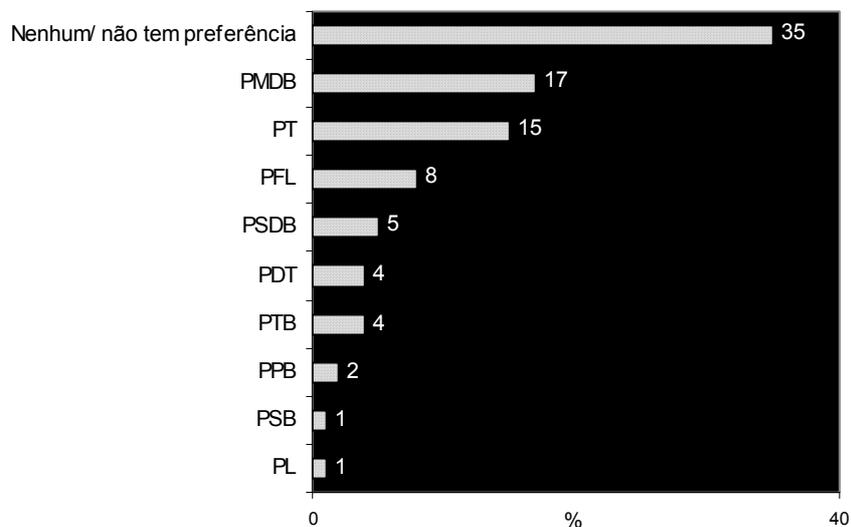
Perguntas:

“Agora vou citar algumas frases e gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas”;

“E com relação aos programas do Horário Eleitoral Gratuito, que passam diariamente dois meses antes das eleições, com qual destas frequências o (a) Sr.(a) costuma assisti-los?”

Os partidos políticos

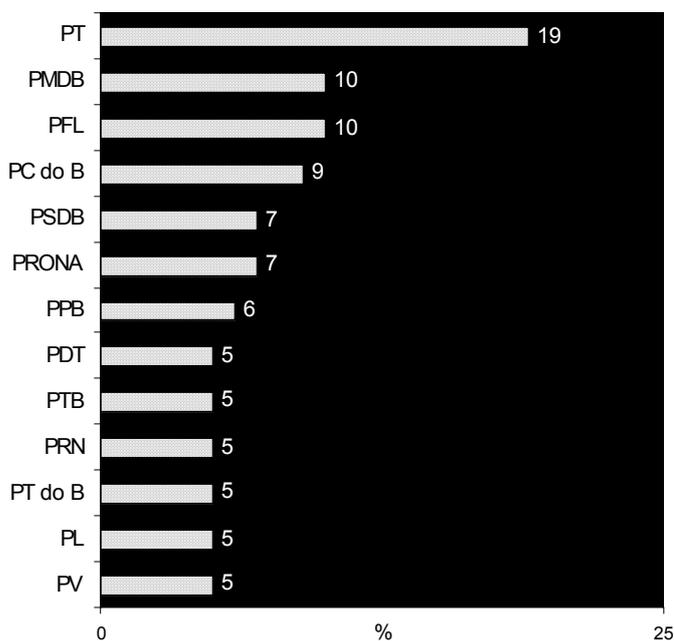
Identificação partidária



A maioria dos eleitores não tem preferência partidária ou rejeição a algum partido político. Entre os partidos políticos com os maiores percentuais de identificação, o PMDB é o único cuja rejeição é menor que a identificação.

Rejeição aos partidos políticos

(respostas múltiplas)



Fonte: IBOPE

Perguntas:

“O(a) Sr.(a) tem preferência ou simpatia por algum destes partidos políticos? (CASO SIM) Qual?;

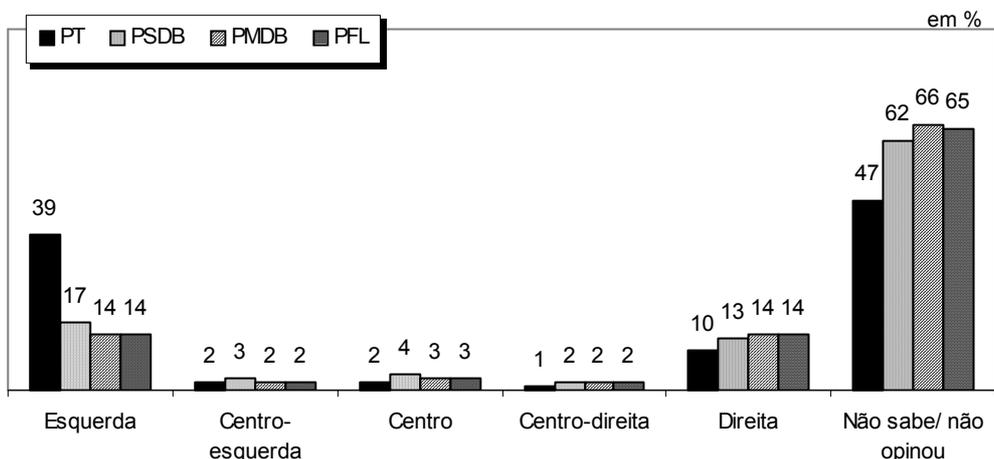
“E de qual ou quais destes partidos o(a) Sr.(a) não gosta de jeito nenhum? (VÁRIAS OPÇÕES)”

Obs.: No gráfico apenas os valores a partir de 1% (identificação) e 5% (rejeição). 7% “não sabem/não opinaram” sobre identificação e 28%, sobre rejeição.

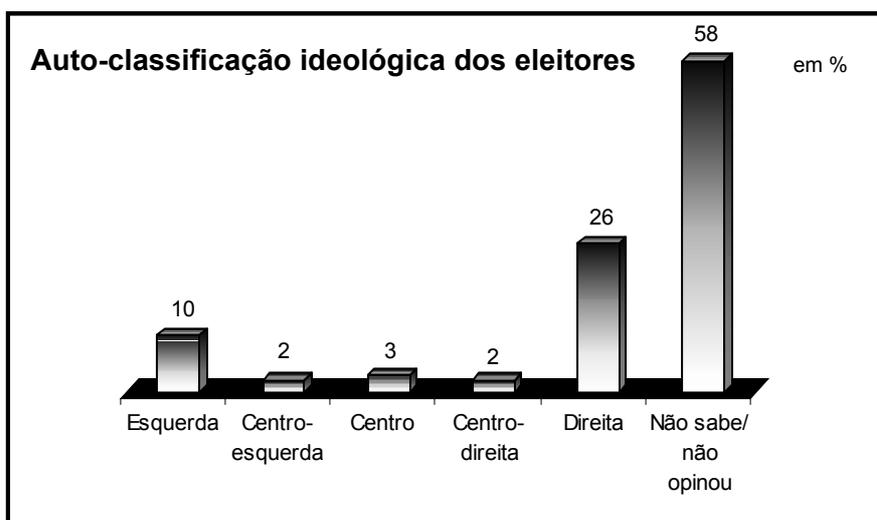
Posição ideológica dos partidos políticos

A posição ideológica dos partidos não é facilmente identificada pelos eleitores. A maioria declara que “não sabe” ou “não opina” sobre este tema. Entre os quatro partidos de maior preferência, apenas o PT apresenta um percentual mais destacado de classificação em um dos pontos da escala ideológica esquerda-direita.

Posição ideológica dos partidos políticos com maior identificação entre os eleitores



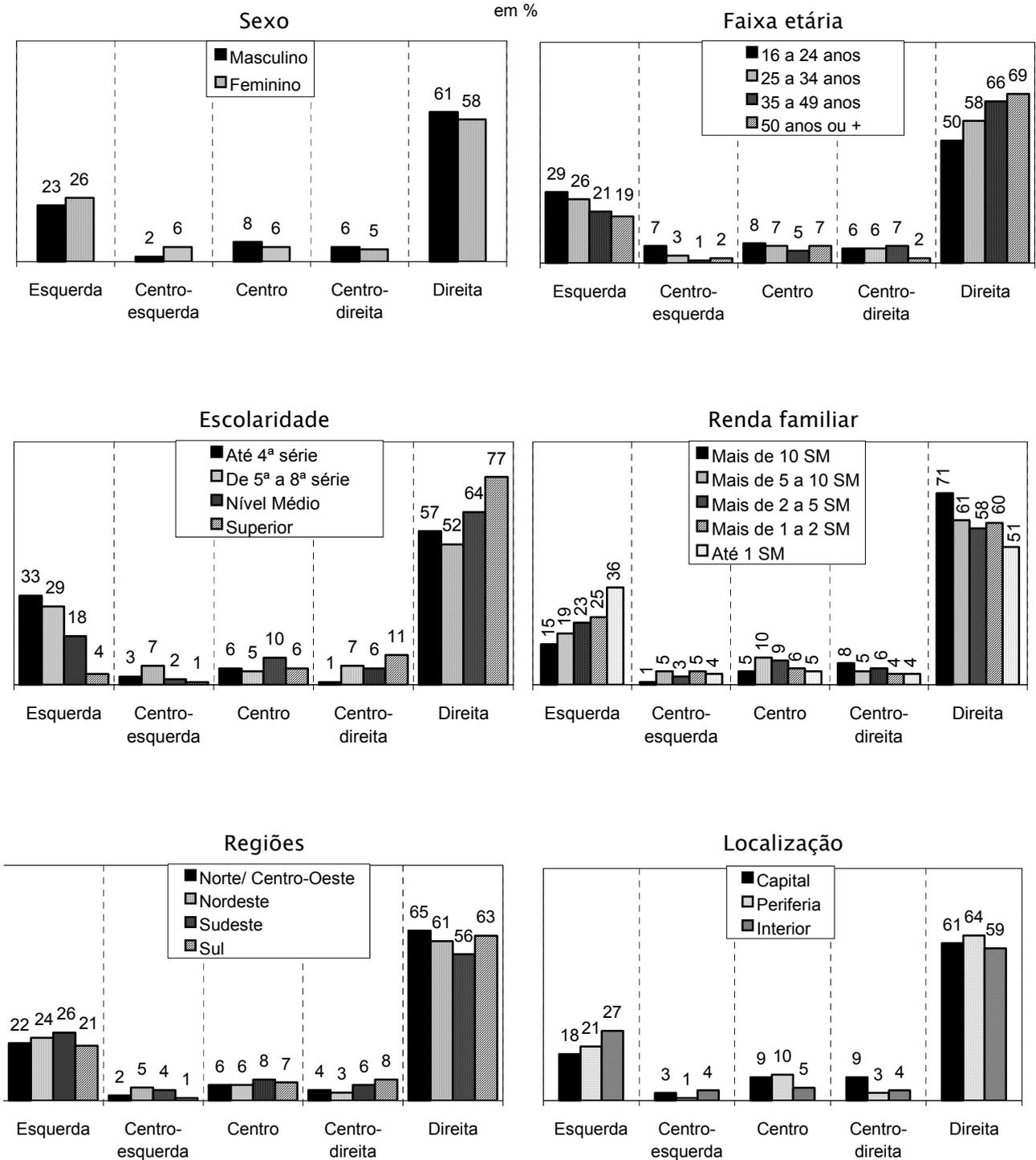
Da mesma forma, os eleitores têm dificuldades em se auto-classificarem na escala ideológica esquerda-direita. Mas entre os que se posicionam, a maioria se coloca à direita no espectro ideológico.



Fonte: IBOPE

Pergunta: “Agora, eu vou citar alguns partidos, e gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse, para cada um deles, se considera que é um partido mais de esquerda ou mais de direita. E o(a) Sr.(a), como se definiria, também de acordo com esta escala?”

Auto-classificação ideológica segundo alguns grupos



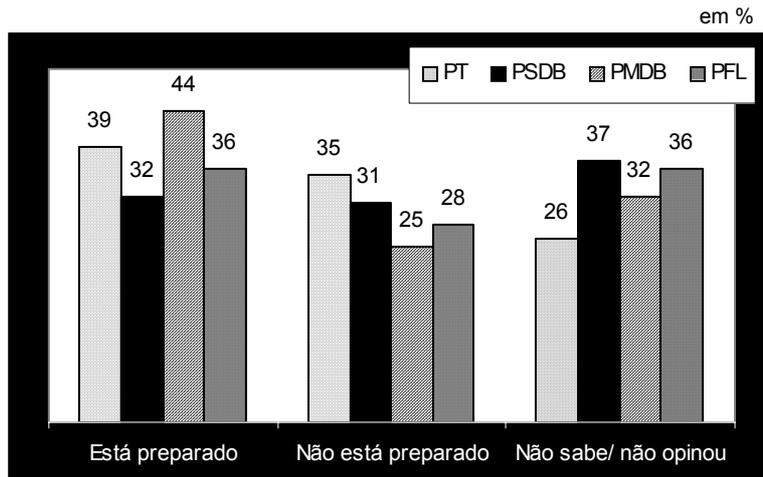
Fonte: IBOPE

Pergunta: "Agora, eu vou citar alguns partidos, e gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse, para cada um deles, se considera que é um partido mais de esquerda ou mais de direita. E o(a) Sr.(a), como se definiria, também de acordo com esta escala?"

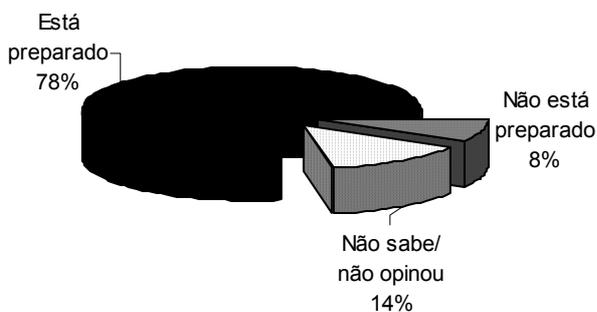
OBS: os percentuais se referem apenas aos entrevistados que se auto-classificaram na escala ideológica esquerda-direita

Opiniões sobre a capacidade administrativa dos partidos políticos

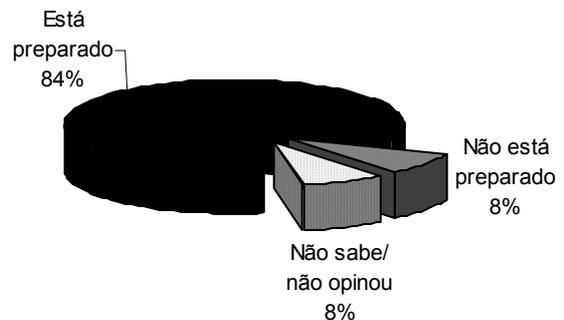
O partido com maior índice de identificação partidária, o PMDB, é considerado o mais preparado para administrar um município. O PT, partido com o segundo maior percentual de identificação, é considerado o mais incapaz.



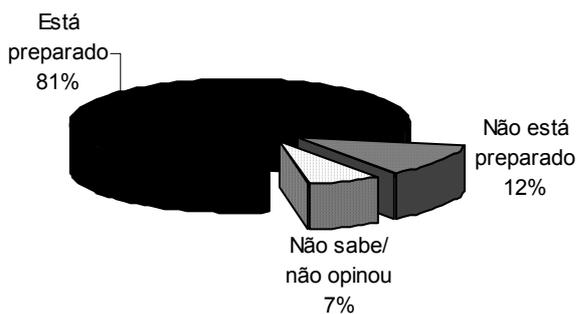
Capacidade administrativa do PMDB para eleitores que se identificam com o partido



Capacidade administrativa do PT para eleitores que se identificam com o partido



Capacidade administrativa do PSDB para eleitores que se identificam com o partido



Capacidade administrativa do PFL para eleitores que se identificam com o partido

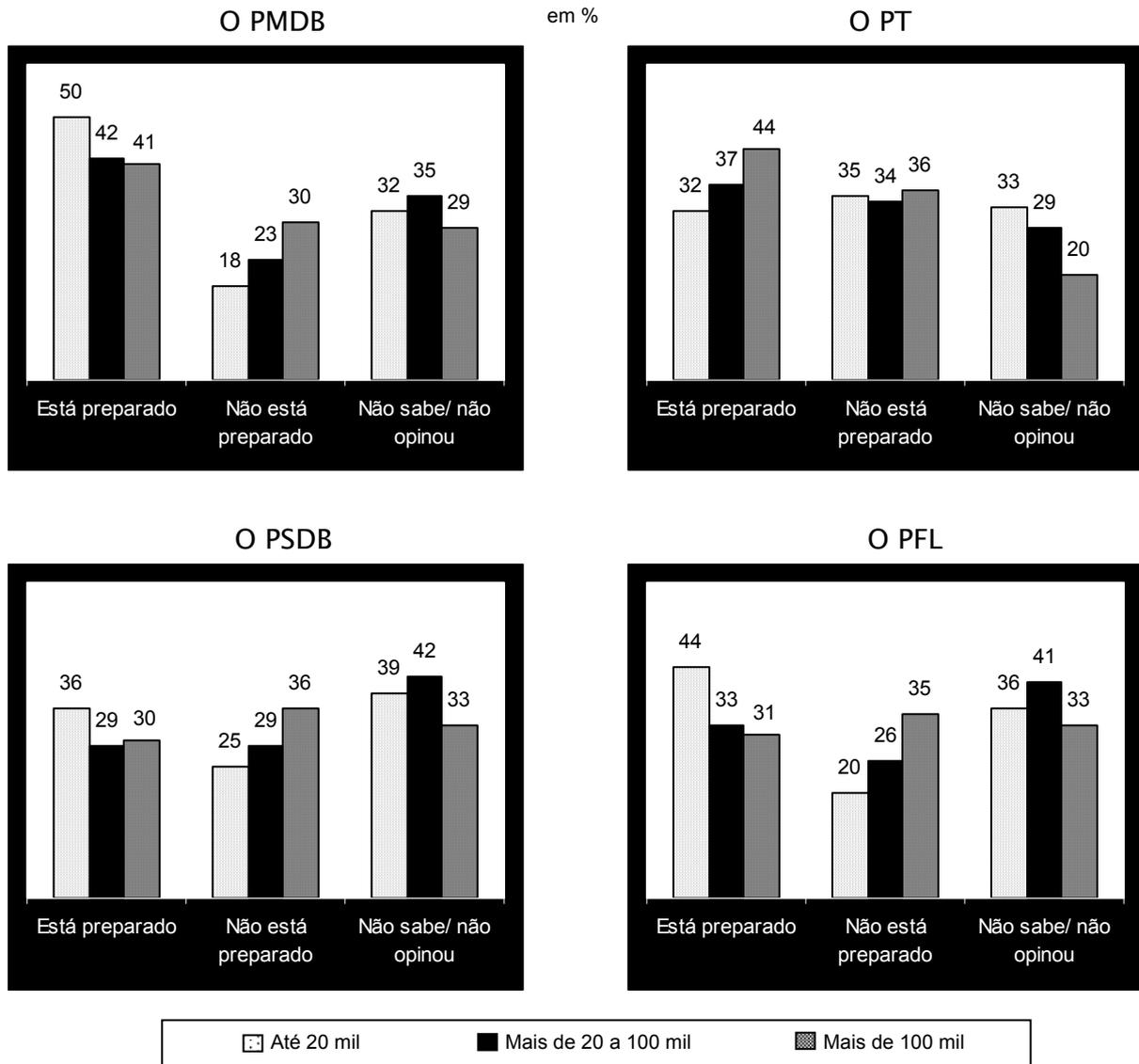


Fonte: IBOPE

Pergunta: “Com relação ao [NOME DO PARTIDO] o(a) Sr.(a) diria que ele está ou não está preparado para administrar uma cidade do tamanho desta que o(a) Sr.(a) mora?”

Opiniões sobre a capacidade administrativa dos partidos políticos com maior identificação entre os eleitores, segundo o porte dos municípios

Quanto maior o número de eleitores do município, maior o percentual de entrevistados que acreditam na capacidade administrativa do PT. O inverso ocorre com os outros partidos, o PMDB, PSDB e o PFL, que são considerados mais capazes quanto menor é o município onde vive o entrevistado.

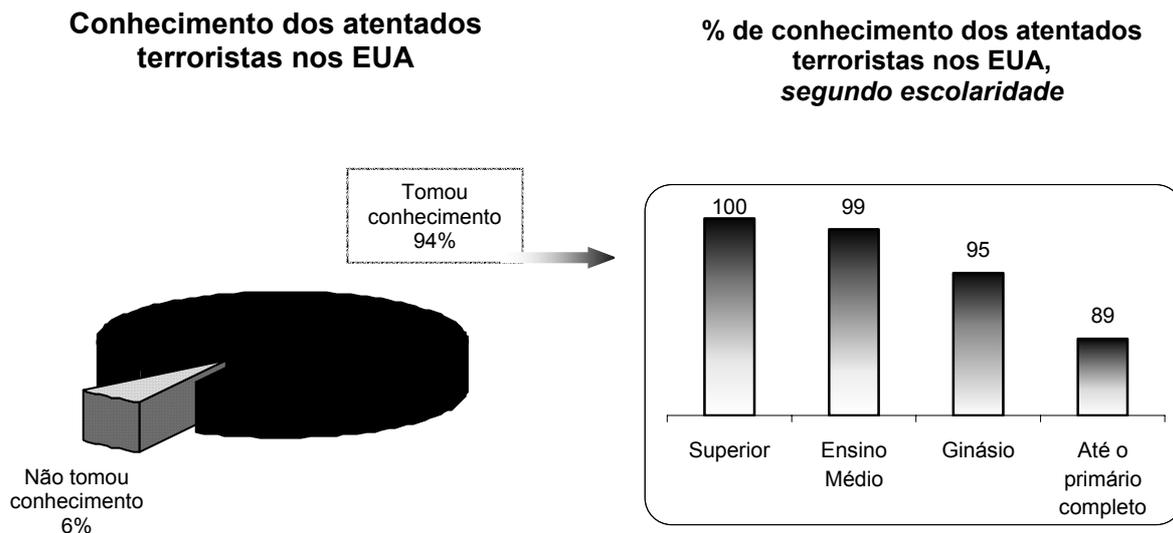


Fonte: IBOPE

Pergunta: "Com relação ao [NOME DO PARTIDO] o(a) Sr.(a) diria que ele está ou não está preparado para administrar uma cidade do tamanho desta que o(a) Sr.(a) mora?"

O quê os brasileiros pensam sobre os ataques terroristas aos EUA no dia 11 de setembro de 2001

O Instituto de Pesquisa IBOPE fez uma pesquisa nacional alguns dias depois dos atentados terroristas nos EUA. Os dados revelam o grande poder da mídia, que dedicou a maior parte do seu espaço a estes fatos por vários dias: quase todos os brasileiros tinham “tomado conhecimento” dos atentados, com percentual crescente quanto maior a escolaridade dos entrevistados, chegando a 100% entre os de nível superior.

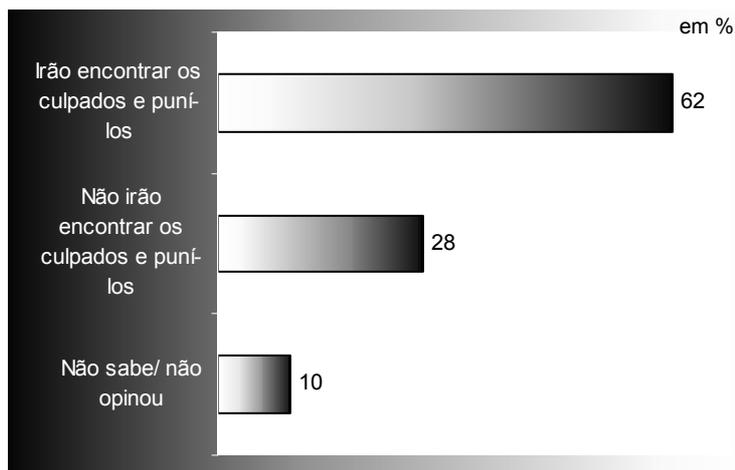


Pergunta: “O(a) Sr.(a) tomou ou não tomou conhecimento de atentados terroristas ocorridos recentemente contra os Estados Unidos?”

Pergunta: “Na sua opinião, os Estados Unidos irão ou não irão conseguir encontrar os culpados e puni-los pelos atentados terroristas?”

Todos os dados desta seção:
Fonte: IBOPE
Data: 21-26 de setembro de 2001

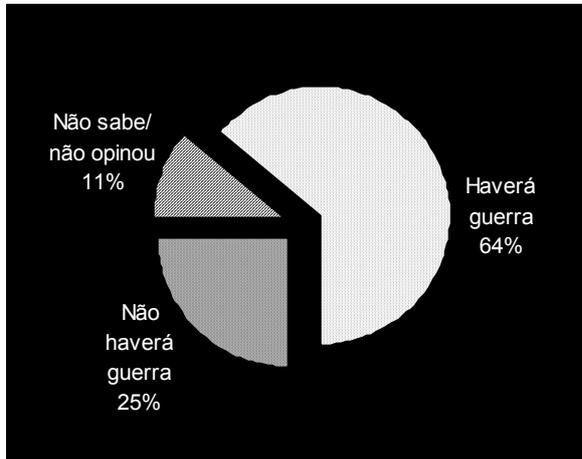
Punição dos culpados pelos EUA



Opiniões sobre a guerra “contra o terrorismo”

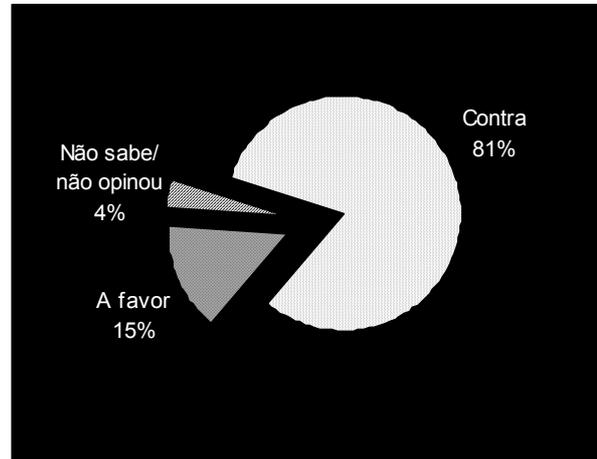
Apesar da grande expectativa quanto a uma guerra contra o terrorismo, a maioria absoluta dos brasileiros se declarou contra esta possibilidade, pois consideravam que isso poderia levar ao aumento do terrorismo.

Expectativa de guerra



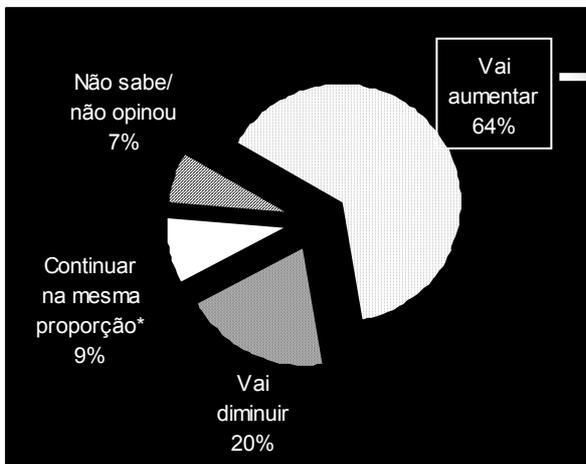
Pergunta: “Na sua opinião, como consequência destes atentados terroristas, haverá ou não haverá uma guerra dos Estados Unidos contra os países que tenham apoiado os atentados?”

Posição pessoal sobre a guerra

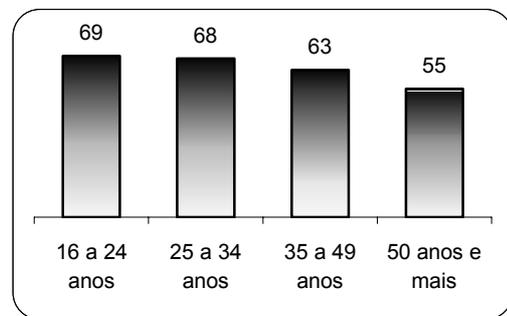


Pergunta: “O(a) Sr.(a) pessoalmente, é a favor ou contra que os Estados Unidos façam uma guerra contra os países que tenham apoiado os atentados?”

Expectativa quanto ao terrorismo no caso de uma guerra



% expectativa de aumento do terrorismo, segundo idade

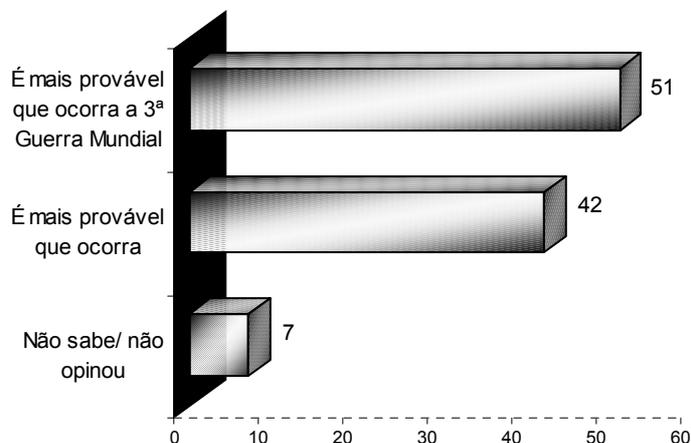


Pergunta: “Caso os Estados Unidos declarem guerra contra algum país por causa dos atentados terroristas no mundo, de uma maneira geral, irão:”

(*) Resposta espontânea

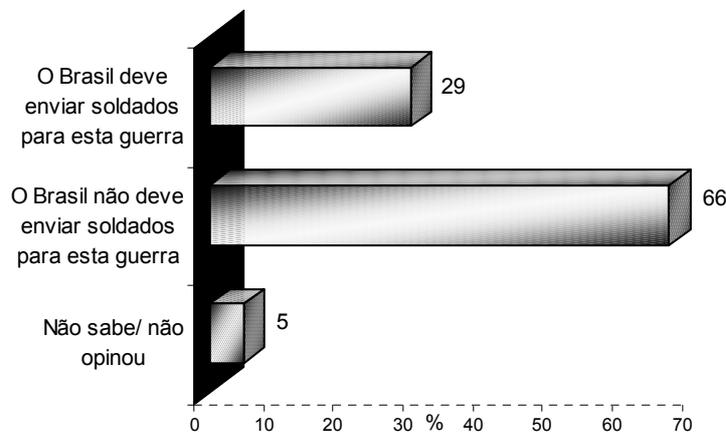
A possibilidade de uma guerra mundial

As opiniões dos brasileiros se dividem quando opinam sobre a possibilidade do atentado do dia 11 de setembro provocar o início da Terceira Guerra Mundial. Caso isto ocorra, a maioria se declara “contra” a possibilidade do Brasil enviar soldados para esta guerra, principalmente os entrevistados de renda familiar mais alta.

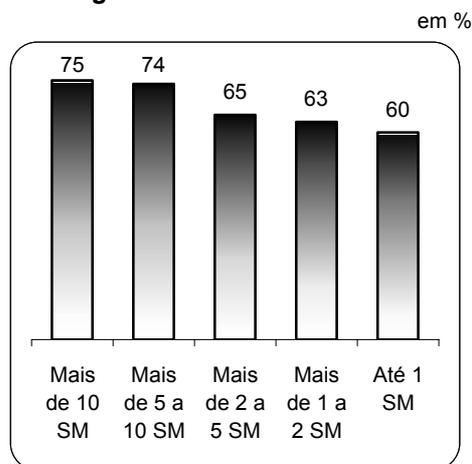


Pergunta: “Algumas pessoas acreditam que este atentado terrorista nos Estados Unidos possa dar início à Terceira Guerra Mundial. Outros acreditam que não. Na sua opinião, por causa destes atentados terroristas, é mais provável que ocorra ou é mais provável que não ocorra a Terceira Guerra Mundial?”

Sobre o envio de soldados brasileiros, no caso de uma guerra mundial



As posições contrárias ao envio de soldados brasileiros, segundo renda familiar

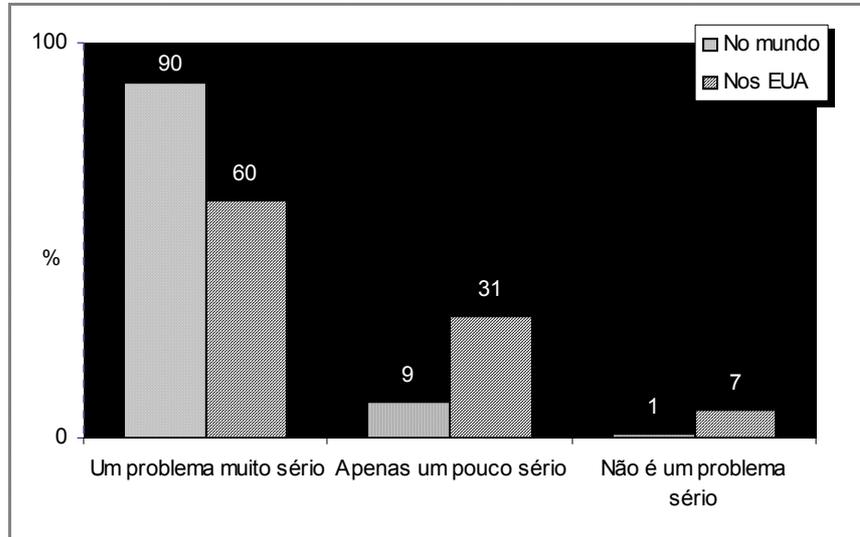


Pergunta: “Caso os Estados Unidos declarem guerra contra algum país por causa destes atentados terroristas, na sua opinião, o Brasil deve ou não deve enviar soldados para esta guerra?”

EUA: 25 anos de pesquisas sobre o terrorismo

As pesquisas do arquivo do Roper Center mostram que, nos anos 70, os norte-americanos se preocupavam bastante com o terrorismo. A maior preocupação, no entanto, ocorria com relação ao mundo, e muito menor com os EUA.

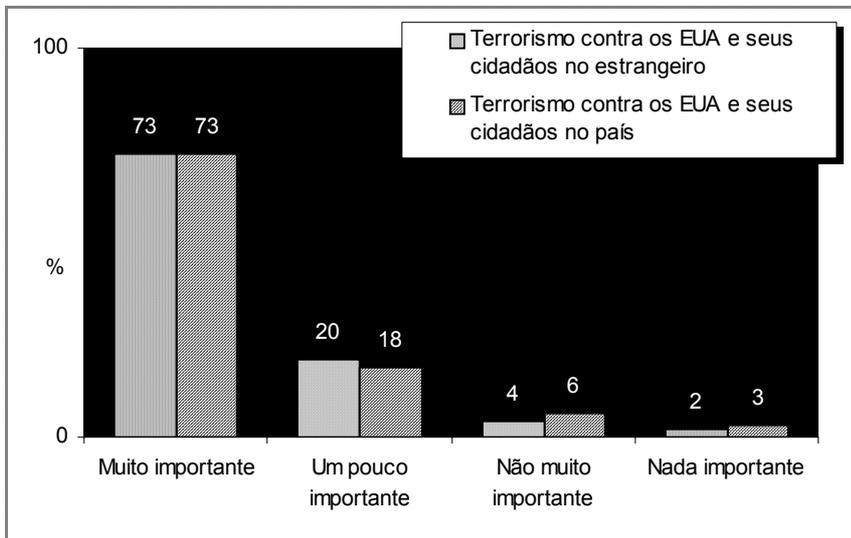
1977: Preocupação com o terrorismo no mundo e nos EUA



Fonte: Louis Harris & Associates
Data: 7-14 de novembro de 1977
Pergunta: "Como você sente o problema do terrorismo no mundo: o seqüestro de executivos, de aviões e outras formas de crimes violentos são muito sérios, apenas um pouco sérios ou não são um problemas sério?" [...] Nos EUA [...]"

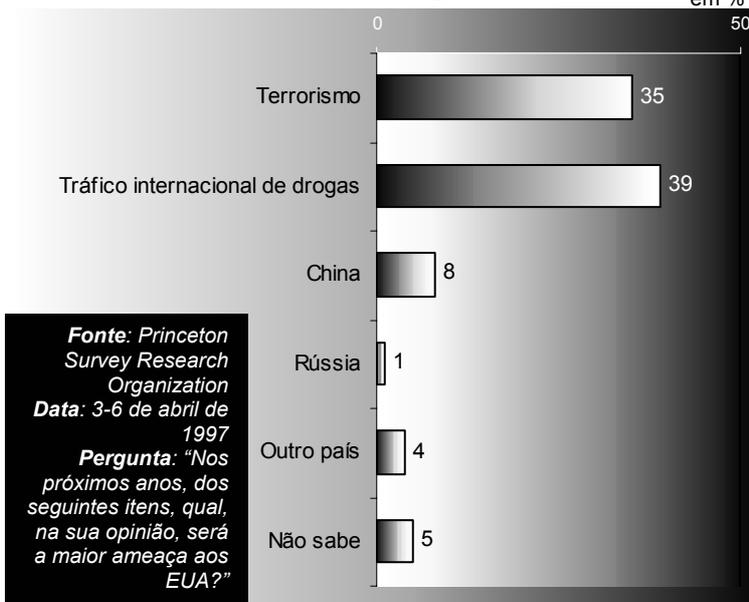
1987: A dimensão do problema do terrorismo

Já em 1987, a maioria dos norte-americanos consideravam o terrorismo contra os Estados Unidos e seus cidadãos "um problema muito importante", tanto no estrangeiro quanto no próprio país



Fonte: Gordon S. Black Corporation
Data: Fevereiro de 1987
Pergunta: "Eu gostaria que você me dissesse qual desses problemas que a nação enfrenta é o mais importante. Para cada um que eu ler, diga-me se é muito importante, um pouco importante, não muito importante ou nada importante... O terrorismo contra os EUA e seus cidadãos no estrangeiro; [...] no país."
Obs.: a diferença para 100% corresponde à resposta "não sabe"

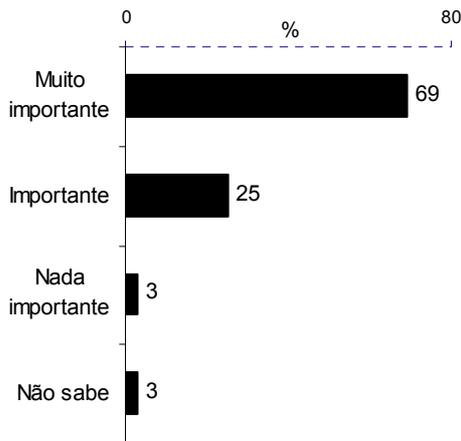
1997: O quê mais ameaça os EUA



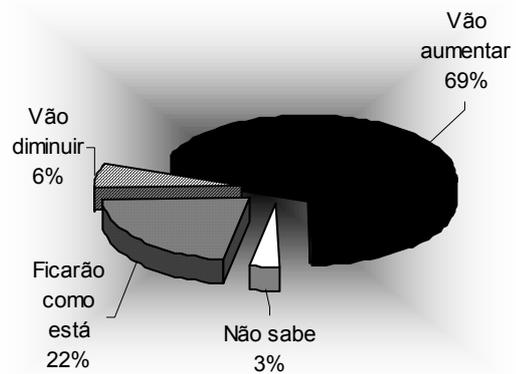
Para os norte-americanos, em 1997, o tráfico de drogas, seria uma ameaça um pouco maior ao país do que o terrorismo.

Mas uma pesquisa anterior, de 1994, mostra que quase 70% de norte-americanos consideravam o terrorismo uma séria ameaça aos interesses do país. Tempos depois, em 1999, um ano após os atentados a bomba nas embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia que deixaram um saldo de 224 mortos, pesquisa da CBS News apontava o mesmo percentual de expectativas quanto ao aumento do terrorismo.

1994: Grau de importância do terrorismo internacional como uma ameaça aos interesses dos EUA nos 10 anos seguintes

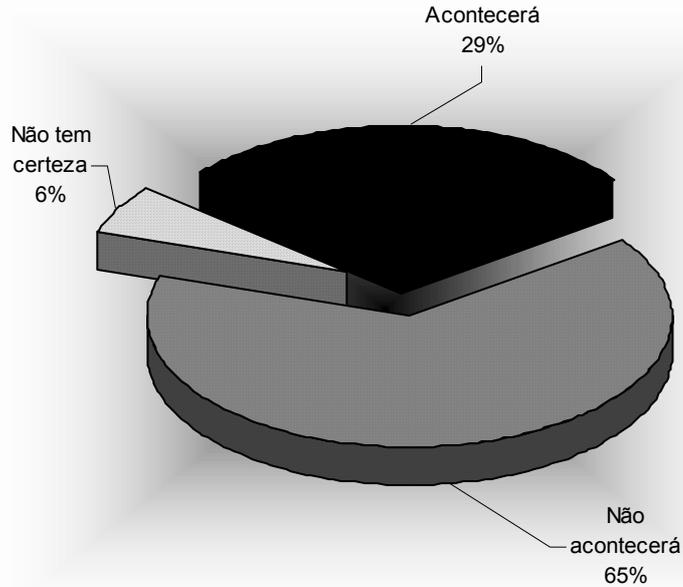


1999: Expectativa quanto ao aumento do terrorismo no século 21



1981: Expectativa de declínio da ameaça terrorista

Quando, no início dos anos 80, a maioria absoluta dos norte-americanos disse não ter expectativa de ver a redução do terrorismo eles tinham a percepção correta, pelo menos nos 20 anos seguintes. Os anos 80, 90 e 2000 foram marcados por seqüestros de aviões, explosões e atentados a bombas, dentro do país (Oklahoma City, World Trade Center) e fora (Aviões da Pan Am, TWA, embaixadas norte-americanas).



Fonte: Louis Harris & Associates

Data: 9-13 de dezembro de 1981

Pergunta: "Você acha que o declínio do terrorismo e da violência ocorrerá durante a sua vida?"

2001: Quatro meses antes do atentado de 11 de Setembro, os norte-americanos tinham clara percepção da ameaça que representava o terrorismo internacional para os EUA



Fonte: Princeton Survey Research Organization

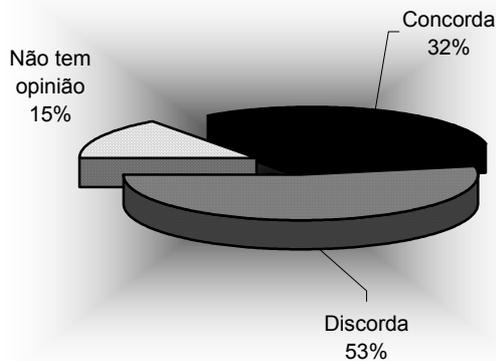
Data: 11-20 de maio de 2001

Pergunta: "Eu gostaria de saber a sua opinião sobre algumas ameaças internacionais aos EUA. Você acha que o terrorismo internacional é uma ameaça maior, uma ameaça menor ou não é uma ameaça?"

Causas do terrorismo

Em 1985, apenas cerca de 30% dos norte-americanos percebiam a relação entre a política externa do EUA e as ações terroristas.

1985: A redução das ligações dos EUA com Israel poderia reduzir o terrorismo

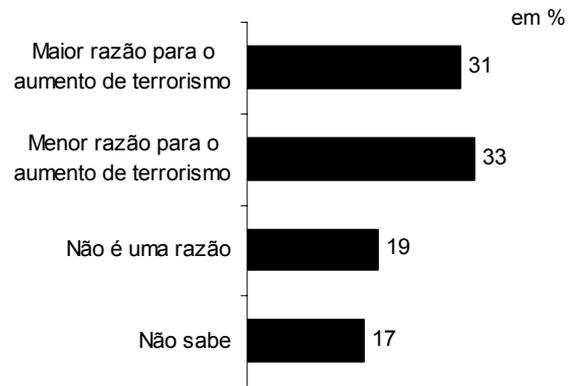


Fonte: ABC News/Washington Post

Data: 17 a 19 de junho de 1985

Pergunta: "Diga-me se você concorda, discorda ou não tem opinião sobre a seguinte frase... Os EUA deveriam reduzir suas ligações com Israel para diminuir os atos de terrorismo contra os EUA no Oriente Médio."

1986: O apoio dos EUA aos rebeldes da Nicarágua, Afeganistão e outros países encoraja o terrorismo



Fonte: Roper Organization

Data: 11-25 de janeiro de 1986

Pergunta: "Para cada frase, diga-me se você acha que é a maior razão para o aumento do terrorismo, a menor razão ou não é uma razão: O apoio dos EUA aos rebeldes da Nicarágua, Afeganistão e outros países encoraja atos terroristas contra os interesses norte-americanos."

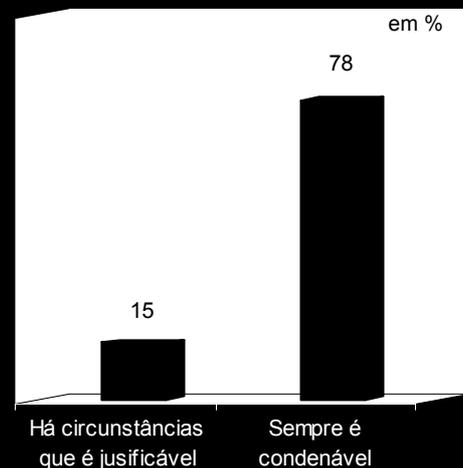
1981: O terrorismo pode ser justificável?

Fonte: Gallup Organization

Data: Abril de 1981

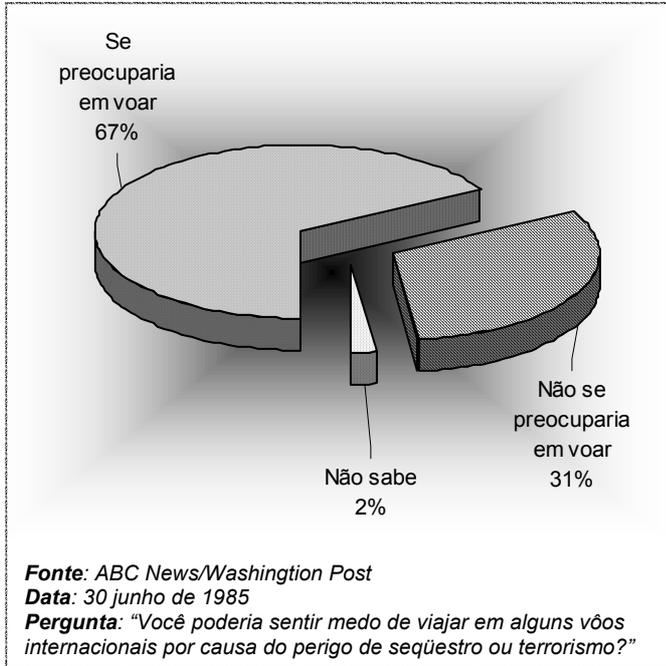
Pergunta: "O terrorismo está na mídia diariamente. Em princípio, a maioria das pessoas é contra este tipo de ação, mas há espaço para opiniões diferentes. Com qual destas duas frases você tende a concordar: 'há circunstâncias em que o terrorismo é justificável'; 'terrorismo por qualquer motivo é sempre condenável'?"

Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "não concorda com nenhuma das duas frases" - espontânea (3%) e "não sabe" (4%)



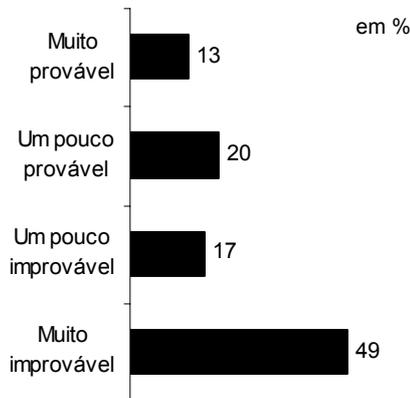
O cidadão comum e o medo do terrorismo

1985: O medo de seqüestro ou terrorismo em vôos internacionais



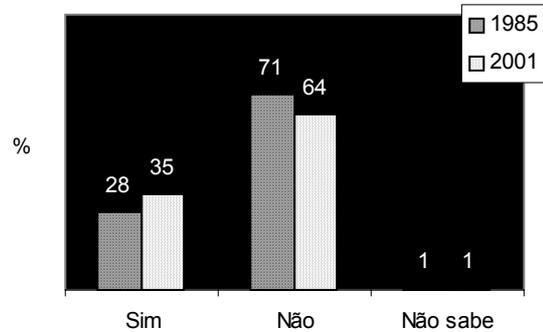
Em 1985, a maioria dos norte-americanos se preocupavam com o perigo de seqüestro ou terrorismo em vôos internacionais. Vale lembrar que em 1985, um avião da TWA foi seqüestrado por guerrilheiros xiitas, resultando em 1 morte e 39 pessoas em cativeiro por 17 dias no Líbano. Uma pesquisa de 1999, captou uma postura bem tranqüila em relação ao dia-a-dia das pessoas no país: a maioria considerava pouco provável mudar os hábitos por causa do terrorismo. Logo após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a pesquisa do *Los Angeles Times* mostrou que houve um ligeiro aumento do temor quanto aos ataques em locais públicos.

1999: Mudanças de hábitos por medo do terrorismo



Fonte: 1999 - Gallup Organization
Data: 28 de dezembro de 1999
Pergunta: 1999 - "Qual a probabilidade de você mudar seu comportamento ou tomar alguma precaução especial no novo ano por você se preocupar com o terrorismo?"

1993-2001: Medo de seqüestro ou terrorismo em locais públicos



Em 2001, dos 35% que disseram se preocupar com o terrorismo em locais públicos, 23% relacionaram este sentimento aos ataques do dia 11 de setembro

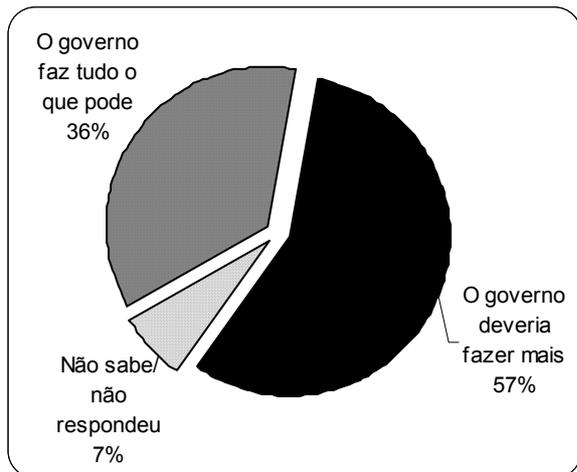
Fontes: 1985 - Yankelovich Partners; 2001 - Los Angeles Times
Datas: 18 de maio de 1993 e 13-14 de setembro de 2001
Pergunta: 1993 e 2001 - "Você pessoalmente se preocupa com terrorismo quando está em local público?"

Combate ao terrorismo

A maioria dos norte-americanos espera uma atuação mais forte do governo para combater o terrorismo, mesmo antes dos atentados de 11 de setembro de 2001.

Após estes atentados, algumas medidas polêmicas para lutar contra o terrorismo foram apoiadas pela maioria.

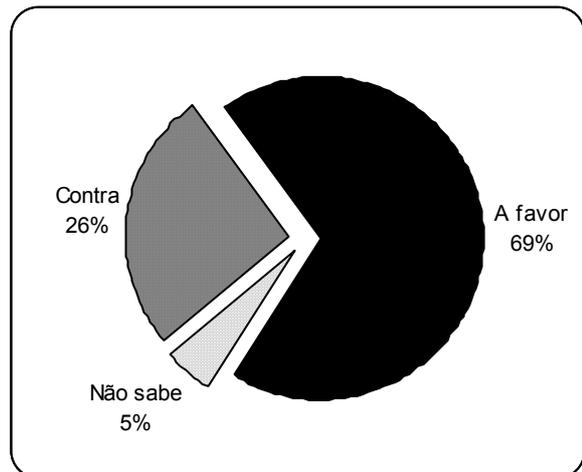
1989: Sobre o que o governo tem feito para proteger o cidadão contra o terrorismo



Fonte: Associated Press / Media General
Data: 4-12 de janeiro de 1989

Pergunta: "Você acha que o governo está fazendo tudo que pode para proteger o cidadão norte-americano contra o terrorismo ou ele pode fazer mais?"

2001 – opinião sobre... "Autorizar a polícia a parar e revistar qualquer pessoa que se pareça com um suspeito de terrorismo"

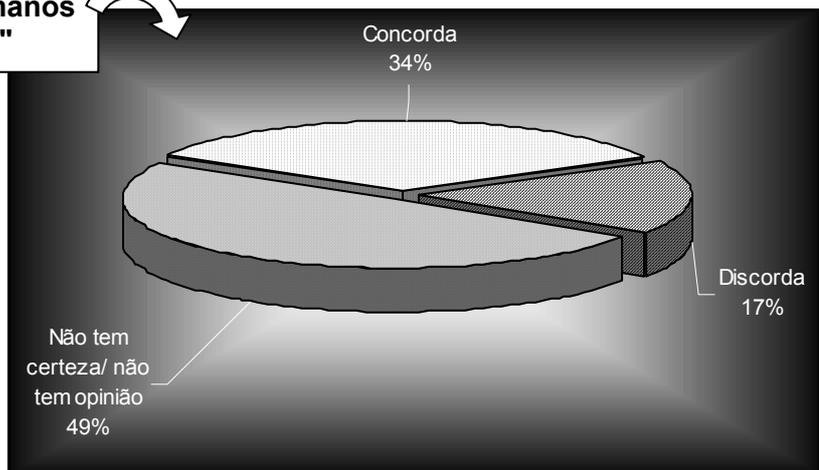


Fonte: Opinion Dynamics
Data: 19-20 de setembro de 2001

Pergunta: "Por favor, diga-me se você é a favor ou contra a seguinte possível solução que tem sido proposta como um dos caminhos para lidar com o problema do terrorismo..."

1993 - Opinião: "A maioria dos muçulmanos odeia o terrorismo"

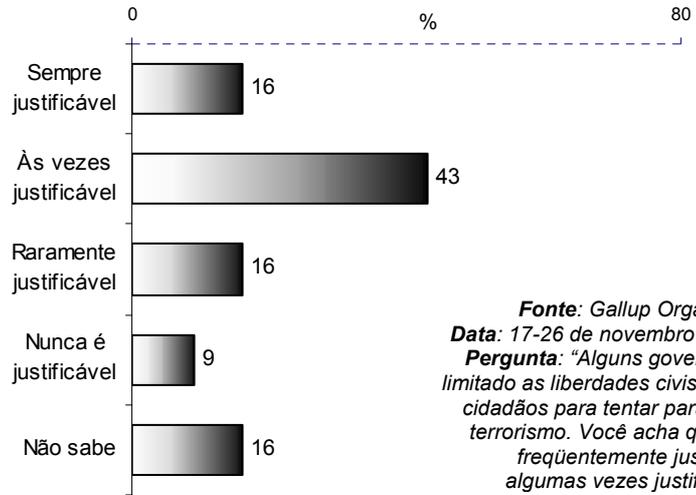
Fonte: Zogby Group International
Data: 16-23 de março de 1993
Pergunta: "A seguir vou ler uma série de frases e, para cada uma, por favor, diga-me se você concorda ou discorda..."



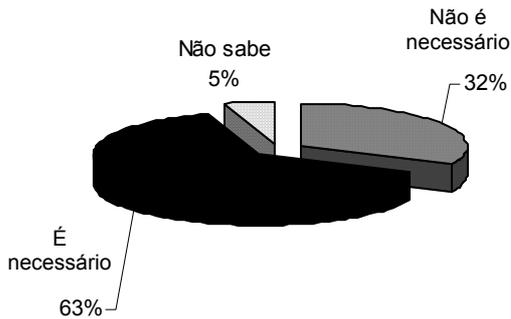
A redução das liberdades civis

1978: Limitação das liberdades civis para combater o terrorismo

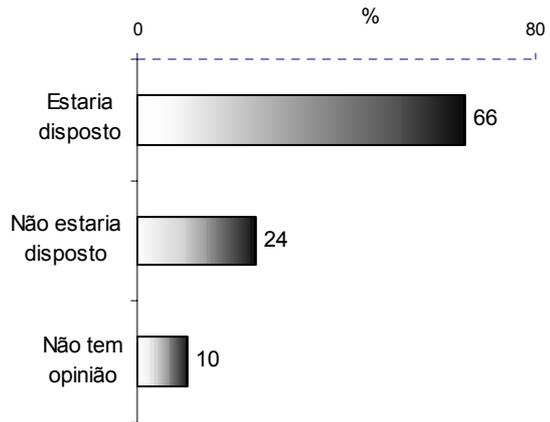
A polêmica sobre a limitação das liberdades civis como uma forma de combate ao terrorismo já aparecia em pesquisa do arquivo Roper Center realizada na década de 70. Nas pesquisas realizadas logo após os acontecimentos do dia 11 de setembro de 2001, a maioria manifestou opinião favorável a esta medida.



2001: Necessidade de redução das liberdades civis para combater o terrorismo



2001: Disposição em renunciar a algumas liberdades civis para o governo combater o terrorismo



Preocupação com as liberdades civis

Apesar da maioria dos norte-americanos apoiarem as medidas polêmicas para combater o terrorismo, uma maioria relativa se manifestou “um pouco preocupada” com a possibilidade de limitação das liberdades civis, em pesquisa do *Los Angeles Times* realizada dois dias após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

É notável que apesar do sentimento quase unânime entre os norte-americanos a favor das propostas para o combate ao terrorismo, o resultado de pesquisa da *Princeton Survey Research Organization* sugere que os que pensam contra a maioria não seriam considerados anti-patriotas.

2001: Preocupação com a possibilidade de limitação das liberdades civis para combater o terrorismo

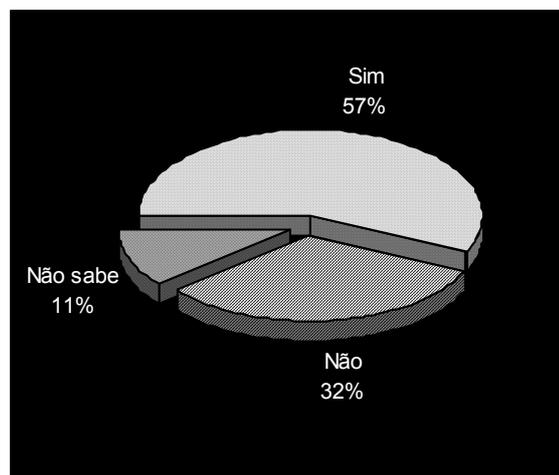


Fonte: Los Angeles Times

Data: 13-14 de setembro de 2001

Pergunta: “O quanto você está preocupado com as medidas propostas para combater o terrorismo neste país que podem restringir algumas liberdades civis?”

2001 – opinião sobre... “É possível ser patriota e não apoiar as limitações nas liberdades civis para tornar mais fácil a luta contra o terrorismo?”



Fonte: Princeton Survey Research Organization

Data: 20-21 de setembro de 2001

Pergunta: “Nos EUA, hoje, você acha que alguém pode ser patriota e não apoiar a proposta de limitação das liberdades civis para tornar mais fácil a luta contra o terrorismo?”

Os dados desta seção são provenientes do Banco de Dados de Opinião Pública Roper Center for Public Opinion Research, da Universidade de Conecticut

• **Brasil – Interesse por Política – 2000**

Pesquisa	Data	População	Tipo de amostra	N.º de entrevistas
IBO/BR00.JUN-01543	01 a 07 de julho de 2000	Eleitores do Brasil	Representativa do eleitorado do país, elaborada por cotas proporcionais em função de variáveis significativas da população: sexo, idade, atividade e posição na ocupação	2.000

• **Brasil – Terrorismo - 2001**

Pesquisa	Data	População	Tipo de amostra	N.º de entrevistas
IBO/BR00.JUN-01544	21 a 26 de setembro de 2001	Eleitores do Brasil	Representativa do eleitorado do país, elaborada por cotas proporcionais em função de variáveis significativas da população: sexo, idade, atividade e posição na ocupação	2.000

• **EUA – Terrorismo - 1977-2001**

Instituto de Pesquisa: Louis Harris & Associates
 Data do campo: 7-14 de Novembro de 1977
 Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
 Tamanho da amostra: 1498

Instituto de Pesquisa: Gordon S. Black Corporation
 Data do campo: Fevereiro de 1987
 Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
 Tamanho da amostra: 1401

Instituto de Pesquisa: Princeton Survey Research Associates
 Data do campo: 3-6 de Abril de 1997
 Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
 Tamanho da amostra: 1206

Instituto de Pesquisa: Gallup Organization
 Data do campo: 7-25 de Outubro de 1994
 Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistados pessoalmente
 Tamanho da amostra: 1492

Instituto de Pesquisa: CBS News
 Data do campo: 17-19 de Dezembro de 1999
 Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
 Tamanho da amostra: 1026

Instituto de Pesquisa: Louis Harris & Associates
 Data do campo: 9-13 de Dezembro de 1981
 Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
 Tamanho da amostra: 1249

Instituto de Pesquisa: Princeton Survey Research Associates
 Data do campo: 11-20 de Maio de 2001
 Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
 Tamanho da amostra: 1587

Instituto de Pesquisa: ABC News/Washington Post
 Data do campo: 7-19 de Junho de 1985
 Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
 Tamanho da amostra: 1016

FICHAS TÉCNICAS

Instituto de Pesquisa: Roper Organization
Data do campo: 11-25 de Janeiro de 1986
Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistados pessoalmente
Tamanho da amostra: 2000

Instituto de Pesquisa: Gallup Organization
Data do campo: Abril de 1981
Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistados pessoalmente
Tamanho da amostra: 2325
Nota: Vinte e uma outras nações fizeram parte deste survey. O tamanho médio das amostras foi de 1000-1200 por país.

Instituto de Pesquisa: ABC News/Washington Post
Data do campo: 30 de Junho e 01 de Julho de 1985
Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
Tamanho da amostra: 1208

Instituto de Pesquisa: Gallup Organization
Data do campo: 28 de Dezembro de 1999
Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
Tamanho da amostra: 622

Instituto de Pesquisa: Yankelovich Partners
Data do campo: 18 de Março de 1993
Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
Tamanho da amostra: 800

Instituto de Pesquisa: Los Angeles Times
Data do campo: 13-14 de Setembro de 2001
Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
Tamanho da amostra: 1561

Instituto de Pesquisa: Associated Press/Media General
Data do campo: 4-12 de Janeiro de 1989
Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
Tamanho da amostra: 1162

Instituto de Pesquisa: Opinion Dynamics
Data do campo: 19-20 de Setembro de 2001
Universo e Metodologia: Eleitores entrevistados por telefone
Tamanho da amostra: 900
Nota: Cerca de 80% das entrevistas foram feitas antes do discurso do presidente George W. Bush em 20 de Setembro de 2001.

Instituto de Pesquisa: Zogby Group International
Data do campo: 16-23 de Março de 1993
Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
Tamanho da amostra: 905

Instituto de Pesquisa: Princeton Survey Research Associates
Data do campo: 20-21 de Setembro de 2001
Universo e Metodologia: População Nacional Adulta entrevistada por telefone
Tamanho da amostra: 1005

OPINIÃO PÚBLICA

Novembro de 2001 Vol. VII, nº2

CONTENTS

	<i>Pág.</i>
<i>Temporal Order and Casual Inference</i> Warren E. Miller	139
<i>New Configurations of Elections in the "Media Age"</i> Antônio Albino Canelas Rubim	168
<i>The Press, Election Coverage and Objectivity: the 2000 local election in São Paulo</i> Fernando Antônio Azevedo	182
<i>The "Cara de Pau" Prize of The Eldorado Radio</i> Vera Chaia	202
<i>What Do We Know About Democratization After Twenty Years?</i> Barbara Geddes	221
TENDÊNCIAS <i>Encarte de dados de Opinião Pública - Ano 7, nº 2</i>	254



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. VII, nº 2
p.143-295
Novembro 2001
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276